

GUSTAVO BASTOS BRAGA

**POR UMA CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O MODO
DE VIDA RURAL E/OU URBANO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, para obtenção do
título de Doctor Scientiae.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

B813p
2015
Braga, Gustavo Bastos, 1988-
Por uma caracterização dos territórios segundo o modo
de vida rural e/ou urbano / Gustavo Bastos Braga. - Viçosa,
MG, 2015.
xvi, 241f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador : Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 216-233.

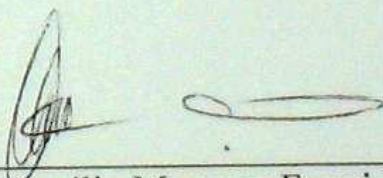
1. Interação rural-urbana. 2. Territorialidade humana.
3. Vida rural. 4. Vida urbana. 5. Sociologia rural.
6. Sociologia urbana. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Extensão Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 307.2

**POR UMA CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O
MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 07 de dezembro de 2015.



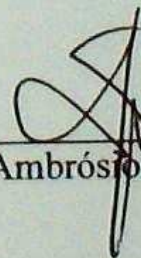
Marco Aurélio Marques Ferreira



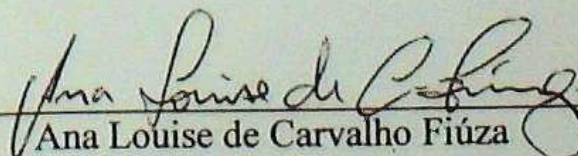
Henri Cócaro



Leonardo Civalle



José Ambrósio Ferreira Neto



Ana Louise de Carvalho Fiúza

(Orientadora)

A minha esposa Flávia e a meu filho Arthur.

Não se pescam trutas a bragas enxutas
(Provérbio Minhoto)

AGRADECIMENTOS

Se tivesse que agradecer a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para essa tese, não haveria papel suficiente na terra para imprimi-la. Mas, cabe aqui citar alguns que estiveram sempre presentes. Peço, de antemão, perdão aqueles que por ventura não foram citados, mas que são imprescindíveis para a conclusão desse trabalho.

Primeiramente agradeço a minha esposa Flávia que esteve sempre do meu lado e a meu filho Arthur, que ainda não está aqui, mas mesmo pequenino no ventre de sua mãe já me inspirou. Agradeço a toda minha família, a minha mãe Ananisia, a meu pai Anisio, e as minhas irmãs Beatriz e Ingredy que estiveram sempre presentes. Também agradeço a todo o resto de minha família, que não vou citar um por um, mas peço que se sintam aqui!

Agradeço a minha orientadora Ana, sem ela certamente esse trabalho não seria possível. Suas contribuições foram imprescindíveis para a conclusão dessa tese. Agradeço também a todos do grupo de pesquisa GERAR e a todos aqueles que de alguma forma fazem o Programa de pós-graduação em Extensão Rural da UFV acontecer. Também sou grato a Capes que, com seu financiamento, tornou essa tese possível.

Não posso me esquecer também dos portugueses e europeus que me auxiliaram nessa jornada. Em especial a minha coorientadora Paula Remoaldo. E, como não conseguirei listar todos, um obrigado muito especial a todos da Universidade do Minho, e a todos em Braga e em Guimarães, que me receberam com braços abertos durante minha jornada por lá. E também não posso me esquecer de todos do IFSudesteMG, que também me ajudaram até aqui.

Enfim, um obrigado a todos aqueles que não estão aqui, mas que sabem que contribuíram de alguma forma na conclusão dessa pesquisa.

Não posso esquecer dos leitores, um grande obrigado a todos que leram e irão ler essa tese!

BIOGRAFIA

GUSTAVO BASTOS BRAGA, filho de Ananisia Aparecida Bastos Braga e Anisio Silva Braga, nasceu em Visconde do Rio Branco, MG, em 1º de janeiro de 1988.

Em janeiro de 2008, tornou-se bacharel em Administração pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Em julho de 2010, terminou a Especialização em Logística pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FACISA/UNIVIÇOSA)

Em fevereiro de 2011, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Administração, em nível de Mestrado, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG. Em dezembro de 2012, foi aprovado pelo Programa de Pós-Graduação, em nível de Doutorado, em Extensão Rural da UFV.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE FIGURAS	XII
RESUMO	XIV
ABSTRACT	XVI
INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETIVO GERAL.....	4
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
1.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA PROPOSTA	5
1.4 ESTRUTURA DA TESE	8
1.5 APLICABILIDADE DA PESQUISA	8
CAPÍTULO 1.....	10
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO	10
1.2 AS FONTES DE INFORMAÇÃO DA PESQUISA	12
1.3 APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS E SOFTWARES UTILIZADOS	13
1.3.1 Análise exploratória de dados – AED	17
1.3.1.1 Teste T de médias.....	17
1.3.1.2 Testes de Qui-quadrado de Pearson, V de Cramér e D de Somers para variáveis binárias	18
1.3.2 Cálculo de área de bases de dados georreferenciadas em polígonos irregulares	19
CAPÍTULO 2.....	21
A BUSCA POR UM CONCEITO DE RURAL	21
2.1 AS TENTATIVAS DE SINTETIZAR AS CONCEPÇÕES DE RURAL.....	22
2.2 AS INTERPRETAÇÕES DE RURAL SIGNIFICANDO CONCOMITANTEMENTE ESPAÇO FÍSICO E MODO DE VIDA	25
2.3 AS CONCEPÇÕES DE RURAL COMO MODO DE VIDA.....	27
2.4 MODO DE VIDA VERSUS ESTILO DE VIDA: DEFINIÇÕES E DISCUSSÕES	36
2.5 NOTAS CONCLUSIVAS DO CAPÍTULO	47
CAPÍTULO 3.....	49
A UTILIZAÇÃO DOS ENFOQUES EMPÍRICOS DE RURAL E URBANO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS	49

3.1	A APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS UTILIZADOS POR ENTIDADES INTERNACIONAIS ..	49
3.2	OS MÉTODOS PARA DEFINIÇÃO DE RURAL E URBANO OFICIALMENTE UTILIZADOS NOS PAÍSES	56
3.2.1	A delimitação de rural e urbano utilizada oficialmente no Brasil.....	68
3.3	NOTAS CONCLUSIVAS DO CAPÍTULO	73
CAPÍTULO 4.....		75
HISTÓRICO DOS ÍNDICES DE RURALIDADE EXISTENTES.....		75
4.1	A CRONOLOGIA DOS ÍNDICES DE RURALIDADE PUBLICADOS	78
4.2	OS ÍNDICES DE RURALIDADE NO BRASIL	87
4.3	A REDE DOS ÍNDICES DE RURALIDADE.....	88
4.4	NOTAS CONCLUSIVAS SOBRE O CAPÍTULO	90
CAPÍTULO 5.....		92
APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS INTERNACIONAIS AO BRASIL		92
5.1	A TIPOLOGIA REGIONAL DA OCDE.....	92
5.1.1	Aplicação da tipologia regional da OCDE ao Brasil	93
5.1.1	O Modo de vida do brasileiro que vive em território rural segundo a OCDE	101
5.2	A TIPOLOGIA REGIONAL ESTENDIDA DA OCDE.....	106
5.2.1	Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE ao Brasil.....	108
5.2.2	Considerações sobre a tipologia regional da OCDE ao Brasil	113
5.3	APLICAÇÃO DA TIPOLOGIA DA UNIÃO EUROPEIA AO BRASIL	114
5.3.1	Considerações sobre a tipologia regional do Eurostat ao Brasil	120
5.4	APLICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO BANCO MUNDIAL AO BRASIL.....	120
5.5	O LADO ESCURO DO BRASIL	127
5.6	NOTAS CONCLUSIVAS DO CAPÍTULO	130
CAPÍTULO 6.....		132
OS DADOS CENSITÁRIOS REFERENTES AOS MODOS DE VIDA DOS BRASILEIROS E A SUA APLICABILIDADE NA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS BRASILEIROS		132
6.1	O MODO DE VIDA DO BRASILEIRO VIVENDO NO CAMPO	132
6.2	NOTAS CONCLUSIVAS DO CAPÍTULO	156
CAPÍTULO 7.....		158
ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO APLICADO AO BRASIL.....		158
6.3	ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO MODO DE VIDA	158
6.4	O MÉTODO DE CRIAÇÃO DE ÍNDICES	162
6.4.1	O SUBÍNDICE TRABALHO	165

6.4.2	O SUBÍNDICE EDUCAÇÃO	172
6.4.3	O SUBÍNDICE RENDA.....	179
6.4.4	O SUBÍNDICE TEMPO DE DESLOCAMENTO.....	185
6.4.5	O SUBÍNDICE ILUMINAÇÃO.....	192
6.5	O ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS PELO MODO DE VIDA RURAL E URBANO	201
6.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
CAPÍTULO 8.....		212
CONSIDERAÇÕES FINAIS		212
REFERÊNCIAS		216
ANEXOS		237
	BOLETÍN DEMOGRÁFICO NO. 63, DE ENERO DE 1999.....	237

LISTA DE SIGLAS

- CEPAL** - Comisión Económica para América Latina y el Caribe
- CIESIN** – Center For International Earth Science Information Network
- GRUMP** - Global Rural-Urban Mapping Project
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFAD** – International Fund for Agricultural Development
- INE** – Instituto Nacional de Estatística de Portugal
- Mercosul** – Mercado Comum do Cone Sul
- NASA** – National Aeronautics and Space Administration
- NUTS** – Nomenclature of territorial units for statistics
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMB** – Office of Management and Budget
- ONU**– Organização das Nações Unidas
- PAHO** – Organização Pan-americana para a Saúde
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- TIC** – Tecnologias da Informação e Comunicação
- TIPAU** – Tipologia de Áreas Urbanas para fins estatísticos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Delineamento metodológico	7
Tabela 2 – Delineamento metodológico por capítulo	14
Tabela 3 – Classificações do rural na visão de diversos autores.....	23
Tabela 4 - O urbano e o não urbano nos autores clássicos.....	31
Tabela 5 - Características ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano”....	34
Tabela 6 – Gradiente Rural-Urbano segundo Rodríguez e Saborío (2008).....	52
Tabela 7 – 2013 Rural-Urban Continuum Codes	60
Tabela 8 – Critérios de definição do rural em diversos países.....	66
Tabela 9 – Situações dos setores pelo IBGE.....	71
Tabela 10 – Estudos sobre índices de ruralidade	76
Tabela 11 – Variáveis utilizadas e incluídas por Cloke e Edwards	80
Tabela 12 – Classificação das mesorregiões brasileiras segundo os critérios da OCDE	97
Tabela 13 – Comparação dos resultados da metodologia da OCDE com os dados oficiais.....	101
Tabela 14 – Associação entre iluminação noturna perene e a tipologia da OCDE nos setores censitários.....	102
Tabela 15 – Associação entre setores rurais e urbanos pelos critérios da OCDE e a população contínua.....	104
Tabela 16 – Teste de médias para o tempo de deslocamento entre os setores rurais e urbanos de acordo com a metodologia da OCDE.....	105
Tabela 17 – Relação entre tempo de deslocamento e iluminação artificial nos setores censitários.....	129
Tabela 19 – Associação entre rural e urbano e gênero no Brasil	133
Tabela 21 – Associação entre rural e urbano e categoria religiosa no Brasil	135
Tabela 22 - Associação entre campo e cidade na escolaridade no Brasil	136
Tabela 23 – Associação entre campo e cidade na frequência escolar no Brasil	138
Tabela 24 – Associação entre rural e urbano e a classificação da profissão no Brasil	139
Tabela 25 – Média de horas trabalhadas no emprego principal segmentada em urbana e rural	140

Tabela 26 – Média de horas trabalhadas no emprego principal no campo	140
Tabela 27 – Associação entre rural e urbano e a status empregatício no Brasil	141
Tabela 28 – Associação entre campo e cidade com a classe do trabalhador no Brasil	142
Tabela 29 – Média da renda total da população brasileira segmentada em campo e cidade	142
Tabela 30 – Associação entre campo e cidade com o acesso à eletricidade no Brasil	143
Tabela 31 – Associação entre campo e cidade com o acesso à água no Brasil.....	144
Tabela 32 – Associação entre campo e cidade com o tipo de esgoto no Brasil.....	145
Tabela 33 – Associação entre campo e cidade com a existência de banheiro no Brasil	145
Tabela 34 – Média do número de cômodos segmentada em campo e cidade.....	146
Tabela 35 – Média do número de dormitórios segmentada em campo e cidade	148
Tabela 36 – Associação entre campo e cidade com o tipo de material de construção das residências no Brasil	149
Tabela 37 – Associação entre campo e cidade com o tipo propriedade das residências no Brasil	150
Tabela 38 – Associação entre campo e cidade e a existência de telefone fixo nas residências no Brasil	151
Tabela 39 – Associação entre campo e cidade e a o telefone celular nas residências no Brasil	152
Tabela 40 – Associação entre campo e cidade e a o aparelho televisor nas residências no Brasil	152
Tabela 41 – Associação entre campo e cidade e a maquina de lavar nas residências no Brasil	153
Tabela 42 – Associação entre campo e cidade e o refrigerador nas residências no Brasil	154
Tabela 43 – Associação entre campo e cidade e computador nas residências no Brasil	154
Tabela 44 – Associação entre campo e cidade e acesso a internet nas residências no Brasil	155
Tabela 45 – Associação entre campo e cidade e a presença de automóvel nas residências no Brasil	156

Tabela 46 – A relação entre os tipos ideais e as variáveis presentes no índice.....	161
Tabela 47 – Subíndice trabalho por mesorregião.....	167
Tabela 48 – Subíndice educação por mesorregião	174
Tabela 49 – Subíndice renda por mesorregião	181
Tabela 50 – Subíndice tempo de deslocamento por mesorregião	187
Tabela 51 – Subíndice iluminação por mesorregião	196
Tabela 52 – Índice de Caracterização de Territórios para as mesorregiões	203

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama analítico da proposta	6
Figura 2 – Divisão administrativa da República Federativa do Brasil.....	11
Figura 3 – Objetivos do uso das fontes de dados	13
Figura 4 – Rede de utilização dos termos ligados ao Modo de Vida.....	46
Figura 5 – Comparação das propostas de definições do rural do Banco Mundial e da CEPAL.....	51
Figura 6 – Imagens do projeto Nighttime Lights 2000 utilizados pela FAO na definição do rural	53
Figura 7– Tipologia rural/urbano oficial na Europa em 2013.....	54
Figura 8 – Extensão urbana no Brasil de acordo com o Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP)	62
Figura 9 – Comparação da Divisão administrativa oficial e dos resultados do GRUMP (exemplo de Cali, Colômbia).....	63
Figura 10 – Procedimentos para criação do Urban-Rural Index de Schlesinger.....	86
Figura 11 – Rede das citações dos artigos	89
Figura 12 – Tipologia regional da OCDE.....	93
Figura 13 – Tipologia regional da OCDE aplicada ao Brasil	95
Figura 14 – Tipologia regional da OCDE aplicada aos municípios brasileiros.....	100
Figura 15 – Tipologia Regional Estendida da OCDE.....	107
Figura 16 – Tempo de deslocamento ao centro urbano com mais de 50000 habitantes	109
Figura 17 – Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE para as regiões TL3 brasileiras	111
Figura 18 – Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE para as municipalidades brasileiras	112
Figura 19 – Diferenças entre a aplicação da metodologia do Eurostat e a da tipologia da OCDE para a Europa (mais urbanas)	115
Figura 20 – Diferenças entre a aplicação da metodologia do Eurostat e a da tipologia da OCDE para a Europa (mais rurais).....	116
Figura 21 – Aplicação da metodologia do Eurostat ao território Brasileiro	117
Figura 22 – Aplicação da metodologia do Eurostat para os municípios brasileiros	119

Figura 23 – Setores censitários que, em média, estão a menos de uma hora de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes	122
Figura 24 – Setores censitários que, em média, estão a mais de quatro horas de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes	123
Figura 25 – Percentual da população rural oficial e sob a metodologia proposta do banco mundial para os países da américa do sul e américa latina	124
Figura 26 – Regiões consideradas urbanas, considerando os critérios do Banco Mundial	125
Figura 27 – Relação entre as principais rodovias e o urbano na aplicação da metodologia proposta pelo Banco Mundial	126
Figura 28 – Setores censitários sem luzes perenes no ano de 2010	128
Figura 29 – Exemplo esquemático para o cálculo de índices	163
Figura 30 – Exemplo esquemático para cálculo de subíndices que passam pela transformação logarítmica.....	164
Figura 31 – Subíndice trabalho aplicado às mesorregiões brasileiras.....	171
Figura 32 – Boxplot da variável “percentual de população com ensino superior” agregada pelas mesorregiões brasileiras	177
Figura 33 – Subíndice educação aplicado às mesorregiões brasileiras.....	178
Figura 34 – O subíndice renda aplicado às mesorregiões brasileiras.....	184
Figura 35 – O subíndice tempo de deslocamento aplicado às mesorregiões brasileiras	191
Figura 36 – Efeito da iluminação artificial sobre os território, exemplo de Fernando de Noronha – PE	194
Figura 37 – O subíndice iluminação aplicado às mesorregiões brasileiras.....	200
Figura 38 – O Índice de Caracterização de Territórios aplicado às mesorregiões brasileiras	207
Figura 39 – O índice de caracterização dos Territórios aplicado aos municípios....	209

RESUMO

BRAGA, Gustavo Bastos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2015. **POR UMA CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadoras: Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo e Neide Maria de Almeida Pinto.

As Nações Unidas (2009) declararam que, o ano de 2007, foi a primeira vez na história da humanidade em que a maioria dos habitantes do mundo não vivia mais em áreas rurais. No entanto, pode-se perguntar: qual a concepção de rural foi adotada para sustentar tal afirmação? Os discursos acadêmicos e políticos sobre esse tema são controversos. Definir o que é o rural tem se constituído em um desafio secular, que se remete as origens da sociologia rural sem que haja consenso na literatura. Assumiu-se, nesta tese a perspectiva teórica de autores como Wirth, Lefebvre, Rambaud e Milton Santos, que concebem o espaço como dinâmico, como algo em movimento. Sendo assim, não se poderia definir à priori que o “campo” enquanto espaço físico seria em si mesmo “rural” ou que todo “município”, enquanto território física e legalmente delimitado, seria “urbano”. “Rural” e “urbano”, dentro desta concepção teórica são tomados como “atributos”, como modos de vida, que caracterizam o espaço em seu processo de metamorfose. Esta fundamentação teórica foi utilizada nesta tese para caracterizar os territórios, buscando-se se identificar neles os atributos relativos aos modos de vida neles presentes: rural e/ou urbano. Para tanto, se propôs a criação de um índice de caracterização de territórios, que pudesse subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas e facilitar a compreensão da dinâmica socioespacial dos territórios brasileiros. Assim, esta tese teve como objetivo principal a elaboração de um índice de caracterização dos territórios brasileiros, que não os tomasse a priori como “rural” ou “urbano”, mas que buscasse identificar nestes territórios, com base em variáveis relativas aos modo(s) de vida “rural” e “urbano”, os atributos que, de fato, caracterizavam a forma como as pessoas neles viviam. Buscou-se, para tanto, aplicar na caracterização dos territórios brasileiros diversas metodologias de definição do rural e do urbano já utilizadas por instituições internacionais, tais como, a da OCDE e do Eurostat/União Europeia na caracterização do espaço. Apesar das limitações intrínsecas a elaboração de um índice, os resultados apontaram para um Brasil no qual foi possível se perceber territórios localizados nas regiões centro-sul e nas regiões litorâneas com manchas de

ruralidade, como, também, mostrou na região norte e em regiões no interior do nordeste do país, manchas de urbanidade. Desconstruindo-se, assim, a perspectiva de um Brasil dual. Esta tese constatou, antes, que mesmo em nível de um município era possível perceber os hibridismo do modos de vida urbano e rural. Assim, esta tese apresenta elementos teórico-metodológicos para avançar na caracterização do espaço, avançando em termos da consideração de atributos puramente referentes à densidade demográfica para a caracterização dos mesmos. O censo do IBGE fornece variáveis socioculturais que podem tornar muito mais precisa a compreensão da dinamicidade do espaço habitado. Para além disto, pesquisas como esta podem contribuir para que o próprio IBGE reveja os critérios que utiliza para a classificação do espaço físico, considerando para tanto, variáveis sociodemográficas e, especificamente, aquelas relativas aos modos de vida presentes ao longo do vasto território brasileiro.

ABSTRACT

BRAGA, Gustavo Bastos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2015. **RURAL TERRITORY CHARACTERIZATION: THE RURALITY AS A LIFESTYLE.** Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-Advisers: Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo and Neide Maria de Almeida Pinto.

The United Nations (2009) was declared the year of 2007 as a first time, in the humanity history, the mostly people lives in non-rural areas. However, we can asking: “What is the conception of rural adopted to sustain this affirmation?” The academicals and political discourses are controversy about this topic. Understanding what is the rural is a secular challenge that refers the origins of rural sociology. This thesis accepts the theoretical approach of Wirth, Lefebvre, Rambaud, Milton Santos, among others. This approach concepts the space as a dynamical thing. Thus, we cannot to define the “rural” or “urban” as a physical space. “Rural” and “urban”, in this approach, are way of life, which characterize the space in its change process. This approach utilized to characterize the territories and identify, in these, the rural and/or urban way of life. Therefore, the thesis proposes an Index of Territory Characterization. This index might supports the development of public policies and facilitate understanding of the socio-spatial dynamics of the Brazilian territories. Thus, the thesis has a main goal create a Brazilian Index of Territory Characterization. This index not set a priori a territory as rural or urban. This index identify the inhabitant’s way of life and characterize the territory. In first, it is applied several methodologies to define the rural/urban in the Brazilian territory. It utilized, for example, OECD and Eurostat/European Union methodologies. Despite of inherent limitations of indexes elaboration, the results points to Brazilian center-south predominantly urban with rural spots. In the same, the Brazilian north was predominantly rural, but with urban spots. This way, it is not possible look for a dual Brazilian. The results notes, in municipality level, the way of life hybrid among rural and urban. Therefore, the thesis presents theory-methodological elements to increase the space characterization. Advancing in face of methods, which utilizes only population density, for define the rural. The IBGE census offers sociocultural variables. These variables could be used to understand the living space. Researches like this contributes to revise the rural classification criteria. Thereby contributing to understand the space as a way of life, manly in the Brazilian territory.

1 INTRODUÇÃO

As sociedades rurais vêm passando por fortes transformações em todo o mundo, em virtude da influência de uma série de fenômenos, tais como: o estreitamento das distâncias entre campo e cidade, mediante a melhoria das estradas e do acesso aos meios de transporte; a disseminação de tecnologias, nomeadamente, das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação); a maior participação dos habitantes do campo na sociedade de consumo; a ampliação da universalização dos direitos sociais e trabalhistas, os quais passam a chegar também aqueles que vivem no campo; dentre outros fatores. Tais mudanças têm recebido várias denominações, tais como: “novo rural” (SILVA; GROSSI, 1998), “nova ruralidade” (CARNEIRO, 1999, 1998) ou “urbanização da sociedade rural”, Rambaud, (1973), Wirth (2005), Lefebvre (1971; 1999), Endrich (2010).

O que se percebe, nestas categorias utilizadas para expressar as transformações pelas quais as sociedades rurais vêm passando é uma imprecisão em torno do próprio conceito de rural. Esta imprecisão conceitual extrapola os limites teóricos e acarreta dificuldades de operacionalização empírica, como na formulação de políticas públicas e de estratégias de intervenção social. Muitas vezes os pesquisadores utilizam a categoria rural tomando-a como algo dado, sem sequer defini-la, deixando em aberto à concepção teórica que sustenta a sua aplicação, como se isto fosse uma redundância. Esta imprecisão na utilização do conceito de “rural” acontece tanto na literatura acadêmica, quanto nas organizações internacionais e nos governos. Coca et al. (2012) são alguns dos autores que se preocuparam com a dificuldade em definir o conceito de “rural”, demonstrando o quão confusa é a concepção econômico-geográfico-sociológica deste conceito.

Defendemos nesta tese que o entrelaçamento da concepção de “rural” como “espaço físico” e, também, como “campo” traz muitas confusões interpretativas. Por exemplo, muitos estudos na área de sociologia rural, como em Peixoto (2004) e Nunes e Pinto (2009), ao se referirem à “morte do rural”, não estão querendo se referir à morte do espaço físico. No entanto, a falta de uma fundamentação teórica para “rural” faz com que ao se tratar de outras manifestações, tais como: do “revival do rural”, do “novo rural”, das “urbanidades do rural”, do “espaço rural” dentre tantas outras expressões, o rural seja tomado ora como “espaço físico”, ora como “modo de vida” e, outras vezes, como uma interação entre os dois. Assim, tomar rural, ao mesmo tempo como “espaço físico” e como “modo de vida” pode trazer várias

dificuldades analíticas. Assim, nesta tese não se tratará por “rural” aquilo que se refere às características relativas a um “espaço físico” caracterizado por sua baixa densidade populacional e pela relativa importância das atividades primárias, como a agricultura e o extrativismo vegetal e mineral. Este espaço físico, caracterizado por estes atributos, pode assumir a dimensão espacial de “campo”, de aldeia, de vila, de pequeno município, de território, mas não de rural, se o assumirmos como um modo de vida distinto.

O propósito desta tese foi o de não predefinir um determinado espaço físico como sendo rural ou urbano. Desta forma, não se presume que campo e município sejam sinônimo de rural e urbano, respectivamente. Assume-se nesta tese o espaço como metamorfose, no sentido concebido por Santos (1996). Para o autor o espaço pode revelar características rurais ou urbanas, mas isto não está dado à priori. Segundo ele, os “territórios agrícolas” podem conter cidades, assim como os “territórios urbanos” que continham campos. Ou seja, o espaço é concebido de forma multifacetada, como algo em movimento, que não está dado, pronto, mas que se metamorfoseia, na sua constante interação com o homem e com as forças da natureza.

Desta forma, trabalhamos nesta tese com um marco teórico elaborado a partir do suporte analítico de quatro grandes pensadores que construíram suas obras analisando as transformações pelas quais passam as sociedades humanas: Wirth (2005), Rambaud (1969), Lefebvre (1971; 1999) e Santos (1996). Em comum, estes autores de diferentes momentos da história humana, têm o fato de interpretar as metamorfoses do espaço, o seu processo de constituição, não o tomando como definido à priori. Complementam e atualizam os pressupostos teóricos abertos por estes autores clássicos, os estudos de outros pesquisadores contemporâneos que têm procurado imprimir maior rigor conceitual à categoria “rural”, não a utilizando indistintamente como sinônimo de “campo”, “espaço rural”, “ruralidade”, “novo rural”, “meio rural”. Dentre estes autores os geógrafos têm destaque, aparecendo de forma crescente, tais como: Ferrão (2000), Remoaldo (2002), Cavaco (2004, 2005), Sposito e Whitacker (2010).

Assim, nesta tese compreende-se o espaço (campo) e o tempo (modo de vida), em constante interação e movimento, mas como contendo características distintas. Assim, “campo”, “aldeia”, “vila”, “cidade”, “território”, são tomados como espaços físicos que podem manifestar “modos de vida rurais e/ou urbanos”. Desta forma, a caracterização do espaço físico através da utilização de índices, é o propósito desta tese. O índice é uma forma de precisar os contornos e dimensões urbanas e rurais que o espaço pode manifestar. A

utilização de índices de caracterização do espaço não é uma ideia propriamente nova, sendo encontrados diferentes índices na literatura acadêmica. Encontram-se índices de ruralidade, denominação mais comum para os índices de caracterização de territórios urbanos/rurais, em um vasto número de estudos no Reino Unido, em Portugal, na Espanha e em vários outros países europeus, assim como, em alguns países da América Latina e mesmo em algumas regiões do Brasil. No entanto, muito poucos destes índices concebem o espaço através da intervenção humana. A perspectiva proposta no decorrer desta tese é a de caracterizar o espaço segundo as manifestações dos modos de vida rurais e/ou urbanos.

Estes índices referentes à caracterização do espaço, incorrem para além da imprecisão conceitual, em um outro risco, ao não considerarem as especificidades relativas a cada país, região e demais espaços físicos. Todavia, as experiências de aplicação de índices de caracterização do espaço elaborados em outros países podem ajudar na elaboração do índice ora proposto, com a vantagem deste ser voltado para as especificidades relativas ao Brasil. Ainda que, o índice proposto nesta tese possua as mesmas limitações intrínsecas a qualquer índice, como a falta de dinamicidade, a limitação dos dados e a impossibilidade de se chegar ao nível do indivíduo na análise.

A caracterização do território através de um índice que aponte as suas características rurais e/ou urbanas, segundo o modo de vida nele presente, pode vir a oferecer inúmeros benefícios práticos, especialmente, no âmbito das políticas públicas. Neste sentido, destaca-se, que este estudo irá trabalhar com a concepção de “território” e não de “espaço”, em função das políticas públicas brasileiras, como as que atuam desenvolvimento rural, estarem configuradas para a atuar em territórios. Esta é uma escolha puramente pragmática, que tem o intuito de facilitar a aplicação do índice de caracterização, aqui proposto, aos territórios demarcados pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Desta forma, a fim de definir a concepção teórica de território que norteará a aplicação do índice proposto nesta pesquisa, se optou pela concepção de território desenvolvida por Gomes (2015). A autora sintetiza as concepções de Claude Raffestin (1993) e Saquet (2007), concebendo como território um espaço criado pelo ser humano através de suas territorialidades políticas, econômicas e culturais, bem como pelas redes de circulação e comunicação por ele criadas, manifestando, portanto, dimensões materiais e imateriais, as quais envolvem, também, necessidades culturais e ambientais. Assim, para Gomes (2015), o território pode ser entendido como o quadro de vida que permite aos grupos e sujeitos a (re) produção da própria existência através do controle do espaço, das pessoas e dos fenômenos

pertinentes a cada situação por eles vivida. Segundo Santos (1996, 2000) os territórios poderiam ser classificados como “territórios agrícolas” e “territórios urbanos”, sendo ambos compostos por campos e cidades, com relações entre os setores da economia (primário, secundário e terciário) de intensidades diferenciadas.

Contudo, para se caracterizar o território como tendo dimensões rurais e/ou urbanas o grande desafio, sem dúvida, é a própria conceptualização de “rural”. Nesse sentido questiona-se nesta tese: Poderíamos continuar a caracterizar o campo como rural no Brasil, tomando o rural sob a perspectiva do modo de vida? Se, sim, em que territórios? Usando que tipo de características? Poder-se-ia conceber, ainda, que o Brasil apresentaria, também, um campo urbanizado? Se, sim, em que territórios e em que aspectos?

1.1 Objetivo Geral

Caracterizar os territórios em diferentes regiões brasileiras, utilizando na caracterização dos mesmos, um índice com atributos relativos aos modos de vida “rural” e/ou “urbano” neles presentes.

1.2 Objetivos Específicos

1- Utilizar as experiências de construção de índices de ruralidade desenvolvidas em países como Portugal, Reino Unido, Turquia e Estados Unidos, inserindo as variáveis balizadoras do índice de ruralidade que tais países adotaram, dentro do campo conceitual adotado na pesquisa;

2- Identificar nas bases de dados existentes no Brasil, as variáveis para utilização na caracterização dos territórios nas diferentes regiões brasileiras;

3- Aplicar, no Brasil, as metodologias de caracterização de “territórios rurais” utilizadas por organismos internacionais;

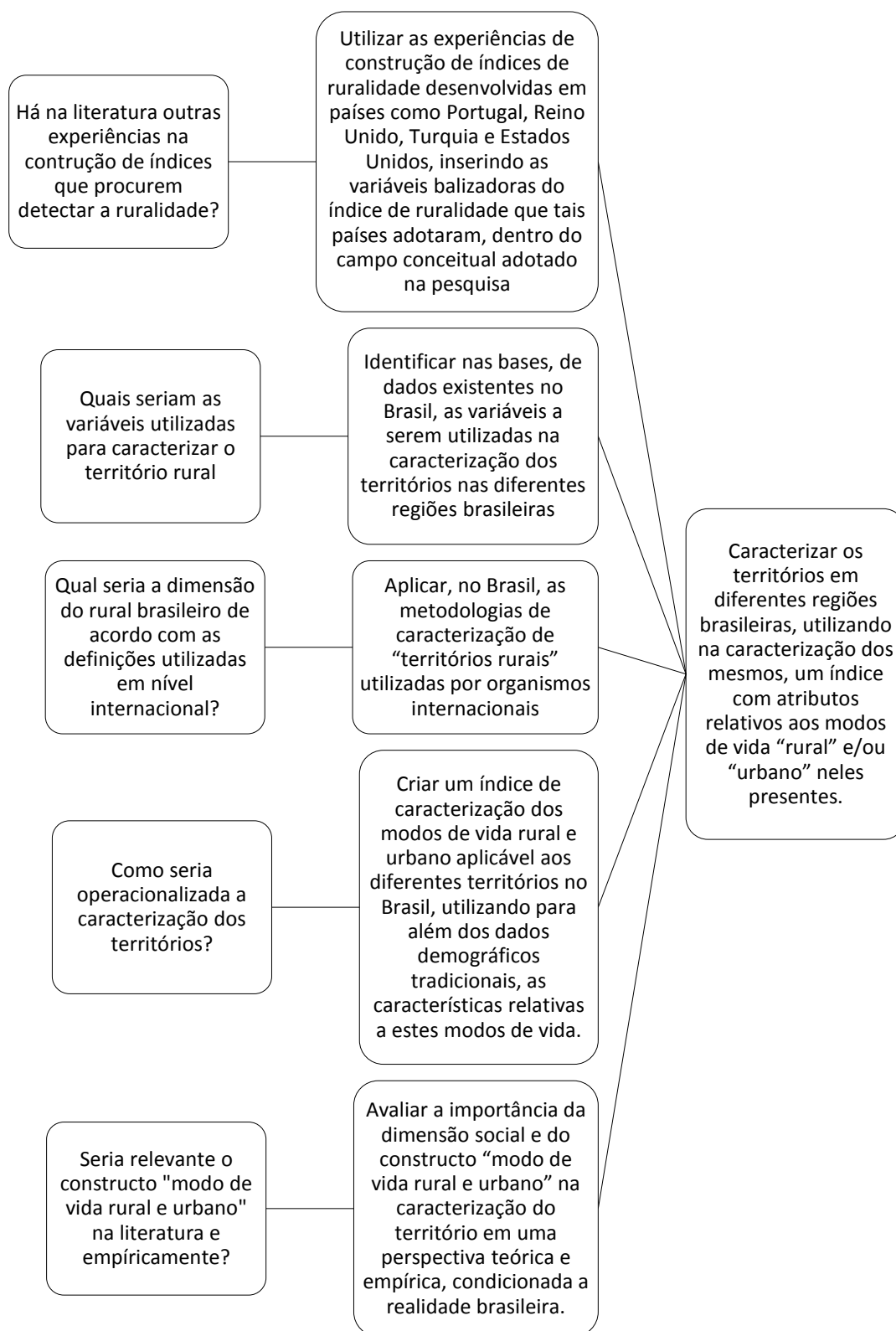
4- Criar um índice de caracterização dos modos de vida rural e urbano aplicável aos diferentes territórios no Brasil, utilizando para além dos dados demográficos tradicionais, as características relativas a estes modos de vida.

5- Avaliar a importância da dimensão social e do constructo “modo de vida rural e urbano” na caracterização do território, em uma perspectiva teórica e empírica, condicionada a realidade brasileira.

1.3 Descrição analítica da proposta

A caracterização do território proposta nesta tese traz como diferencial e vantagem em relação aos outros estudos já elaborados, a agregação das dimensões constitutivas dos modos de vida rural e urbano às variáveis demográficas tradicionalmente utilizadas para distinguir esses constructos. Parte-se, nesta tese, portanto, da análise das outras experiências já retratadas na literatura acadêmica de construção de índices de ruralidade, identificando nas mesmas as variáveis utilizadas em sua composição. Após esta revisão e análise da literatura relativa à caracterização do território se discutirá o constructo teórico que fundamenta a elaboração dos tipos ideais relativos aos modos de vida rural e urbano que serão aplicados na caracterização do território em diferentes regiões brasileiras. A Figura 1 sintetiza graficamente a descrição analítica da proposta.

Figura 1 – Diagrama analítico da proposta



Fonte: Elaboração própria

A Tabela 1, a seguir, também apresenta a síntese dos procedimentos metodológicos de coleta e análise utilizada para alcançar cada um dos objetivos elaborados nesta tese.

Tabela 1 – Delineamento metodológico

Objetivo geral	Objetivos específicos	Abordagem	Estratégia/ Instrumentos	Técnicas de análise
Caracterizar os territórios em diferentes regiões brasileiras, utilizando na caracterização dos mesmos, um índice com atributos relativos aos modos de vida “rural” e/ou “urbano” neles presentes.	Utilizar as experiências de construção de índices de ruralidade desenvolvidas em países como Portugal, Reino Unido, Turquia e Estados Unidos, inserindo as variáveis balizadoras do índice de ruralidade que tais países adotaram, dentro do campo conceitual adotado na pesquisa;	Quali-quantitativa	Dados Secundários	Pesquisa bibliográfica e Análise de redes
	Identificar nas bases, de dados existentes no Brasil, as variáveis a serem utilizadas na caracterização dos territórios nas diferentes regiões brasileiras;	Quantitativa	Dados Secundários	Análise Exploratória de Dados Testes estatísticos de comparação de médias e de associação
	Aplicar, no Brasil, as metodologias de caracterização de “territórios rurais” utilizadas por organismos internacionais;	Quantitativa	Dados Secundários	Metodologias de instituições internacionais
	Criar um índice de caracterização dos modos de vida rural e urbano aplicável aos diferentes territórios no Brasil, utilizando para além dos dados demográficos tradicionais, as características relativas a estes modos de vida.	Quantitativa	Dados Secundários	Metodologia criada baseada nos métodos de criação de índices das Nações Unidas
	Avaliar a importância da dimensão social e do constructo “modo de vida rural e urbano” na caracterização do território em uma perspectiva teórica e empírica, condicionada a realidade brasileira.	Quali-Quantitativa	Dados Secundários	Pesquisa bibliográfica

Fonte: Elaboração própria.

1.4 Estrutura da tese

A tese está estruturada em oito capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que aportam esta tese. No segundo capítulo são apresentadas as concepções de rural, argumentando-se no sentido de fundamentar a relação do modo de vida na caracterização do território. No terceiro capítulo é discutida a definição de rural e ruralidade utilizados pelos governos e pelos organismos internacionais, inclusive a forma do governo brasileiro. No quarto capítulo são expostos os diversos índices de ruralidade publicados em periódicos indexados. Esses índices de ruralidade são analisados de forma a contextualizá-los face aos países em que foram aplicados, bem como são apresentadas as variáveis utilizadas na definição do constructo de ruralidade. Após esses capítulos teóricos, no terceiro capítulo, é exposta a metodologia utilizada. No quarto capítulo serão aplicadas, no território brasileiro, diversas metodologias de caracterização de ruralidade empregadas internacionalmente. No quinto capítulo é apresentada a aplicação de metodologias internacionais para a delimitação do rural e do urbano no território brasileiro. No sexto capítulo é realizada uma análise dos modos de vida dos brasileiros que vivem no campo e na cidade. No sétimo capítulo o Índice de Caracterização de Territórios é apresentado, bem como a sua aplicação em todo o território brasileiro, em nível mesorregional e em nível municipal. No oitavo e último capítulo são apresentadas as principais conclusões desta tese.

1.5 Aplicabilidade da pesquisa

A caracterização do território segundo o modo de vida rural e/ou urbano pode subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas de forma mais precisa e diversificada, ao apontar os aspectos rurais e urbanos existentes no campo, nas vilas e em pequenas cidades. A melhor compreensão do território, segundo o modo de vida nele existente, pode auxiliar empiricamente na identificação das distintas facetas dos territórios pesquisados. Essa pesquisa pode auxiliar, ainda, a fornecer informações que minorem as inadequações decorrentes da distinção administrativa entre rural e urbana realizada pelas prefeituras municipais no Brasil (IBGE, 2013a). Tal divisão, rural/urbano, está associada aos interesses envolvendo os rendimentos do município, dado que os impostos territoriais urbanos no Brasil são repassados diretamente ao município e os impostos territoriais rurais são repassados aos cofres da União. Assim, uma alteração na forma como é caracterizado o território implicaria na mudança, em

alguns casos de forma drástica, na divisão da receita pública entre União e Municípios (BRASIL, 1988).

Esse fato faz com que territórios similares, em municípios vizinhos, possam ser considerados em um caso urbano e, em outro, rural. Isso acarreta graves problemas à população que necessita de políticas públicas voltadas para a sua realidade, urbana ou rural. Por exemplo, a eletricidade no campo recebe subsídios e tem o preço do quilowatt/hora menor. Como não há critério objetivo para definir o que é rural e urbano no Brasil, é possível, pela lei brasileira, que alguém que resida no centro de um grande centro urbano, como Belo Horizonte, acesse esse benefício, desde que a prefeitura local determine essa área como rural. (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013; BRASIL, 1988). Um produtor rural que tem um pequeno sítio, mas que pelos critérios da prefeitura, fique em uma “área urbana”, fica impedido de acessar políticas públicas que seriam benéficas para ele, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Esses limitadores impactam diretamente no acesso à tecnologia para esses produtores, impossibilitando, até mesmo, o acesso à extensão rural (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2015; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Para além das implicações econômicas e sociais, como as apresentadas nos exemplos descritos, há ainda implicações ambientais. Já que o Novo código florestal (2012) dispõe de normas diferenciadas para áreas “rurais” e “urbanas”. Por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente no entorno dos lagos e lagoas naturais são de 100 metros nas áreas consideradas como rurais e de, apenas, 30 metros em áreas consideradas como urbanas. Desta forma um incremento desmedido de áreas consideradas como urbanas pode trazer sérias consequências às iniciativas de proteção ambiental.

O índice também poderá afetar a renda dos cidadãos brasileiros dado que, por exemplo, as tarifas de energia elétrica das regiões consideradas rurais no Brasil têm subsídio. Além disso, existe a possibilidade de os habitantes nas regiões consideradas rurais obterem empréstimos bancários a uma taxa de juros diferenciada (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013). O estudo, por fim, interessa também aos estudiosos das problemáticas relativas ao campo, já que a forma de o caracterizá-lo é fundamental para se detectar as suas facetas rurais e/ou urbanas. Há, por fim, uma potencial possibilidade de replicação deste estudo em outros países, facilitando assim as comparações entre os territórios a partir dos modos de vida rural e/ou urbano de seus moradores, nas mais diversas regiões do globo.

CAPÍTULO 1

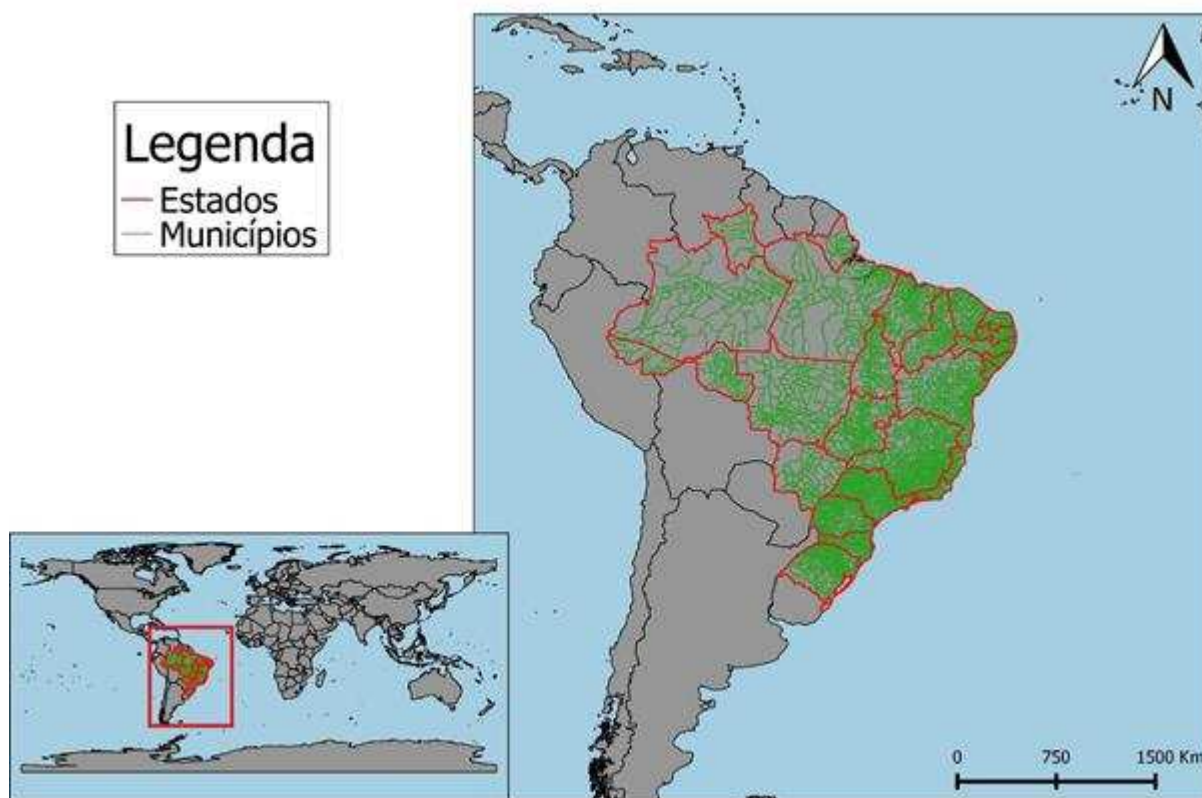
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa. Empregou-se, nesta investigação, uma combinação de desenhos de pesquisa qualitativos e quantitativos. Os métodos de pesquisa qualitativos se voltaram para a análise das concepções teóricas de rural, elaboradas no universo acadêmico e pelas instituições governamentais, nacionais e internacionais. Já os métodos de pesquisa quantitativos tiveram um caráter cross-sectional, com a extração de dados secundários de base de dados como a do IBGE, da NASA, da Universidade de Minnesota (EUA), dentre outras.

1.1 Caracterização do universo pesquisado

Para aplicação do índice de caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano, o qual será apresentado no capítulo 7 desta tese, tomou-se por base toda a população residente no território brasileiro, no ano de 2010, período em que foi realizado o último censo demográfico brasileiro. Dessa forma, o universo pesquisado foi composto por 190.822.750 pessoas, 67.569.688 domicílios, compreendidos em 5565 municípios e 26 Estados, além do Distrito Federal. A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul, sendo o quinto maior país do mundo em população e território. Sua divisão administrativa possui três níveis: a União, que corresponde a todo território nacional; os Estados e o Distrito Federal, que são unidades da federação que gozam de relativa autonomia; e, os Municípios, que também são as menores unidades administrativas da Federação e também possuem relativa autonomia (IBGE, 2013a). A Figura 2 mostra a localização do território brasileiro, assim como a sua divisão administrativa.

Figura 2 – Divisão administrativa da República Federativa do Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2013a).

Como é possível visualizar no mapa, a divisão administrativa brasileira não é homogênea, tendo municípios com área superior a vários países como o caso de Altamira no Estado do Pará, que possui 159.533,73 km² e municípios com menos de 10 km², como no caso de Santa Cruz de Minas, no Estado de Minas Gerais, que possui 3,65 Km². Em termos de população, observa-se, também, grande heterogeneidade, como no caso de São Paulo, capital do Estado homônimo, que possuía, em 2010, uma população de 11.253.503 habitantes, enquanto o município de Borá no mesmo Estado possuía, no mesmo ano, apenas 805 habitantes. No que tange à definição legal de rural e urbano no Brasil, todo o município deve ter pelo menos uma área urbana, contudo, não necessariamente, uma área rural. Cabe ao governo municipal definir os limites entre o urbano e o rural, e não há nenhum critério estabelecido nacionalmente para o mesmo. Sendo assim, a classificação da área urbana e rural de um município resultaria basicamente da vontade dos governantes brasileiros sobre o que é ou não rural. Seguindo esses critérios, em 2010, 84,4% da população brasileira foi classificada como urbana (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013).

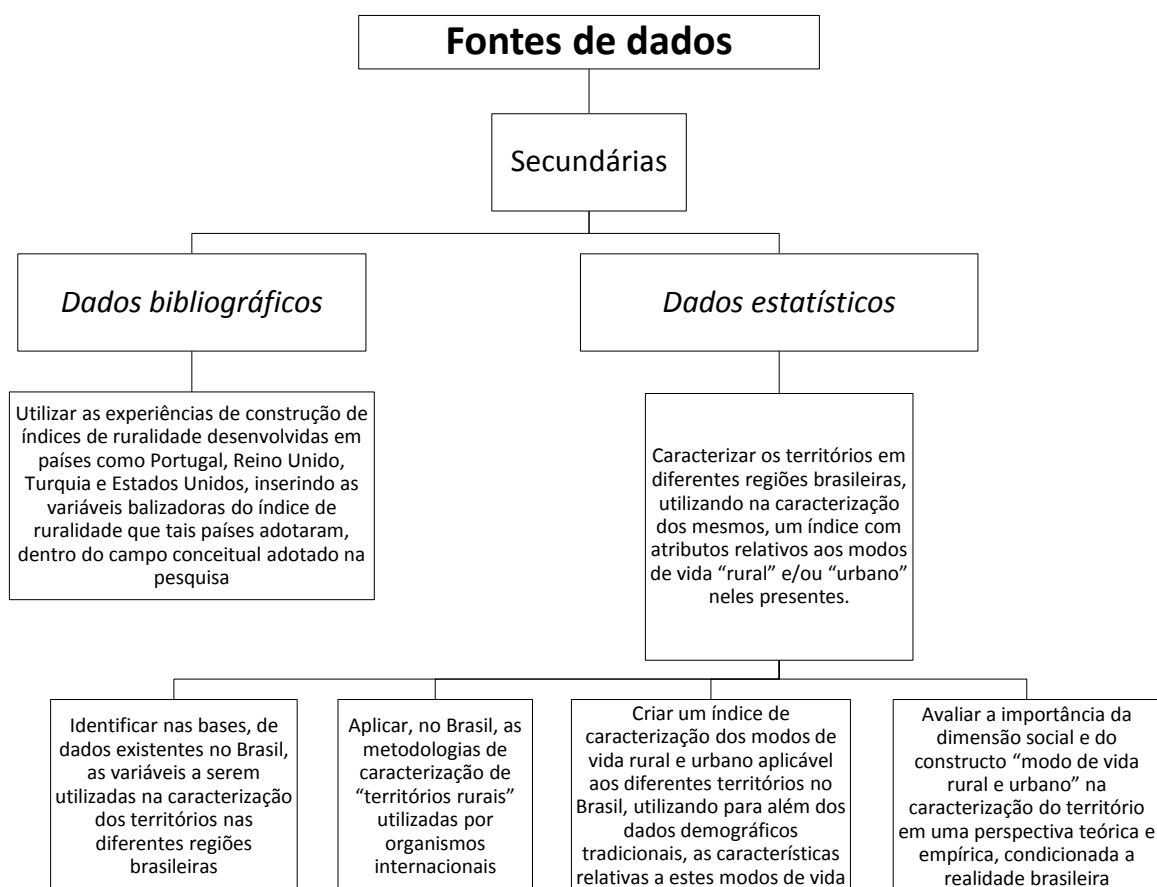
1.2 As fontes de informação da pesquisa

Foram utilizadas para a elaboração desta tese fontes de natureza secundária. As fontes de dados secundárias são compostas por dados estatísticos e bibliográficos. Os dados bibliográficos foram obtidos de periódicos, teses e revistas indexadas e livros e bases de dados internacionais e informações de organismos internacionais, com esses dados foi possível analisar o estado da arte da temática proposta e oferecer o embasamento teórico necessário à elaboração dessa tese. Os dados estatísticos foram obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; no projeto Integrated Public Use Microdata Series, International – IPMUS-International, criado pelo Minnesota Population Center, University of Minnesota; Join Research Center; pela NASA/CIESIN, através da Columbia University; e pelo National Geophysical Data Center, órgão ligado a National Oceanic and Atmospheric Administration do governo Norte-Americano. Estas entidades forneceram os dados necessários para a aplicação do Índice de Caracterização do Territórios, ao Brasil.

Através IBGE foram obtidas as bases cartográficas necessárias para o cálculo de área e para a apresentação dos resultados em cada setor censitário brasileiro, o qual se constitui no menor nível de desagregação dos dados em escala nacional. Também foram obtidas no IBGE informações relativas à caracterização do território nacional e dados de outras pesquisas promovidas pelo órgão que auxiliaram na compreensão dos resultados obtidos pelo referido instituto. Outra fonte de informação foi o projeto Integrated Public Use Microdata Series, International – IPMUS. Através deste projeto foram obtidos os microdados harmonizados do censo demográfico brasileiro de 2010. Com esses dados e com os dados disponibilizados pelo IBGE (2013b) se obteve as informações que viabilizaram o alcance do objetivo principal desta pesquisa, que foi o de caracterizar todo o território nacional segundo os modos de vida rural e/ou urbano.

Foram coletados, também, dados do Join Research Center relativos aos tempos de deslocamento em todo território brasileiro. A NASA/CIESIN disponibiliza diversos dados relativos aos impactos humanos em todo o território brasileiro, bem como dados de satélites, que auxiliaram na aplicação de diversas metodologias de delimitação do território brasileiro segundo o modo de vida rural e/ou urbano. Por fim, a National Geophysical Data Center disponibilizou para a pesquisa dados do satélite F18 que monitora as luzes noturnas em todo mundo. A Figura 3, a seguir, apresenta as fontes de dados utilizadas nesta pesquisa, destacando a finalidade com que cada uma foi utilizada.

Figura 3 – Objetivos do uso das fontes de dados



Fonte: Elaboração própria.

Como apresentado na figura anterior, as fontes de dados estavam em consonância com cada um dos objetivos propostos nesta tese. Uma vez apresentadas as fontes de dados que viabilizaram o alcance dos objetivos propostos, serão apresentados, no próximo tópico, os métodos utilizados para o alcance dos mesmos.

1.3 Apresentação dos métodos e softwares utilizados

Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos para atingir os objetivos propostos nesta tese. Os mesmos serão apresentados neste item, destacando-se os seus pressupostos, as suas limitações e potencialidades. Cada método empregado correspondia a

um dos objetivos propostos. Na

Tabela 2 o delineamento metodológico da pesquisa é sintetizado, assinalando-se o capítulo em que foi utilizado.

Tabela 2 – Delineamento metodológico por capítulo

Capítulo	Técnica de análise	Abordagem	Tipo de dados	Tipo de fontes	Escopo do uso da técnica
2 - A BUSCA POR UM CONCEITO DE RURAL	Pesquisa bibliográfica	Qualitativa	Dados Secundários	Dados bibliográficos	Compreender o estado da arte da discussão sobre o tema.
	Análise de redes	Quali-Quantitativa	Dados Secundários	Dados Bibliográficos	Compreensão das relações entre as terminologia, suas abordagens e entendimento do estado da arte do tema.
3 - A UTILIZAÇÃO DOS ENFOQUES EMPÍRICOS DE RURAL E URBANO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	Pesquisa bibliográfica	Qualitativa	Dados Secundários	Dados bibliográficos	Compreender o estado da arte da discussão sobre o tema.
4 - HISTÓRICO DOS ÍNDICES DE RURALIDADE	Pesquisa bibliográfica	Qualitativa	Dados Secundários	Dados bibliográficos	Compreender o estado da arte da discussão sobre o tema.
	Análise de redes	Quali-Quantitativa	Dados Secundários	Dados Bibliográficos	Compreensão das relações entre autores, suas abordagens e entendimento do estado da arte do tema.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Delineamento metodológico (Continuação)

Capítulo	Técnica de análise	Abordagem	Tipo de dados	Tipo de fontes	Escopo do uso da técnica
5 - APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS INTERNACIONAIS AO BRASIL	Cálculo da área	Quantitativa	Dados secundários	Dados cartográficos	Cálculo da área e da densidade demográfica em cada setor censitário
	Método zonal statistics	Quantitativa	Dados secundários	Dados cartográficos	Verificar a presença das variáveis obtidas em arquivos raster em nível de mesorregiões
	Métodos de organismos internacionais	Quantitativa	Dados secundários	Dados cartográficos e estatísticos	Aplicar, no território brasileiro, as metodologias de definição de rural e urbano existente
	Testes de média	Quantitativa	Dados Secundários	Dados estatísticos	Comparar variáveis escalares nos setores classificados como rurais e urbanos pelos métodos internacionais

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Delineamento metodológico (Conclusão)

Capítulo	Técnica de análise	Abordagem	Tipo de dados	Tipo de fontes	Escopo do uso da técnica
6 - OS DADOS CENSITÁRIOS REFERENTES AOS MODOS DE VIDA DOS BRASILEIROS E A SUA APLICABILIDADE NA ELABORAÇÃO DE ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS BRASILEIROS	Análise Exploratória de Dados (AED)	Quantitativa	Dados Secundários	Dados estatísticos	Explorar as características dos modos de vida dos brasileiros
	Testes de média	Quantitativa	Dados Secundários	Dados estatísticos	Comparar variáveis escalares socioeconômicas entre campo e cidade
	Teste de Qui-quadrado de Pearson	Quantitativa	Dados Secundários	Dados estatísticos	Verificar a associação em variáveis nominais socioeconômicas entre campo e cidade
	Teste de V de Cramér e D de Somers	Quantitativo	Dados Secundários	Dados estatísticos	Verificar a intensidade da associação em variáveis nominais socioeconômicas entre campo e cidade
	Testes de média	Quantitativa	Dados Secundários	Dados estatísticos	Comparar variáveis escalares socioeconômicas entre campo e cidade
7 - ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO APLICADO AO BRASIL	Metodologia elaborada pelo autor, baseada em metodologias da Organização Nações Unidas	Quantitativa	Dados Secundários	Dados cartográficos e estatísticos	Criar e aplicar um índice de caracterização de territórios rurais

Fonte: Elaboração própria.

Para a aplicação dos métodos e técnicas de análise enumeradas na

Tabela 2 foram utilizados diversos softwares que auxiliaram nos cálculos necessários. Para as análises estatísticas foi utilizado o software IBM SPSS versão 22, além do software SDA: Survey Documentation and Analysis (IBM CORP, 2013; UNIVERSITY OF

CALIFORNIA, 2014). Nas análises estatístico-espaciais e na plotagem dos resultados foram utilizados o software Terraview versão 4.2.2 e o QGIS 2.10.1 (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2014; QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM, 2014). Nos tópicos subsequentes serão apresentadas as técnicas expostas na

Tabela 2, Primeiramente serão explicitadas as técnicas estatísticas, em seguida os métodos estatístico-espaciais e, por último, a técnica derivada da teoria da decisão, a análise multicritério.

1.3.1 Análise exploratória de dados – AED

A Análise Exploratória de Dados conhecida pela sigla AED consiste no uso de múltiplas técnicas estatísticas descritivas para melhor compreender a amostra em estudo. Nessa tese, essa técnica foi utilizada em todas as variáveis estudadas, sendo empregada nas variáveis escalares, quando possível, as medidas de média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação, intervalo de confiança da média, assimetria e curtose. Para as variáveis nominais foram analisadas as frequências, a fim de compreender a distribuição das variáveis estudadas.

1.3.1.1 Teste T de médias

O Teste T de médias para amostras independentes, conhecido internacionalmente como Student's T Test, foi publicado pela primeira vez em 1908 na revista *Biometrika* pelo químico William Sealy Gosset que utilizou o pseudônimo de Student. Gosset utilizava o teste como uma forma de monitorar a qualidade da cerveja em uma fábrica, motivo pelo qual foi impedido de utilizar seu nome real, pois a fábrica onde Gosset trabalhava o impediu de publicar dados confidenciais (PEARSON et al., 1990; STUDENT, 1908). Sendo um teste relativamente de simples aplicação, o Teste T para uma amostra pode ser representado pela seguinte fórmula.

$$t = \frac{\bar{x} - \mu_0}{\frac{s}{\sqrt{n}}}$$

onde \bar{x} é a média da amostra, μ_0 é o valor a ser comparado pela média da amostra, s é o desvio padrão da amostra e n é o tamanho amostral. O Teste T também pode ser aplicado para duas amostras e varia sua forma de cálculo se a amostra possuir tamanhos iguais ou diferentes e variâncias iguais ou diferentes. Para amostras de tamanho igual e variâncias iguais a fórmula de cálculo pode ser apresentada por:

$$t = \frac{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}{S_{x_1x_2} \cdot \sqrt{\frac{2}{n}}} \quad \text{Onde: } S_{x_1x_2} = \sqrt{\frac{S_{x_1}^2 + S_{x_2}^2}{2}}$$

Havendo tamanhos e variâncias diferentes para as amostras a fórmula a ser utilizada é:

$$t = \frac{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}{S_{x_1x_2} \cdot \sqrt{\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2}}} \quad \text{Onde: } S_{\bar{x}_1 - \bar{x}_2} = \sqrt{\frac{s_1^2}{n_1} + \frac{s_2^2}{n_2}}$$

E a última fórmula para o Teste T quando tanto o tamanho da amostra quanto as variâncias das mesmas são diferentes pode ser representada por:

$$t = \frac{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}{S_{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}} \quad \text{Onde: } S_{\bar{x}_1 - \bar{x}_2} = \sqrt{\frac{s_1^2}{n_1} + \frac{s_2^2}{n_2}}$$

Nessa tese para avaliar qual a fórmula mais adequada em cada situação foi utilizado o Teste de Levene para igualdade de variâncias.

1.3.1.2 Testes de Qui-quadrado de Pearson, V de Cramér e D de Somers para variáveis binárias

Para visualizar se havia associação entre as variáveis de natureza qualitativa e à sua respectiva localização, na cidade ou no campo, foi realizado o teste de Qui-quadrado de Pearson (1900). O cálculo do Qui-quadrado de Pearson foi realizado utilizando a fórmula:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^n \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

Sendo χ^2 o valor da estatística de Chi-quadrado de Pearson a qual assintoticamente segue a distribuição de Chi-quadrado; O_i é a frequência observada; E_i é a expectativa da frequência; e, n é o número de células na tabela de associação. Além do teste de chi-quadrado de Pearson foi calculado o V de Cramér (1999) que possibilita mensurar a associação entre

duas variáveis para a obtenção de valores entre 0 (associação nula) a 1 (máxima associação). O Cálculo do V de Cramér segue a seguinte fórmula:

$$\phi_c = \sqrt{\frac{\chi^2}{N(k-1)}}$$

Onde ϕ_c é o V de Cramér calculado; χ^2 é o valor obtido do Chi-quadrado de Pearson; N é o número total de observações; e, k é o número de linhas e colunas na tabela de associação. Outra medida de associação utilizada para os dados ordinais ou binários, foi o D de Somers para duas variáveis binárias, é definido pela diferença entre o número de pares concordantes e o número de pares discordantes divididos pelo número total de pares não vinculados a variável independente, e seus valores vão de -1 a +1. Quanto mais próximos desses extremos maior é a relação entre as variáveis, enquanto valores próximos a zero indicam que há pouca, ou nenhuma, relação entre as variáveis. Assim, o D de Somers entre duas variáveis binárias é a diferença entre proporções (NEWSON, 2009).

1.3.2 Cálculo de área de bases de dados georreferenciadas em polígonos irregulares

Para calcular as áreas dos setores censitários brasileiros foi utilizado o software Terraview e as bases de dados georreferenciadas dos respectivos setores. Para se calcular a área nos arquivos shapefiles disponibilizados pelo IBGE deve-se definir a projeção e o Datum adequado para o cálculo de área. O IBGE disponibiliza os mapas na projeção LatLong e o Datum Sigras 2000. No entanto, para o cálculo da área a projeção LatLong não é a mais adequada. O problema em se utilizar essa projeção é devido ao fato de que um grau de longitude varia de 0 km no polo sul a 111.2 km no Equador, sendo o Brasil um país de grandes proporções latitudinais, essas diferenças podem distorcer os resultados. Assim, foi utilizada para o cálculo da área a Projeção Cônica de Albers, a mais indicada na aplicação de Sistemas de Informação Geográficos – SIG, devido ao fato dela ter a propriedade de não possuir fusos e preservar a área (DIEULIN et al., 2006). Uma vez definida a projeção foi utilizado o algoritmo disponibilizado pelo software Terraview para cálculo de área (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2014). Apesar da robustez do algoritmo utilizado, há limitações quanto aos resultados, uma vez que como foram utilizados mapas bidimensionais foi desprezada nos resultados a diferença no tamanho da área derivada da oscilação da altitude. Quanto às demais metodologias utilizadas, a análise de redes e os procedimentos utilizados na criação do índice de caracterização dos territórios segundo o

modo de vida rural e urbano serão detalhados no capítulo em que forem utilizados em função de ser mais coerente detalhar estes procedimentos mediante o contexto das análises a eles relacionados. No capítulo 2, será apresentada a metodologia da elaboração de redes, a qual foi utilizada para detalhar o tipo de relação estabelecida entre os pesquisadores que elaboraram as definições relativas ao conceito de rural.

CAPÍTULO 2

A BUSCA POR UM CONCEITO DE RURAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar o estado da arte relativo ao conceito de rural, com base em publicações científicas nacionais e internacionais. Apresenta-se de forma detalhada a opção teórica adotada nesta tese, a qual concebe “campo” como espaço físico, no sentido porposto por Raffestin (1993), e “rural” como modo de vida. O capítulo termina apresentando, ainda, o estado da arte em torno do conceito “modo de vida”, bem como operacionaliza empiricamente este conceito, a fim de que ele possa ser utilizado para caracterizar os territórios a partir dos modos de vida, rural e/ou urbano, neles presentes.

Inicialmente, é importante destacar a etimologia da palavra rural. Segundo Liberman (2009), ela deriva do latim *rūs* (campo) e está associada à distância de multidões e à tranquilidade¹. *Rūs* também está na origem do termo rústico, não sofisticado e primitivo. Ainda na revolução industrial, o rural era concebido como sendo oposto e separado da cidade. No entanto, segundo Lefebvre e Gaviria (1971), com o espalhamento da cultura urbana das cidades para os pequenos municípios e para o campo, a partir do período pós-revolução industrial, os contrastes entre os modos de vida no campo e na cidade tenderam a diminuir, em ritmos diferenciados segundo as peculiaridades históricas de cada lugar.

Em torno das controvérsias conceituais acerca do conceito de rural, Mazorra e Hoggart (2002) lembram que a pergunta “¿Qué es lo rural?” vem aparecendo de forma constante na literatura da sociologia e da geografia durante todo o século XX e, até mesmo, em outras áreas, como a economia, a filosofia, dentre outras. Para estes autores, esses questionamentos per si não levam a uma conclusão sólida. Contudo, mesmo mediante as divergências de concepções, a compreensão da ruralidade como modo de vida, segundo aponta Ögdül (2010), em seu vasto estudo sobre o termo, vem se firmando como uma tendência dentro da academia. A seguir apresentar-se-á as diferentes tentativas de conceitualização do “rural”, a

¹ Liberman em sua obra utiliza o far-from-the-madding-crowd tranquility. Foi feita a opção por não traduzir literalmente (omitindo o “madding”) já que não é citado em outros autores da etimologia.

² The scale of these transformations is enormous: by some accounts, more than one million hectares per year are converted from agriculture and other ‘rural’ land uses to development in the categories above (i.e. the urbanization of the rural) (MCCARTHY, 2008, p. 132).

fim de que fique explicitado as bases conceituais que despontam como ferramentas analíticas em cada uma das correntes teóricas analisadas.

2.1 As tentativas de sintetizar as concepções de rural

Segundo Diniz (1996), poder-se-ia utilizar três grupos de classificação para definir o rural: 1º) o grupo que enfatiza os critérios socioculturais; 2º) o grupo que enfatiza os critérios ocupacionais e 3º) o grupo que enfatiza os critérios ecológicos. Já Mazorra (2002) agrupa as principais correntes que definem o rural da seguinte forma: 1ª) Corrente de tradição quantitativa; 2ª) Corrente de tradição qualitativa e 3ª) Corrente de enfoque com base nos fluxos. Bowler (2005) também apresenta três correntes para a definição do rural: 1º) functionalist approach; 2º) critical political economy approach; 3º) social representation approach. A necessidade de sintetizar as várias interpretações acerca de “rural” e “urbano” levou autores como Diniz (1996), Mazorra e Hoggart (2002) e Bowler (2005) a propor tipologias para condensar as várias concepções acerca destas duas dimensões do território. Tal síntese elaborada pelos três autores citados está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Classificações do rural na visão de diversos autores

Autor que classifica	Classificação	Resumo
Diniz (1996)	com ênfase em critérios socioculturais	Pressupõe que o comportamento e as atitudes diferem entre os habitantes da baixa densidade populacional (rurais) e as de fortes densidades (urbanos), associando-se aos rurais valores tradicionais.
	com ênfase em critérios ocupacionais	Baseada na predominância de atividades econômicas ligadas ao setor primário.
	com ênfase em critérios ecológicos	Considera o rural como locais de pequenos aglomerados com grandes espaços e de paisagem aberta entre eles. Essa concepção implica uma definição de paisagem aberta e de grandes espaços.
Mazorra e Hoggart (2002)	de tradição quantitativa	Essa tradição aceita como premissa que o espaço rural existe e, por consequência, se pode definir em si mesmo com uma correta seleção de parâmetros.
	de tradição qualitativa	Este enfoque não põe ênfase nos dados, e sim nas percepções e significados. O rural e o urbano são “realidades percebidas”.
	de enfoque com base nos fluxos	O rural e o urbano são definidos através de imagens opostas, arredor de relações sociais, meio ambiente, saúde e modo de vida.
Bowler (2005)	functionalist approach	O espaço rural forma uma categoria analítica contendo estruturas socioeconômicas e processos não-urbanos.
	critical political economy approach	Baseado na interpretação que, todas as estruturas socioeconômicas e processos são comuns entre ambos os espaços, rural e urbano. A definição do rural é baseada na interpretação dos gestores públicos.
	social representation approach	Nessa interpretação, o rural não é construído de forma acadêmica. Aqui, o rural é visto como uma construção social, devido ao comportamento humano. Sendo assim a construção social que indica o lugar como rural.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Diniz (1996), Mazorra e Hoggart (2002) e Bowler (2005).

É possível através da Tabela 3 compreender que há, basicamente, três abordagens para se definir o rural. Uma com o enfoque quantitativo, onde uma ou mais variáveis definiriam o rural, outra com uma abordagem qualitativa, onde o rural não pode ser mensurado, e uma

última em que o rural e o urbano são representações sociais, e sua definição passa por uma compreensão sociológica dos constructos.

Bengs e Schmidt-Thomé (2006) também apresentaram uma proposta de síntese acerca das concepções de “rural” e “urbano”, criando quatro categorias englobadoras das definições destas duas categorias: *Implicit definitions*; *Statistically derived policy-relevant differentiation of rural areas*; *Statistically derived index of rurality*; *Neutrally defined rural delimitation*. O primeiro tipo de abordagem, *Implicit definitions*, normalmente define o rural baseado em ideias intuitivas, ou em evidências empíricas, que não são testadas de forma estatística. Essas definições são comumente usadas por órgãos oficiais como a OCDE e, também, pelo governo Brasileiro, sendo adotadas na implementação de políticas públicas (IBGE, 2013a).

Na segunda abordagem, *Statistically derived policy-relevant differentiation of rural areas*, a distinção entre rural e urbano é conduzida por um estudo exploratório e quantitativo que, no entanto, procura estabelecer variáveis de definição de acordo com alguma teoria. Aqui normalmente são utilizadas técnicas como a análise de componentes principais e a análise de cluster. Autores como Malinen (1995) fazem parte dessa corrente.

A terceira linha apontada por Bengs e Schmidt-Thomé (2006), inclui autores que buscam criar índices de ruralidade. Estes índices são, em grande, parte concentrados em países europeus e, em via de regra, utilizam metodologias estatísticas. O principal autor nessa linha de pesquisa é Cloke (1977) que, em 1977, realizou o estudo seminal sobre o tema. Outros estudos e autores que aderem a essa abordagem serão discutidos no tópico que se debruçou sobre os Índices de Ruralidade no Contexto Internacional.

A quarta e última abordagem, *Neutrally defined rural delimitation*, é utilizada com frequência como abordagem preliminar para um estudo mais detalhado. Notoriamente essa linha de pesquisa utiliza uma estatística univariada e se concentra nas variáveis relativas à densidade populacional e a medidas de acessibilidade e distâncias. Todas estas concepções apesar de não chegarem a consensos, não deixam de auxiliar na compreensão dos fenômenos referentes ao rural. Contudo, apresentar-se-á no próximo tópico uma forma de classificação dos conceitos de rural voltada para a concepção lefebvriana adotada nesta pesquisa. Assim, para a formação das correntes que expressam o pensamento dos mais variados autores que conceituam o rural, utilizou-se como critério agrupar em uma corrente os autores que concebiam rural como uma categoria referente concomitantemente ao espaço e aos modos de vida e; na segunda corrente, aqueles que percebiam os modos de vida como tendo autonomia em relação ao território, apesar de conformá-lo, ou seja, estes autores consideravam que o

modo de vida urbano poderia estar presente no campo, assim como o rural poderia estar presente nos vilarejos, nos pequenos municípios e nas periferias das grandes cidades.

2.2 As interpretações de rural significando concomitantemente espaço físico e modo de vida

Marques (2002) é um dos numerosos autores que concebe rural como espaço, se preocupando em evidenciar em seu trabalho as mudanças que têm levado a descaracterização das suas funções tradicionais bem como a profundos impactos em seu tecido social. Essas mudanças, segundo McCarthy (2008) se devem, em grande parte, à crescente expansão do urbano face ao rural em escalas, até então, nunca vistas na história. Ferrão (2000) ao argumentar a forma como o rural estaria organizado em torno de quatro pontos fundamentais, fortalece a perspectiva da sua “desfiguração” em tempos recentes, visto que tais características foram fortemente influenciadas pela proximidade entre campo e cidade, bem como pela expansão da cultura urbana.

Uma função principal: a produção de alimentos; Uma actividade [sic] económica dominante: a agricultura; Um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; Um tipo de paisagem que reflecte [sic] a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades [sic] humanas desenvolvidas (FERRÃO, 2000, p. 46).

Kageyama (2008), no mesmo sentido que Ferrão (2000), destaca que historicamente a distinção entre o território rural e urbano foi realizada pelo critério ocupacional. O rural era considerado como um ambiente de predominância da natureza e de baixa densidade demográfica, no qual se realizariam atividades agrícolas. Ponto também defendido por Cavaco (2004), que observa que o território rural, em seu sentido lato, seria caracterizado pelas baixas densidades e pela importância relativamente alta da agricultura na sociedade e na economia, tendo ainda menor possibilidade de mobilidade social e menor número de contatos.

Kageyama (2004) aponta que apesar das diferenças nas definições de rural, há certo consenso nos seguintes pontos: “a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural pode se manifestar como multissetorial, pluriativo e multifuncional, apresentando funções produtiva, ambiental, ecológica, social; c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os territórios rurais e as áreas urbanas”(KAGEYAMA, 2004, p. 382). Já Lutero, Pianura e Pizzoli (2009) chamam a atenção para o fato de que as áreas rurais têm uma expectativa de renda per capita mais

baixa. Por concebermos que os assentamentos humanos têm a forma de cidades, de vilas, de aldeias ou de campos, eles não podem ser compreendidos dissociando-se a dimensão relativa ao modo de vida daqueles que o habitam.

Mesmo que todas as características outrora caracterizadoras do rural passem a ser questionadas mediante os avanços do mundo globalizado (CAPEL, 1975; MILLER, 2013), grande parte dos estudos realizados permanecem descrevendo as transformações do rural, considerando-o como espaço físico. A polissemia em torno da concepção de rural deve-se, em grande parte, à força das instituições públicas. Estas, ao implementarem os seus planos de desenvolvimento rural, tornam usual concepções de rural, geralmente sob perspectivas que limitam o rural como ambientes com pouca densidade demográfica. Essas concepções, as quais acabam sendo assumidas dentro do próprio ambiente acadêmico, sem o devido rigor teórico-metodológico, podem acarretar em problemas para a população residente nessas áreas.

As Nações Unidas (2012), por exemplo, que se constituem em uma das principais instituições fomentadoras de projetos de desenvolvimento rural, afirmam que 52% do mundo hoje é urbano, considerando rural e urbano como sinônimos de campo e cidade. Em 2007, ainda segundo dados das Nações Unidas (2009), pela primeira vez na história da humanidade a maioria das pessoas no globo passou a viver em áreas urbanas, entendendo urbano como sinônimo de cidade. A instituição prevê, ainda, que a tendência de aumento da população vivendo em áreas urbanas continuará a aumentar e que em 2050 dois terços da população estará vivendo em espaços urbanos. Estima-se que cerca de 10 bilhões de habitantes estarão vivendo em cidades em 2050 (DAVIS, 2006).

Essa crescente urbanização é vista por muitos como a oportunidade de mitigar as alterações climáticas, como apontado no relatório de 2014 do Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC. Para os autores do relatório os projetos da crescente urbanização, principalmente, em cidades da África e da Ásia, seria uma das maiores oportunidades de frear as mudanças climáticas e tornar o mundo um lugar melhor habitável (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC, 2014). Potencialmente benéfica como apresentada pelo painel da ONU, a urbanização era vista como vilã nos estudos de Ahmed e Islam (2014), que defendem que a mesma teria capacidade para deteriorar o meio ambiente.

No meio acadêmico autores como Wimberley, Fulkerson e Morris (2007) da North Carolina State University e da University of Georgia, chegaram a celebrar o dia 23 de maio de 2007, como o dia em que a população mundial passou a viver majoritariamente nos

espaços urbanos (LANASPA; PUEYO; SANZ, 2011). McCarthy (2008) mostrou que em todo o mundo é muito acelerada a velocidade da conversão do rural agrário para um campo de atividades urbanizadas. Neste sentido, Lima (2008) chamou a atenção no caso português para o futuro do desenvolvimento no rural estar cada vez mais ligado à agricultura em tempo parcial e à multifuncionalidade.

A escala dessas transformações é gigantesca: por algumas contas, mais de um milhão de hectares por ano são convertidos da agricultura e de outros usos “rurais” da terra para o desenvolvimento das categorias acima (por exemplo, a urbanização do rural) (MCCARTHY, 2008)²

Dentro da concepção de espacialização do rural a Conferência Europeia dos Ministros, responsável pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT) publicou a sua definição de “campo” e de “área rural”, distinguindo ambos os espaços:

As áreas rurais são áreas com uma densidade demográfica relativamente baixa e sem cidade de dimensão significativa. O campo refere-se a certas formas de paisagem e de usos do solo, em que a agricultura e as áreas naturais desempenham um papel importante. As áreas rurais têm uma base econômica cada vez mais diversificada. Embora a agricultura ainda desempenhe um papel importante em numerosas áreas rurais, outras fontes de rendimento têm-se desenvolvido, como o turismo rural, as atividades (sic) industriais de pequena escala, a economia residencial (atração (sic) de reformados), a produção de energias renováveis, etc. Muitas áreas rurais são multifuncionais e algumas delas estão sob a influência de áreas metropolitanas e grandes cidades, como consequência das melhorias verificadas nas infraestruturas de transportes e comunicações (DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU), 2011, p. 14).

Uma vez ilustrada essa vertente da literatura, no próximo tópico serão apresentadas as concepções que concebem o rural como um modo de vida distinto.

2.3 As concepções de rural como modo de vida

Alguns autores, como Mills (1988), chegaram a apontar a tentativa de definir o rural como uma tarefa inútil. Mas como o próprio Mills aponta há necessidade de se identificar os “tons do urbano” no campo. Cloke (1986; 1977, p. 370) em um estudo seminal criou um índice para mensurar a “ruralidade” na Inglaterra e no país de Gales com variáveis relativas

² The scale of these transformations is enormous: by some accounts, more than one million hectares per year are converted from agriculture and other ‘rural’ land uses to development in the categories above (i.e. the urbanization of the rural) (MCCARTHY, 2008, p. 132).

aos aspectos demográficos, mas agregando dimensões relativas ao modo de vida ao mesmo. As variáveis por ele propostas foram: “a densidade populacional”; “a mudança da população”, “a população com mais de 65 anos de idade”, “a população masculina entre 15 e 45 anos”, “a população feminina entre 15 e 45 anos”, “a taxa de ocupação”, “a taxa da população no setor de serviços”, “a estrutura ocupacional”, “os modelos de movimentos pendulares diários”, “a imigração”, “a emigração”, “o saldo migratório”, “a distância de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes”, “a distância de um centro urbano com mais de 100.000 habitantes”, “a distância de um centro urbano com mais de 200.000 habitantes”, “o acesso a comodidades domésticas”.

Uma das formas de compreender as características que os assentamentos humanos imprimem ao espaço pode ser, portanto, através da observação do modo de vida que seus habitantes nele imprimem. Mesmo sendo o modo de vida um termo usado frequentemente entre os sociólogos, a sua definição não é consensual e muitas vezes esta categoria é utilizada sem nenhuma preocupação em defini-la. Pelo menos desde 1841 existe uma preocupação em descrever o modo de vida rural. Howitt (1841) descreveu o modo de vida do fazendeiro inglês do século XIX, o distanciando-o do comerciante da cidade. Nas origens dos estudos sociológicos também já havia a preocupação com a definição de modos de vida. Émile Durkheim (2002) aponta que os modos de vida³ estão conectados às maneiras de agir, pensar e sentir, destacando as suas dimensões sociocultural, psicoafectiva e biológico-comportamental (GONÇALVES; CARVALHO, 2007).

Sorre (1948) concorda com as dimensões apontadas por Durkheim (2002) e considera a ligação entre o modo de vida e o meio físico. Para o autor, o modo de vida pode ser entendido como as formas de adaptação de um grupo humano ao meio geográfico. Ao citar o exemplo dos povos que vivem em regiões como o Ártico, o autor afirmava que estes mantinham, mesmo após milênios, os mesmos modos de vida e que quando houve uma degradação que alterou esse ambiente, os modos de vida também se transformaram. Essa relação apontada por Sorre (1948), tempos mais tarde, foi resgatada por Claval (2012), ao associar à “cidade e ao campo” diferentes modos de vida: o urbano e o rural, respectivamente.

Na visão de Sorre (1948), os *genre de vie* são, relativamente, simples em sociedades dependentes de atividade ligadas a terra e com baixo uso de tecnologia. Esses modos de vida

³ Apesar de contradições na tradução, aqui se tomou modo de vida como a tradução de “*genre de vie*”, como aponta Maia (2001) “...podemos afirmar que a noção de modo de vida e mesmo a francesa, *genre de vie*, permeadas pela ideia central – a de expressar costumes... (MAIA, 2001, p. 84)”

podem ser considerados representações do modo de vida rural. Para Sorre (1948), essas sociedades, com modos de vida simples, se entrelaçariam criando modos de vidas miscigenados. Os cruzamentos culminam em modos de vida complexos, que geraram as grandes civilizações clássicas (Moreira, 2005). Tais modos de vida com alto grau de complexidade geraram o modo de vida urbano. O modo de vida urbano possui um menor grau de dependência de fatores edafoclimáticos, para a realização das suas atividades produtivas. A relação com o espaço, no modo de vida urbano, é marcado pela tecnificação, ou pelo o que Santos (1988, 1996, 2000, 2002) denomina de meio técnico-científico e informacional.

Santos (2002) analisou os a evolução do meio técnico durante a história, e descreveu três tipos de meios técnicos: o meio natural, o meio técnico-científico e o meio técnico-científico e informacional. Esses meios podem-se relacionar com os modos de vida. O modo de vida rural, mais dependente da terra e com pouco emprego de recursos tecnológicos, relaciona-se ao meio natural, descrito por Santos (1996), e a modos de vida simples, tratados por La Blache (1911) e Sorre (1948).

Já o meio técnico-científico de Santos (1996), relacionado com a primeira e a segunda fase da revolução industrial, tem relação com o florescer do modo de vida urbano. Esse modo de vida urbano chega a seu ápice na terceira fase da revolução industrial, concomitantemente ao despontar do meio técnico-científico e informacional descrito pelo autor.

No entanto, como aponta Moreira (2005), os modos de vida mais simples sobrevivem, de forma residual, em um meio técnico-científico e informacional. Ou seja, o modo de vida rural pode coexistir com o modo de vida urbano em um mesmo espaço, ainda que de forma residual. A residualidade do modo de vida rural é apontada por Bengs e Schmidt-Thomé (2006), os autores afirmam que o avanço do modo de vida urbano sobre o rural pode alterar o modo de vida daqueles que vivem no campo, área onde, normalmente, há uma maior resistência ao modo de vida urbano, seja voluntária ou involuntariamente.

Foucault (1981a) toma o modo de vida sob uma perspectiva cultural. Para o autor, a busca por um modo de vida vai além da busca de uma divisão por classes ou de profissões. Na visão de Foucault (1981a), um modo de vida não poderia se remeter somente a uma característica superficial ou a um rótulo. O modo de vida é composto de uma soma de fatores sociais que compõe um tecido complexo.

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética⁴ (FOUCAULT, 1981a, p. 3).

Comungando com a perspectiva de Foucault, Maia (2001) aponta que os modos de vida procuram expressar costumes. Wirth (1938) escrevendo bem antes de Foucault e Maia já apontava nos anos 30 do Século XX o fato de que a penetração do tecido cultural perpassa as gerações e as diferenças sociais. Para o autor, o modo de vida urbano se expande como referência também para os que vivem no campo. Cândido (1975) é outro autor que vislumbra esse fenômeno do processo de urbanização dos modos de vida. O autor aponta as transformações dos meios de vidas dos caipiras paulistas face às influências advindas do processo de urbanização, em perspectiva semelhante à destacada por Wirth (1938, 2005).

Na Europa, Peixoto (2004) apontou a tendência ao desaparecimento do modo de vida rural tradicional devido ao processo de expansão da vida moderna. McCarthy (2008) vai de encontro a esta perspectiva ao defender que as mudanças nos modos de vida dos rurais são fundamentais para entender a paisagem por eles produzida. Halfacree (1993) elabora tipologias relativas às características constitutivas de “urbanidade” e da “não-urbanidade”, que podem ser consideradas como tipos ideais no sentido Weberiano, as quais podem ser utilizada para se perceber as transformações nos assentamentos humanos que conformam os modos de vida em espaços diferenciados, como o campo, as aldeias, as vilas e as cidades.

Assim, uma das formas de buscar delinear o rural e o urbano é através de tipos ideais weberianos (WEBER, 1946, 1982). O tipo ideal (Idealtypus) é a chave para a compreensão da metodologia weberiana. Sendo amplamente discutido, o termo tipo ideal refere-se à construção de certos elementos da realidade dentro de uma concepção lógica precisa. Segundo Weber (1946, 1982, 1995), o tipo ideal é criado exacerbando uma ou várias características de um grupo sendo construído para a concepção de um fato histórico. Sendo intimamente ligados com o método comparativo, para Weber (1946), os tipos ideais são ferramentas com as quais preparam-se os materiais descritivos da história para análise comparativa.

Para Weber, obtém-se um tipo ideal acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e

⁴ Dentro desta perspectiva o conceito de “modo de vida” poderia se aproximar da concepção de “visão social de mundo” apresentada por Michael Lowy, no sentido de ser típica de uma época e não de um grupo social específico, ou mesmo de “estilo de pensamento” de Manheim (1986), os quais descreveriam diferentes modos de olhar as coisas. Estes estariam para além das próprias diferenças de classes sociais.

discretos, que se encontram ora em grande número, ora em pequeno número, até o mínimo possível, que ordenam certos pontos de vista escolhidos unilateralmente para formar um quadro de pensamento homogêneo (MORAES; MAESTRO FILHO; DIAS, 2003, p. 63).

Como visto, o termo “ideal” é usado por Weber (1946, 1982, 1995) não como uma forma avaliativa, uma vez que, para propósitos analíticos, pode-se construir um tipo ideal criminoso da mesma forma que se pode conceber um tipo ideal religioso. O “ideal” para Weber (1946, 1982, 1995) é utilizado no sentido da sua não correspondência exata com a realidade empírica. Weber, assim, não cria uma nova ferramenta metodológica já que historiadores e sociólogos já construíam tipos ideais quando utilizavam termos como “feudalismo”, “nobreza” e “plebe”. O grande legado de Weber foi tomar consciência desse uso e cunhar um nome para esse conceito (WEBER, 1946).

O tipo ideal não tem compromisso com a realidade, porém auxilia em sua compreensão (WEBER, 1946, 1982, 1995). Desta forma, os tipos ideais urbanos e rurais, não sendo esses correspondentes, empiricamente, a um indivíduo X ou Y. Ainda que não delimitemos características específicas para o rural e o urbano, a abordagem da ruralidade como modo de vida não procura estabelecer uma visão dicotômica entre ambos, já que apenas apresentam tipos ideais. Desta forma, os tipos ideais utilizados servem de referencial para se perceber as transformações absorvidas e impressas na paisagem pelos agrupamentos humanos. Na Tabela 4 foram resumidas as características atribuídas pelos autores clássicos da “categoria urbana” e “não urbana”.

Tabela 4 - O urbano e o não urbano nos autores clássicos

Autor	Categoria Urbana	Categoria não urbana
Becker	Secular	Sacro
Durkheim	Solidariedade orgânica	Solidariedade mecânica
Maine	Contrato	Status
Redfield	Urban	Folk
Spencer	Industrial	Militar
Tonnies	Gesellschaft (associação)	Gemeinschaft (comunidade)
Weber	Racional	Tradicional

Fonte: Adaptado de Halfacree (1993).

O “rural” e o “urbano” enquanto tipos ideais não correspondem à realidade tal qual ela se manifesta, mas permitem realçar características historicamente constituídas presentes nos grupamentos humanos, tanto no campo como na cidade. Um tipo ideal rural traz as marcas históricas do modo de vida camponês. Um tipo ideal urbano traz as marcas do modo de vida da sociedade capitalista e da industrialização. O tipo ideal marca traços fortes, constrativos,

não em termos da realidade concreta, que é dinâmica e multifacetada, mas em termos de características relativas a tempos e espaços historicamente distintos. Assim, traços de ruralidade ou de urbanidade podem existir em assentamentos humanos no campo, nas aldeias, nas vilas e nas cidades. Placid Rambaud (1969) em seu livro *Société rurale et urbanisation* mostra como o modo de vida rural tradicional vai absorvendo as influências advindas da sociedade urbana em ritmos diferenciados dentro de um mesmo grupamento. Para o autor, a urbanização do campo estaria a se efetivar através de um processo de aculturação gradual e heterogêneo. Esse processo de aculturação, na percepção de Rambaud, não seria, portanto, grupal, mas sim individual. Cada indivíduo passa pela aculturação de forma diferenciada, montando o que o autor chama de “canivar”, que seria um tipo de bordado criado segundo o direcionamento dado pelo indivíduo, a partir dos seus interesses e objetivos de vida. Assim, cada indivíduo poderia montar o seu estilo pessoal de vida escolhendo o que incorporar à sua vida face à influência advinda da cultura urbana.

Henri Lefebvre (1971) também chama a atenção para a temática da ruralidade e para a sua ligação com o modo de vida. O autor procura demonstrar como o modo de vida camponês teria incompatibilidades com o que ele chama de “revolução urbana”. Para Lefebvre (1999, p. 17) “o tecido urbano prolífero, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária”. A sociedade urbana, como uma totalidade processualmente construída, surgiria, assim, como um horizonte utópico de vida a ser alcançado. Lefebvre não interpreta o “tecido urbano” em sentido restrito, tomando o urbano como um domínio que vai além das cidades se espalhando sobre o campo. Para Lefebvre (1991), a cidade é anterior, historicamente, à industrialização, contudo a sua relação com o campo mudou de acordo com o modo de produção. Para o filósofo, no contexto capitalista contemporâneo, a cidade torna-se cada vez mais um produto a ser consumido. Assim, podemos diferenciar a morfologia material onde há a cidade e a morfologia social onde há a urbanidade.

As diferenças entre o duo cidade/campo e urbano/rural também foram amplamente discutidas por Endlich (2010), que defende a distinção realizada por Lefebvre e Gaviria (1971). Nesse sentido, para a autora o Brasil seria mais urbano do que rural, discordando das ideias de Veiga (2002) que define cidade e campo como uma relação de densidade demográfica e atividade econômica. A concepção de Santos (2000) também não se coaduna à definição de cidade de Veiga, apesar de ambos concordarem que a distinção oficial realizada no território brasileiro não atende à realidade. Para Santos:

A cidade é um pólo (sic) indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes (SANTOS, 2000, p. 91).

Assim, para Santos tanto quanto para Rambaud (1973) os habitantes do campo se sentiriam parte da cidade e esta teria o papel, inclusive, de promover a atividade agrícola, embora, por outro lado, o campo não se reduzisse ao agrícola. Rambaud (1969) e Candido (1975) procuram retratar a ruralidade como modo de vida demonstrando as peculiaridades do modo de vida rural. A Tabela 5 apresenta uma síntese relativa às características referentes aos modos de vida “rural” e “urbano” utilizados nesta tese enquanto tipos ideais.

Tabela 5 - Características ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano”

MODO DE VIDA	MODO DE VIDA RURAL	MODO DE VIDA URBANO
1 Padrões de consumo		
1.1 Alimentação	Predomínio do auto-consumo	Gastos com alimentação (alimentos comprados e locais de alimentação)
1.2 Vestuário	Vestuário auto-confeccionado	Gastos habituais com vestuário
1.3 Lazer	Gasto restrito com lazer	Gastos casuais com lazer
1.2 Modos de Morar		
1.2.1 Móveis	Predomínio de mobília que passa de geração para geração	Predomínio de mobília adquirida anualmente.
1.2.2 Artefatos domésticos	Produzidos artesanalmente	Eletrodoméstico
1.2.3 Meios de comunicação	De circulação e abrangência local	TICs
1.2.4 Meios de transporte	De tração animal ou com uso de força física	Auto-motor
1.2.5 Estrutura física da casa (número de cômodos, existência ou não de saneamento básico, de eletricidade).	Uso de materiais locais, cômodos marcados pelo uso coletivo	Uso de materiais industrializados e cômodos marcados pelo uso individual
1.3 Tempo gasto		
1.3.1 No trabalho	Sem demarcações para descanso e lazer	Com demarcações para descanso e lazer
1.3.2 Para o lazer	Pequena importância	Grande importância
1.4 Práticas culturais e de lazer		
1.4.1 Práticas Religiosas	Muito expressiva	Secundárias
1.4.2 Práticas Esportivas	Masculinas	Masculinas e Femininas
1.4.3 Bailes	Em datas tradicionais	Casuais e com espaços demarcados para jovens e idosos.
1.4.4 Bares	Sem especificidades geracional	Com especificidade geracional
1.4.5 Outras atividades de lazer:	Inexpressivas	Diversificadas
1.5 Práticas Políticas e associativas		
1.5.1 Sindicato	Masculino	Presença feminina constante
1.5.2 Partido	Masculino	Presença feminina constante
1.5.3 Movimentos sociais	Masculino	Presença feminina constante
1.5.4 Associação/ Cooperativa	Masculino	Presença feminina constante

Fonte: Grupo GERAR (Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades).

Tabela 5 – Características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano” (conclusão)

1.6 Capital Cultural		
1.6.1 Anos de estudo	Não passa de 4 anos	Acima de 6 anos
1.6.2 Qualificação Profissional	Ausente	Presente
1.7 Capital Econômico		
Renda	Predominantemente agrícola	Predominantemente não-agrícola
Pensão, aposentadoria,	Utilizada nas atividades agrícolas	Utilizada nas atividades não agrícolas
Auxílio do governo	Acessado por homens	Acessado constantemente por mulheres
1.8 Frequência de deslocamento para a cidade.	Esporádica	Semanal
2 Trabalho		
2.1 Tipo de vínculo de trabalho	Sem contrato/sem carteira assinada	Com contrato/carteira assinada
2.2 Realização do trabalho	Pela família	Com mão de obra contratada esporádica e permanentemente
2.2.3 Assistência técnica	Ocaional	Frequente
2.3 Forma de gerir a propriedade.	Sem utilizar planilha de custo	Utilizando planilha de custos
2.4 Aparato tecnológico produtivo		
2.4.1 Máquinas	Antigas	Novas
2.4.2 Insumos	Pouco usados	Muito usadas
2.4.3 Mudanças nas práticas produtivas	Passadas de pai para filho	Adquiridas através de capacitação profissional
3 Acesso a Serviços		
Escola (Graus)	Ensino básico e fundamental	Ensino Médio e Superior
Hospitais, postos de saúde	Uso Municipal	Uso regional
Atendimento jurídico	Inexistente	Presente
Outros	Pouco presentes	Variados
4 Formas de pensar e juízos de valor:		
<u>Concepção acerca da vida conjugal</u> : casamento, separação, amigamento, união entre pessoas do mesmo sexo.	Valorização do casamento religioso e entre pessoas da família ou da localidade.	Desimportância do casamento religioso e entre da família ou da localidade.
<u>Concepção acerca da divisão sexual do trabalho</u> :	Homem deve ser o provedor e a mulher cuidar da casa, dos filhos e do marido.	Tendência a valorização do compartilhamento na divisão das tarefas domésticas e no reconhecimento do direito da mulher a trabalhar fora.
<u>Concepção de lucro e rentabilidade</u>	Racionalidade voltada para a autossubsistência e para a venda do excedente.	Reconhecimento da necessidade do uso de investimentos tecnológicos, de empréstimos para investimento etc.
<u>Perspectiva de felicidade</u>	A felicidade está voltada para a valorização da vida local	A felicidade está voltada para o alcance de bens materiais e profissionais.

Fonte: Grupo GERAR (Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades).

Esse exercício científico de operacionalização do conceito “modo de vida” desenvolvido por diferentes gerações de pesquisadores do grupo Gerar (Grupo de Estudos Rurais), com sede no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, vem aperfeiçoando, ano a ano, as ferramentas analíticas para a compreensão das transformações pelas quais as populações que vivem e trabalham no campo, vem passando.

2.4 Modo de vida versus estilo de vida: definições e discussões

Tal como o conceito de “rural”, o conceito de “modo de vida”, apesar de amplamente discutido na literatura internacional, carece de uma maior precisão em termos da sua definição. Apesar de algumas definições já terem sido citadas anteriormente, como a de Foucault (1981a) e da Guerra (1993), se faz necessário para o desenvolvimento dessa tese um maior detalhamento deste conceito. A doxa relativa ao sentido de modo de vida, na língua portuguesa, o tem equiparado a estilo de vida. Na academia, esses constructos também são ora utilizado como sinônimos, como no caso de Guerra (1993), e outras vezes são utilizados como complementares, como por Gonçalves e Almeida (2004), Gutierrez e Marques (2012). Gonçalves e Almeida (2004) defendem a ideia de que o modo de vida seria um conceito mais lato enquanto o estilo de vida seria mais stricto. Concepção semelhante já havia sido apresentada por Possas (1989). Para o autor o modo de vida estaria ligado às necessidades reprodutivas. Desta forma o modo de vida seria afetado pelo rendimento dos indivíduos e pelos meios utilizados para se reproduzir, visão que o aproxima de Cândido (1975), em seu estudo sobre os caipiras paulistas.

Para Gonçalves e Almeida (2004) o modo de vida deveria ser desdobrado em dois conceitos: condições de vida e estilo de vida. Enquanto as condições de vida corresponderiam aos determinantes e condicionantes da vida em sociedade, o estilo de vida se daria nas singularidades presentes nas pessoas e em pequenos grupos, abarcando os hábitos, normas e valores expressos pelos indivíduos. Essa perspectiva é compartilhada por autores que atuam com temáticas relativas à saúde, tais como: Fernandes (1996), Vasconcelos et al. (2009), Fensterseifer e Silva (2008), Almeida, Gutierrez e Marques (2012) e Hatzenberger e Carlotto (2013). Nessa perspectiva, ambos, condições de vida e estilo de vida, podem ser seguidos em rural e urbano. Ou seja, o rural e o urbano são condicionantes da vida em sociedade e apresentam singularidades nos hábitos e normas. Nesta tese, defende-se que o

rural condicione a uma vida dependente de fatores edafoclimáticos, com as normas e hábitos ligados a tradição, enquanto o urbano é marcado por hábitos moldados pela aplicação de altos níveis tecnológicos.

Gonçalves e Carvalho (2007) ampliam o leque de definições relativas ao conceito de “estilo de vida”, defendendo que esse poderia ser usado como sinônimo de “concepção de vida”. O estilo de vida seria a expressão dos conhecimentos, valores e práticas sociais, sendo por eles expresso na fórmula KVP Model (sigla do inglês Knowledge Values Practices). Assim, o estilo de vida poderia ser escrito da forma matemática, $EV = f(KVP)$, onde EV é o estilo de vida e o KVP seria o conjunto de variáveis que comporia a tríade do KVP Model (Knowledge Values Practices). A dimensão da cultura, que já se tornava bastante visível na concepção anterior que define estilo de vida considerando os conhecimentos, valores e práticas expressas pelo indivíduo. Pode ser observada de forma ainda mais evidente na definição de Castro (2003), para quem, o modo de vida seria expressão do universo cultural absorvido pelo indivíduo, enquanto o estilo de vida seria mais restrito, dependendo da classe social, do gênero e da geração. Velho (1995) é outro autor que, dentro do campo da antropologia, define estilo de vida considerando o universo cultural do indivíduo.

Assim, nota-se a partir do exposto que parte dos autores utiliza “modo de vida” e “estilo de vida”, de forma intercambiável, como visto em Chelotti (2010), Teixeira e Lamas (2006), Oyola-García e Soto-Cabezas (2012). Para além desta “sinonimização” entre modo de vida e estilo de vida, há outras, como a apresentada por Guerra (1993), que propôs os conceitos de “forma de vida” e “gêneros de vida” como sinônimos de modo de vida. O termo “forma de vida” foi utilizado também como sinônimo de modo de vida por Ferreira (2003), que ressaltou, entretanto, a dimensão do tipo de consumo a ele associado.

Essa profusão de termos não é exclusividade da literatura em língua portuguesa. Além dos estudos lusófonos, não há consenso também nas discussões apresentadas nos artigos francófonos e anglo-saxões, ainda que as variações no uso dos termos sejam menores. Na francofonia os termos “*genre de vie*⁵” e “*style de vie*” não são dúbios na literatura como os

⁵ Há uma confusão na tradução para o português do termo *genre de vie* que para alguns autores como Eva (2005), Diniz (2006) e Inácio e Santos (2014) seria a traduzido como modo de vida, para outros autores como Gressler (2007) e Gonçalves e Carvalho (2007) a melhor grafia em português seria estilo de vida. Há ainda aqueles que indicam que a tradução do conceito seria meios de vida como em Perondi, Kiyota, e Gnoatto (2007) e em Perondi e Schneider (2012), para finalizar, também há aqueles que na literatura defendem a tradução mais próxima da literal como gênero de vida dentre estes podemos citar Gaspar (2001) e Mercier (2011).

similares em língua portuguesa. No entanto, chama a atenção que nas traduções oficiais de estudos franceses notórios como “Classe et styles de vie” de Bourdieu e Saint-martin (1976) , styles de vie é traduzido para o português como estilo de vida (BOURDIEU, 1983), enquanto no estudo de Sousa (2011) o mesmo termo francês aparece com a versão em português como modo de vida. O termo styles de vie na visão de Bourdieu e Saint-martin (1976) é definido como relativo às práticas e às propriedades que formam uma expressão sistemática das condições de existência, relacionadas às diferenciadas posições dos agentes no tecido social.

Nas diferentes posições nos espaços sociais correspondentes aos «styles de vie », sistemas de lacunas diferentes que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência das mesmas que chamam um « style de vie » porque eles são o produto da mesma operação prática, o habitus, sistemas de disposições duráveis e transmissíveis que exprimem suas formas de preferências sistemáticas das necessidades objetivas que é o produto. (BOURDIEU; DE SAINT MARTIN, 1976).⁶

O style de vie é utilizado por Bourdieu como um demarcador simbólico das diferenças entre classes, visível nos habitus de classe, que exprimem os gostos e preferências dos indivíduos, bem como as suas necessidades objetivas. Portanto, o conceito de estilo de vida teria uma especificidade marcante em relação ao conceito de modo de vida até aqui exposto, referente à questão da demarcação de diferenças entre indivíduos de camadas sociais distintas. Dada essa característica distinta, opta-se nessa tese por defender que, para se discernir o rural e o urbano, o termo modo de vida é mais adequado que o style de vie de Bourdieu. O modo de vida rural, assim como o urbano, pode ser compartilhado por indivíduos de diferentes classes sociais, há indivíduos com menor poder aquisitivo que possuem traços do modo de vida rural, bem como cidadãos abastardos que compartilham das mesmas características. O modo de vida rural, e urbano, transcende as camadas sociais que Bourdieu cita, esses tem seu alicerce em uma cultura, em uma ética.

Já o conceito genre de vie na interpretação de Paul Vidal de la Blache (1911) apontaria para uma ação do homem sob a natureza, imprimindo sobre a terra as suas características

⁶ Aux différentes positions dans l'espace social correspondent des styles de vie, systèmes d'écart différentiels qui sont la retraduction symbolique de différences objectivement inscrites dans les conditions d'existence. Les pratiques et les propriétés constituent une expression systématique des conditions d'existence (cela même qu'on appelle un style de vie) parce qu'elles sont le produit du même opérateur pratique, l'habitus, système de dispositions durables et transposables qui exprime sous forme de préférences systématiques les nécessités objectives dont il est le produit (BOURDIEU; DE SAINT MARTIN, 1976, p. 18).

econômicas, sociais, ideológicas e psicológicas. Esta concepção se aproxima muito da concepção de meios de vida proposta por Cândido (1975) em seu estudo sobre as mudanças dos meios de vida entre os caipiras paulistas. Pode-se vislumbrar entre os geógrafos que trabalharam com o conceito de *genre de vie* na França, uma linha de pensamento que introduziu um possibilismo na geografia humana no qual o papel do homem é modelar através da ação o espaço e a vida, criando assim seu *genre de vie*.

Um « *genre de vie* » constitui e implica em uma ação metódica e contínua, portanto, muito forte na natureza, ou para falar em geografia, na fisionomia das regiões. Sem dúvida, a ação do homem é feita sentir em seu meio ambiente, desde os dias onde a mão se armou com ferramentas, nós poderíamos dizer que desde os primórdios das civilização essa ação não é negligenciável (VIDAL DE LA BLACHE, 1911).⁷

Outro autor notório na discussão de *genre de vie* é Maximilien Sorre (1948) que, trinta e sete anos após o artigo de Vidal, procurou reeditar o termo. O diferencial entre Sorre e Vidal de La Blache e que enquanto o último analisa o *genre de vie* em sociedades pré-industriais, o primeiro faz a releitura do termo em uma sociedades pós revolução industrial. Sorre, em sua obra que demonstra a “nécessité d'humaniser la géographie humaine” (SORRE, 1958, p. 61) para muitos, como Allix (1958), trouxe um novo diálogo entre a geografia e a sociologia. Para Sorre (1948), o *genre de vie* está intimamente ligado ao milieu. No entanto, o autor não crê no determinismo geográfico, alinhando-se à perspectiva Vidaliana, neste ponto. Para Sorre (1948, 1958) o social e o geográfico são interdependentes, tal qual o *genre de vie* e o milieu.

O *genre de vie*, desta forma, é dinâmico, acompanhando a evolução do espaço. Sorre (1948, 1958) associa que povos não industrializados estabelecem uma relação com o ambiente, por intermédio de uma cultura técnica local, organizada por normas, implícitas, provenientes de um grupo humano local, provendo um *genre de vie*, relativamente, simples. Corriqueiramente, esses *genre de vies* se interlaçam, criando um *genre de vie* misto, dando origem a *genre de vie* complexos, como nas cidade-estado gregas, em roma, e nas sociedades pós-industriais, dotadas de técnicas técnico-científicas.

Milton Santos (2002) também problematiza o *genre de vie*, o autor demonstra as interrelações entre as técnicas, as sociedades que as utilizam e o meio geográfico, formando um conjunto harmonioso e coerente. A contribuição de Santos, na evolução da literatura

⁷ Un *genre de vie* constitué implique une action méthodique et continue partant très forte sur la nature ou pour parler en géographe sur la physionomie des contrées. Sans doute action de homme est fait sentir sur son environnement dès le jour où sa main est armée un instrument on peut dire que dès les premiers débuts des civilisations cette action pas été négligeable (VIDAL DE LA BLACHE, 1911, p. 194).

geográfica francesa clássica, onde o *genre de vie* foi cunhado, é a clarificação da noção de espaço e técnica, a partir de outros campos interdisciplinares (CLAVAL, 2007). Sob esses dois constructos, espaço e técnica, Santos (1988, 1996, 2000, 2002) classifica o meio geográfico em três formas: o meio natural, o meio técnico-científico e o meio técnico-científico e informacional.

Esses meio-técnicos, cerne dos estudos de Santos (1988, 1996, 2000, 2002), podem ser relacionados com o constructo de *genre de vie*. O meio natural, onde se instituem sociedades pré-industriais, como as estudadas por Sorre (1958), são dotadas de um *genre de vie* simples, onde a relação com a terra é mais forte. Nesta tese, esse tipo de *genre de vie* é chamado de modo de vida rural. No meio técnico-científico, onde se enquadram sociedades no primeiro e no segundo estágio da revolução industrial, os *genre de vie* começam a se intrelaçar, formando um *genre de vie* misto. E no meio técnico-científico e informacional, estão as sociedades que já se encontram na terceira fase da Revolução Industrial, dotadas de um espaço “das paisagens científicizadas e tecnicizadas”, aqui o *genre de vie* atinge o ápice da complexidade. Nesta tese, este tipo de *genre de vie* é apelidado de modo de vida urbano. Contudo, conforme Moreira (2005), no meio técnico-científico e no meio técnico-científico e informacional, o *genre de vie* simples sobrevive de forma residual, isolados numa estrutura de escala geográfica em que a lógica dos espaços externos e a lógica dos espaços locais se confundem num híbrido. Esse híbrido, permeia as sociedades pós-modernas. Nesta tese, demonstraremos, a forma como modos de vida rurais e urbanos podem coabitar no mesmo espaço geográfico, em meio técnico-científico e informacional.

O termo *mode de vie*, ainda no francês, é utilizado por autores, como Foucault (1981b), que foi traduzido para o português como modo de vida (FOUCAULT, 1981a). O autor procura mostrar que o *mode de vie* pode ser partilhado por pessoas de diferentes idades, status quo, e atividades sociais, envolvendo relações entre indivíduos, subsidiada por uma cultura e uma ética.

Cette notion de mode de vie me paraît importante. Est-ce qu'il n'y aurait pas à introduire une diversification autre que celle qui est due aux classes sociales, aux différences de profession, aux niveaux culturels, une diversification qui serait aussi une forme de relation, et qui serait le «mode de vie» ? Un mode de vie peut se partager entre des individus d'âge, de statut, d'activités sociales différentes. Il peut donner lieu à des relations intenses qui ne ressemblent à aucune de celles qui sont institutionnalisées et il me semble qu'un mode de vie peut donner lieu à une culture, et à une éthique (FOUCAULT, 1981b, p. 18).

Essa abordagem se adequa para a utilização nesta tese para a distinção, numa sociedade, dos traços de rural e urbano. O modo de vida rural e ou urbano têm determinantes culturais e na sociabilidade do indivíduo, independentemente do seu estatuto perante a sociedade. O indivíduo pode até alterar o seu modo de vida, optando por um modo de vida misto, com características rurais e urbanas, criando o que Rambaud (1969) chama de canivar. Contudo, as características de classe social, estudadas por Bourdieu (1976), não são preponderantes nessas escolhas. O modo de vida rural, assim como o urbano, marca todas as camadas da sociedade, conectando-as num mesmo meio social.

Novamente, o diferencial entre estilo e modo de vida se evidencia dentro da literatura acadêmica. Visto que o modo de vida se mostra mais vinculado a parâmetros culturais estabelecidos face ao meio social em que se vive, e o conceito de estilo de vida se vincula a demarcação de diferenças e hierarquias subliminares entre indivíduos de camadas sociais diferentes. O termo *mode de vie* também foi utilizado na tradução da obra do alemão radicado nos Estados Unidos, Louis Wirth (1938) intitulada “Urbanism as a way of life”, em francês publicado sob o título de “Le phénomène urbain comme mode de vie”. No entanto, o mesmo estudo foi publicado na Alemanha em 1974, na língua materna de Wirth, sob o título de “Urbanität als lebensform” última palavra cuja tradução literal para o francês seria “forme de *vie*” (WIRTH, 1974)⁸.

Wirth (1938), um dos principais autores da Escola de Chicago, em seu celebre estudo no qual desenvolveu a “teoria do urbanismo” (WIRTH, 2005) incluiu em seu título *way of life*. No entanto, o autor utiliza praticamente durante todo o seu estudo o termo *mode of life*. De fato, além do título o autor somente utiliza o termo *way of life* mais uma vez em seu estudo e de forma intercambiável com *mode of life*, procurando associar o termo a ideias e práticas coletivas.

A característica distinta do “*mode of living*” do homem na era moderna é sua concentração para as agregações gigantescas em volta dos clusters menos centrais e

⁸ Na língua inglesa também encontramos uma babel de termos correlatos traduzidos para o português como modo de vida, cabendo citar principalmente *mode of life*, *way of life*, *style of life* e *livelihoods*.

para o qual erradia ideias e práticas que nós chamamos de civilização (WIRTH, 1938).⁹

Nas traduções em língua portuguesa o mode of live/way of life de Wirth assume as formas de: modo de vida (VEIGA, 2004a; VELHO, 1994), estilo de vida (BARRETO, 1987) e forma de vida (MALDONADO, 2013; NARITA, 2013), mostrando que ainda não há consenso sobre qual a melhor grafia portuguesa desse constructo. Já o termo lifestyle é bastante conhecido na literatura sociológica, médica e mercadológica, na qual é amplamente utilizado. No estudo do marketing, o termo é empregado desde 1964, ocasião em que Lazer (1964) o definiu como atividades, interesses e opiniões. No campo mercadológico o conceito evoluiu sendo definido por Brunso, Scholderer e Grunert (2004) como um sistema de intervenção das estruturas cognitivas que apontam para percepções de produtos em situações específicas para incrementar categorias cognitivas e, finalmente, valores pessoais.

“Lifestyle” é assim definido, como um sistemas de intervenção de estruturas cognitivas que conectam situações específicas protudos de percepções para incrementar categorias cognitivas abstratas e finalmente para valores pessoais (BRUNSØ; SCHOLDERER; GRUNERT, 2004).¹⁰

Nos estudos sobre saúde o lifestyle começou a ser usado na década de 1930, pelo psicólogo austríaco Alfred Adler. O autor definiu o lifestyle como um comportamento adotado na juventude para se disfarçar fraquezas físicas.

Alder falou do “lifestyle” como um mecanismo de defesa: um padrão de comportmaneto adotado em uma idade precoce para disfarçar uma fraqueza física ou uma inferioridade (HAYWARD, 2004) .¹¹

Assim como nos estudos mercadológicos, o conceito de lifestyle evoluiu nos estudos médicos, chegando a ser tratado por Hayward (2004) como o coração da medicina moderna. O termo tem sido associado a causas de doenças e já é tratado pelos estudiosos da saúde como fim, e não mais como meio. Pronk, Kottke e Isham (2013) definem lifestyle na medicina como os comportamentos individuais que promovem, ou não, a saúde e o bem estar. No campo da

⁹ The distinctive feature of mode of living of man in the modern age is his concentration into gigantic aggregations around which cluster lesser centers and for which radiate ideas and practices that we call civilization (WIRTH, 1938, p. 2).

¹⁰ is then defined as an intervening system of cognitive structures that link situation-specific product perceptions to increasingly abstract cognitive categories and finally to personal values (BRUNSØ; SCHOLDERER; GRUNERT, 2004, p. 665).

¹¹ Adler saw lifestyle as a defense mechanism: a pattern of behavior adopted at an early age to disguise physical weaknesses or inferiorities (HAYWARD, 2004, p. 364) .

medicina, predominam os autores que tratam o lifestyle como um remédio, que pode ser utilizado pelo indivíduo ou pelo poder público para promover hábitos saudáveis.

Nós conceitualizamos o “lifestyle” médico como tendo dois componentes maiores: Um dos comportamentos dos pacientes individuais que incrementam a saúde e o bem estar e o outro componente sócio-político que afeta a saúde de populações e suporta esforços para incrementara saúde de todos os indivíduos inseridos dentro de uma população (PRONK; KOTTKE; ISHAM, 2013).¹²

No campo sociológico, o lifestyle é trabalhado há mais tempo que na saúde e no marketing (FINOTTI, 2004). O lifestyle vem sendo empregado em estudos de autores do início do século XX como Weber, que segundo Sobel (1981) via o lifestyle como um fenômeno observável. Sobel (1981) defendia que o lifestyle seria distinto do mode of living, ainda que reconhecível nele.

A grande maioria dos sociólogos irá concordar que “lifestyle” pode ser definido como um distinto, portanto, reconhecível, “mode of living” (SOBEL, 1981).¹³

Na década de 90, o constructo lifestyle passa a ser mais fortemente utilizado em outras áreas, com uma forte ligação com a teoria da ecologia profunda, promovida, principalmente, por Arne Naess (1989). Apesar de Naess (1974; 1989) ser norueguês ele próprio editou em inglês a obra “Ecology, Community and Lifestyle”, onde o autor no prefácio mostra que se baseou em seu estudo norueguês intitulado “Økologi, samfunn og livsstil: utkast til en okosofi”. A sua definição do termo lifestyle tem um cunho individualista, e propõe que o termo trate do modo como vivemos e consumimos no nosso cotidiano. Podendo-se assim, associar essa vertente ao modo de vida rural e urbano. Percebe-se, assim, que o termo lifestyle vem sendo utilizado em vários campos com significados diversos. Para Jensen (2007), lifestyle é frequentemente utilizado sem qualquer definição prévia. O autor argumenta que pelo fato do conceito ser essencialmente transdisciplinar, cada disciplina científica aponta um significado distinto para lifestyle. Apesar de reconhecer a complexidade do desafio, Jansen (2007) apresenta uma definição para lifestyle.

Um “lifestyle” é um padrão de atos repetitivos que são dinâmicos e em algum grau oculto para o indivíduo, e eles envolvem o uso de artefatos. Esse “lifestyle” e é

¹² We conceptualize lifestyle medicine as having two major components: One addresses the behaviors of individual patients to improve their health and well-being and the other addresses social policies that affect the health of populations and support the efforts to improve the health of all individuals within the broader population (PRONK; KOTTKE; ISHAM, 2013, p. 362).

¹³ Almost all sociologists will agree that lifestyle may be defined as “a distinctive, hence recognizable, mode of living” (SOBEL, 1981, p. 28)

baseado nas crenças sobre o mundo, e constância sobre o tempo que é despendido pelas intenções de se obter metas ou submetas que são desejados. Em outras palavras, um “lifestyle” é um conjunto de hábitos que conduz diretamente para alguma meta principal (JENSEN, 2007)¹⁴.

Na língua portuguesa lifestyle apresenta as mais diversas traduções: estilo de vida para (GONÇALVES; CARVALHO, 2007), modo de vida para (NASCIMENTO et al., 2013; PIGNATTI; CASTRO, 2008; SEABRA, 2011) e meios de vida para (FREITAS et al., 2013). Esta diferenciação na tradução de lifestyle deixa ainda mais complexo a discussão sobre o termo. Há ainda na língua inglesa o termo livelihood que também aparece em português como modo de vida para (PEÑAFIEL, 2006; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004), meios de vida para (NIEDERLE; JUNIOR, 2009), subsistência para (SANTOS, 2001), formas de vivência para (NAVARRO, 2001). Chambers e Conway (1992) definiram o livelihood sobre o tripé: capacidades, atividades e ativos (incluindo recursos materiais e sociais), que podem ser entendidos como os meios de ganho de vida. “A livelihood in its simplest sense is a means of gaining a living (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 5)”. Sob essa visão, os autores procuram compreender em seu estudo os rural livelihoods, para tanto enumeram determinantes dos livelihoods, tais como fatores sociais, econômicos e ecológicos ambientais. Scoones (1998) também faz reflexões sobre o conceito livelihood, referenciando o paper de Chambers e Conway (1992) com um papel emergente sobre o tema. Nas suas ponderações Scoones (1998) mostra a interdisciplinaridade do tema e o seu vasto uso em estudos sobre meio ambiente e microeconomia. Scoones (1998) defende que o conceito é complexo e maleável, e que isso auxilia nas múltiplas interpretações sobre o termo.

O problema é que a análise dos “livelihoods” pode ser feita para servir a múltiplos propósitos e fins. Como um conceito maleável que abre essa rica diversidade de descrições empíricas, ele igualmente pode ser esmagado pelo instrumentalismo estreito dos quadros e formatos de planejamento, ou ser implantado por compromissos políticos vinculados à reforma neoliberal dos últimos anos (SCOONES, 1998).¹⁵.

¹⁴ A lifestyle is a pattern of repeated acts that are both dynamic and to some degree hidden to the individual, and they involve the use of artefacts. This lifestyle is founded on beliefs about the world, and its constancy over time is led by intentions to attain goals or sub-goals that are desired. In other words, a lifestyle is a set of habits that are directed by the same main goal (JENSEN, 2007, p. 216)

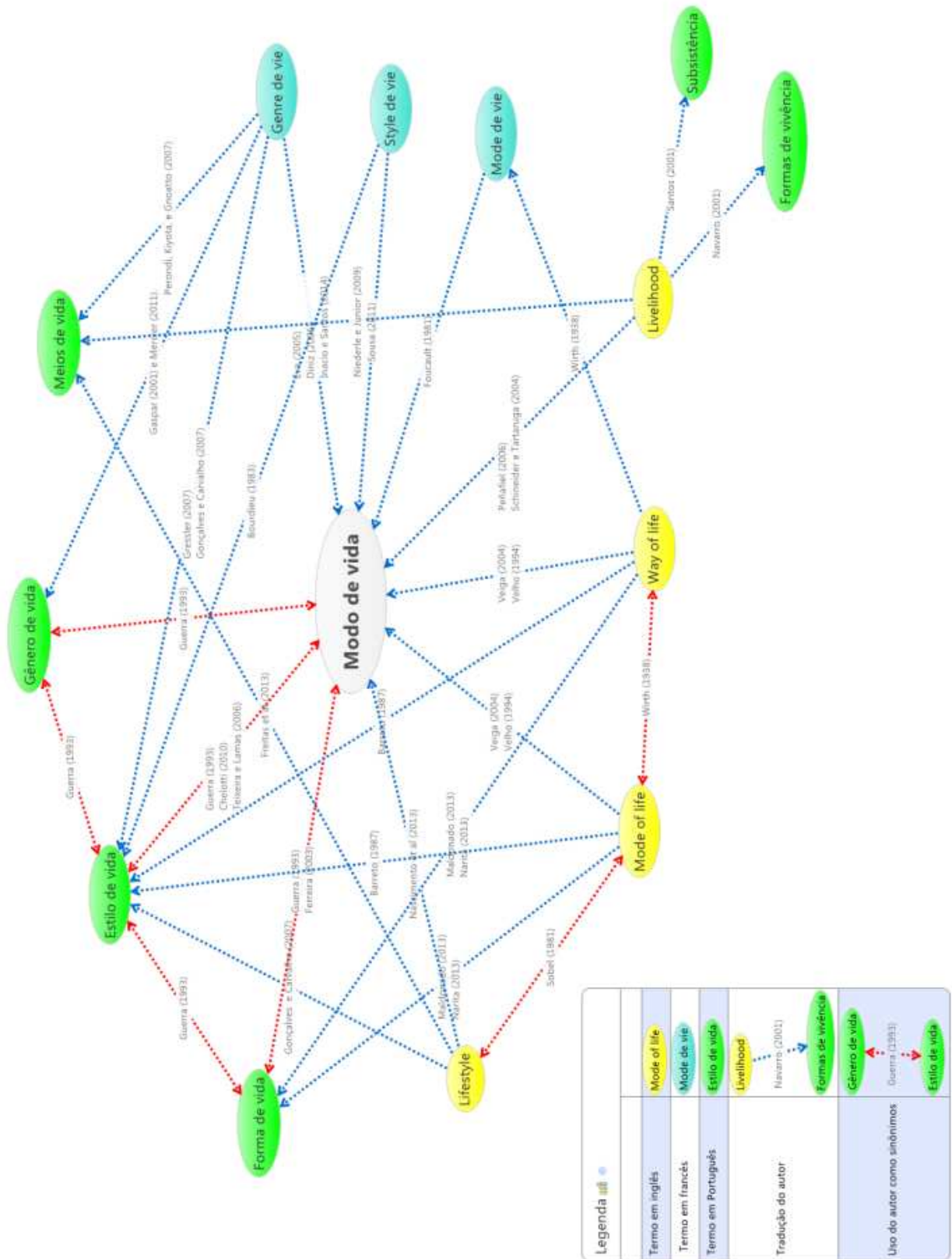
¹⁵ The problem is that livelihoods analysis can be made to serve multiple purposes and ends. As a malleable concept which opens up such rich diversity in empirical description, it can equally be squashed down into the narrow instrumentalism of log-frames and planning formats, or get deployed by particular political commitments, dominated in recent years by neo-liberal reform (SCOONES, 1998, p. 185)

Scoones (1998) adota a conceituação elaborada por Chambers e Conway (1992) e apresenta a seguinte definição: Um meio de vida compreende as capacidades, activos (incluindo tanto os recursos materiais e sociais) bem como as atividades desenvolvidas. (SCOONES, 1998, p. 175)¹⁶. Outro importante autor que se preocupa com o rural livelihood é Ellis (1999) defensor do tripé “activos / processos / atividades¹⁷”. O autor especifica a partir da definição de livelihood de Scoones (1998) as características relativas aos ativos (assets), as quais incluem além do capital material e social, o capital humano (escolaridade, habilidades e saúde dos habitantes), o capital financeiro e os seus substitutos (créditos, poupanças, etc.) e o capital natural (recursos naturais). Após a síntese apresentada relativa aos termos que tangenciam o conceito de “modo de vida” apresentam-se as terminologias a ele associadas na Figura 4.

¹⁶ A livelihood comprises the capabilities, assets (including both material and social resources) and activities for a means of living.

¹⁷ “Assets/processes/activities”

Figura 4 – Rede de utilização dos termos ligados ao Modo de Vida



Fonte: Elaboração própria.

Como visto na Figura 4, apesar de ser uma rede densa, há uma ligação direta entre o termo modo de vida e todos os outros utilizados, exceto os termos em português formas de vivência, subsistência e meios de vida. Contudo, mesmo essas exceções estão ligadas diretamente a termos que estão relacionados ou traduzidos por algum autor como modo de vida. De fato, apesar da profusão de terminologias é possível visualizar que o termo modo de vida referencia o maior número de ligações com outros termos. Ressalta-se, ainda, na Figura 4 que na língua francesa não há aparente ligação entre os termos, havendo uma distinção mais clara entre as terminologias. Na língua inglesa, também, o termo livelihood não apresenta relação direta com nenhum dos outros termos em inglês utilizados, como acontece com o termo modos de vida em português. A partir da constatação de que o termo livelihood aparece na língua portuguesa traduzida tanto como modo de vida quanto por meios de vida, reforçando a relação entre esses constructos, a seguir apresenta-se a concepção de modo de vida que será adotada nesta tese.

2.5 Notas conclusivas do capítulo

Compreender o constructo rural é parte fundamental para verificá-lo no contexto empírico e para que se possa criar uma definição, que não seja vazia e sem sentido. Porém, o que se vê, em grande parte dos estudos, e, principalmente, o que é aplicado pelas políticas públicas é uma definição do rural carente dessa discussão teórica e pautando em variáveis definidas por governos. De fato, a definição de rural, no Brasil, é vazia de fundamentação teórica e, mesmo, empírica, bastando a vontade do poder público municipal para definir o que é ou não rural. Assim, no país, o rural não é, necessariamente, tratado como uma categoria sócio-geográfica que auxilia na gestão pública e no desenvolvimento econômico e humano.

Mas afinal, como se pode definir o que é rural? Nesta tese procura-se buscar a resposta a essa questão à luz da abordagem que trata o rural e o urbano como um modo de vida. O modo de vida transcende barreiras de classes, conecta indivíduos distintos socio-economicamente com características culturais semelhantes. Enquanto o modo de vida rural é conectado à terra e limitado, no que tange o uso de aparatos tecnológicos avançados, em um dado momento no tempo, o modo de vida urbano é dotado de um uso mais intensivo de tecnologias avançadas, havendo a possibilidade de se deslocar em menos tempo, e praticamente não há dependência econômica de fatores edafoclimáticos.

Essa abordagem, ainda que conte com inúmeras limitações, como a dificuldade em se distinguir ambos, rural e urbano, traz mais clareza à turbidez nas definições dos conceitos. Autores clássicos na literatura sociológica, como Weber, Durkheim e Maine, apontam que pode-se segmentar os autores em categorias urbanas e não urbanas, consequentemente rurais. Essa perspectiva conta ainda com um suporte na literatura, com autores como Wirth, e é apontada por Ögdül como uma tendência na literatura.

Mas como delimitar o rural utilizando essa abordagem? Uma das formas é através de um índice. Para tal é necessário definir variáveis que mensurem o modo de vida rural. Esse é o escopo desta tese, usando variáveis disponíveis, no Brasil, e relacionadas com o modo de vida, como o tipo de trabalho, a escolaridade, a renda, o tempo de deslocamento e o acesso à iluminação.

Porém, essa vertente crescente na literatura não conta com o mesmo suporte nos organismos internacionais. Esses procuram delimitar o rural usando variáveis tradicionais, como a densidade demográfica e o quantitativo populacional. Analisar-se-á no próximo capítulo, as concepções de rural utilizadas pelos organismos internacionais.

CAPÍTULO 3

A UTILIZAÇÃO DOS ENFOQUES EMPÍRICOS DE RURAL E URBANO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS

O objetivo deste capítulo é o de apresentar as concepções de rural utilizadas pelos organismos internacionais, tais como CEPAL, Banco Mundial, as Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

3.1 A apresentação dos métodos utilizados por entidades internacionais

Iniciando pela Organização Pan-americana para a Saúde (PAHO) observamos que uma das suas metas é a redução da discrepância na distribuição dos profissionais da saúde entre o urbano e o rural. Na falta de uma definição de rural, universalmente aceita, a PAHO propõe um indicador para essa discrepância, dado pela relação da densidade de recursos humanos nos clusters geográficos com menor proporção com a densidade de recursos humanos nos clusters geográficos com maior proporção. Pode ser entendido como um indicativo que a PAHO entende o rural como a baixa proporção de população por cluster geográfico (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2011).

O Banco Mundial, por sua vez, não define, oficialmente, o rural (THE WORLD BANK GROUP, 2014). No entanto, o Banco Mundial promove uma tipologia de definição de ruralidade (BAEZA, 2011). Essa tipologia apresentada por Ferranti et al. (2005) pode-se resumir em dois vetores. O primeiro considera a densidade demográfica, para tanto os autores utilizam o mesmo ponto de corte urbano/rural utilizado pela OCDE, 150 hab./Km². O segundo vetor é composto pela acessibilidade, dada pelo tempo de deslocamento a centros de maior porte, de cada região.

Primeiramente, Ferranti et al. (2005) utilizam dados de densidade demográfica agregados com base na Gridded Population of the World – Version 3 (GPWv3) (CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE NETWORK - CIESIN, 2004), utilizando, como

referência, acima de 150 hab./Km² para ser considerada uma área urbana. Após essa aferição, são calculados os tempos de viagem aos centros urbanos mais próximos com mais de 100.000 habitantes, sendo consideradas áreas remotas aquelas que estão a mais de uma hora de viagem desses centros. Criando-se assim escala que permite, na concepção de Ferranti et al. (2005), aferir a ruralidade das regiões.

A International Labour Organization (ILO), apesar de também não apresentar uma definição oficial, avança com algumas características do rural. Para a ILO (2011), as localidades rurais têm um baixo número de pessoas vivendo em qualquer área de terra, além de poder haver a combinação de outros critérios como o número de habitantes, e proximidades de grandes centros urbanos. Para a ILO (2011), as unidades administrativas podem ter uma combinação de áreas rurais e urbanas. Essa ausência de definição também é encontrada na Organização das Nações Unidas, que, no entanto, sugere que, para comparações internacionais, devem definir, como urbanas, localidades com 2 000 ou mais habitantes e as demais como rurais, sugestão seguida pela CARICOM (CARIBBEAN COMMUNITY, 2014).

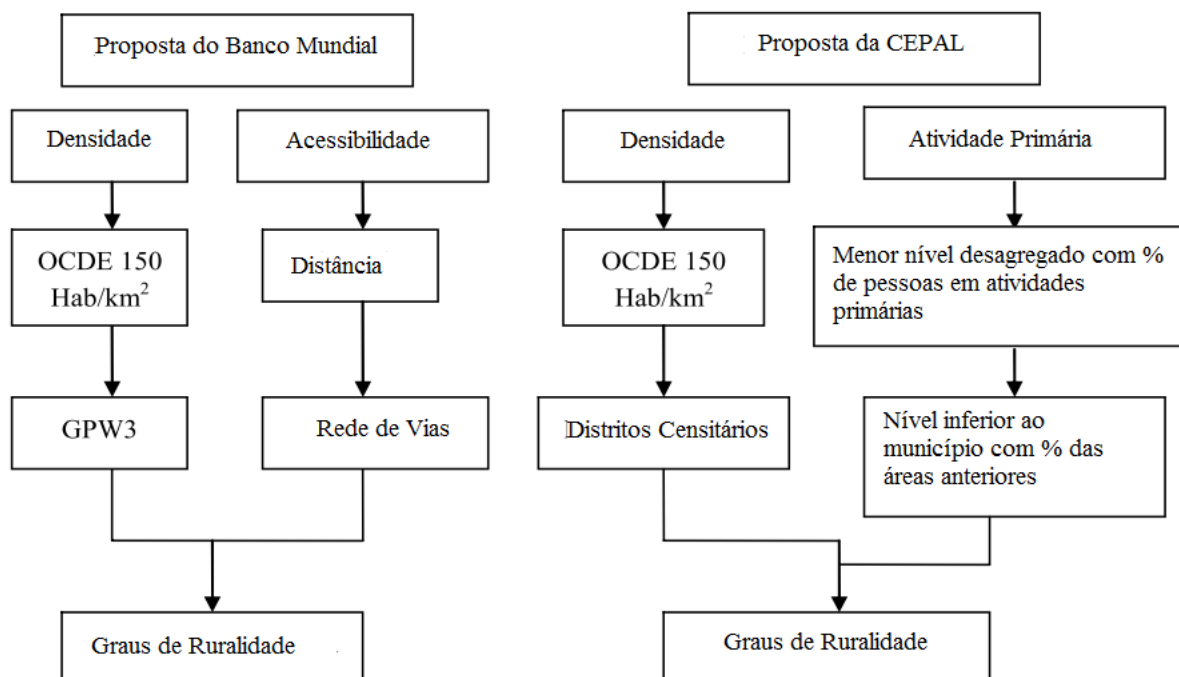
No Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), do qual o Brasil é membro fundador, há uma carta de intenções para também seguir esta definição de urbano (2000 ou mais habitantes), porém, até 2014, cada um dos países membros manteve a sua própria classificação. Ficou a cargo do Paraguai estabelecer critérios para a definição de rural e urbano no âmbito do Mercosul. No entanto, não há um prazo para que essa definição comum seja publicada e aplicada (MERCADO COMUM DO CONE SUL, 2000).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) demonstra que, na sua região de atuação, há grandes divergências sobre a definição do rural de forma histórica, como pode ser visto no Anexo. Preocupados com essa divergência, a CEPAL mantém um projeto intitulado “Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina”, que visa a criação de uma definição de rural que seja aplicável em seus Estados membros, apesar da própria CEPAL não considerar essa definição de maneira oficial (DIRVEN et al., 2011). David Candia Baeza (2011) responde pela proposta de delimitação do rural da CEPAL.

Nessa proposta, o autor se fundamenta na tipologia do Banco Mundial, no entanto, propõe a alteração no nível de desagregação dos dados e o uso do conceito de atividade primária em detrimento da acessibilidade, como demonstrado na Figura 5. Essa metodologia consiste em verificar se a divisão político administrativa imediatamente inferior ao município,

no caso brasileiro os distritos, possui uma densidade demográfica menor que 150 hab./Km², e combinar esses dados com o percentual de população economicamente ativa que atua em atividades agrícolas, sendo essas áreas já com a menor desagregação possível. Candia Baeza (2011) propõe para o Brasil um ponto de corte de 35% de população empregada em empregos agrícolas para ser considerada rural. Utilizando essa metodologia, o Brasil teria 36,2% da população vivendo em áreas rurais no ano de 2000 (BAEZA, 2011).

Figura 5 – Comparação das propostas de definições do rural do Banco Mundial e da CEPAL



Fonte: Adaptado de Baeza (2011).

Seguindo a metodologia do CEPAL proposta por Baeza (2011), Rodríguez e Saborío (2008) aplicaram esse método na Costa Rica. No entanto, esses autores não propuseram um único ponto de corte que separasse o rural do urbano, optando por estabelecer um gradiente para a sua definição que vai de “Baixo emprego agrícola e baixa densidade” a “Alto emprego agrícola e alta densidade”. Na Tabela 6 encontra-se a operacionalização dessa gradiente.

Tabela 6 – Gradiente Rural-Urbano segundo Rodríguez e Saborío (2008)

Densidade média do distrito	% de áreas ponderadas no distrito que têm PEA agropecuária \geq a 35%		
	0 < 20%	20<40%	40<100%
< 50 hab/km ²	Baixo emprego agrícola e baixa densidade	Médio emprego agrícola e baixa densidade	Alto emprego agrícola e baixa densidade
50 < 150			
150 < 500			
500 < 1000	Baixo emprego agrícola e alta densidade	Médio emprego agrícola e alta densidade	Alto emprego agrícola e alta densidade
1000 < 2500			
> 2500			

Fonte: Adaptado de Rodríguez e Saborío (2008).

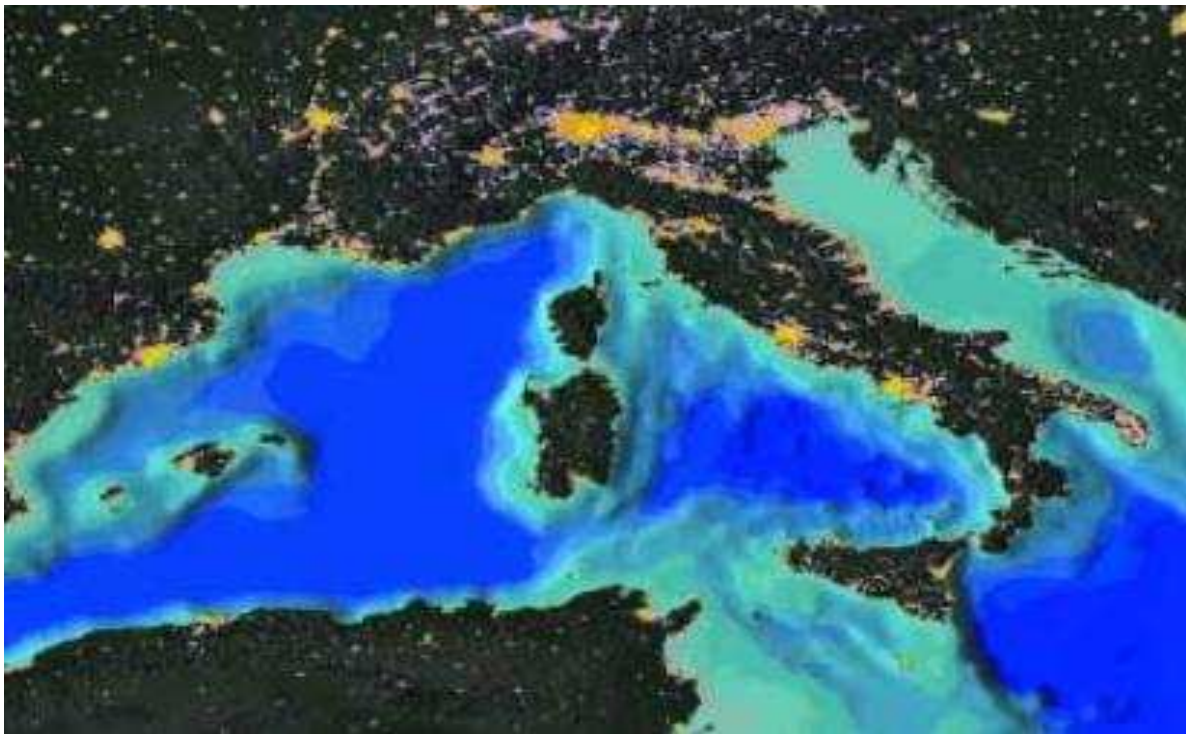
Como visto na Tabela 6, não há preocupação em definir o urbano e o rural, apesar de ser presumível que as menores densidades e os maiores percentuais de empregos agrícolas sejam mais “rurais”. Para o International Fund for Agricultural Development (2001), o rural tem duas características principais. A primeira é que as pessoas vivem em fazendas ou em grupos de casas contendo entre 5000 e 10000 habitantes, estes separados por plantações, pastos, árvores ou mata nativa. A segunda característica se dá pelo maior gasto de tempo dos rurais em trabalhos na agropecuária. A organização admite que não existe uma definição comumente aceita e que isso traz graves problemas, como a subestimação ou superestimação da pobreza em comunidades rurais. A organização chega a propor recomendações às Nações Unidas para unificar o conceito de rural e urbano, mas, de um ponto de vista estritamente demográfico.

O livro anual demográfico das Nações Unidas classifica a população periodicamente em grupos de tamanhos para as localidades, mas apenas uma memória das nações utiliza o nível abaixo de 2000 habitantes. Uma possibilidade, que requer uma revisão urgente, é que o sistema da ONU deve:

- (a) Auxiliar os países para produzir dados padronizados internacionalmente, que mostra as mudanças de pessoas vivendo em locais de diferentes tamanhos;
- (b) Publicar informações censitárias nos locais abaixo de um ponto de corte rural-urbano internacional, digamos 5000 pessoas, para o uso em trabalhos analíticos;
- (c) Publicar e rastrear proporções da população: mulheres, crianças, pobres, analfabetos. Não apenas no período censitário. Assim, aumentos genuínos na população urbana poderia, então, ser separada dos efeitos de fronteira; e
- (d) Reorganizar os dados sobre pobreza realizados pelo Banco Mundial para permitir comparações internacionais e intertemporais da proporção da população urbana e rural (definida pelo ponto de corte de 5000) (INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT, 2001).

A Food and Agriculture Organization (FAO) não estabelece posição oficial sobre uma definição do rural, mas subsidia trabalhos que visam a delimitação do rural através de tecnologias como os Geographic Information System (GIS). No livro intitulado “Mapping global urban and rural population distributions”, Salvatore et al. (2005) utilizam estimativas populacionais e imagens de satélite para determinar o rural, utilizando vários métodos distintos. Um deles é a utilização da densidade demográfica. Outro método mais complexo utiliza imagens de satélite de luzes noturnas obtidas através do Nighttime Lights 2000 (Figura 6) e dados do LandScan (BRIGHT et al., 2012; NATIONAL GEOPHYSICAL DATA CENTER (NGDC), 2000; SALVATORE et al., 2005).

Figura 6 – Imagens do projeto Nighttime Lights 2000 utilizados pela FAO na definição do rural



Fonte: National Geophysical Data Center (NGDC)(2000).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tem uma fórmula de distinção entre rural e urbano, sendo considerada por muitos estudos científicos, apesar de haver autores que não compartilham dos preceitos utilizados (ABRAMOVAY, 2006). Como variável na separação entre rural e urbano, a OCDE utiliza a densidade demográfica em dois estágios. No primeiro estágio, as localidades que possuem densidade demográfica abaixo de 150 habitantes por quilômetro quadrado são consideradas rurais. No

segundo estágio as regiões são classificadas em níveis, denominados: Região Predominantemente Rural; Região Intermediária e Região Predominantemente Urbana. As Regiões Predominantemente Rurais são aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais, ou seja, com uma densidade demográfica abaixo de 150 hab./km². As Regiões Intermediárias são aquelas em que entre 15% e 25% vivem em unidades rurais e as Regiões Predominantemente Urbanas são aquelas em que menos de 15% da população está em regiões que tem menos de 150 hab./km² (OECD, 1994).

Em 2010, a OCDE (2010), criou uma nova versão dessa metodologia, onde a acessibilidade também é considerada. Intitulada OECD Extended Regional Typology, essa extensão reclassifica as áreas intermediárias e predominantemente rurais em “remotas” ou “próximas à cidade”. Se numa região classificada como intermediária ou predominantemente rural tenha mais de 50% de sua população vivendo a mais de 60 minutos de “tempo de deslocamento” de uma cidade com mais de 50.000 habitantes, essa região é considerada remota. Em caso contrário, a região é considerada “próxima à cidade”. Em 2006, a União Europeia passou a utilizar a metodologia da OCDE original para nortear a sua política comum de desenvolvimento rural (EUROPEAN COMMISSION, 2006). A classificação oficial da União Europeia é apresentada na Figura 7Figura 7– Tipologia rural/urbano oficial na Europa em 2013.

habitantes de forma contínua (vizinhança ou adjacência). Nas células abaixo dessa densidade, todas as células restantes são consideradas rurais. O próximo passo foi classificar as NUTS (Nomenclature of Territorial Units for Statistics) nível 3, em três categorias: Regiões Predominantemente Rurais/Regiões Rurais - são aquelas em que 50% ou mais da população vive em células consideradas rurais; Regiões Intermediárias - são aquelas em que entre 20% e 50% dos habitantes vive em células rurais; Regiões Predominantemente Urbanas - são aquelas em que a população que vive em células rurais é menor que 20%. O último passo é uma checagem final através do critério do tamanho da cidade nas NUTS nível 3¹⁸. Se a região considerada predominantemente rural possuir uma cidade com mais de 200.000 habitantes e isto representar pelo menos 25% do total da região ela passa a ser considerada uma Região Intermediária. Se a região foi classificada com intermediária e conter uma cidade de mais de 500.000 habitantes e isto representar pelo menos 25% da população, a NUTS então é considerada Predominantemente Urbana (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

3.2 Os métodos para definição de rural e urbano oficialmente utilizados nos países

Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (2009) optou por uma Tipologia de Áreas Urbanas para fins estatísticos (TIPAU). A primeira tentativa de criação da TIPAU foi em 1999. Na ocasião, tal qual a classificação europeia atual, foi realizada uma classificação em três níveis: Predominantemente urbano; Mediamente urbano; Predominantemente rural. Em 2009, a TIPAU foi realizada em quatro fases. Na primeira fase, foi analisada a ocupação do solo e a densidade populacional. No segundo momento, foi analisado o território através dos Planos Municipais de Território, classificando o solo urbano e o solo não urbano. A terceira fase consistia em conjugar as duas fases anteriores classificando as subseções estatísticas em três categorias.

Espaço Urbano: Subsecção estatística que contempla um dos seguintes requisitos: 1) tipificada como "solo urbano", de acordo com os critérios de planeamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; 2) integra uma secção com densidade populacional superior a 500 habitantes por Km²; 3) integra um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes.; Espaço Semiurbano: Subsecção estatística tipificada como "solo não urbano", de acordo com os critérios

¹⁸ Para efeitos de classificação as NUTS nível 3 que possuem menos que 500 km² são combinadas com um ou mais de seus vizinhos.

de planeamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano, e contempla, pelo menos um dos seguintes requisitos: 1) integra uma secção com densidade populacional superior a 100 habitantes por Km² e inferior ou igual a 500 habitantes por Km²; 2) integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes.; Espaço de Ocupação Predominantemente Rural: Subsecção estatística tipificada como "solo não urbano", de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano; 2) tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km²; 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2009, p. 1).

Realizada a classificação da terceira fase, a escala de freguesia, foi realizado uma nova classificação dos territórios, permitindo assim obter o resultado final da TIPAU em três categorias: Área Predominantemente Urbana, Área Mediamente Urbana e Área Predominantemente Rural.

Área predominantemente urbana (APU): Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%; Área mediamente urbana (AMU): Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%. Área predominantemente rural (APR): Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana" (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2009, p. 1).

Em 2014, a TIPAU foi reeditada com os dados dos censos portugueses de 2011. Não houve mudanças radicais em relação à edição de 2009. A principal alteração foi a inserção do critério administrativo, que consistia em não classificar a freguesia em que se encontrasse a sede da câmara municipal como Área Predominantemente Rural, sendo essa classificada por Predominantemente Urbana se apresentasse uma população residente acima de 5000

habitantes e Mediamente Urbana em caso contrário. Dessa forma, nenhum município português não teria pelo menos uma área considerada urbana, o que ocorria na TIPAU anterior. De fato, por esse critério, 45 freguesias foram elevadas ao status de Predominantemente Urbanas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2014). Seguindo uma visão de Veiga (2002), Portugal estaria criando “freguesias urbanas imaginárias” já que essas freguesias são seriam predominantemente urbanas por nenhum dos outros critérios adotados pela TIPAU.

A outra alteração proposta na TIPAU (2014) foi a utilização do critério da razão (chamado de rácio) entre concentração e dimensão. Essa alteração propunha que se uma freguesia estivesse inserida em um lugar¹⁹ de mais de 5000 habitantes, seriam calculadas as razões “População do lugar na freguesia/ População da freguesia” e “População do lugar na freguesia/ População do lugar”. Se pelo menos uma dessas apresentasse o resultado superior a 50%, a freguesia seria automaticamente classificada como Predominantemente Urbana. O mesmo critério também era aplicado nas freguesias em áreas entre 2000 e 5000 habitantes, e caso alguma das razões fosse maior que 50%, a freguesia seria elevada ao status de Mediamente Urbana. Essa alteração promoveu um impacto nos resultados finais, sendo reclassificadas como predominantemente urbanas 60 freguesias.

Apesar das alterações, os resultados finais do grau de urbanização de Portugal não apresentaram grandes mudanças. A proporção de população que residia em áreas urbanas portuguesas passou de 69,1% na TIPAU 2009, para 70,7% na TIPAU 2014. Nas freguesias houve maiores alterações, tendo em vista que 84,1% das freguesias predominantemente urbanas da TIPAU 2009 mantiveram seu status na TIPAU 2014 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2014). No entanto, essas alterações a nível de freguesia merecem cautela já que a divisão territorial das freguesias mudou em 2012, em Portugal continental, reduzindo em 27,4%, a quantidade de freguesias passando de 4260, em 2010, para 3092, em 2013 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2013).

Além da TIPAU, Portugal também aplica a classificação europeia já citada. Enquanto a TIPAU é utilizada à escala de freguesia e para fins administrativos, a classificação do Eurostat é utilizada em estudos transversais da União Europeia. Ainda em Portugal, o Plano

¹⁹ A TIPAU 2014 define lugar como: “Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias. Os seus limites, em caso de dificuldade na sua clara identificação, devem ter em atenção à continuidade de construção, ou seja, os edifícios que não distem entre si mais de 200 metros” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2014, p. 9)

Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte (PROT-N) (2013), classifica o solo entre urbano e rural. No Plano, o solo rural compreende os territórios onde há reconhecida vocação para atividades agrícolas, florestais, pecuárias, exploração de recursos geológicos, que integra recursos naturais, de lazer ou infraestruturas que não lhe qualifiquem como urbanas. Sendo esse solo classificado em cinco categorias: Espaços agrícolas ou florestais; Espaços de exploração geológica ou mineira; Espaços naturais; Espaços de atividades industriais diretamente afetos a utilizações anteriores; Espaços afetos a infraestruturas ou outros tipos de ocupação que não impliquem a ocupação de solo urbano.

O solo urbano, para o PROT-N (2013), seria aquele que tivesse reconhecidamente aptidão para a ocupação urbana e de edificação. Este é composto pelo o solo urbanizado e o de urbanização programável. Esses solos podem ser qualificados em seis categorias distintas: Espaços centrais; Espaços residenciais; Espaços de atividades econômicas; Espaços verdes; Espaço de uso especial; Espaços urbanos de baixa densidade. Essas categorias têm por objetivo padronizar os planos diretores municipais da região norte portuguesa, não sendo em sua totalidade obrigatórias. Apesar de bem especificadas, as definições de solo rural e urbano do PROT-N possuem divergências com as definições estabelecidas pelo Eurostat. Uma vez que para o PROT-N é possível haver uma área urbana que possua baixa densidade demográfica, desde que essa possua “vocação” para tal. Algo que nas definições europeias não é possível, já que não podem, nessa concepção, haver áreas urbanas com uma densidade demográfica menor que 300 habitantes por quilometro quadrado (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, 2013; EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Os Estados Unidos não possuem uma definição oficial de rural e diferentes agências do governo norte-americano usam distintas concepções do rural. O United States Census Bureau (2010), define três níveis de distinção entre rural/urbano. Áreas Urbanizadas são aquelas que possuem 50.000 ou mais habitantes, Clusters Urbanos são aquelas localidades que possuem população entre 2.500 e 50.000, e as demais áreas são consideradas rurais. Já o Office of Management and Budget (OMB) divide os Estados Unidos da América em áreas metropolitanas e áreas não metropolitanas. Essa divisão, no entanto, não é considerada pelo próprio órgão como uma divisão entre rural e urbano.

Micropolitan Statistical Area Standards do not produce an urban-rural classification, and confusion of these concepts can lead to difficulties in program implementation. Counties included in Metropolitan and Micropolitan Statistical Areas and many

other counties may contain both urban and rural territory and population (OFFICE OF INFORMATION AND REGULATORY AFFAIRS, 2010, p. 37246).

O órgão norte-americano, United States Department of Agriculture (USDA) (2013) criou um ranking que classifica o rural e o urbano como um contínuo que varia de 1, que seria o mais urbano, e 9, que seria completamente rural, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 – 2013 Rural-Urban Continuum Codes

Code	Description
	Metro counties:
1	Counties in metro areas of 1 million population or more
2	Counties in metro areas of 250,000 to 1 million population
3	Counties in metro areas of fewer than 250,000 population
	Nonmetro counties:
4	Urban population of 20,000 or more, adjacent to a metro area
5	Urban population of 20,000 or more, not adjacent to a metro area
6	Urban population of 2,500 to 19,999, adjacent to a metro area
7	Urban population of 2,500 to 19,999, not adjacent to a metro area
8	Completely rural or less than 2,500 urban population, adjacent to a metro area
9	Completely rural or less than 2,500 urban population, not adjacent to a metro area

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA) (2013).

Como visto na Tabela 7, o United States Department of Agriculture (USDA) tem como balizadores do rural variáveis que concatenam as definições do United States Census Bureau (2010), que considera o quantitativo populacional, e do Office of Management and Budget (OMB), que delimita as áreas metropolitanas. Nos Estados Unidos, esta pluralidade de divisões leva a confusões e conflitos de informações (MILLER, 2013). Por consequência não há uma estatística clara que quantifique o tamanho do rural norte-americano. No Estado da Califórnia, por exemplo, de acordo com o United States Census Bureau, 5,5% da população seria rural, já para o Office of Management and Budget, 2,4% da população seria não metropolitana, e de acordo com a USDA, somente 0,1% seria considerado completamente rural (MILLER, 2013).

Ainda nos Estados Unidos da América, a National Aeronautics and Space Administration (NASA) mantém em parceria com CIESIN um banco de dados onde é possível visualizar, em nível mundial, os “assentamentos urbanos”, bem como a densidade demográfica e a extensão das “áreas urbanas”. Esse projeto intitulado Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP) (2011a, 2011b), associa a densidade demográfica à definição do urbano, sendo possível visualizar a localização dos “assentamentos urbanos” no mundo. No caso brasileiro, é considerada urbana uma área com 5000 ou mais habitantes, delimitada por

luzes noturnas perenes. Para áreas com pouca luminosidade, foram utilizadas fontes alternativas para verificar a extensão das cidades, essas áreas podem ser vistas na Figura 8.

Figura 8 – Extensão urbana no Brasil de acordo com o Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP)

URBAN EXTENTS



Global Rural-Urban Mapping Project

- Urban Extent
- Administrative Units
- National Boundaries



Urban extents illustrate the shape and area of urbanized places. Urbanized localities are defined as places with 5,000 or more inhabitants that are delineated by stable night-time lights. For poorly lit areas, alternate sources are used to estimate the extent of cities.

Note: National boundaries are derived from the population grids and thus may appear coarse.



Copyright 2009. The Trustees of Columbia University in the City of New York, Center for International Earth Science Information Network (CIESIN), Columbia University, International Food Policy Research Institute (IFPRI), the World Bank, and Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT). Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP), Population Density. Palisades, NY: CIESIN, Columbia University. Available at: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/gpw/>

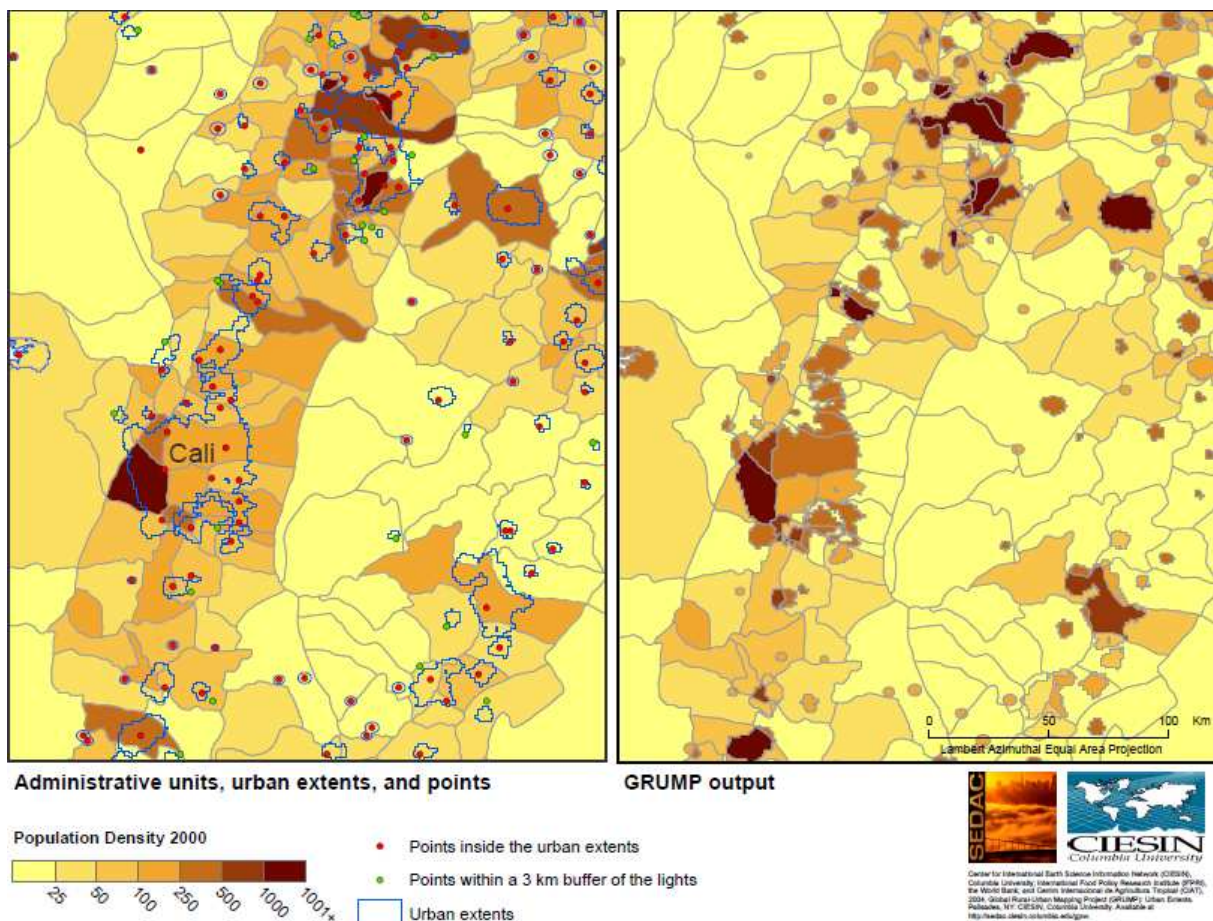


This document is licensed under a Creative Commons 3.0 Attribution License <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/>

Fonte: Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP) (2011a, 2011b).

Com a resolução de 30'', que equivale a 1 km no Equador, a agência é capaz de verificar os assentamentos urbanos para além das divisões administrativas, como visto na Figura 9, na região de Cali, Colômbia. Com esse esboço, de definição do rural a agência norte-americana estima, até ao ano de 2100, mapas com a localização da população urbana (CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE AND INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY, 2013; CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al., 2011a, 2011b; CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE NETWORK - CIESIN, 2004).

Figura 9 – Comparação da Divisão administrativa oficial e dos resultados do GRUMP (exemplo de Cali, Colômbia)



Fonte: (CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al., 2011b).

A Figura 9 mostra que mesmo que se considere a densidade demográfica como um vetor de definição de rural, é necessário manter uma preocupação com o nível de

desagregação dos dados, haja vista que as delimitações oficiais podem não ser adequadas para a delimitação de áreas densamente povoadas. A agência governamental do Reino Unido, Council for the Protection of Rural England, utilizou indicadores socioeconômicos na definição do rural. Chama a atenção a sua visão quase romântica do rural:

Nível de tranquilidade (distância dos locais barulhentos); escuridão nos céus noturnos; senso de isolamento e contato com o selvagem; quantidade de edifícios abandonados e terrenos baldios; senso de comunidade; habilidades rurais; beleza das paisagens; frequência e disponibilidade de serviços de transporte público rural. (BOWLER, 2005, p. 230).²⁰

Deixando o bucolismo inglês e analisando o caso do Japão, pode-se perceber através dos critérios de classificação utilizados na cidade (Shi), que é considerada urbana, por ter mais de 50.000 habitantes com pelo menos 60% das casas localizadas numa área principal e que mais de 60% dos seus habitantes trabalham na indústria, no comércio, ou em outras atividades “urbanas”. No entanto, grande parte dos países utilizava o patamar demográfico, ou contingente populacional, para definir o rural e o urbano. Este critério encontra-se bastante difundido por sua facilidade de aplicação, sendo utilizado em países como o Reino Unido, a Argentina e o Panamá (ABRAMOVAY, 2000). Uma das dificuldades dessa forma de delimitação é encontrar o patamar de corte entre o que se concebe como “rural” e “urbano”, o qual varia em cada país. Enquanto na Noruega adotava-se o número de 200 habitantes, no Japão esse número era de 50.000 habitantes (BEAUJEU-GARNIER, 1997). A Tabela 8 busca comprovar a preferência de diversos países por definir o rural pelo patamar demográfico. Utilizou-se nesta tabela as descrições da definição de rural feitas pelas agências estatísticas oficiais de diversos países disponibilizados pelo projeto IPMUS-Internacional do Minnesota Population Center (2013). Essa classificação segue os seguintes grupos:

- patamar demográfico - quantidade de população absoluta contida em uma localidade;
- densidade demográfica - relação entre população e área;
- definição administrativa - o poder público define as limitações entre rural e urbano;

²⁰ Level of tranquility (distance from sites noise); darkness of the night skies; sense of wilderness and isolation; amount of derelict and vacant land buildings; sense of community; level of rural services; diversity of rural skills; beauty of landscape; frequency and availability of rural public transport services (BOWLER, 2005, p. 230).

- atividade agrícola e/ou trabalho agrícola - percentual do PIB ligado ao setor agrícola e/ou proporção da população economicamente ativa trabalhando em atividade agrícola;
- uso da terra - forma como a terra é utilizada em determinado território;
- acesso a serviços públicos - determinada região ter ou não acesso a pelo menos um serviço público, como por exemplo, coleta de lixo;
- população empregada - percentual da população economicamente ativa efetivamente empregada.

Tabela 8 – Critérios de definição do rural em diversos países

	Patamar demográfico	Densidade demográfica	Definição administrativa	Atividade agrícola e/ ou trabalho agrícola	Uso da terra	Acesso a serviços públicos	População empregada
Argentina	X						
Armênia	X		X	X			
Belarus	X				X		
Bolívia	X	X					
Brasil			X				
Camboja			X				
Camarões	X		X			X	
Canada	X	X					
Chile	X			X			
Colômbia			X				
Costa Rica		X		X	X	X	
Equador			X				
Egito			X				
El Salvador	X		X			X	
Fiji*							
França	X						
Gana	X						
Guine			X				
Haiti			X				
Hungria			X				
Índia	X	X		X			
Indonésia**							
Irã			X				
Iraque			X				
Irlanda	X						
Israel	X						
Jamaica	X				X	X	
Jordânia	X						
Quênia	X						
Quirguistão	X		X	X			
Malauí			X				
Malásia	X						
Mali	X						
México	X						
Nepal	X						
Nicarágua	X					X	
Paquistão			X				
Palestina	X		X			X	
Panamá	X					X	
Peru	X		X				
Filipinas	X						X
Portugal	X						
Romênia	X		X				

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados obtidos através do Minnesota Population Center (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013)

Tabela 8 – Critérios de definição do rural em diversos países (conclusão)

	Patamar demográfico	Densidade demográfica	Definição administrativa	Atividade agrícola	Uso da terra	Acesso a serviços públicos	População empregada
Ruanda			X				
Senegal	X						
Serra Leoa	X						
Eslovênia	X						X
África do Sul					X		
Sudão do Sul	X		X				
Espanha	X						
Sudão	X						
Tanzânia			X				
Tailândia			X				
Uganda	X						
Estados Unidos	X						
Uruguai***							
Venezuela	X						
Vietnam	X			X			

*Fiji considera urbano o habitante residente em uma “cidade”, no entanto não há uma definição formal de cidade.

**A Indonésia define como urbano aquele lugar que “apresenta características urbanas”.

***O Uruguai define como urbano aquele que está compreendido em uma “cidade”, mas não define claramente como é realizada essa classificação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados obtidos através do Minnesota Population Center (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013).

Pode-se observar, com base na tabela anterior, que havia países que apresentavam mais de uma classificação, como demonstrado por Nagy (2009). O Chile se encaixava nesta situação por utilizar como critério de separação do rural e do urbano, o patamar demográfico e a atividade agrícola e/ou o trabalho agrícola. De 1992 a 2002 uma área urbana era considerada em termos de um aglomerado com pelo menos 2000 habitantes, ou entre 1001 e 2000 habitantes que tivessem mais da metade de sua população economicamente ativa não trabalhando no setor agrícola (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013). Assim, no caso do Chile, o país seguia as definições tradicionais como aponta Kageyama (2008) que considerava essa visão do rural como um ambiente de predominância do ambiente natural, no qual se realizariam atividades agrícolas.

Já nos Camarões a definição de rural se baseava em uma mescla do patamar demográfico, da definição administrativa e do acesso a serviços públicos. Eram consideradas como áreas urbanas os grupos de cidades e como áreas rurais os grupos de vilas. A cidade era

definida como uma entidade com função administrativa (por exemplo, a sede de um distrito), ou que tivesse uma população de pelo menos 5000 habitantes e que tivesse disponível alguns serviços, tais como: uma escola primária, um centro de saúde, o acesso a água encanada, a energia elétrica, supermercado etc. Já a vila era classificada como uma unidade tradicional, administrada por um chefe de terceira classe e composta por uma ou mais localidades (um local habitado com limites identificados por um nome reconhecido por sua população) (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013). Em Camarões havia, portanto, uma preocupação clara em definir o rural como um modo de vida tradicional, devendo, inclusive, o nome do “lugarejo rural” ser reconhecido pelo povo.

Resumindo o que foi apresentado até este ponto, observou-se, que embora fosse expressiva a diversidade de critérios para a definição de rural, há, também, uma tendência crescente a se incorporar ao indicador de densidade demográfica, praticamente universal em todas as metodologias de caracterização do “rural”, outras variáveis relativas ao “modo de vida” das populações, tais como: “acessibilidade”, “atividade econômica”, “iluminação noturna”, “espaços residenciais”, dentre outras. Desta forma, observa-se que tanto em termos das concepções teóricas presentes nos centros acadêmicos, como nas metodologias utilizadas por governos e organismos internacionais, há uma convergência em termos de se considerar elementos relativos ao modo de vida na caracterização do “rural”, ainda que o que esteja sendo considerado como rural, nestes caso seja o espaço físico. Todavia, ainda que não haja uma demarcação delimitando a interação entre “espaço” e “modo de vida”, há uma clara concepção do “rural” como modo de vida. Como visto na Tabela 8, depois do patamar demográfico, grande parte dos países lançavam mão da definição administrativa para classificar o urbano e o rural, critério utilizado, inclusive, pelo Brasil, cuja noção de diferenciação entre rural e urbano ocorre de forma arbitrária pelo poder público.

3.2.1 A delimitação de rural e urbano utilizada oficialmente no Brasil

No ano de 2015, o Brasil não possuía nenhum critério legal unificado para definição do rural e do urbano. Ficava a cargo das prefeituras de cada município definir, dentro de sua área, quais são urbanas e rurais (BRAGA; REMOALDO; FIÚZA, 2015a). Segundo Seifert (2008) o primeiro instrumento jurídico para definir o rural e o urbano no Brasil surgiu em 1938 no Decreto-lei 311, que determinou que as sedes dos municípios passassem a ser consideradas aglomerações urbanas. Essa mesma lei determinou que para ter o status de áreas urbanas, estas deveriam ter pelo menos 200 moradias. Durante a história jurídica brasileira,

houve poucas intervenções alterando o conceito de área urbana e rural, mantendo-se, em geral, uma visão subjetiva (SEIFERT, 2008), como no Estatuto da Terra (inciso I artigo 4º) que define o imóvel rural como “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada” (BRASIL, 1964). Essa visão tradicional que ligava o rural a atividades agrícolas pode ser observada em outras leis vigentes, como na lei 8.629/93, que dispõe sobre a reforma agrária, definindo o imóvel rural como “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (BRASIL, 1993)

Do ponto de vista jurídico, há uma lei vigente que oferece critérios objetivos para a determinação de áreas rurais e urbanas: o Código Tributário Nacional. Procurando estabelecer critérios para a incidência do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e para o Imposto Territorial Rural (ITR), competências respectivamente dos municípios e da União, o código tributário delineou critérios mínimos para que uma área fosse considerada urbana (SEIFERT, 2008). O artigo 32, no parágrafo 1º, do referido código, elenca várias características das quais pelo menos duas devem ser satisfeitas para que se possa incidir o IPTU sobre aquele terreno, sendo essas:

Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. (BRASIL, 1966)

Os critérios utilizados pelo código tributário se fundamentam, portanto, no acesso a serviços públicos e infraestrutura. Essa visão é compartilhada pelos autores que compreendem o rural como um modo de vida (WIRTH, 2005). No entanto, apesar da existência desses critérios, o governo municipal é o responsável por estabelecer quais áreas podem ser consideradas como urbanas ou rurais. Desta forma, o referido artigo não é autoaplicável (NECCHI; FRANÇA; SANTINI, 2009). O governo municipal pode contrariar os quesitos listados pelo código tributário, desde que o município considere essas áreas, em lei municipal, como “áreas urbanizáveis”, ou de “expansão urbana”. Desta forma, o poder público pode até delinear a totalidade do seu território como áreas urbanas. Isso em muitos casos é utilizado para beneficiar o próprio município uma vez que este recolhe para si os impostos sobre

território urbano. Tal fato se constitui, na prática, em um incentivo para a superestimação do urbano. Em contraponto, a inércia do governo municipal mediante uma rápida expansão urbana pode gerar um efeito contrário e subestimar o urbano (NECCHI; FRANÇA; SANTINI, 2009).

Como apresentado nos parágrafos anteriores, e corroborado por Seifert (2008), observa-se na perspectiva relativa à delimitação das áreas e imóveis rurais, a concepção de rural como espaço físico marcado por um modo de vida específico. As áreas rurais são aquelas que têm acesso limitado a políticas públicas de urbanização, reduzido acesso a infraestrutura e nas quais se exercem atividades de natureza agrícola, visão alinhada a tradições que colocam o rural como sinônimo de atividades primárias, conforme aponta Mazorra e Hoggart (2002). O fato de haver uma junção de perspectiva de rural como “modo de vida” e como “espaço físico”, cria algumas distorções. Pode-se observar principalmente nos pequenos municípios de economia agrícola, uma mescla entre casas e pequenos sítios, com atividades agrícolas e agropecuárias, entremeados entre si, os quais com frequência estão localizados a menos de 1 Km da praça central do município. Nestes casos, ocorrem grandes prejuízos tanto para os habitantes das casas, quanto dos sítios, em termos da forma como a área está demarcada, se como uma área urbana ou rural. Tais prejuízos acontecem para uns ou para outros, em função, justamente, do rural e do urbano serem percebidos como “espaço físico” e não como “modo de vida”, como apontam (NECCHI; FRANÇA; SANTINI, 2009).

Tal complexidade não se restringe à retórica do direito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também sofre com essas indefinições. O IBGE, como autarquia da união, respeita a constituição nacional que determina que é o município que tem prioridade para legislar em assuntos de peculiar interesse local, tendo, assim, a responsabilidade de delimitar as áreas urbanas e rurais (MEIRELLES, 2003). No entanto, do ponto de vista geográfico várias vezes áreas que seriam rurais, pelos mais diversos preceitos teóricos, são classificadas pelos municípios como urbanas. Buscando pacificar essas distorções, o IBGE, nos censos de 2010, dividiu as áreas urbanas e rurais em 8 categorias mutualmente exclusivas chamadas de “situação do setor”. A Tabela 9 apresenta essas classificações, bem como os critérios para a distinção entre elas.

Tabela 9 – Situações dos setores pelo IBGE

Classificação Oficial	Situação do setor IBGE	Definição pelo IBGE
Urbano	Área urbanizada de vila ou cidade	Áreas legalmente definidas como urbanas e caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.
	Área não urbanizada de vila ou Cidade	Áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.
	Área urbana isolada	Áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
Rural	Rural, de extensão urbana	Setor rural situado em assentamentos situados em área externa ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão;
	Rural, povoado	Setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas;
	Rural, núcleo	Setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados;
	Rural, outros aglomerados	Setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.);
	Rural, exclusive aglomerados	Área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Como apresentado pela Tabela 9, o IBGE em sua classificação busca pelo uso do solo e pela existência de “equipamentos e serviços” para delinear as áreas rurais. Essa classificação, apesar de seu esforço, ainda pauta-se em critérios que apresentam problemas de objetividade na definição de urbano e rural. Por exemplo, o IBGE não define claramente o que seria o “caráter rural”, nem identifica de forma clara quais seriam os “equipamentos e serviços” típicos da área urbana, o que pode ser observado nos dicionários das variáveis do censo 2010 (IBGE, 2013b). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz uso, assim, da definição oficial de urbano e rural para a elaboração das pesquisas promovidas pelo órgão. Destaca-se como relevante para fins deste trabalho, a contradição que se observa em

alguns critérios de classificação de rural e urbano utilizados pelo IBGE quando comparados com os parâmetros classificatórios internacionais, mais usuais. Por, exemplo o IBGE chega a utilizar a denominação “áreas urbanas isoladas” e “aglomerados rurais de extensão urbanas”, dentro de um completo empirismo.

Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 1996. Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 2013a).

Abramovay (2000) critica em três pontos essa forma de classificação:

- “o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, fazendo com que as consequências fiscais da definição acabem por ser mais importante que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais;
- desde que haja extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano; é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e
- o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência de serviços, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista” (Abramovay, 2000, p. 37).

Fica evidente, no caso dos critérios utilizados pelo IBGE de classificação das áreas rurais e urbanas, os problemas operacionais advindos da indistinção entre “espaço” e “modo de vida”. Como mostrou Veiga (2002) é importante diferenciar os tipos de municípios no Brasil, ao invés de chamar tudo de cidade, por outro lado, é importante se perceber a dinâmica dos modos de vida rural e urbano existente dentro destes diferentes tipos de municípios. Quando se classifica o “espaço” em rural ou urbano, incorre-se no risco de não se considerar que localidades com baixa densidade demográfica podem apresentar assentamentos humanos urbanizados e que localidades mais densamente povoadas podem apresentar assentamentos humanos com modos de vida rurais. Classificar não o espaço em si mesmo, mas os modos de vida nele presentes, poderia se constituir em um avanço em termos do direcionamento de políticas públicas. No próximo capítulo serão apresentados, de forma específica, as experiências em nível internacional de elaboração e aplicação de índices de ruralidade.

3.3 Notas conclusivas do capítulo No mundo as nações e as organizações internacionais têm posições divergentes sobre o que é o rural. Apesar de, em uma análise superficial, parecer que esse constructo está associado a baixas densidades demográficas e a espaços com predominância de paisagens naturais, um exame mais apurado revela que essas não são condições sine qua non para a determinação do rural.

Nos organismos internacionais, onde se suporia maiores similaridades, se encontram distinções quanto se toca no termo rural. A OCDE, que disposta como a detentora de uma das mais difundidas metodologias de delimitação do rural/urbano, vê grande parte dos seus países membros adotarem métodos distintos, inclusive com resultados contraditórios. De fato, mesmo organizações internacionais mais estruturadas e influentes, como as Nações Unidas, não conseguem impor a seus integrantes uma ideia singular de rural.

A pluralidade de abordagens para definir o rural são tantas que encontramos, em um mesmo país, várias definições, como no caso norte americano e britânico. E essa profusão não se limita a países de cultura anglo-saxã, do isolado Nepal a países europeus centrais, o que vemos são “áreas rurais” definidas de formas distintas.

Mesmo com essa babel de definições, há uma onipresente categoria geo-sociológica que chamamos de rural. Categoria essa que, mesmo com imprecisões, é adotada por governos e organismos internacionais para os mais diversos fins. Ao verificar como os governos dos países do globo realizam a distinção entre rural e urbano, encontramos alguns fatores distintivos que se repetem. Esses fatores seriam: o patamar demográfico, a densidade demográfica, a definição administrativa, a atividade agrícola e/ou trabalho agrícola, o uso da terra, o acesso a serviços público e a população empregada.

Esses fatores seriam a cerne do rural ou há um fator exógeno que os afeta em simultâneo? Defende-se nessa tese a existência de uma multicolinearidade nesses fatores, imputada pelo modo de vida. Essa vertente, apesar de pouco alardeada nos organismos internacionais e governos, é, indiretamente, utilizada, uma vez que as proxies selecionadas têm relação indireta com o modo de vida. Essa relação será explorada nos próximos capítulos.

O modo de vida na definição do rural é mais frequente na literatura, mas a operacionalização desse conceito é, relativamente, tímida, independentemente da corrente teórica utilizada. As iniciativas mais promissoras na literatura na definição do rural, empiricamente, são os “índices de ruralidade”. Uma vez delimitada as principais variáveis utilizadas na definição do rural, pelos organismos internacionais e governos, no próximo capítulo serão abordados como se distingue, empiricamente, o rural na literatura.

CAPÍTULO 4

HISTÓRICO DOS ÍNDICES DE RURALIDADE EXISTENTES

O objetivo deste capítulo é o de apresentar as experiências a nível internacional relativas à elaboração e aplicação de índices de ruralidade. Um dos estudos mais amplamente divulgados e replicados no campo da criação de um índice de ruralidade é o de Cloke (1977). O autor propôs a criação de um índice para medir a ruralidade na Inglaterra e no País de Gales. No entanto houve outros autores a pensar esse índice no Reino Unido (e.g., BIBBY; SHEPHERD, 2004; e.g., CLOKE; EDWARDS, 1986; CLOKE; LITTLE, 1993; CLOKE; MILBOURNE, 1992; HARRINGTON; O'DONOGHUE, 1998). Em Portugal, sobressaem vários estudos desde aos anos de 1980 (e.g., DINIZ, 1996; PEREIRA; PEREIRINHA; PASSOS, 2009; REMOALDO, 2002; SILVA, 1985), enquanto na Espanha, desde aos anos 2000, existe esta preocupação (e.g., GÓMEZ et al., 2004; PRIETO-LARA; OCAÑA-RIOLA, 2009). Na Europa são mais comuns os estudos que buscam a criação desse tipo de índice (e.g., ÖGDÜL, 2010; PUJA, 2011; ROMAGNOLI, 2002; TELJEUR; KELLY, 2008; VERBEEK; PISMAN; ALLAERT, 2012).

Publicações que dialogam com esse tipo de conceito também são encontrados na América do Norte (e.g., EDMONSON; FONTANEZ, 1995; LEDUC, 1997; MINISTRY OF HEALTH AND LONG-TERM CARE, 2008; OLATUNDE; LEDUC; BERKOWITZ, 2007; SÁNCHEZ; AMBRIZ; BECERRIL, 2008; WALDORF, 2007; WEINERT; BOIK, 1995). Também há ainda alguns estudos isolados na América do Sul (KAGEYAMA, 2004; MELO; PARRÉ, 2007; PASSADOR; LOPES, 2014) na Austrália (HUMPHREYS, 1998), na África (SCHLESINGER, 2013), e na China (LONG; ZOU; LIU, 2009). A Tabela 10 apresenta os estudos conduzidos na criação de redes de ruralidades, bem como o país onde foi aplicado e os principais indicadores selecionados para mensurar o rural.

Tabela 10 – Estudos sobre índices de ruralidade

Author (year)	Country	Principals indicators
BIBBY, P.;SHEPHERD, J. (2004)	England	Population size; Population statements
CLOKE, P. J. (1977)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest center
CLOKE, P.; EDWARDS, G.(1986)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to center
CLOKE, P.; LITTLE, J. (1993)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest center
CLOKE, P.; MILBOURNE, P. (1992)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Mobility; Distance to nearest center
DINIZ, F. (1996)	Portugal	Demographic; Employment; Economy; Entrepreneurship; Quality of life; Accessibility
EDMONSON, B.; FONTANEZ, W. (1995)	USA (48 States)	Access to traditional economic opportunity sources or power
GLOVER, J.; TENNANT, S. (2003)	Australia	Accessibility
GÓMEZ, B.; GÓMEZ, P.; RODICIO, A. ; PRADO, B. (2004)	Spain (Comunidad Autonoma de Castilla y León)	Population size; Population composition; Work situation; Public and private services; Tourism; Students; localization
HARRINGTON,V.; O'DONOGHUE,D.(1998)	United Kingdom	Population density; Occupancy rate; Distance to center; Population females; Household amenities; Population over 65; Occupational structure
HUMPHREYS, J. (1998)	Australia	Health services; Size of Community; Remoteness; Indigenous population; Environment considerations
JONARD, F.; LAMBOTTE, M.; RAMOS, F. (2009)	European Union (All Countries)	Population density; Land Cover; Peripherally
KAGEYAMA, A. (2004)	Brazil (São Paulo)	Population density; Proportion of official rural population; Migration; Household amenities; Performance of agriculture; Environment conservation; scholarship
KRALJ, B. (2000)	Canada (Ontario)	Population density; Travel time to nearest referral center
LEDUC, E.(1997)	Canada	Population to doctor ratio; Population density; Population demographics; Telecommunications
LIBRECHT ET AL (2004)	European Union (Some Regions)	Population density; Land Cover
LONG, H.; ZOU, J.; LIU, Y. (2009)	China (Eastern coast)	Cultivated land; rate of rural population; employed population in primary industry; employed population in primary industry; Productivity of rural labor
MELO, C.; PARRÉ, J. (2007)	Brazil (Paraná)	Population density; Proportion of official rural population; Migration; Household amenities; Performance of agriculture

Fonte: Braga, Remoaldo e Fiúza (2015b).

Tabela 10 – Estudos sobre índices de ruralidade (Conclusão)

Author (year)	Country	Principals indicators
ÖĞDÜL, H. (2010)	Turkey	Agricultural production; Non-agricultural production; Employment structure; Demography; Educational level; Flows
OLATUNDE, S.; LEDUC, E.; BERKOWITZ, J. (2007)	Canada	Access health services; Professionals and structure of health services
PASSADOR, C.; LOPES, J. (2014).	Brazil (São Paulo)	Number of students from officially rural areas
PEREIRA, E.; PEREIRINHA, J.; PASSOS, J. (2009)	Portugal	Population level; Population density; Population homogeneity
PERRETTI, B. (2002)	Italy (Provincia di Potenza)	Demographic variables; Type of economic activity
PRIETO-LARA, E.; OCAÑA-RIOLA, R. (2009)	Spain	Population density; Senior citizen index; Young children index; Economic dependency index; Retirement index; Farming, livestock or fishing-related occupation; Housing habitability index; Percentage of immigrants; Percentage of self-employment; Second dwelling ratio; External noise; Pollution
PUIA, O. (2011)	Romania (Sălaj East of Jibou)	Agriculture index; Work force of the employees in agriculture and industry index; Population index
RATÓN, M.; PÉREZ, M. (2005)	Spain (Comunidad Autonoma de Galiza)	Population size; Population density; Population structure; Type of economic activity
REMOALDO, P. (2002)	Portugal	Population size; Population density
ROMAGNOLI, A. (2002)	Italy	Social and economics dimensions; Land use
SÁNCHEZ, F.; AMBRIZ, A.; BECERRIL, I. (2008)	Mexico	Work; Performance; Localization; dwelling
SCHLESINGER, J. (2013)	Africa (Moshi, Tanzania and Bamenda, Cameroon)	Buildings density; Dislocation time
SILVA, R. (1985)	Portugal (Aldeia da Varzea)	Population size; Agricultural population
TELJEUR, C.; KELLY, A. (2008)	Ireland	Population in settlement; land use
VERBEEK, T.; PISMAN, A.; ALLAERT, G. (2013)	Netherlands (Flanders region)	Open space; Local infrastructure; Accessibility Guarantee; Local economy; Local heritage; Public services
WALDORF, B. (2007)	USA (Indiana)	Population size; Population density
WALDORF, B.; COUNTY, M. (2007)	USA (Continental only)	Population size; Population density
WEINERT, C.; BOIK, R. (1995)	USA (Montana)	Distance to emergency care; population density

Fonte: Braga, Remoaldo e Fiúza (2015b).

A Tabela 10 mostra que, após uma busca na literatura, existem pelo menos 36 estudos que de alguma forma procuraram mensurar e/ou delimitar o rural. As variáveis utilizadas, em geral, são de natureza socioeconômicas ou geográficas. Pode-se perceber que nos estudos pesquisados por Braga, Remoaldo e Fiúza (2015b) há uma aparente concentração de dados referentes aos modos de vida, como tipo de trabalho e acesso a vários tipos de serviços. Essa é uma tendência em estudos desse cunho, como já aponta Ögdül (2010), e será considerada no decorrer desta tese.

4.1 A cronologia dos índices de ruralidade publicados

O primeiro estudo em ordem cronológica que consta na Tabela 10 é o de Cloke (1977). Baseando-se principalmente em variáveis relativas à demografia, taxa de emigração e imigração Cloke (1977) propôs a mensuração da ruralidade. O autor propôs quatro grupos na sua classificação: extreme rural, intermediate rural, intermediate non-rural e extreme non-rural e mesmo que o índice se caracterize como um continuum de 0 a 1 ele realizou esses agrupamentos para facilitar a análise dos seus dados. Apesar da classificação simples, o autor mostra preocupação com a construção da ruralidade para além de fatores geoeconômicos e mostra preocupação em definir a ruralidade como uma construção social, cultural, como um modo de vida. *In this way 'rurality' becomes a social construct and 'rural' becomes a world of social, moral and cultural values in which rural dwellers participate* (CLOKE; MILBOURNE, 1992, p. 360). Deve ser enaltecido que Cloke foi dos principais pioneiros de uma vertente que visa estabelecer formas de mensurar a ruralidade estatisticamente, mesmo que o próprio autor considere um desafio (HALFACREE, 1993).

Em 1986 e em 1992, Cloke realizou estudos como os modos de vida²¹ daqueles que estão em localidades consideradas rurais vem se alterando (CLOKE; EDWARDS, 1986; CLOKE; MILBOURNE, 1992). Nessa análise, Cloke e Milbourne (1992) procuram dar ênfase ao efeito atrativo do idílio rural (rural idyll) sobre os “novos rurais”, que veem o campo como um lugar onde predomina o natural countryside environment is happy, healthy and problem-free (CLOKE; MILBOURNE, 1992, p. 370). Cloke (1992), chama a atenção para o fato de que no campo tem proliferado a pluriatividade, como também é mostrado no

²¹ Apesar de não haver convergência na literatura como já apresentado anteriormente, aqui “modos de vida” é considerada a tradução de lifestyle.

Brasil por Candido (1975), Graziano da Silva e Del Grossi (1998), Carneiro (CARNEIRO, 1999, 1998), Pires (2004), Favareto (2007), Teixeira (2007), Wanderley (2009), Sobarzo (2010) e Endlich (2010). Os principais pontos vistos por Cloke podem ser sintetizados no trecho transcrito a seguir:

(i) the increased mobility of people, goods and messages have eroded the autonomy of local communities; (ii) the 'delocalization' of economic activity makes it impossible to define homogeneous economic regions; (iii) new, specialized, uses of rural spaces (as tourist sites, parks, development zones, etc.) have created new specialized networks of relationships in the areas concerned, many of which are no longer localized; (iv) the people who 'inhabit' a given rural area will include a diversity of temporary visitors as well as residents; (v) rural spaces now refer to functions 'performed by the countryside for non-rural users and characterized by the fact that they exist independently of the action of rural populations' (CLOKE; MILBOURNE, 1992, p. 360)

Essas novas características não eram, assim, tão novas, como já apontava Rambaud (1969), ao retratar o crescimento do turismo rural entre as atividades desempenhadas pelos habitantes do campo, na França, nos idos da década de 1960. Segundo o autor, a atividade turística se constituiu em um importante vetor de transformação dos modos de vida nas sociedades rurais. O turismo rural como vetor de novos modos de vida no campo também pode ser visto na contemporaneidade no Brasil como aponta Nascimento e Fiúza (2013). Segundo as autoras, a diversificação das possibilidades econômicas no campo, tais quais as apontadas por Cloke e Milbourne (1992), ampliam os intercâmbios entre citadinos e rurais, o que leva os modos de vida dos habitantes do campo a também se intercambiarem com os urbanos.

No entanto, a preocupação com a alteração nos modos de vida acaba por não estar presente em todas as vertentes incorporadas ao seu índice de ruralidade aplicada na Inglaterra e em Gales tanto em 1971 quanto em 1986, inclusive em uma replicação do índice em 1998 realizada por Harrington e O'donoghue (1998). Como pode ser visto na Tabela 11, aos índices possuem variáveis de importância para definir o modo de vida, como equipamentos para o lar, como geladeira e fogão, e a questão da mobilidade dos residentes.

Tabela 11 – Variáveis utilizadas e incluídas por Cloke e Edwards

<i>Variable name</i>	<i>Considered in 1971</i>	<i>Included in 1971</i>	<i>Considered in 1981</i>	<i>Included in 1981</i>
Population density	✓	✓	✓	✓
% Population age over 65	✓	✓	✓	✓
% Population men 15–45	✓		✓	
% Population women age 15–45	✓	✓	✓	✓
Occupancy rate (household/dwelling)	✓		✓	✓
Occupancy rate (persons per room)	✓		✓	
Household amenities	✓	✓	✓	✓
Mobility (ownership of two cars)			✓	
Occupational structure (% agricultural)	✓	✓	✓	✓
Commuting out pattern	✓	✓	✓	✓
Population change (in past 10 years)	✓	✓	✓	
In-migration (% population resident <5 years)	✓	✓	✓	
In/out migration balance	✓			
Out migration (% population moved out in last year)	✓			
Second homes			✓	
Holiday accommodation			✓	
Distance from nearest urban centre of 50 000 population	✓	✓	✓	✓
Distance from nearest urban centre of 100 000 population	✓		✓	
Distance from nearest urban centre of 200 000 population	✓		✓	

Fonte: Rousseau (1995, p. 2).

Seguindo a ideia de Cloke (1977), Bibby e Shepherd (2004) também criam um índice para classificar o rural no Reino Unido visando atender as necessidades das políticas públicas. De forma diferenciada, de Cloke os autores não classificam as áreas rurais buscando demonstrar diferenças nos modos de vida e utilizando variáveis relativas à migração. Bibby e Shepherd (2004) tomam o rural de um ponto de vista pragmático e visam somente a geografia física.

A nova definição e classificação das áreas urbanas e rurais relatados nos seus lugares dá uma maior ênfase na morfologia dos assentamentos rurais (Por exemplo, sua forma física) e o amplo contexto geográfico dos assentamentos. Essa abordagem garante que o foco permaneça claro e mais duradouro que aspectos físicos do assentamento (BIBBY; SHEPHERD, 2004, p. 4).²²

Os autores reconhecem que o termo “rural” fomenta discussões em nível cultural, sociológico e econômico. No entanto, por opção dos autores, o índice criado tem foco exclusivamente na dispersão da população no meio físico, o que o leva a limitações em se

²² The new definition and classification of urban and rural areas reported on here places its main emphasis on the morphology of rural settlements (i.e. their physical form) and the wider geographic context of such settlements. This approach ensures that the focus remains clearly on the most enduring – physical - aspects of settlement (BIBBY; SHEPHERD, 2004, p. 4).

tomando o rural como modo de vida. Nos Estados Unidos da América, Weinert e Boik (1995), também procuraram atender as políticas públicas no âmbito da saúde, assim como Leduc (1997; 2007), no Canadá, Humphreys (1998), na Austrália, e Teljeur e Kelly (2008), na Irlanda. Assim como Bibby e Shepherd (2004), os índices apresentados nesse parágrafo há a inclusão da variável concentração populacional como critério de mensuração do rural. No entanto, esses autores incluem variáveis relativas a profissionais e serviços da saúde nas suas propostas, focos de ambos estudos, agregando aos índices uma perspectiva do modo de vida apontada por Fiúza e Pinto (2012) o acesso aos serviços públicos, não inclusa nos índices criados por Cloke (1986; 1977).

O Canadá é o país no qual está presente o único exemplo de índice de ruralidade que transpôs o meio acadêmico. O índice denominado Rurality Index for Ontario, apresentado por Kralj (2000), é aplicado na província de Ontário, pelo ministério da saúde local (MINISTRY OF HEALTH AND LONG-TERM CARE, 2008). Esse índice foi aplicado em 2008 na província com o intuito de repartir verbas de programas de saúde rural. Nesse índice Kralj (2000) utiliza basicamente três variáveis a densidade populacional, o tempo gasto em uma viagem ao centro básico de referência médica mais próxima e o tempo gasto em uma viagem ao centro avançado de saúde mais próximo. Nessa perspectiva, a ruralidade estaria atrelada ao acesso ao serviço de saúde, apontada por Fiúza e Pinto (2012) como indicador do modo de vida.

Na Itália, no livro intitulado “Sviluppo rurale: società, territorio, impresa” organizado por Romagnoli (2002) foi apresentado um índice de ruralidade onde se consideram dimensões institucionais, sociais e econômicas, com uma atenção especial ao uso do solo. Esse índice considera opostos a ruralidade e o urbanismo, esse último sendo visto como um fenômeno de mudanças perenes no território. No mesmo, livro Perretti (2002) cria um índice de urbanização da sociedade (indice di urbanità sociale), onde são considerados a concentração da população e o tipo de atividade exercida, em que atividades industriais são atreladas à ideia de urbanização.

De forma diferente aos índices apresentados até o momento, os autores Glover e Tennant (2003) propuseram índices de acessibilidade para a Austrália denominada ARIA. Mesmo que não estivessem visando a definição de ruralidade “ARIA was designed to be an unambiguously geographical approach to defining remoteness, and did not take into account socioeconomic characteristics or urban/ rural concepts” (GLOVER; TENNANT, 2003, p. 3). Jornad et al. (2009), que criou um índice similar na Europa, propôs que seria possível

classificar o rural a partir deste índice, chegando a criar quatro categorias: rural peripheral, rural accessible, urban with open space and urban with closed space. Apesar de não haver o compromisso de se tratar o rural como modo de vida, pode-se associar o rural periférico (que tem menor acessibilidade) com modos de vida mais tradicionais, e o rural acessível com características mais urbanizadas.

Nos Estados Unidos, uma proposta de medir a ruralidade de Waldorf e County (2007) também segue uma linha ortodoxa, balizando a ruralidade com base no tamanho da população, na densidade populacional e na distância de uma área metropolitana. Os próprios autores demonstram que a ruralidade é um conceito vago e que, para fins de seu estudo, tomaram rural como dispersão e urbano como concentração. Essa abordagem foi considerada limitada por autores como Abramovay (2000, 2006) e Rybczynski (1996), que defenderam que essa delimitação do rural não vislumbra fatores socioculturais, o que não possibilitaria uma definição do rural.

Na Espanha, Prieto-Lara e Ocaña-Riola (2009) também buscaram mensurar a ruralidade, utilizando para tanto a análise fatorial. Os autores utilizaram variáveis demográficas (densidade populacional, índice de velhice, índice de juventude), econômicas (índice de aposentadorias, índice de dependência²³), ligação com atividades primárias (ocupação relacionada com a agricultura, pecuária ou pesca) e condições de moradia (índice de habitabilidade²⁴). Estes autores espanhóis buscaram variáveis tradicionalmente utilizadas para definir ruralidade, mas já incorporando variáveis com uma dimensão relacionada aos modos de vida, como visto nas variáveis incluídas no seu índice.

Population density: Number of inhabitants per square kilometre; Senior citizen index: Number of people over the age of 65 per 100 inhabitants; Young children index: Number of people aged 0–14 per 100 inhabitants; Economic dependency index: Number of economically inactive inhabitants per 100 persons of working age; Retirement index: Number of retirees per 100 inhabitants. Farming, livestock or fishing-related occupation: Number of people engaged in farming, cattle rearing or fishing per 100 working inhabitants; Housing habitability index: Number of houses in poor condition, disrepair or total ruin per 100 houses; Percentage of immigrants: Number of foreign immigrants per 100 inhabitants; Percentage of self-employment: Number of businessmen/businesswomen or professionals per 100 working inhabitants; Second dwelling ratio: Number of secondary dwellings per 100 main dwellings (habitual residences); External noise: Number of people who experience noise outside in their residential area per 100 inhabitants; Pollution: Number of

²³ Índice dado pelo número de pessoas economicamente inativas por 100 pessoas em idade para trabalho.

²⁴ O índice de habitabilidade é mensurado pelo número de casas em mau estado de conservação, ruína ou abandonadas por 100 casas.

people who experience pollution or bad smells due to industry or traffic per 100 inhabitants.(PRIETO-LARA; OCAÑA-RIOLA, 2009, p. 270)

Outro índice de ruralidade aplicado na Espanha, na Comunidade Autónoma de Castilla y León, foi estabelecido por Gómez et al. (2004). Nesse índice, foram englobadas 27 variáveis, agrupadas em tamanho e composição da população, situação do trabalho, agências que promovem os interesses públicos e privados, atividade turística, distância de grandes centros, e acesso à educação. Essas variáveis, assim como no caso de Prieto-Lara e Ocaña-Riola (2009), incorporam uma relação com o rural como modo de vida. Ainda na Espanha, foi aplicado por Ratón e Pérez (2005) um índice de ruralidade para a Comunidade Autónoma da Galiza. Mostrando-se a par da aproximação dos modos de vida entre os que vivem no campo e na cidade, as autoras procuram criar um índice que não se limite ao patamar demográfico e a densidade demográfica como é oficialmente aplicado na região de estudo. Utilizaram variáveis demográficas como o quociente entre a população que não supera os 14 anos e a população que possui 65 anos ou mais, e variáveis de natureza econômica como o percentual da população ocupada em diferentes setores da economia, bem como o percentual de trabalhadores qualificados. Utilizando a análise fatorial, as autoras criaram quatro fatores que compõem o índice de ruralidade: atividade econômica, estrutura da população, nível cultural ou nível de estudo da população e o fator demográfico. Combinando esses resultados, Ratón e Pérez (2005) dividiram em três faixas (urbano, semiurbano e rural) onde somente sete dos municípios galegos foram considerados urbanos pelos critérios das autoras.

Na Romênia, Puia (2011) criou um índice de ruralidade aplicado na região de Sălaj entre os anos de 1990 a 2008 utilizando variáveis relativas à agricultura, força de trabalho e índices populacionais, que englobam o crescimento vegetativo e a taxa de migração. O autor, com formação em geografia, usa atribuições sociológicas na definição do rural. A sua definição de rural em que se visualiza essa junção é creditada por autores como Ianoş (2004):

Um território com uma diversidade de fenômenos físicos, estruturas e atividades econômicas, de funções de variáveis e relacionamentos, a principal característica de ser metódico, entendida como a soma de elementos reais, os quais tem um propósito de estabelecer uma conexão entre eles (IANOŞ, 2004, p. 264).²⁵

²⁵ A territory with a diversity of physical phenomena, economic activities and structures, of variable functions and relationships, the main characteristic being thoroughness, understood as the sum of real elements, which have as a purpose to establish the relationships and connections between them (IANOŞ, 2004, p. 264).

Essa linha de definição do rural agrega tanto uma perspectiva de espaço quanto como modo de vida. Sánchez et al. (2008) criou um índice de ruralidade aplicado ao México considerando fatores agrupados em dois grandes grupos, os relacionados ao social e os relacionados ao econômico. Dentre os fatores analisados como sociais o estudo englobou o patamar demográfico que segundo o autor poderia ser uma proxy de isolamento e por conseguinte das relações sociais, e o subgrupo vivenda que estaria ligado às características e condições de vida e acesso a serviços públicos. Este último subgrupo está intimamente ligado à ideia do rural como modo de vida abordada por Fiúza e Pinto (2012). Dentre os fatores econômicos Sánchez et al. (2008) o divide em dois subgrupos, o trabalho e a produtividade, embasando na visão do rural como atividade econômica de uma população. Este estudo mexicano demonstra que não se faz necessário restringir a visão do rural a uma única corrente teórica, podendo ser utilizada uma multiplicidade de visões para a criação de um índice para a mensuração da ruralidade.

Em Portugal, Silva (1985) criou um índice de ruralidade pautado na agronomia, apesar de esse não ser o principal objetivo de seu trabalho que analisou o eminente risco de inundação de uma aldeia minhota. Seu índice de ruralidade era dado pela razão entre a população agrícola e a população total, mostrando que a autora considerava o rural como sinônimo de agricultura. Diniz (1996) criou um índice para mensurar a ruralidade na região de Trás-os-Montes e do Douro. Utilizou, para tanto, variáveis relativas à demografia, como: emprego, economia, espírito empresarial, score de localização/acessibilidade, mas, também, já considerou uma dimensão relativa à qualidade de vida. O autor incluiu no fator qualidade de vida o número de camas por hospital a cada mil habitantes, o número de médicos por mil habitantes além do índice de poder de compra.

Seguindo as ideias de Sen (2000), a qualidade de vida não seria completamente mensurada nesses termos, uma vez que desconsidera, por exemplo, o nível de instrução. No entanto, seriam válidas como parte dessa medição. Através de uma análise fatorial, o autor conseguiu distinguir quatro fatores principais na ruralidade, definidos por: Setor primário/acessibilidade/demografia; Emprego por setores de atividade, qualidade de vida; emprego/população ativa; e, demografia. Para o autor, “os quatro factores (sic) principais (...) constituem indicadores preciosos para uma correcta (sic) definição de políticas de desenvolvimento para este espaço territorial” (DINIZ, 1996, p. 914). Mesmo com vários fatores que poderiam remeter a ruralidade como modo de vida, poderíamos acrescentar a essa

perspectiva outros fatores como, por exemplo, a acessibilidade a grandes centros já incluídas em outros índices de ruralidade como apontado anteriormente.

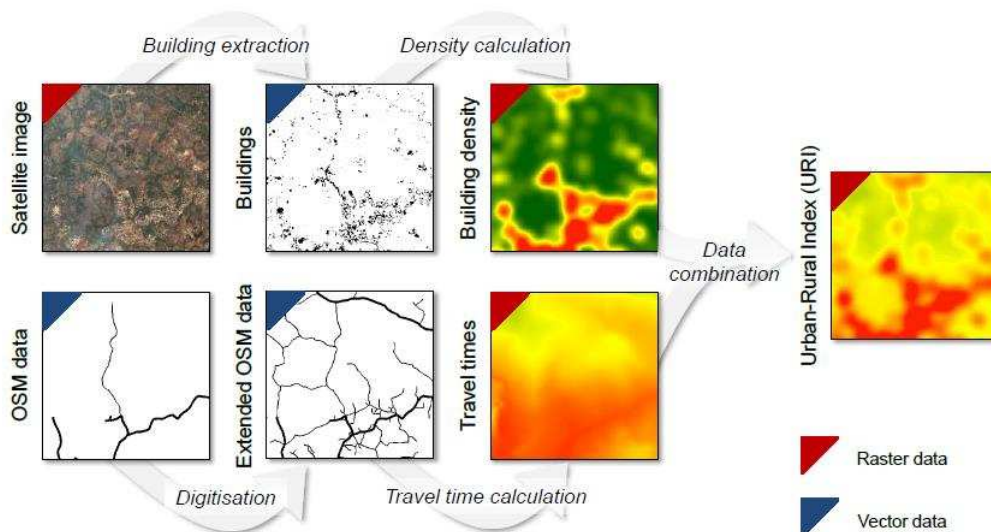
Outra tentativa de mensuração da ruralidade em Portugal vem de um projeto mais ambicioso de Pereira et al. (2009). O estudo busca além de um índice de ruralidade, um índice de acessibilidade e dois índices de caracterização do contexto econômico. Em seu índice de ruralidade Pereira et al. (2009) busca analisar três dimensões do rural, as quais nomeou como: tamanho da população; densidade populacional; e, homogeneidade da população. Este tripé, proposto por Wirth (2005) como as grandezas do modo de vida, poderia ser ampliado no índice de Pereira. Para medir a homogeneidade da população, o autor usa a heterogeneidade da qualificação profissional, a heterogeneidade do nível de instrução e a percentagem de residentes naturais da freguesia.

Já o índice de ruralidade turco elaborado por Ögdül (2010) procura mensurar a ruralidade a partir da produção, produção não agrícola, empregabilidade, demografia, educação e fluxo de dinheiro e bens. Ao utilizar múltiplos vetores, Ögdül (2010) aponta como tendência na literatura o uso do modo de vida para definir a ruralidade e demonstra afinidade com a percepção de Wirth (2005). Nesse mesmo sentido, Verbeek et al. (2012) cria um índice aplicado em Flandres nos países baixos. Nele são consideradas as seguintes dimensões: preservação e/ou ampliação de espaços abertos; construção, manutenção e gestão da infraestrutura local; acessibilidade; preservação e/ou ampliação da economia local; manutenção e gestão do patrimônio local; e, oferta de serviços básicos como educação e cultura. Para os autores, uma definição flexível do rural, apoiada por um conjunto dinâmico de critérios, pode contribuir para a aplicação da política rural mais eficiente e uma melhor utilização dos recursos.

Long et al. (2009) no seu índice de ruralidade, aplicado à costa oriental da China, procuram colocar as representações sociais como elemento central. Para Long et al. (2009), “The social representation approach can produce a more robust and flexible way of defining rurality, through accommodating the effects of social and economic change in rural environments” (LONG; ZOU; LIU, 2009, p. 458). Neste índice, os autores utilizam as variáveis taxa de terra cultivada, taxa de população rural, percentual de população empregada no setor primário, terra cultivada, produtividade do trabalho rural. No continente africano, mais especificamente na cidade de Moshi na Tanzânia e em Bamenda em Camarões, Schlesinger (2013) propôs a criação de um Urban-Rural Index (URI). Merece destaque além de ser um dos raros índices aplicados em países menos desenvolvidos, apesar de o estudo ser

conduzido na Alemanha na Albert-Ludwigs-Universität, é o fato de possuir uma metodologia diferenciada dos estudos citados até aqui. Schlesinger (2013) usa ferramentas de Sistema de Informação Geográfica (da sigla em inglês GIS) para a elaboração do seu índice. A partir da perspectiva do continuum rural-urbano amplamente utilizado nos Estados Unidos (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2013), o autor utiliza imagens de satélite para verificar as edificações e combina o buffer resultado desses pontos com o tempo estimado para o deslocamento, obtido através de um arquivo vetorial com as estradas que cortam as cidades estudadas, para chegar ao índice rural-urbano proposto, conforme observado na Figura 10.

Figura 10 – Procedimentos para criação do Urban-Rural Index de Schlesinger



Fonte: Schlesinger (2013, p. 69).

Librecht et al. (2004) também utiliza a abordagem com GIS para calcular um índice de caracterização do rural na Europa. Aplicado em três regiões, Barcelona – Madrid na Espanha, Montargis – Tours na França, e na região de Flanders na Bélgica o índice segue a seguinte fórmula:

$$\text{Rural character Index} = -\text{std}(\log(\text{population density})) - \text{std}(\text{artificial area}) + \text{std}(\text{roughness}) + \text{std}(\text{distance to centre})$$

Em que as variáveis utilizadas são: Rural character Index é o índice de ruralidade proposto; population density é a densidade populacional; artificial area é a área artificial, utilizando o CORINE Land Cover (CLC) para essa definição; roughness é o índice que

mensura o quão acidentado é o relevo; e, distance to centre é à distância ao aglomerado populacional mais próximo. Para efetuarem o cálculo, os autores consideram que regiões com baixa densidade populacional são mais rurais, bem como as com um menor percentual de área artificial. Já as regiões mais acidentadas e com maiores distâncias dos centros mais próximos são consideradas menos rurais. Apesar de uma abordagem multivariada, os autores se concentram em variáveis de natureza demográfica, desprezando as características sociais como os modos de vida apontados como característica do rural em autores como Wirth (1938).

4.2 Os índices de ruralidade no Brasil

No território brasileiro há uma aplicação de um índice de ruralidade para escolas desenvolvida por Passador e Lopes (2014). Tal índice apesar da nomenclatura, não propõe propriamente uma definição de rural. Os autores procuram verificar qual a gama de alunos oriundos de áreas oficialmente definidas como rurais em escolas do Estado de São Paulo. Esse índice de ruralidade das escolas é definido pela razão entre os alunos que vivem em regiões consideradas rurais com o total de alunos da escola. Uma vez calculado esse índice, os autores relacionaram esse resultado com dados sobre o desempenho da escola em provas padronizadas promovidas pelo estado. Em seus resultados, Passador e Lopes (2014) inferem que as escolas com mais alunos oriundos da zona rural apresentam resultados inferiores e questionam a efetividade da aplicação das políticas públicas para educação voltadas a esse público.

Kageyama (2004) criou um “índice de desenvolvimento rural” aplicado no Estado de São Paulo. Apesar de ser atrelado ao conceito de rural e da autora se preocupar com uma definição do rural para além de critérios oficiais ou tradicionais, o índice não tem o compromisso em mensurar a ruralidade e ou o que a autora toma como rural. Seguindo essa mesma linha, Melo e Parré (2007) criaram um índice semelhante aplicado em alguns municípios paraenses. Utilizando análise fatorial e variáveis relativas à demografia, renda, capacidade e produtividade agrícola, acesso a saneamento básico, energia elétrica e acesso a políticas públicas, os autores criaram um índice de desenvolvimento rural. Esses artigos brasileiros aqui analisados preocupam-se somente com a busca de uma forma de mensuração do desenvolvimento ou da qualidade na educação sem maiores preocupações em medir a ruralidade em si.

No Brasil, há outro índice de ruralidade já com uma maior preocupação com a tipologia dos espaços rurais e urbanos. Girardi (2008), em sua tese doutoral, procurou utilizar a metodologia proposta pela OCDE para a sua aplicação no Brasil. No entanto, devido a limitações dos dados o autor os utilizou com pouca desagregação, o que levou seus resultados a uma sobrestimação do rural no Brasil como será demonstrado no tópico relativo a aplicação dessa metodologia no território brasileiro.

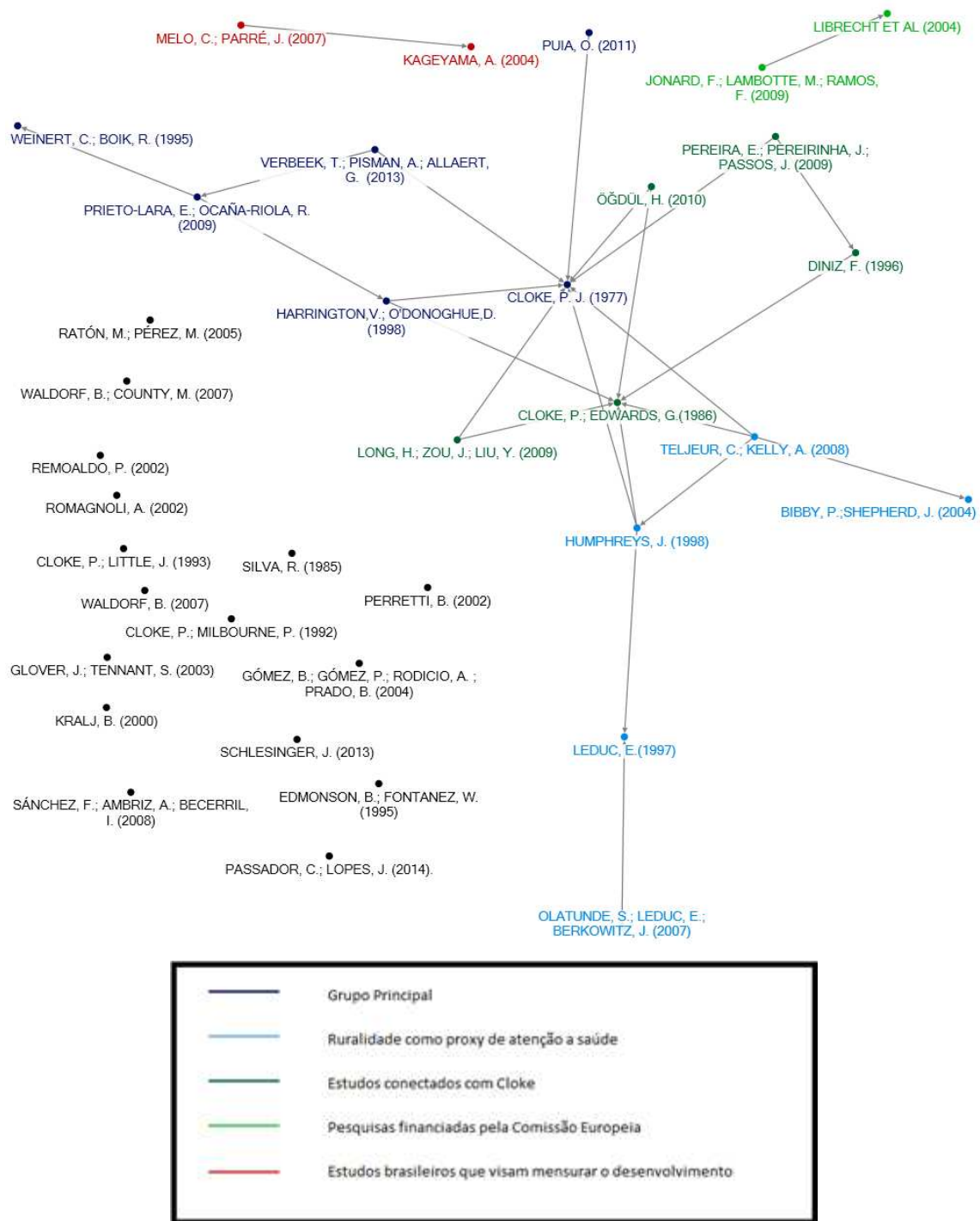
4.3 A rede dos índices de ruralidade

Para se buscar visualizar as relações entre os estudos que criaram índices de ruralidade, será realizada uma análise de rede com esses estudos e autores. As redes sociais segundo Zampier (2007) surgiram na década de 1930 com os estudos do antropólogo social inglês Radcliffe-Brown, que buscava uma forma para diagramar a estrutura social. No entanto, esse pioneirismo é contestado como aponta Mizruchi (2006), que acredita que o primeiro estudo sobre redes foi de J. L. Moreno. Também são apontados como propulsores dessa abordagem os antropólogos John Barnes, Elizabeth Bott e J. Clyde Mitchell.

Apesar da controversa origem, a abordagem por redes, essa foi amplamente difundida e laureada na academia, inclusive sendo usada por autores de relevância no campo da sociologia econômica, como o ganhador do prêmio Nobel, Mark Granovetter (1973). Baseando-se em seu estudo sobre a força dos vínculos fracos, podemos esperar que mesmo que haja divergências, o estado da arte sobre o tema da criação de índices de ruralidade poderia ser forte se houvesse ligações fracas entre aqueles que a estudam. Se tivéssemos redes densas, ou seja, amplamente integradas essa literatura poderia ser considerada forte.

Tomando a análise de rede como uma ferramenta metodológica, apesar de haver discussão se há espaço para compreendê-la como categoria teórica (RIVOIR, 1999), foi utilizado o software NodeXL na versão 1.0.1.245 (SMITH et al., 2010), por meio do qual foram calculados os algoritmos para seleção de grupos e o valor da densidade. A rede criada foi formada tendo como nós os artigos que tratam sobre os índices de ruralidade e os arcos como as citações entre os mesmos, essa rede é apresentada na Figura 11.

Figura 11 – Rede das citações dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

A rede da Figura 11 apresentou uma densidade de 0,019, o que demonstra a falta de diálogo entre os autores com o estado da arte. Dos 36 estudos abordados, 16 artigos sequer citam outros estudos desse cunho, e nenhum deles cita mais que dois outros estudos que

buscaram realizar a mesma tarefa de criar o escore de ruralidade. Mesmo sendo incipientes as ligações entre os artigos, pode-se identificar cinco grupos distintos. O grupo principal, em azul escuro, tem como elemento central Cloke (1977) e predominam estudos realizados na Europa que entendem o rural para além de características de densidade demográfica, atribuindo outras variáveis para mensurar a ruralidade. Já os outros dois grupos não possuem gatekeepers com os outros grupos, podendo ser classificados com linhas isoladas. O outro grupo em verde claro tem por área de estudo o espaço europeu, e são artigos publicados pela comissão europeia e é composto pelos relatórios de Librech et al. (2004) e de Jonard, Lambotte e Ramos (2009). O último grupo de laranja é composto pelos estudos brasileiros que não objetivam mensurar a ruralidade e sim o desenvolvimento rural é compreendido pelos papers de Kageyama (2004) e de Melo e Parré (2007). Além dessas correntes há os outros estudos que não apresentam conexões entre si nas citações analisadas.

Também é possível constatar, pela rede da Figura 11, que há poucas citações entre aqueles que estudavam o mesmo país, as exceções foram Harrington e O'donoghue (1998) que citam os estudos de Cloke, Pereira et al. (2009) que cita o índice português de Diniz (1996), Olatunde et al (2007) que cita o estudo canadense de Leduc (1997), e o estudo brasileiro de Melo e Parré (2007) que cita Kageyama (2004), apesar de não trabalharem na mesma região do Brasil. É notório também que os índices aplicados nos Estados Unidos, apesar de sua congruência, não se citam. E constata-se que esses estudos não se encaixariam na rede.

4.4 Notas conclusivas sobre o capítulo

Dentre os caminhos para se responder à questão: Como definir o rural?, os índices de ruralidade revelam uma abordagem com promissores resultados. A partir de Cloke (1977) a literatura faz reflexões sobre a possibilidade de um índice multidimensional que não se limite apenas a marcar uma linha imaginária dada pela quantidade de habitantes ou pela densidade demográfica.

Porém, não há grande diálogo entre aqueles que optam por essa forma de mensurar a ruralidade. Contrariando o poeta inglês Jonh Donne, que dizia que nenhum homem é uma ilha, parte considerável dos cientistas que optaram por uma definição quantitativa da ruralidade parecem náufragos vivendo isolados. Apesar da pouca densidade apresentada pelas redes formadas pelos estudos pode-se visualizar um caráter central dos estudos seminais de

Cloke, além de seis correntes teóricas. Destaca-se uma europeia que enaltece o papel central de Cloke e que possui mais estudos que são citados.

Todas essas correntes têm virtudes e limitações, como em qualquer outra corrente na literatura, no entanto, preocupa o fato da falta de debate entre as mesmas. Debates que promoveriam elos fracos que, certamente, fortaleceriam aqueles que buscam seguir o caminho da criação e aplicação de novos índices de ruralidade. A necessidade desse cenário de fomento das discussões faz lembrar a continuidade do poema de Jonh Donne: “todos são parte do continente, uma parte de um todo”.

Contudo, deve se ressaltar que, diante das limitações do estudo, não é possível constatar se os autores interagem de outras formas, com o contato em congressos, por exemplo. Além do fato de poderem ser excluídos da análise outros índices com ideias próximas, mas com nomenclaturas diversificadas que inviabilizam uma busca mais completa.

CAPÍTULO 5

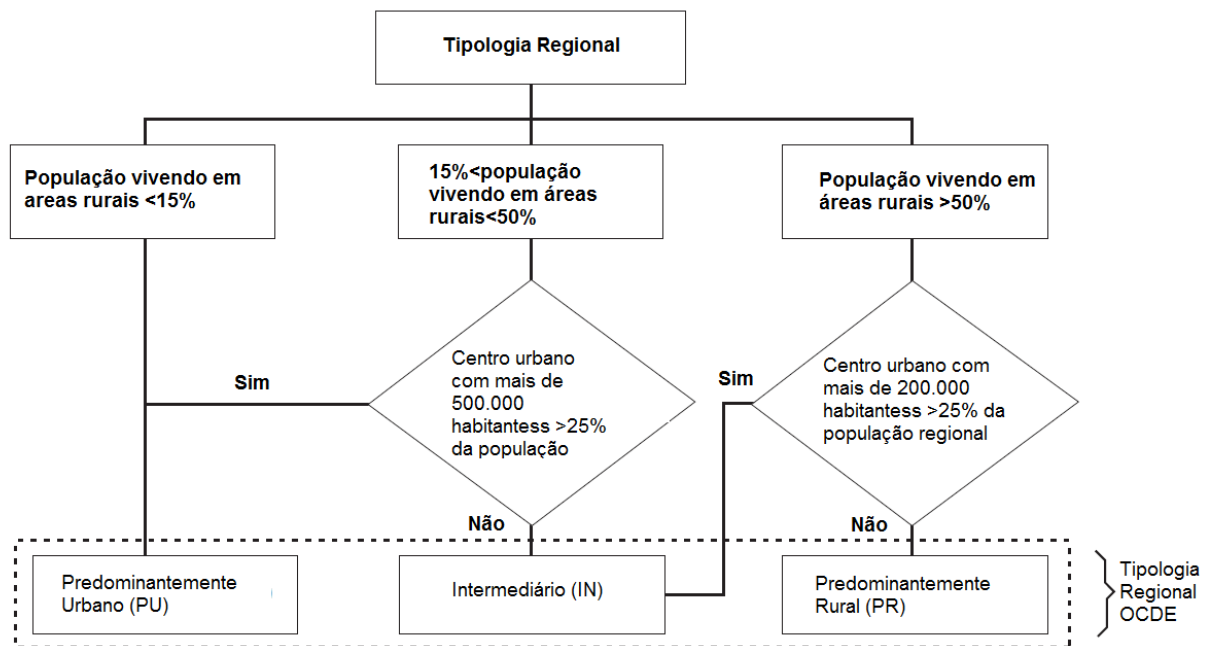
APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS INTERNACIONAIS AO BRASIL

Este capítulo teve por objetivo aplicar as metodologias dos organismos internacionais ao território brasileiro. Acredita-se que a aplicação das metodologias internacionais ao território brasileiro, mesmo com as limitações que possuem, podem ser em uma boa ferramenta de subsídio para políticas públicas brasileiras. Serão apresentadas, neste capítulo, as metodologias elaboradas pela OCDE, pela União Européia, pelo Banco Mundial e pela NASA. Este capítulo pode possibilitar, ainda, a comparação do cenário rural/urbano brasileiro com o de outros países. Isto, em função do exercício desenvolvido neste capítulo ter se dado, justamente, em termos da aplicação das metodologias internacionais ao Brasil. Deste modo, torna-se possível a comparação da caracterização de rural e urbano do território brasileiro com os demais países que utilizam os critérios definidos pela OCDE, pela União Europeia, pelo Banco Mundial e pela NASA.

5.1 A tipologia regional da OCDE

A tipologia regional da OCDE foi publicada pela primeira vez em 1994 (OECD, 1994), sendo reafirmada por diversos relatórios da OCDE. Foi considerada uma das principais tipologias a nível mundial para a classificação de áreas urbanas e rurais (OECD, 2009, 2010, 2011, 2013a, 2013b, 2013c). Essa tipologia de classificação segue três passos, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – Tipologia regional da OCDE



Fonte: Adaptado de OECD (OECD, 2013c).

Essa metodologia é utilizada nos países membros da OCDE. No entanto, vários países membros da organização mantêm as suas próprias formas de distinguir áreas urbanas e rurais. Portugal, por exemplo, utiliza, também, uma tipologia de rural e urbano própria, assim como diversas agências oficiais do governo norte-americano (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2014; OFFICE OF INFORMATION AND REGULATORY AFFAIRS, 2010; U.S. CENSUS GEOGRAPHY DIVISION, 2010; UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2013). Apesar desses outros indicadores, a tipologia da OCDE é utilizada como referência para diversos estudos acadêmicos (GIRARDI, 2008; VEIGA, 2002, 2004b) e também é considerada, em nível, mundial uma das formas de realizar estudos transnacionais (DELGADO et al., 2012).

5.1.1 Aplicação da tipologia regional da OCDE ao Brasil

Em 2013, a OCDE em seu relatório sobre a nação brasileira aplicou a sua metodologia de tipologia regional no Brasil (OECD, 2013a). No entanto, esse estudo, se difere do relatório da OCDE, apesar de utilizar a mesma fonte de dados, os censos de 2010 (IBGE, 2013c). Enquanto o relatório da OCDE utiliza dados agregados por municípios essa pesquisa se propõe a utilizar a maior desagregação disponível de dados disponibilizados pelo IBGE, os

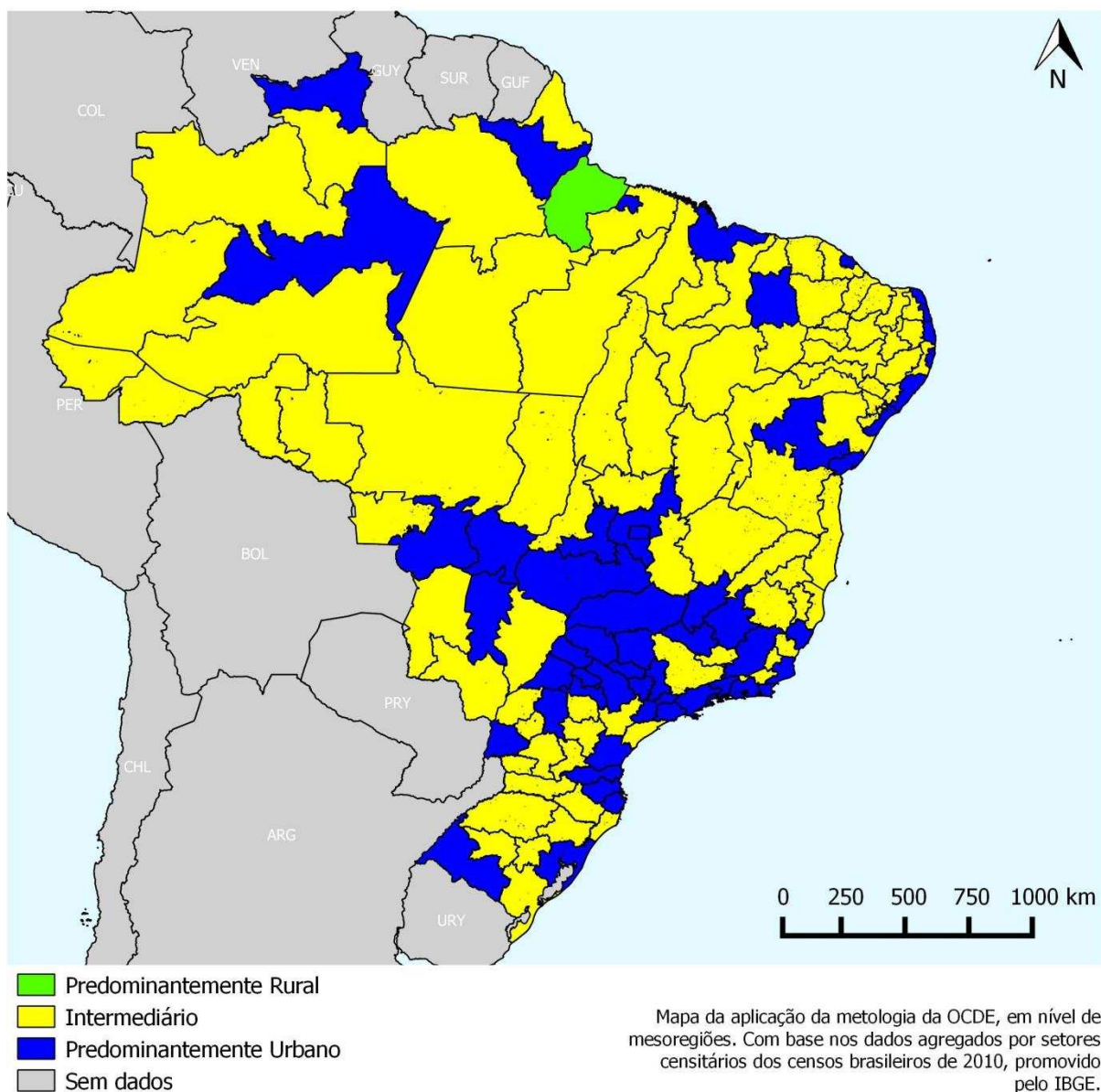
dados agregados por setores censitários (IBGE, 2013d). A escolha de utilizar uma metodologia diferente da utilizada pela OCDE se justifica uma vez que a tipologia propõe em seu primeiro passo o uso de “dados locais” ou por “comunidades” (OECD, 2010). A utilização desse nível de desagregação de dados também contribui para uma maior homogeneidade da amostra em estudo. Apesar da escolha dos dados da OCDE trazer algumas vantagens como a possibilidade de estabelecer uma série anual, enquanto a periodicidade dos dados em nível de setor censitário é decenal, essa escolha pode trazer algumas desvantagens no caso brasileiro. Os municípios brasileiros apresentam alta heterogeneidade tanto em área quanto em população. Os municípios brasileiros podem ter mais de 10 milhões de habitantes e serem maiores em área do que a maioria dos países europeus. A publicação da OCDE (2013a) ao fazer essa escolha trata cada município como unidades equivalentes.

Para o Brasil, a OCDE determina que as unidades Territorial Level 3 (TL3) sejam as mesorregiões do IBGE. Assim, o Brasil deveria ser dividido em cento e trinta e sete regiões TL3. Desta forma cada mesorregião brasileira receberia a classificação de “predominantemente urbana”, “intermediária” ou “predominantemente rural”, seguindo os três passos propostos pela tipologia da OCDE. Nesse estudo, primeiramente, foi calculado a densidade populacional de cada setor censitário brasileiro, em seguida foi determinada a área para a aplicação da metodologia proposta, segundo o Cálculo de área de bases de dados georreferenciadas em polígonos irregulares. Após o cálculo cada setor foi classificado como urbano ou rural, sendo considerado rural o setor que possuía menos de 150 habitantes por quilometro quadrado, sendo os demais considerados urbanos.

Os resultados foram agregados por mesorregiões, a fim de se obter o percentual da população rural de cada mesorregião. Se esse percentual fosse menor que 50% a mesorregião era considerada “Predominantemente Rural”. Caso o percentual estivesse entre 15% e 50% a mesorregião era classificada como “Intermediária”. E por último, aquelas mesorregiões que tivessem menos que 15% de população rural seriam consideradas “Predominantemente Urbanas”. Após a classificação, se uma mesorregião categorizada como “Predominantemente Rural” possuísse um município com mais de 200.000 habitantes e esse representasse pelo menos 25% da população da mesorregião, a mesma seria reclassificada como “Intermediária”. No caso de haver em uma mesorregião “Intermediária” um município com mais de 500.000 habitantes, e se ele representasse ao menos 25% da população, essa região seria reclassificada como “Predominantemente Urbana” (OECD, 2013a).

Os resultados revelaram um Brasil mais urbano do que aquele representado a partir dos critérios definidos no relatório da OCDE (2013a), que o estudo de Veiga (2004b) tomou como referência. De fato, apenas uma mesorregião brasileira, Marajó no estado do Pará, foi classificada como “Predominantemente Rural”. O país, seguindo a metodologia proposta, possuiria 87,48% da sua população vivendo em áreas urbanas. Esse percentual foi maior do que as estimativas oficiais que apresentaram, em 2013, 84% da população brasileira vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2013c).

Figura 13 – Tipologia regional da OCDE aplicada ao Brasil



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c).

Pode-se observar na Tabela 12 a comparação entre os resultados desta pesquisa e os divulgados pelo relatório da OCDE. Ambos os resultados, os do relatório da OCDE e os desta pesquisa, utilizaram as mesmas fontes de dados, os censos brasileiros de 2010. No entanto, enquanto a aplicação realizada nessa tese utilizou como nível de agregação o setor censitário, o relatório da OCDE empregou a agregação em nível municipal. Essa divergência no nível de agregação dos dados gera distorções entre os resultados, mesmo em se aplicando uma metodologia idêntica. De fato, somente oito mesoregiões apresentaram o mesmo resultado em ambas aplicações: Distrito Federal, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Metropolitana de Belém, Metropolitana de Fortaleza, Metropolitana de Recife, Metropolitana de Salvador e Metropolitana de São Paulo. Pode-se perceber, assim, que a metodologia da OCDE é sensível a alterações nos níveis de agregação dos dados. Conforme expõe a Tabela 12, o uso de níveis de agregações maiores, como faz o relatório da OCDE, tende a apresentar uma caracterização dos territórios como mais rurais. Já os níveis de agregação de dados menores, como os utilizados nesta tese, tendem a apresentar uma caracterização dos territórios como mais urbanos. Defende-se aqui o uso de níveis de agregação menores, uma vez que a própria OCDE admite que o nível de agregação de dados ideal seria o território de uma “única comunidade” (OECD, 2010).

Tabela 12 – Classificação das mesorregiões brasileiras segundo os critérios da OCDE

Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando os setores censitários)	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE	Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando os setores censitários)	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE
Agreste Alagoano	0.2825	I	I	PR	Noroeste Espírito-santense	0.3015	I	I	PR
Agreste Paraibano	0.2416	I	I	PR	Noroeste Fluminense	0.1590	I	I	PR
Agreste Pernambucano	0.2574	I	I	PR	Noroeste Goiano	0.2448	I	I	PR
Agreste Potiguar	0.2971	I	I	PR	Noroeste Paranaense	0.1578	I	I	PR
Agreste Sergipano	0.2395	I	I	PR	Noroeste Rio-grandense	0.2906	I	I	PR
Araçatuba	0.0722	PU	PU	PR	Norte Mato-grossense	0.2826	I	I	PR
Araraquara	0.0526	PU	PU	I	Norte Pioneiro Paranaense	0.1871	I	I	PR
Assis	0.0854	PU	PU	PR	Norte Amazonense	0.4780	I	I	PR
Baixadas	0.0794	PU	PU	I	Norte Catarinense	0.1354	PU	PU	I
Baixo Amazonas	0.3532	I	I	PR	Norte Cearense	0.4079	I	I	PR
Bauru	0.0667	PU	PU	PR	Norte Central Paranaense	0.0872	PU	PU	I
Borborema	0.3714	I	I	PR	Norte de Minas	0.2800	I	I	PR
Campinas	0.0481	PU	PU	I	Norte de Roraima	0.1246	PU	PU	PR
Campo das Vertentes	0.1537	I	I	PR	Norte do Amapá	0.2443	I	I	PR
Central					Norte Fluminense	0.1231	PU	PU	PR
Espírito-Santense	0.0929	PU	PU	I	Norte Goiano	0.2143	I	I	PR
Central Mineira	0.1294	PU	PU	PR	Norte Maranhense	0.1971	I	PU	PR
Central Potiguar	0.1976	I	I	PR	Norte Piauiense	0.3398	I	I	PR
Centro Fluminense	0.1645	I	I	I	Ocidental do Tocantins	0.2116	I	I	PR
Centro Amazonense	0.1292	PU	PU	PR	Oeste Catarinense	0.2890	I	I	PR
Centro Goiano	0.0481	PU	PU	I	Oeste de Minas	0.1173	PU	PU	PR
Centro Maranhense	0.2377	I	I	PR	Oeste Maranhense	0.1655	I	I	PR
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0.0719	PU	PU	PR					

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2013d) e do relatório da OCDE (2013a).

Tabela 12 – Classificação das mesorregiões brasileiras segundo os critérios da OCDE
(Continuação)

Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE	Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE
---------------------	---	----------------	-----------------	----------------	---------------------	---	----------------	-----------------	----------------

os setores censitários)					os setores censitários)				
Centro Norte Baiano	0.2447	I	I	PR	Oeste Paranaense	0.1404	PU	PU	PR
Centro Ocidental Paranaense	0.1744	I	I	PR	Oeste Potiguar	0.1890	I	I	PR
Centro Ocidental Rio-grandense	0.2000	I	I	PR	Oriental do Tocantins	0.1956	I	I	PR
Centro Oriental Paranaense	0.1559	I	I	PR	Pantaneais Sul Mato-grossense	0.1818	I	I	PR
Centro Oriental Rio-grandense	0.3174	I	I	PR	Piracicaba	0.0501	PU	PU	I
Centro Sul Baiano	0.3460	I	I	PR	Presidente Prudente	0.1037	PU	PU	PR
Centro-Norte Piauiense	0.1875	I	PU	I	Ribeirão Preto	0.0408	PU	PU	PR
Centro-Sul Mato-grossense	0.0978	PU	PU	PR	São Francisco Pernambucano	0.2240	I	I	PR
Centro-Sul Cearense	0.3756	I	I	PR	São José do Rio Preto	0.0742	PU	PU	PR
Centro-Sul Paranaense	0.3368	I	I	PR	Serrana	0.1920	I	I	PR
Distrito Federal)	0.0319	PU	PU	PU	Sertão Alagoano	0.3924	I	I	PR
Extremo Oeste Baiano	0.3304	I	I	PR	Sertão Paraibano	0.2991	I	I	PR
Grande Florianópolis	0.0775	PU	PU	I	Sertão Pernambucano	0.3655	I	I	PR
Itapetininga	0.1810	I	I	PR	Sertão Sergipano	0.3391	I	I	PR
Jaguaripe	0.3609	I	I	PR	Sertões Cearenses	0.4339	I	I	PR
Jequitinhonha	0.3392	I	I	PR	Sudeste Mato-grossense	0.1423	PU	PU	PR
Leste de Mato Grosso do Sul	0.1689	I	I	PR	Sudeste Paraense	0.2179	I	I	PR
Leste Alagoano	0.0852	PU	PU	PR	Sudeste Paraense	0.3378	I	I	PR
Leste Goiano	0.1074	PU	PU	PR	Sudeste Paranaense	0.4286	I	I	PR
Leste Maranhense	0.2894	I	I	PR	Sudeste Piauiense	0.4679	I	I	PR
Leste Potiguar	0.0686	PU	PU	I	Sudeste Rio-grandense	0.1781	I	I	PR
Leste Rondoniense	0.3365	I	I	PR	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0.1878	I	I	PR
Leste Sergipano	0.0967	PU	PU	I	Sudoeste Mato-grossense	0.2254	I	I	PR
Litoral Norte Espírito-santense	0.1753	I	I	PR	Sudoeste Amazonense	0.2564	I	I	PR
Litoral Sul Paulista	0.2077	I	I	PR	Sudoeste Paranaense	0.3090	I	I	PR
Macro Metropolitana Paulista	0.1023	PU	PU	I	Sudoeste Piauiense	0.3780	I	I	PR

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2013d) e do relatório da OCDE (2013a).

Tabela 12 – Classificação das mesorregiões brasileiras segundo os critérios da OCDE (Conclusão)

Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando os setores censitários)	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE	Nome da mesorregião	Percentual de população rural (considerando os setores censitários)	Primeiro passo	Resultado final	Relatório OCDE
Madeira-Guaporé	0.1500	I	I	PR	Sudoeste Rio-	0.1195	PU	PU	PR

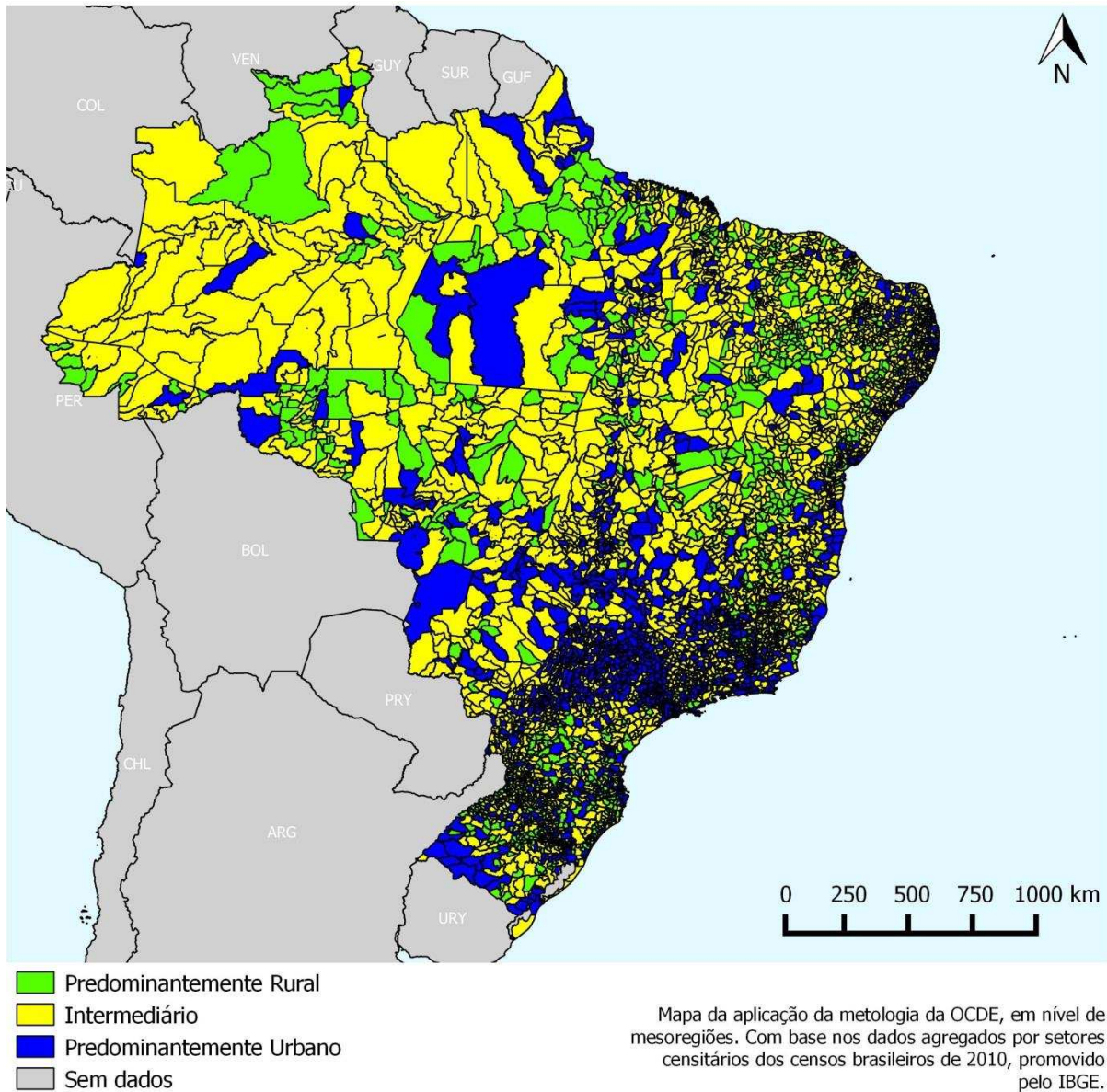
					grandense				
Marajó	0.5373	PR	PR	PR	Sul Amazonense	0.3985	I	I	PR
Marília	0.0683	PU	PU	PR	Sul Baiano	0.1802	I	I	PR
Mata Paraibana	0.0705	PU	PU	I	Sul Catarinense	0.1994	I	I	I
Mata Pernambucana	0.1714	I	I	PR	Sul Cearense	0.2713	I	I	PR
Metropolitana do Rio de Janeiro	0.0137	PU	PU	PU	Sul de Roraima	0.4073	I	I	PR
Metropolitana de Belém	0.0428	PU	PU	PU	Sul do Amapá	0.0710	PU	PU	PR
Metropolitana de Belo Horizonte	0.0483	PU	PU	I	Sul Espírito- santense	0.2628	I	I	PR
Metropolitana de Curitiba	0.0743	PU	PU	I	Sul Fluminense	0.0624	PU	PU	I
Metropolitana de Fortaleza	0.0292	PU	PU	PU	Sul Goiano	0.1290	PU	PU	PR
Metropolitana de Porto Alegre	0.0717	PU	PU	I	Sul Maranhense	0.2495	I	I	PR
Metropolitana de Recife	0.0147	PU	PU	PU	Sul/Sudoeste de Minas	0.1901	I	I	PR
Metropolitana de Salvador	0.0519	PU	PU	PU	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0.0898	PU	PU	PR
Metropolitana de São Paulo	0.0082	PU	PU	PU	Vale do Acre	0.1957	I	I	PR
Nordeste Mato- grossense	0.3244	I	I	PR	Vale do Itajaí	0.1334	PU	PU	I
Nordeste Baiano	0.3659	I	I	PR	Vale do Juruá	0.4247	I	I	PR
Nordeste Paraense	0.4002	I	I	PR	Vale do Mucuri	0.2870	I	I	PR
Nordeste Rio- grandense	0.1542	I	I	PR	Vale do Paraíba Paulista	0.0647	PU	PU	I
Noroeste Cearense	0.3559	I	I	PR	Vale do Rio Doce	0.1870	I	I	PR
Noroeste de Minas	0.2047	I	I	PR	Vale São- Franciscano da Bahia	0.2670	I	I	PR
Noroeste Espírito-santense	0.3015	I	I	PR	Zona da Mata	0.1897	I	I	PR

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2013d) e do relatório da OCDE (2013a).

Duas regiões foram reclassificadas no último procedimento, Centro-Norte Piauiense e Norte Maranhense, ambas continham municípios com mais de 500.000 habitantes, Teresina e São Luiz, respectivamente, e estes representavam mais de 25% do total da população da mesorregião. Os resultados da pesquisa apresentaram um país composto por 86 mesorregiões (TL3) classificadas como “intermediárias”, 50 como “predominantemente urbanas” e apenas uma como “predominantemente rural”. Na Tabela 12, pode-se perceber que as mesorregiões onde estão localizadas as capitais são predominantemente urbanas, exceto nos estados do Acre, Rondônia e Tocantins, todas na região norte do Brasil. A grande parte das mesorregiões que compõe o Brasil são maiores em área que as regiões TL3 que compõe os Estados Unidos da América e a Europa. Levando essa distorção em consideração foi calculada a tipologia regional da OCDE para os municípios brasileiros. Em 2010, o Brasil possuía 5565

municípios, sendo essa a menor divisão administrativa oficial em todo o território nacional. A Figura 14 apresenta os resultados para a tipologia da OCDE aplicada nos municípios brasileiros.

Figura 14 – Tipologia regional da OCDE aplicada aos municípios brasileiros



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c).

A Figura 14 apresenta um Brasil mais rural que aquele relativo à classificação em regiões TL3. Apenas quatro municípios, Tupirama, São João do Itaperiú, Cariri do Tocantins e São Félix do Tocantins, possuíam toda a sua população vivendo em áreas rurais. Ou seja, mais de 99% dos municípios brasileiros apresentaram ao menos um setor censitário com mais

de 150 habitantes por quilômetro quadrado, densidade demográfica que é considerada pela OCDE como urbano. Os resultados também apresentaram uma grande diferença com os estudos de Veiga (2002, 2004b). Veiga (2004b) afirmou que 80% dos municípios brasileiros eram rurais. Entretanto, aplicando esta tipologia da OCDE, 1114 municípios, (20,6%), foram classificados como “Predominantemente Rurais”; 1326 municípios, correspondendo a (23,8%) foram classificados como “Predominantemente Urbanos” e 3095 municípios, correspondendo a (55,6%) foram classificados como “Intermediários”. Esses resultados indicam que, mesmo em se considerando a abordagem proposta por Veiga (2004b), ainda assim o Brasil não seria tão rural quanto se pensa. De fato, a OCDE (2009) é clara em estabelecer que as regiões “Intermediárias” não possuem características rurais, e sim que representariam um território onde vive-se em uma situação intermediária entre o urbano e o rural. Portanto, a abordagem da OCDE, com base em níveis de agregação pequenos, tende a apresentar um país predominantemente urbano, ao contrário do que propõe Veiga (2004b).

5.1.1 O Modo de vida do brasileiro que vive em território rural segundo a OCDE

Em 2010, utilizando a metodologia da OCDE, o Brasil possuía 164.407.919 habitantes vivendo em áreas consideradas urbanas, o que totalizava 86,7% da população brasileira. No entanto, a área de superfície onde a população urbana vivia totalizava somente 0,8% do território brasileiro. Ou seja, aproximadamente 99,2% do território brasileiro possuía setores censitários com densidades demográficas inferior a 150 hab./km². Ao comparar a população vivendo em territórios urbanos e rurais segundo a metodologia da OCDE com o que é definido oficialmente no Brasil, deparamo-nos com uma maior discrepância nos resultados relativos às áreas rurais. Pelos resultados 17% das áreas consideradas rurais pelo método da OCDE eram consideradas urbanas pelos critérios oficiais adotados pelo Brasil, o que corresponde a 4,1% do contingente populacional brasileiro. Ou seja, do ponto de vista da OCDE 4,1% da população brasileira está incorretamente classificada como urbana, de tal forma que essa população poderia habitar as “cidades imaginárias”, como aponta Veiga (2002). Esta situação é apresentada na Tabela 13, a seguir.

Tabela 13 – Comparação dos resultados da metodologia da OCDE com os dados oficiais.

	População	
	Soma	N % do total
		N % da classificação da OCDE

Rural pela classificação da OCDE	Oficialmente Rural	23713063	20,0%	83,0%
	Oficialmente Urbano	5935552	4,1%	17,0%
Urbano pela classificação da OCDE	Oficialmente Rural	1673373	4,2%	5,5%
	Oficialmente Urbano	158472367	71,7%	94,5%

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c).

O teste de V de Cramér que apresentou um valor de 0,774 também indica uma forte associação entre os critérios da OCDE e a definição oficial de rural e urbano no Brasil. Desta forma, podemos dizer que, em função do Brasil não ter um critério objetivo para delimitar o rural, os gestores públicos estariam melhor norteados por abordagens semelhantes as da OCDE. Um ponto a ser considerado na análise dos modos de vida, dos habitantes que vivem em territórios classificados como urbanos e rurais pelos critérios da OCDE é a presença de iluminação noturna perene. A iluminação é uma proxy²⁶ que auxilia na determinação do modo de vida, uma vez que o fato de possuir iluminação artificial noturna perene, possibilita aos indivíduos exercerem com melhor qualidade atividades noturnas. Dentre essas atividades podemos elencar, por exemplo, o lazer noturno e a possibilidade de trabalhar à noite, as quais alteram significativamente a socialização do indivíduo e, conseqüentemente, seu modo de vida. Para determinar quais são as áreas com iluminação noturna perene, foi utilizado os dados do satélite F18 da National Oceanic and Atmospheric Administration (2015), para o ano de 2010. A Tabela 14 mostra a associação entre os setores censitários com ausência total de luz noturna perene e a classificação como rurais ou urbanos pelos critérios da OCDE.

Tabela 14 – Associação entre iluminação noturna perene e a tipologia da OCDE nos setores censitários

TIPOLOGIA DA OCDE	Rural	Contagem % em TIPOLOGIA DA OCDE	ILUMINAÇÃO NOTURNA PERENE		Total
			Com luz perene	Sem luz perene	
			56393	20317	76710
			73,5%	26,5%	100,0%

²⁶ Proxy, do ponto de vista estatístico, é uma variável que substitui um constructo o qual não é possível de se mensurar diretamente. (BRAGA; FERREIRA; BRAGA, 2015)

	% em ILUMINAÇÃO NOTURNA PERENE	19,4%	80,5%	24,2%
	% do Total	17,8%	6,4%	24,2%
Urbano	Contagem	234929	4935	239864
	% em TIPOLOGIA DA OCDE	97,9%	2,1%	100,0%
	% em ILUMINAÇÃO NOTURNA PERENE	80,6%	19,5%	75,8%
	% do Total	74,2%	1,6%	75,8%
Total	Contagem	291322	25252	316574
	% em TIPOLOGIA DA OCDE	92,0%	8,0%	100,0%
	% em ILUMINAÇÃO NOTURNA PERENE	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	92,0%	8,0%	100,0%

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c) e NOAA (2015).

Como apresentado na Tabela 14, (73,5%) dos setores censitários classificados como rurais pela metodologia da OCDE eram dotados de pelo menos uma área com iluminação noturna perene. O teste de qui-quadrado de Pearson mostrou uma associação significativa ($p\text{-vaule} < 0,000$), ou seja, comprovou-se a associação do método proposto pela OCDE com a presença de iluminação artificial noturna. No entanto, essa associação se demonstrou fraca, por apresentar um V de Cramér de 0,386. Esse resultado reforça uma das deficiências da metodologia da OCDE para o Brasil, qual seja, não considerar o modo de vida na caracterização do território. Entretanto, a iluminação, como importante proxy do modo de vida, não apresenta associação significativa com os resultados da aplicação da metodologia da OCDE.

Buscando explicitar a operacionalidade da aplicação de variáveis relativas ao constructo “modo de vida rural” e “modo de vida urbano”, proposto nesta tese, ao território brasileiro, em contraposição às limitações apresentadas pela metodologia da OCDE, foram analisadas outras proxies para o modo de vida e realizadas associações com a metodologia OCDE. A população que vive em uma área contínua, segundo (e.g. ÖĞDÜL, 2010; RAMBAUD, 1973; WIRTH, 2005) se constitui em uma variável que pode ser considerada para delinear o modo de vida. Uma proxy que pode determinar a quantidade de pessoas que um indivíduo tem a possibilidade de interagir em sua vida cotidiana, o qual pode ser expresso através do contingente populacional em uma área contínua, é mais eficaz que a densidade demográfica para se caracterizar um território como rural ou urbano. Haja vista que, por vezes, os territórios considerados urbanos pela OCDE não excedem uma população contínua de 5.000 habitantes. Desta forma, procurou-se verificar a associação entre os territórios considerados urbanos pela OCDE e as áreas com população acima de 5.000 habitantes, de

forma contínua. Para delimitar uma população contínua foi utilizado o padrão da União Europeia, que delimita a continuidade em áreas que excedam os 300 habitantes por quilômetro quadrado ao longo do território. O ponto de corte de 5.000 habitantes também foi retirado do padrão europeu para a determinação de áreas urbanas (EUROPEAN COMMISSION, 2013). A Tabela 15 apresenta a associação entre os setores censitários que possuem população contínua acima de 5000 habitantes e os territórios delimitados pelo critério da OCDE como urbanos e rurais.

Tabela 15 – Associação entre setores rurais e urbanos pelos critérios da OCDE e a população contínua

			População Contínua		Total
			Mais de 5000	Menos de 5.000	
TIPOLOGIA DA OCDE	Rural	Contagem	0	76710	76710
		% em TIPOLOGIA DA OCDE	0,0%	100,0%	100,0%
		% em População Contínua	0,0%	69,1%	24,2%
		% do Total	0,0%	24,2%	24,2%
	Urbano	Contagem	205527	34337	239864
		% em TIPOLOGIA DA OCDE	85,7%	14,3%	100,0%
		% em População Contínua	100,0%	30,9%	75,8%
		% do Total	64,9%	10,8%	75,8%
Total	Contagem	205527	111047	316574	
	% em TIPOLOGIA DA OCDE	64,9%	35,1%	100,0%	
	% em População Contínua	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	64,9%	35,1%	100,0%	

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013d).

Como apresentado na Tabela 15 não foram encontrados setores rurais, aplicando-se a tipologia da OCDE, que tivessem uma população contínua de mais de 5.000 habitantes. No entanto, dentre os setores qualificados como urbanos 14% destes possuíam um contingente populacional inferior a 5.000 habitantes. Foi encontrada uma forte associação entre essas duas variáveis com um V de Cramer de 0,769 e um p-value de 0,000 para o teste de qui-quadrado de Pearson. Isto mostra que apesar do método proposto pela OCDE não considerar o contingente populacional que habita uma área contínua, no caso brasileiro esta variável demonstrou forte relação com as áreas classificadas pelos critérios da OCDE como urbanas.

Uma variável que também deve ser considerada na determinação de um modo de vida rural é o tempo de deslocamento. O tempo de deslocamento relaciona-se com o modo de vida, uma vez que a possibilidade de deslocamentos rápidos aumenta, potencialmente, a possibilidade de socialização com outros indivíduos. Esses deslocamentos também estão relacionados com outras características dos modos de vida, como a possibilidade de trabalhar

em diferentes localidades, com atividades que não são de natureza primária, como a agricultura, por exemplo. O rápido deslocamento das pessoas facilita a divisão social do trabalho dada a possibilidade de exercerem tarefas fora do ambiente próximo a moradia. A própria dimensão da acessibilidade, relacionada ao tempo de deslocamento, é apontada por vários autores como uma dimensão que pode caracterizar o modo de vida rural ou urbano (DURÁN, 1998; ENDLICH, 2010; LEFEBVRE; GAVIRIA, 1971; WIRTH, 2005). Para determinar o tempo de deslocamento foram utilizados dados da pesquisa Travel time to major cities: A global map of Accessibility (2008). Para calcular o tempo de deslocamento foi considerado o tempo de deslocamento até o mais próximo centro com mais de 50.000 habitantes, utilizando o mais veloz modal de transporte possível. Assim para verificar como seria o modo de vida das pessoas que moravam nos territórios classificados como rurais, pelos critérios da OCDE, realizou-se um teste t de médias para amostras independentes com os tempos de deslocamento dos territórios urbanos e rurais. Os resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Teste de médias para o tempo de deslocamento entre os setores rurais e urbanos de acordo com a metodologia da OCDE

Estatísticas de grupo					
	Tipologia da OCDE	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Média de tempo de deslocamento do setor censitário (em minutos)	Rural	76710	196,9530	445,73499	1,60935
	Urbano	239864	40,4643	120,26119	0,24555
Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para Igualdade de Médias (Variâncias iguais não assumidas)			
Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	
21,999,447	,000	96,125	80,308,237	0,000	

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013d) e NOAA (2015).

Conforme aponta a Tabela 16 o setor definido como rural pelo método da OCDE tem, de forma estatisticamente significativa, em média, um tempo de deslocamento maior que o setor urbano. Enquanto os setores rurais, em média, demoram mais de 3 horas para se deslocar a um centro com mais de 50.000 habitantes, nos setores considerados urbanos esse tempo é inferior a uma hora. Apesar de haver diferença significativa, os desvios padrões altos da variável proxy para o deslocamento, apontam que os setores apresentam heterogeneidade nesse quesito, de forma que é possível encontrar setores considerados rurais com um tempo de deslocamento inferior a setores urbanos. A OCDE reconheceu essa limitação da sua

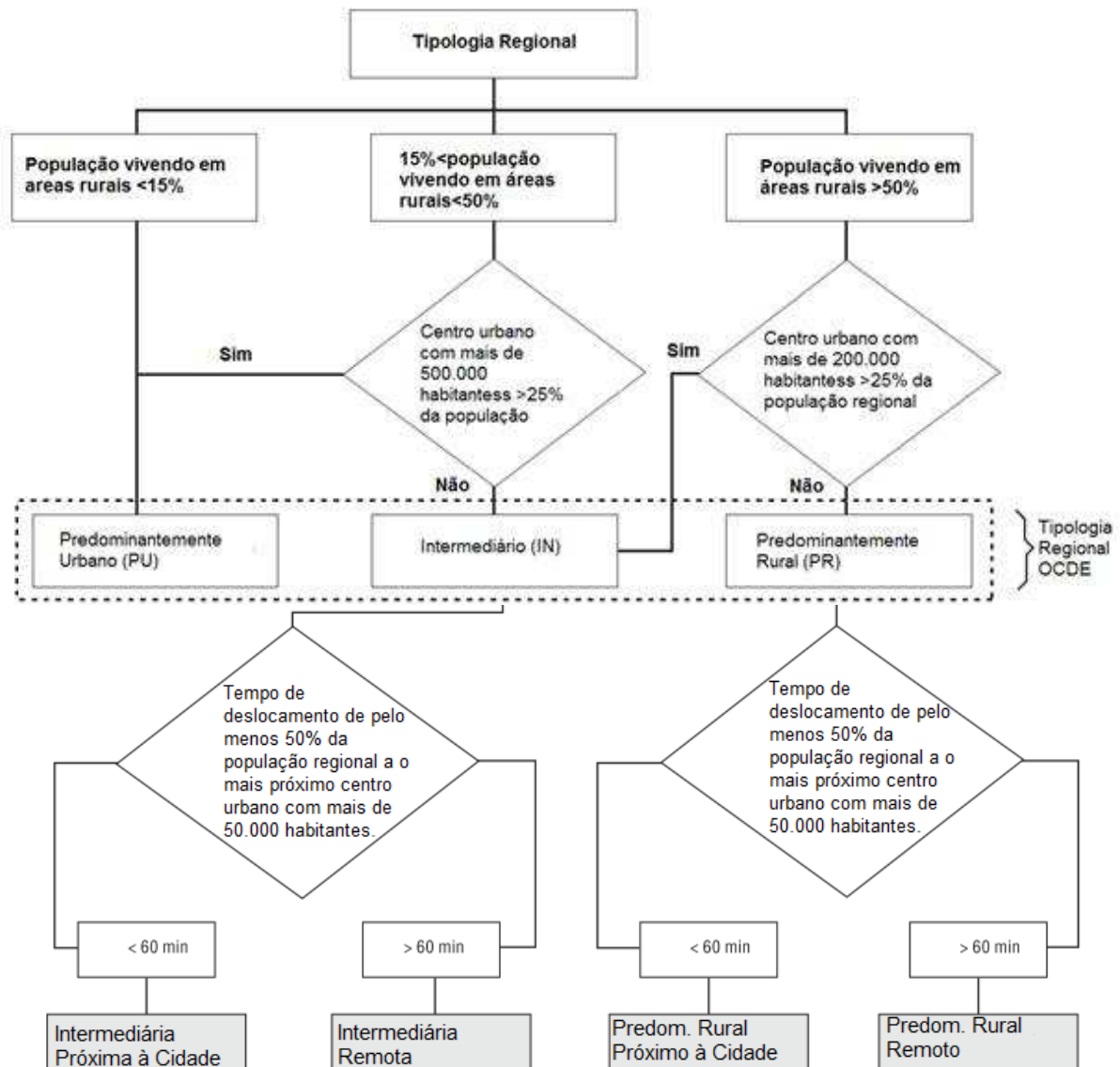
metodologia, tendo criado uma versão estendida desta sua primeira metodologia de caracterização dos territórios em rural e urbano (BREZZI; DIJKSTRA; RUIZ, 2011). Esse método mais robusto será apresentado no tópico subsequente.

5.2 A tipologia regional estendida da OCDE

A tipologia regional estendida da OCDE agregou o tempo de deslocamento a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes à densidade demográfica (OECD, 2013c). Dessa forma, a OCDE segmentou as regiões classificadas na tipologia anterior como “Intermediárias” ou “Predominantemente Rurais” em “remotas” ou “próximas da cidade”. O critério para determinar uma “região remota” foi estabelecido com base no percentual de habitantes da região em questão que estavam a mais de uma hora de tempo de deslocamento (driving time), considerando o modal de transporte mais eficaz disponível, de um centro urbano com uma população superior a 50.000 habitantes.

Uma região “Intermediária” ou “Predominantemente Rural” pela classificação da OCDE que possuísse mais da metade da sua população a mais de uma hora de distância de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes era rotulada, respectivamente, como “Intermediária Remota” e “Predominantemente Rural Remota”. Em caso contrário, as regiões passavam, respectivamente, a ser denominadas de “Intermediária Próxima à Cidade” e “Predominantemente Rural Próxima à Cidade” (OECD, 2010, 2013c). A Figura 15 demonstra graficamente o fluxograma da aplicação da tipologia regional estendida da OCDE para delimitação de áreas rurais.

Figura 15 – Tipologia Regional Estendida da OCDE



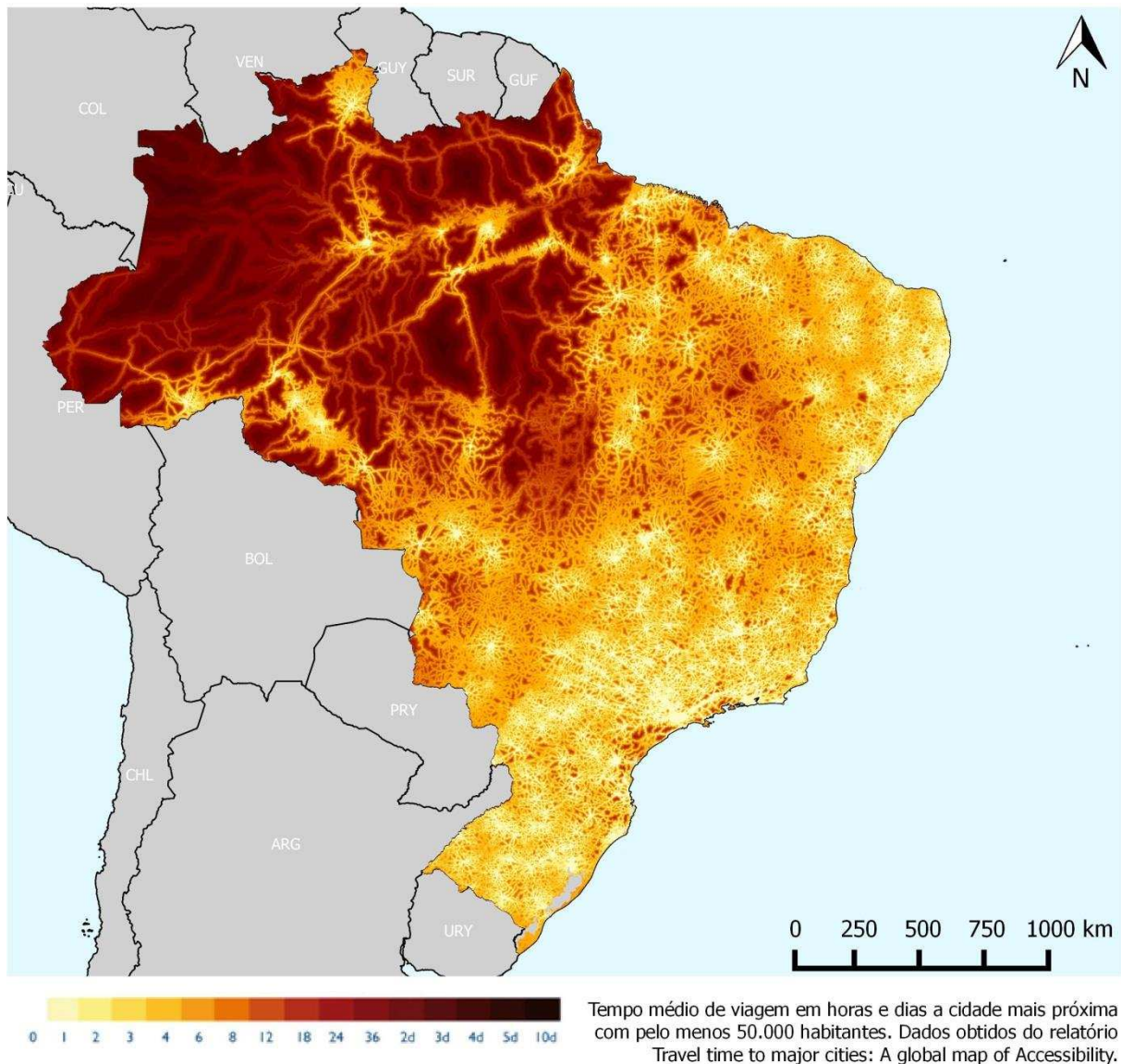
Fonte: Adaptado de OCDE (2013c).

A adição de mais uma variável à definição de rural e urbano, conforme o demonstrado na Figura 15, amplia as categorias da metodologia original da OCDE. A tipologia regional estendida possui cinco níveis de classificação do gradiente rural/urbano, contra apenas três da tipologia original da OCDE.

5.2.1 Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE ao Brasil

Os censos brasileiros de 2010 não possuíam questões, nem aferiam dados relativos, ao tempo de deslocamento a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Assim sendo, para se aplicar a tipologia regional estendida da OCDE para o território brasileiro fez-se necessário complementar com outras fontes de dados. Para compor a dimensão do “tempo de deslocamento” foi utilizada a base de dados disponibilizada pela Comissão Europeia/Join Resarch Group. Foram utilizados, mais especificamente, os dados do projeto Travel time to major cities: A global map of Accessibility, o qual promove o cálculo do tempo de deslocamento, dado o melhor meio de transporte disponível, a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Ou seja, considerando todas as opções de transporte possíveis para uma área é selecionada aquela que possui um menor tempo de deslocamento. Essa pesquisa foi realizada em nível mundial, resultando em um mapa tipo raster de resolução de arcos de 30 segundos, o que no Equador equivale a um quilômetro (NELSON, 2008). A Figura 16 mostra em detalhes os tempos de deslocamento no Brasil a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes.

Figura 16 – Tempo de deslocamento ao centro urbano com mais de 50000 habitantes



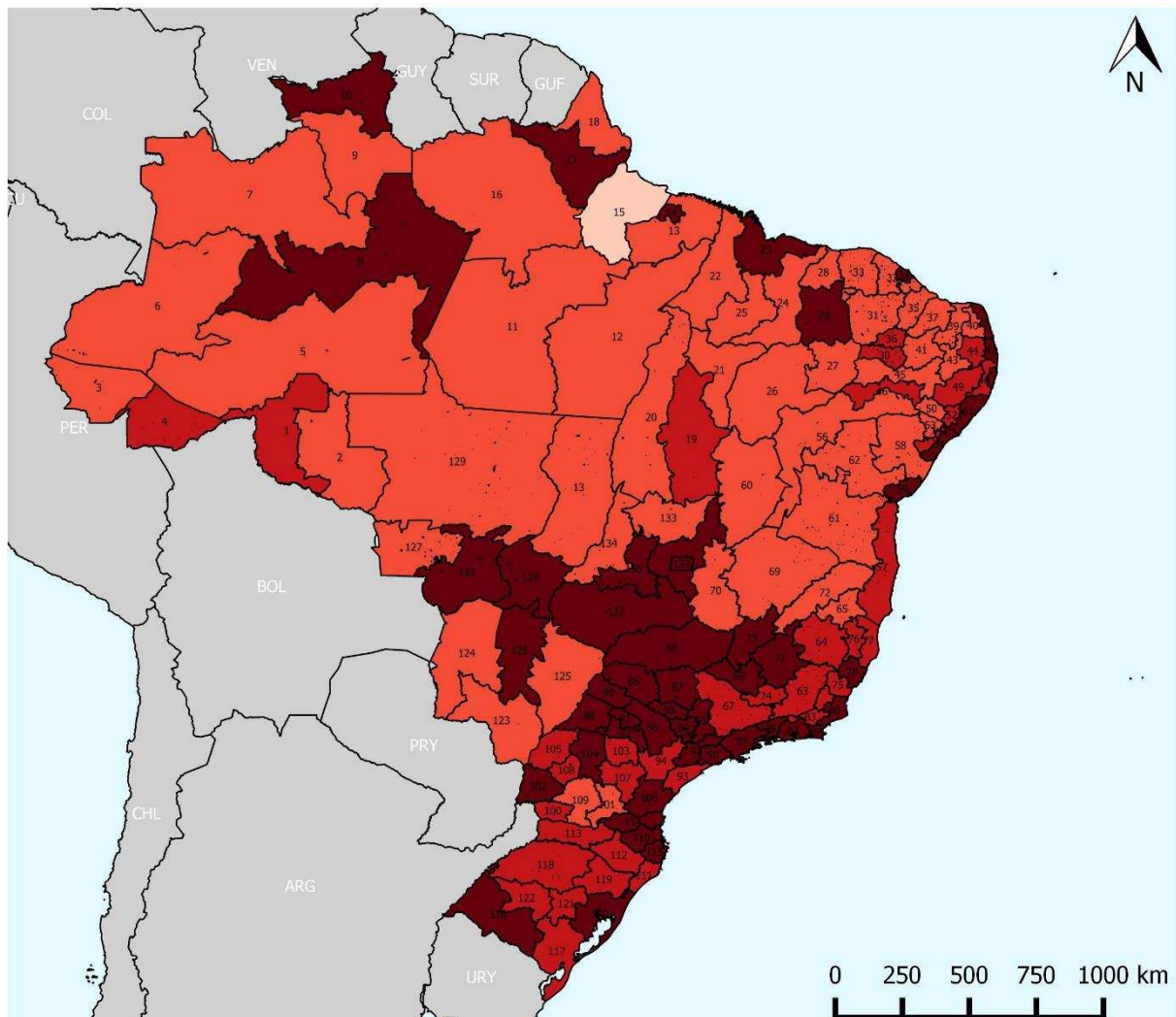
Fonte: Travel time to major cities: A global map of accessibility (2008).

Como visto na Figura 16 os tempos de deslocamento a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes no território brasileiro podem ser superiores a dez dias. Constatase, de igual forma, que há uma evidente debilidade nos meios de transporte à medida que se distancia do eixo centro-sul do Brasil. A região amazônica é onde está concentrada a maior parte dos territórios que gastam mais de quatro horas de viagem para chegar a um centro urbano de maior porte, o que segundo Chomitz, Piet e Thomas (2005) seria típico de uma região remota. Em contrapartida, o sul e o sudeste do Brasil apresenta reduzida proporção de localidades nas quais é necessário mais do que quatro horas para se deslocar a uma localidade com mais de 50.000 habitantes.

Os últimos dados do projeto *Travel time to major cities: A global map of Accessibility*, datam de 2008, enquanto os censos brasileiros foram realizados em 2010. No entanto, foi possível o cruzamento dos dados, ainda que com a diferença de dois anos, dado que as alterações nos meios de transportes disponíveis em território brasileiro nesse período foram relativamente pequenas. De acordo com dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a evolução da malha viária pavimentada no Brasil, principal modal de transporte brasileiro, no ano de 2009, foi de 56.453,7 quilômetros, o que representa menos de 3,5% do total da malha viária brasileira (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2011). Para utilização dos dados do tempo de deslocamento foi considerada o tempo médio gasto, dentro de cada setor censitário, até um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Essa média foi obtida através do algoritmo *zonal statistics* do software QGIS (QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM, 2014).

Assim, computados os tempos médios de deslocamento ao centro urbano de cada setor, esses foram enquadrados em dois grupos: aqueles em que o tempo de deslocamento era superior a uma hora e aqueles em que o tempo era inferior a 60 minutos. Dados esses dois grupos, dentre as regiões TL3, que não foram classificadas como “Predominantemente Urbana”, computou-se o percentual de pessoas que viviam em setores desses grupos. Caso a região “Predominantemente Urbana” ou “Intermediária” possuísse mais de 50% da população vivendo em setores cuja média do tempo de deslocamento a grandes centros urbanos fosse superior a uma hora, essas regiões receberiam o rótulo de “Remotas” em caso contrário seriam classificadas como “Próximas da Cidade”. A Figura 17 demonstra o resultado da aplicação da tipologia estendida da OCDE em nível de regiões TL3 (mesorregiões) para o território brasileiro.

Figura 17 – Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE para as regiões TL3 brasileiras



- Predominantemente Urbano
- Intermediário Próximo a Cidade
- Intermediário Remota
- Predominantemente Rural Próximo a Cidade
- Predominantemente Rural Remoto

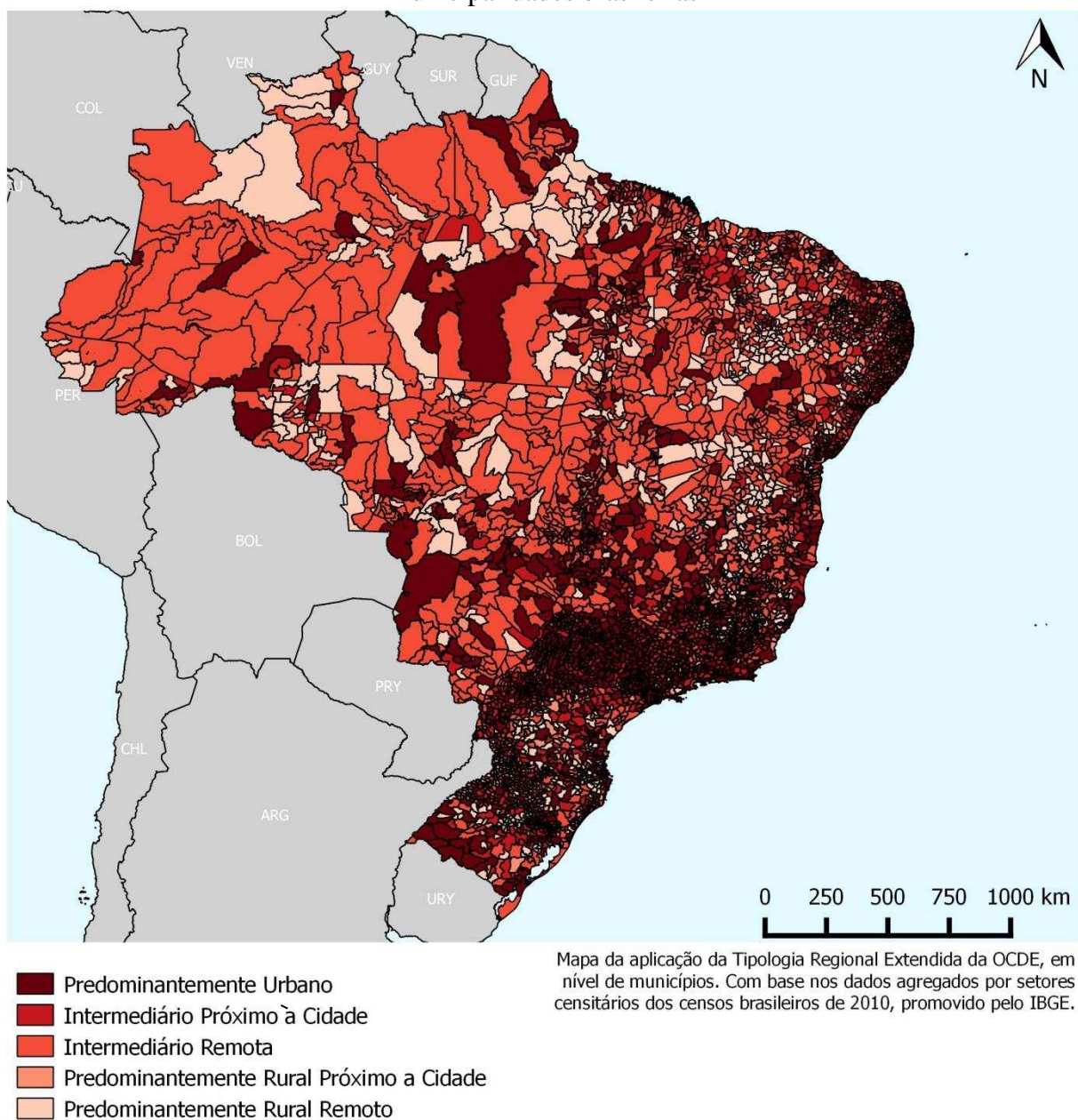
Mapa da aplicação da Tipologia Regional Estendida da OCDE, em nível de mesorregiões. Com base nos dados agregados por setores censitários dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE.

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c) e Nelson (2008).

Como visto na aplicação da tipologia regional estendida percebe-se que a maioria das mesorregiões previamente classificadas como “Intermediárias” foram classificadas como “remotas”. Em adição, a única região classificada como “Predominantemente Rural”, Marajó no Pará, também recebeu o rótulo de remota. É possível identificar também de forma clara que na região norte, centro-oeste e nordeste as regiões intermediárias tendiam a ser “remotas”. Na região norte, somente as mesorregiões classificadas como “intermediárias” onde estão localizadas capitais estaduais foram classificadas como “próxima à cidade”. Enquanto na região sudeste somente as regiões TL3 ao norte do Estado de Minas Gerais receberam a

classificação de “remotas”. No sul do Brasil somente duas mesorregiões, o Centro-sul Paranaense e o Sudeste Paranaense receberam o rótulo de “remotas”. A seguir se procederá da mesma forma que foi feita com a aplicação da tipologia regional, se aplicará, em nível de municipalidade, a tipologia regional estendida da OCDE. Os resultados oriundos da aplicação em nível de municípios seguiram a mesma tendência das mesorregiões: grande parte dos municípios classificados como “Intermediário” e “Predominantemente Rural” foram considerados como “remotos”. A Figura 18 demonstra os resultados da aplicação da tipologia estendida em nível municipal.

Figura 18 – Aplicação da tipologia regional estendida da OCDE para as municipalidades brasileiras



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c) e Nelson (2008).

Tal como na aplicação em nível da TL3, os resultados apresentados no cálculo para os municípios demonstram que na região norte, nordeste e centro-oeste os municípios classificados como intermediários foram, em grande parte, classificados como “remotos”. No entanto, a região sul do Brasil apresentou um número relevante de municípios “predominantemente rurais remotos”. Sumarizando os resultados para o território brasileiro, segundo a metodologia estendida da OCDE: 1.326 municípios foram classificados “Predominantemente Urbanos”; 1.319 como “Intermediários próximo à cidade”; 1.775 como “Intermediários remotos”; 221 como “Predominantemente rurais próximo à cidade” e 924 como “Predominantemente rurais remotos”. Desta forma, constatou-se que a maioria dos municípios classificados como “Intermediários” e como “Predominantemente Rurais” foram rotulados como “remotos”. O que demonstra que os municípios “intermediários” apesar de apresentarem grande concentração populacional não possuem facilidades na acessibilidade aos maiores centros urbanos.

5.2.2 Considerações sobre a tipologia regional da OCDE ao Brasil

Os cálculos oficiais da população rural brasileira, apesar de suas imprecisões, têm resultados próximos da tipologia da OCDE utilizando dados em nível de setor censitário. Usando essa metodologia, o Brasil seria mais urbano que apontado por Veiga (2002, 2004b) e que o relatório da OCDE (2013a), ainda que utilize abordagens similares. A extensão da abordagem da OCDE para a definição do rural, com a utilização do tempo de deslocamento a um centro urbano de maior porte, muda de forma considerável os resultados. O território brasileiro apresenta dificuldades de deslocamento à medida que se distancia do eixo sul-sudeste brasileiro. De fato, há grande parte da área brasileira pode ser considerada “remota” já que é necessária mais de uma hora para se alcançar um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Esse dado demonstra como que a inserção de variáveis, como o tempo de deslocamento, pode auxiliar a compreender melhor a configuração do rural brasileiro. Os resultados demonstraram, ainda, a alta sensibilidade a mudanças nos níveis de agregação de dados na tipologia regional da OCDE. Assim como outras abordagens, as quais consideram o rural como um sinônimo de densidade demográfica, a alteração no nível de agregação dos dados é um viés nesse tipo de estudo. Uma forma de contornar essa limitação é a opção por dados agregados por áreas comparáveis, como na metodologia da União Europeia, que opta por coletar os dados em grades de um quilômetro quadrado. É importante considerar que

qualquer proposta de delimitação do rural tem suas próprias limitações. Compreender esses limites e procurar dialogar com correntes teóricas que tratam sob o assunto é essencial para aprimorar as metodologias que visam mensurar a ruralidade.

5.3 Aplicação da tipologia da União Europeia ao Brasil

Assim como a OCDE, a União Europeia tem sua própria definição e metodologia de delimitação do rural, cuja metodologia está descrita anteriormente (EUROPEAN COMMISSION, 2013). Similar à metodologia da OCDE, a metodologia europeia utiliza basicamente a densidade demográfica na delimitação de áreas rurais. No entanto, de acordo com o Eurostat, braço estatístico da comissão europeia, a tipologia da OCDE gera duas distorções na classificação do espaço europeu. A primeira distorção ocorre devido à heterogeneidade relativa ao tamanho e ao nível de agregação dos dados locais. A segunda distorção ocorre porque a área das superfícies das regiões TL3 europeias, em alguns países, separa o centro urbano de seu entorno (EUROPEAN COMMISSION, 2013). Dado que essas distorções também ocorrem no território brasileiro faz-se prudente contemplar estas críticas na aplicação desta metodologia. Na Europa, constataram-se diferenças nos resultados relativos à aplicação da Tipologia da OCDE e do Eurostat, como demonstrado na Figura 19.

Figura 19 – Diferenças entre a aplicação da metodologia do Eurostat e a da tipologia da OCDE para a Europa (mais urbanas)

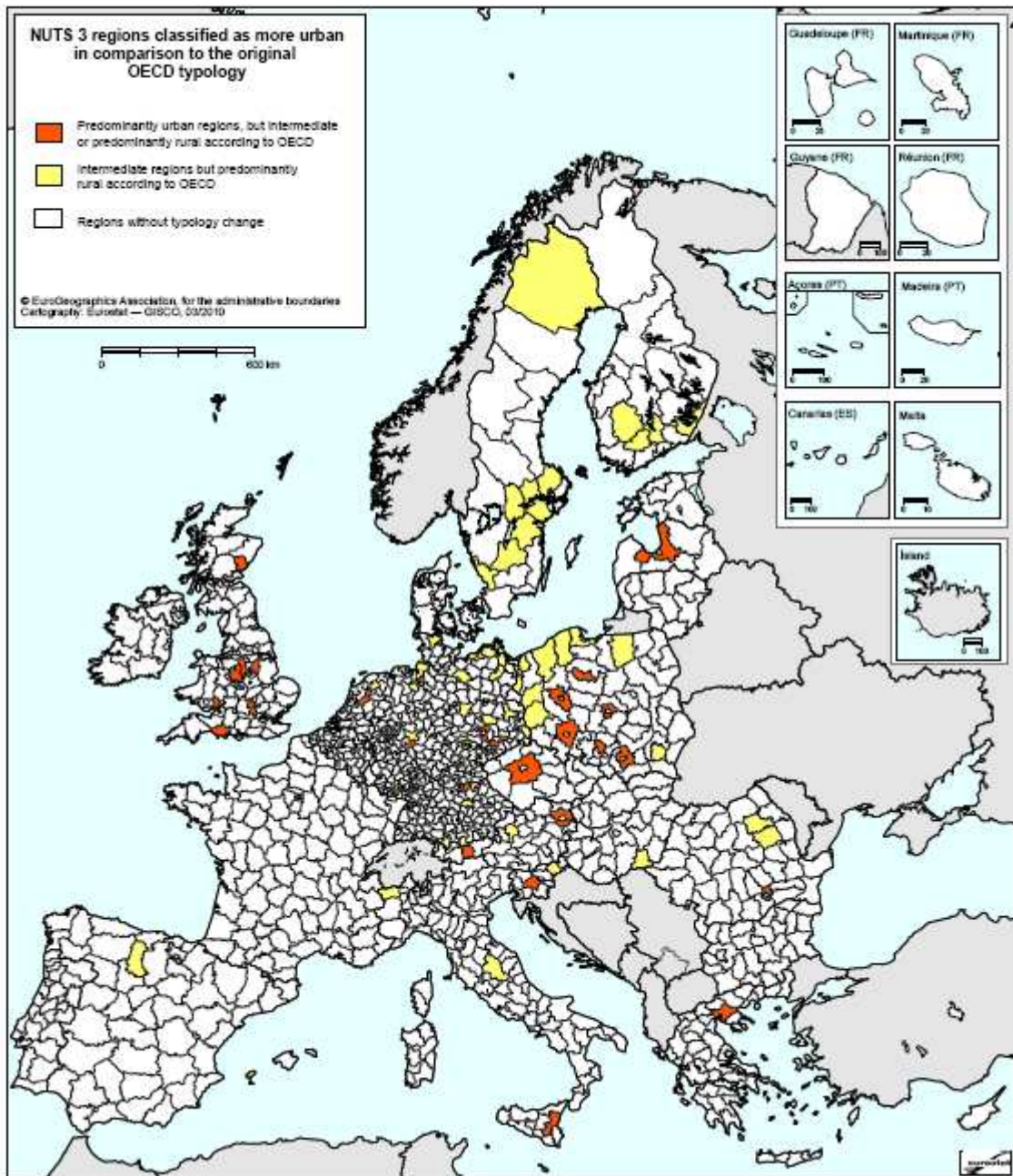
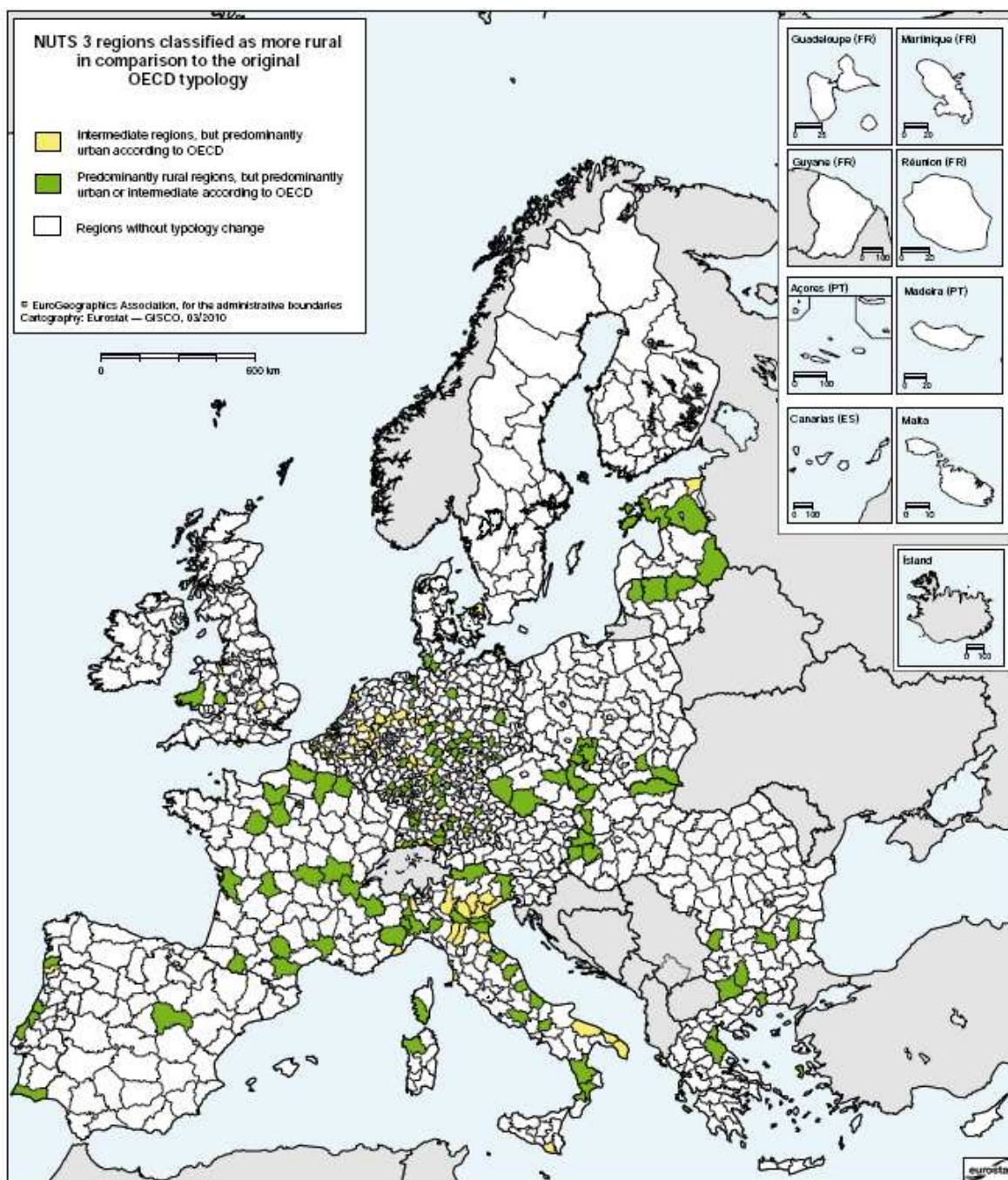


Figura 20 – Diferenças entre a aplicação da metodologia do Eurostat e a da tipologia da OCDE para a Europa (mais rurais)



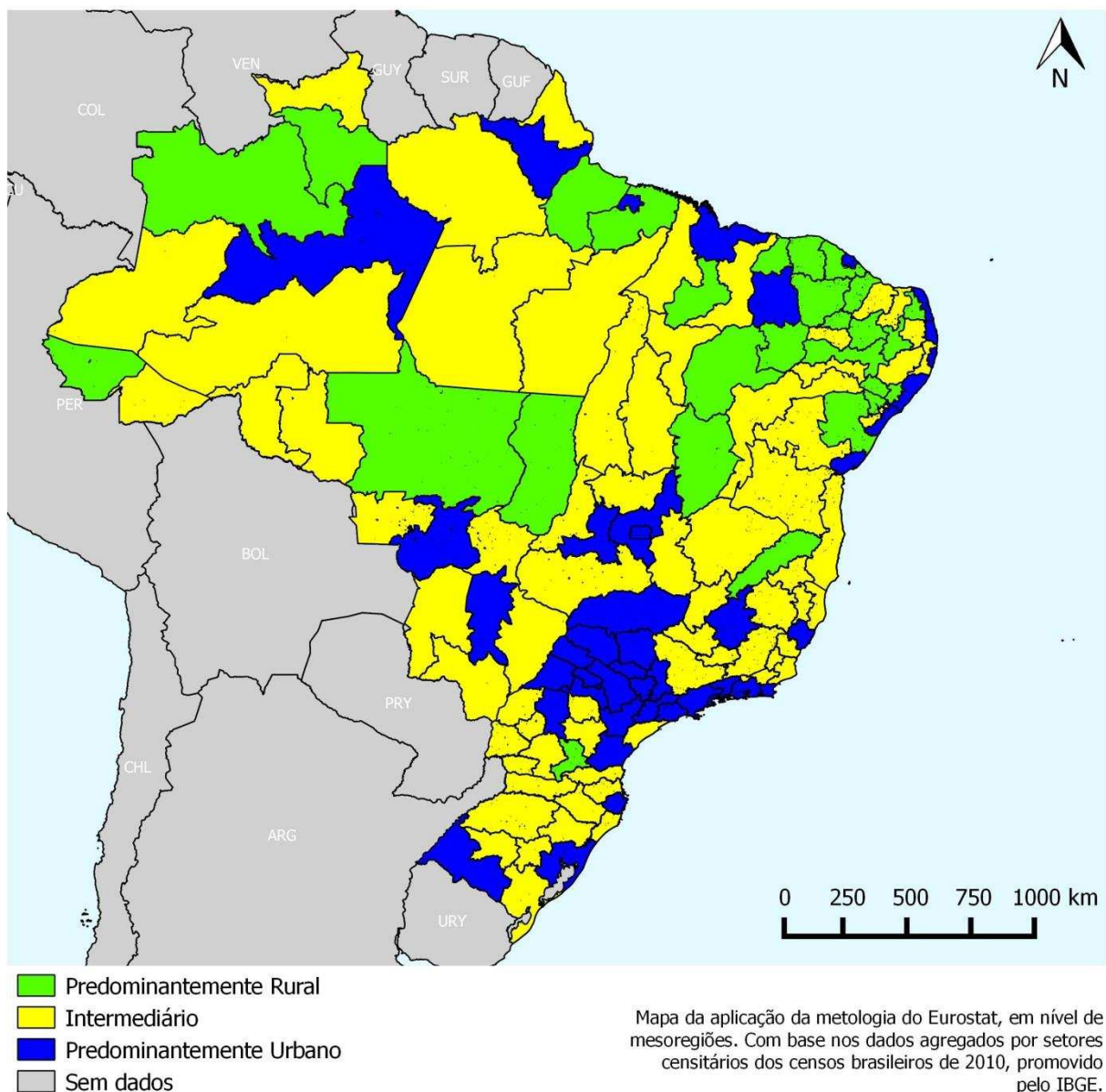
Source: Eurostat, JRC, EFGS, REGIO-GIS.

Fonte: Eurostat (2013).

Como apresentado nas Figuras 19 e 20, no caso europeu houve trocas de classificação tanto para a maior urbanização quanto para a maior ruralização. Essas divergências entre os resultados ocorreram principalmente pelo uso de diferente nível de agregação dos dados e pelo uso da quantidade mínima de 5.000 habitantes em território contínuo para a área ser

considerada urbana. Para a aplicação no território brasileiro da metodologia do Eurostat não foi possível obter dados da população em células de um Km². Assim, foi utilizada a menor agregação disponibilizada pelo IBGE, o setor censitário, que corresponde a menor área contínua onde se podem obter dados segmentados (IBGE, 2013c). Para o critério de continuidade foi considerado a fronteira contínua entre os setores censitários. Deste modo foram consideradas áreas urbanas aqueles setores censitários que possuíam mais de 300 habitantes por quilômetro quadrado e que simultaneamente tivessem população contínua de pelo menos 5.000 habitantes, ainda que essa ultrapasse os limites da mesorregião em questão. A Figura 21 apresenta os resultados da aplicação da metodologia do Eurostat para as mesorregiões brasileiras.

Figura 21 – Aplicação da metodologia do Eurostat ao território Brasileiro

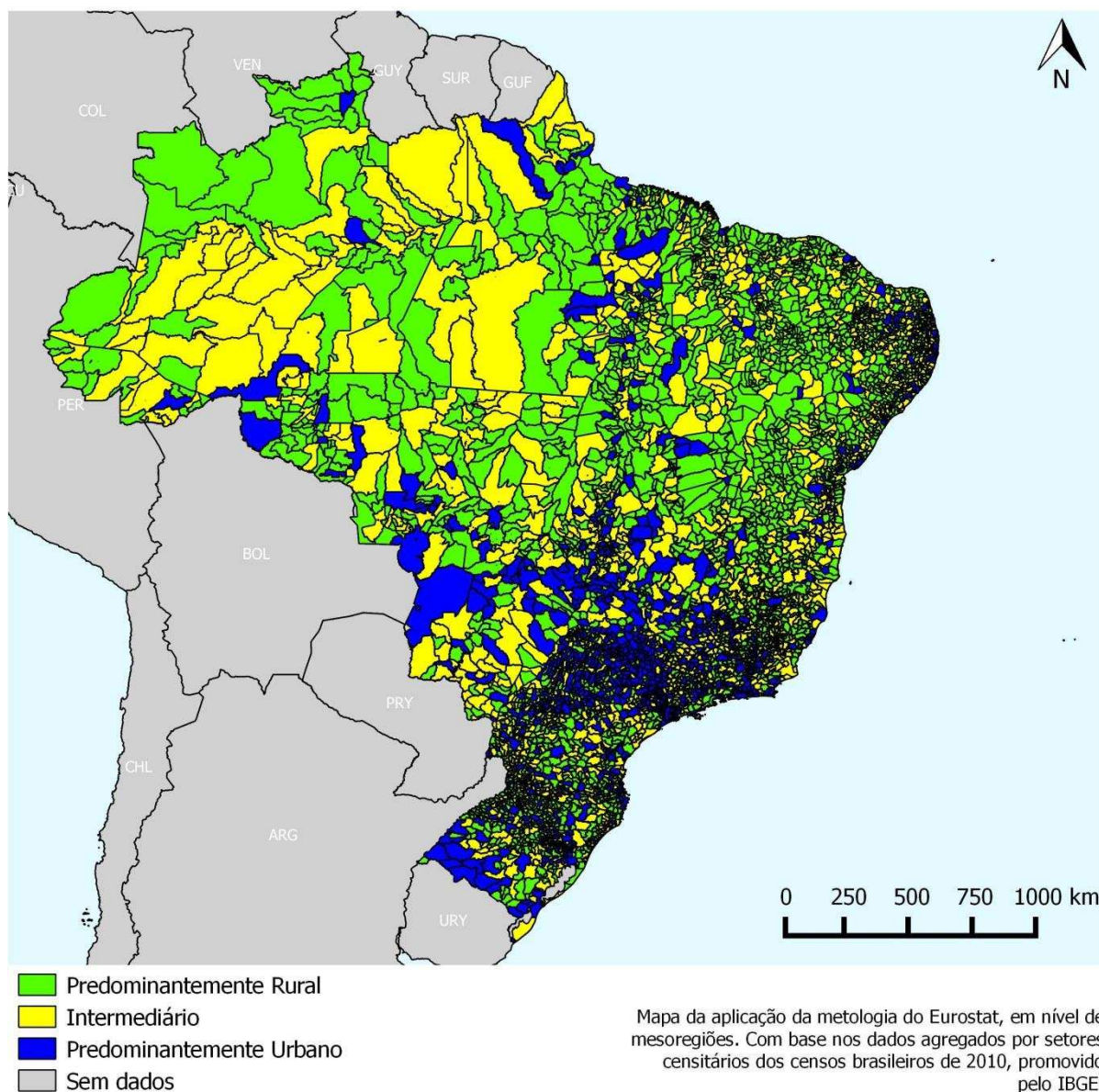


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c).

Como apresentado, observa-se um sensível aumento nas regiões predominantemente rurais em comparação com a metodologia da OCDE. Entretanto, assim como na classificação da OCDE, o Brasil possui a maioria de suas mesorregiões Intermediárias: 68 receberam essa classificação. A maior diferença em relação à classificação estendida da OCDE foi em torno do aumento das regiões “predominantemente rurais” que totalizaram 27. Outras 42 mesorregiões obtiveram o status de “predominantemente urbanas”. Destaque para os estados do Ceará, Piau, Acre, Alagoas e Roraima que apresentaram somente uma mesorregião não classificada como “predominantemente rural”. Pode-se, também, em contraponto, observar que o estado de São Paulo possui todas suas mesorregiões como predominantemente urbanas, com a exceção do Litoral Sul Paulista.

De fato, o centro-sul do Brasil, região reconhecida como a mais desenvolvida economicamente do país, observou-se somente duas mesorregiões classificadas como “predominantemente rurais”: Jequitinhonha, em Minas Gerais, e Sudeste Paranaense, no Paraná. A seguir apresenta-se a aplicação, em nível municipal, da metodologia do Eurostat, atentando-se para o fato de na aplicação dessa metodologia se considerar a reclassificação por tamanho dos centros urbanos. O município que, em seu território, apresentasse uma área com mais de 200.000 habitantes de forma contínua seria reclassificado. A Figura 22 apresenta os resultados da aplicação da metodologia europeia, em nível municipal.

Figura 22 – Aplicação da metodologia do Eurostat para os municípios brasileiros



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c).

Assim como no caso das mesoregiões, observa-se um aumento considerável nos municípios classificados como “predominantemente rurais”, quando comparado à metodologia estendida da OCDE. Esse fato pode ser explicado pela exigência da metodologia do Eurostat de haver pelo menos 5000 habitantes de forma contínua para que uma área fosse considerada urbana. Como vários municípios brasileiros sequer possuíam esse quantitativo populacional houve redução significativa da área classificada como urbana. Na metodologia do Eurostat 2557 municípios, 45,2% do total foram classificados como rurais. Porém, ainda assim, o Brasil seguindo essa metodologia do Eurostat possuía 78,17% de sua população

residindo em áreas urbanas. Seguindo a metodologia do Eurostat, o Brasil possuía em 2010, 3179 municípios considerados “predominantemente rurais”, 999 “predominantemente urbanos” e 1387 “intermediários”. Diferentemente da metodologia da OCDE, pela metodologia do Eurostat a maioria dos municípios brasileiros era “predominantemente rurais”.

5.3.1 Considerações sobre a tipologia regional do Eurostat ao Brasil

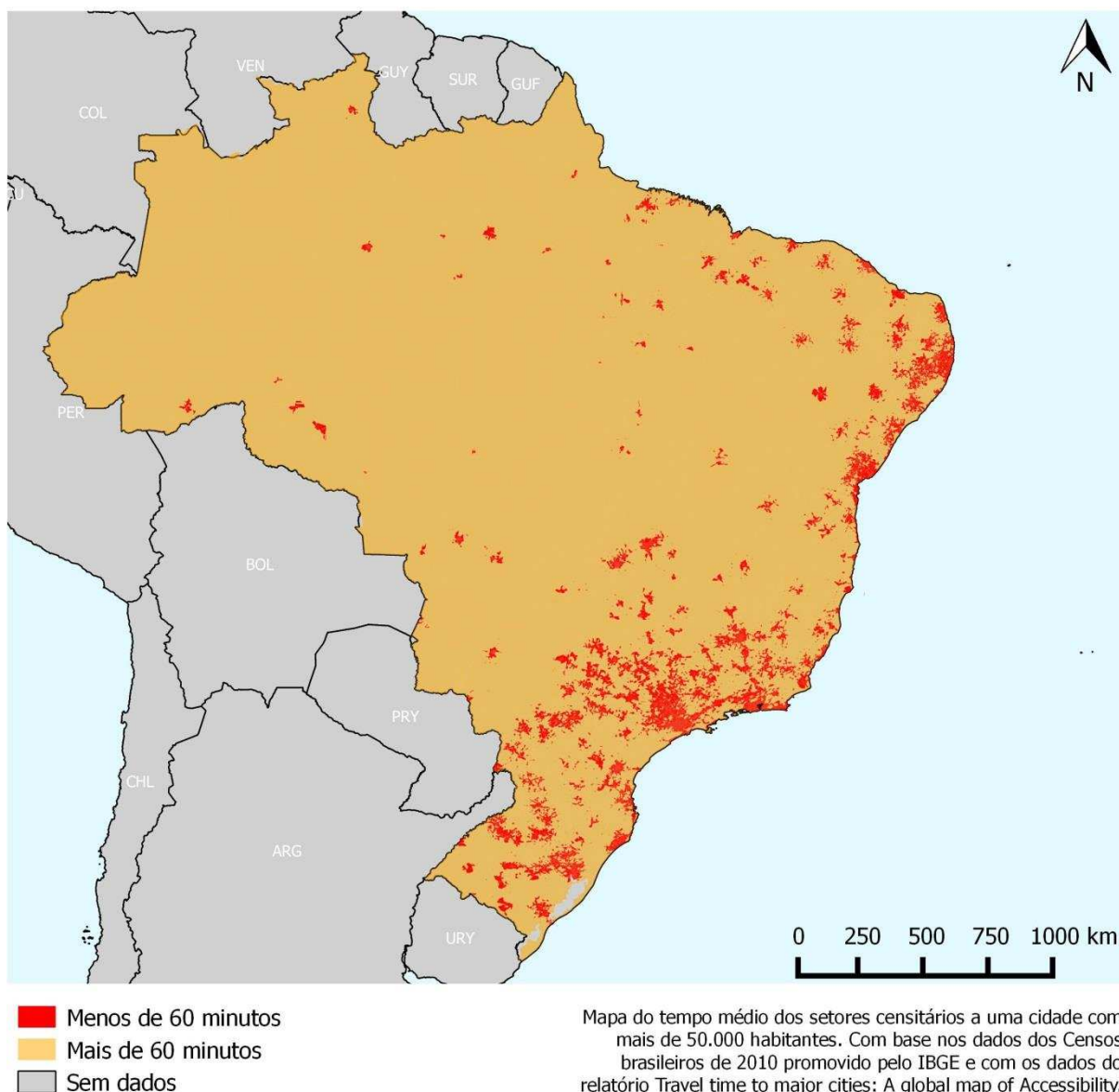
Pelo simples fato de exigir um agrupamento mínimo de 5.000 pessoas para considerar uma área urbana, a tipologia do Eurostat, em relação ao método da OCDE, esboçou um Brasil de municípios predominantemente rurais. No entanto, em termos de população total, o Brasil apresentava 78,17% de população vivendo em áreas urbanas. Com a metodologia do Eurostat já foi possível visualizar as “cidades imaginárias” apontadas por Veiga (2002, 2004b), mas muito distante dos 80% dos municípios classificados como rurais como elencado pelo autor. Esta metodologia do Eurostat, de caracterização dos territórios em rurais ou urbano, aponta para a sua vulnerabilidade, em termos da valoração atribuída ao contingente populacional, visto que aplicando essa metodologia o Brasil seria mais urbano que a Europa.

5.4 Aplicação da tipologia do Banco mundial ao Brasil

O Banco mundial não mantém, oficialmente, uma definição para o rural. No entanto, com o patrocínio do World Bank, Ferranti et al. (2005) no livro intitulado “Beyond the City: The Rural Contribution to Development” em meio ao debate sobre a importância do rural para o desenvolvimento, surgiu a discussão da própria definição de setor rural. Com abordagens próximas às perspectivas da OCDE, Ferranti et al. (2005) basearam-se em dois vetores para caracterizar os territórios rurais: a densidade demográfica e o acesso a centros urbanos de maior porte. De fato, as variáveis escolhidas pelos autores (2005) foram as mesmas utilizadas na tipologia regional estendida da OCDE. No entanto, apesar de utilizarem as mesmas variáveis, os autores empregaram metodologias diferentes no que tange à definição do rural. Enquanto o método empregado pela OCDE utilizava as variáveis em dois estágios, sendo primeiramente considerado a densidade demográfica e somente depois a dimensão da acessibilidade, os autores propuseram a utilização destas variáveis em simultâneo. Como

revisão teórica Ferranti et al. (2005) apresentaram outras definições de rural formuladas por agências internacionais, tais como a própria OCDE (OECD, 2010), a do Grump (2011b) e as definições oficiais dos países latino-americanos e caribenhos. Ao demonstrarem as abordagens, Ferranti et al. (2005) sugeriram que um setor urbano deveria ser aquele que, simultaneamente, tivesse mais que 150 habitantes por quilômetro quadrado e que seu tempo de deslocamento a um centro urbano com mais de 50.000 habitantes fosse inferior a uma hora. Para a aplicação da metodologia de Ferranti et al. (2005), a exemplo da tipologia regional estendida da OCDE, foram utilizados os dados do relatório “Travel time to major cities: A global map of Accessibility”. Na Figura 23 pode-se observar que foi pontual no território brasileiro os setores censitários que tiveram um tempo de deslocamento, em média, inferior a 1 hora em relação a um centro com mais de 50.000 habitantes, utilizando o melhor modal de transporte disponível. Ou seja, despontou um Brasil rural com aplicação desta metodologia de Ferranti et al. (2005).

Figura 23 – Setores censitários que, em média, estão a menos de uma hora de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes

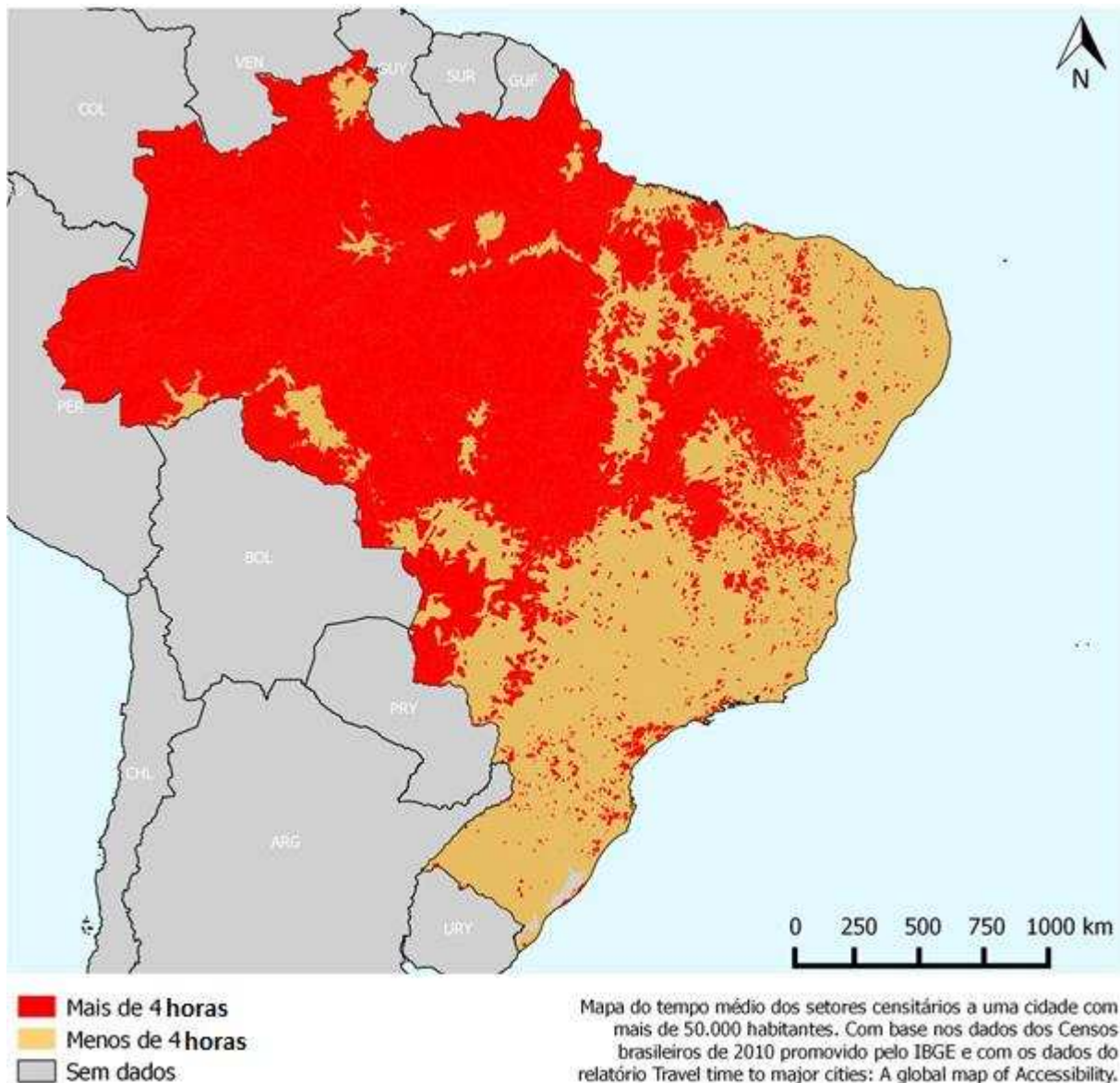


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c) e Nelson (2008).

A Figura 23 evidencia o fato de que a malha logística brasileira está concentrada nas regiões litorâneas e nas regiões sul e sudeste. De fato, na região amazônica foram exceções os setores censitários que estavam a menos de uma hora, em média, de um centro populacional com mais de 50.000 habitantes, ou seja, foram exceções os setores urbanos, predominando os rurais. As regiões “remotas” predominaram no território brasileiro e estavam concentradas, principalmente, na região conhecida como Amazônia Legal. A Figura 24 mostra os setores censitários que estavam, em média, a mais de quatro horas de distância de um centro com

mais de 50.000 habitantes. Quatro horas de deslocamento a um centro urbano mais próximo é o limite para uma região ser considerada extremamente remota, segundo o Banco Mundial.

Figura 24 – Setores censitários que, em média, estão a mais de quatro horas de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes

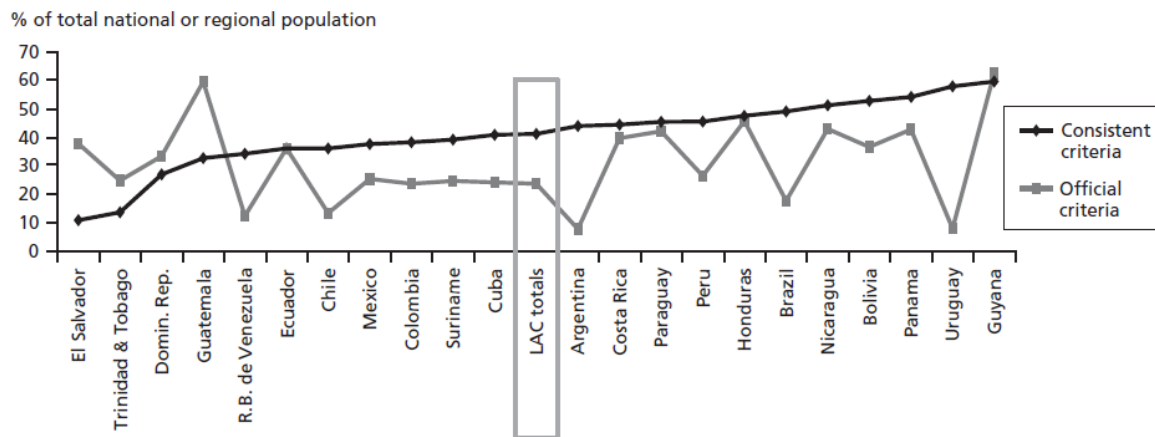


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c) e Nelson (2008).

Como demonstra a Figura 24, a maior parte do território brasileiro está a mais de quatro horas de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Nota-se uma evidente concentração dessas áreas à medida que se afasta do centro-sul e do litoral brasileiro. Ferranti et al. (2005), sob a chancela do Banco Mundial, aplicaram a proposta de definição do rural para o território brasileiro com dados dos censos de 2000. Os resultados apresentaram um país

mais rural do que o apresentado oficialmente. O Brasil, ao lado de Uruguai e da Argentina, foram os países que mais subestimariam o rural, segundo a metodologia do Banco Mundial. A Figura 25 apresenta os resultados da pesquisa dos autores para a América Latina e o Caribe.

Figura 25 – Percentual da população rural oficial e sob a metodologia proposta do banco mundial para os países da américa do sul e américa latina



Fonte: Ferranti et al. (2005, p. 9).

Como pode ser vislumbrado na Figura 25 a grande maioria dos países latino-americanos e caribenhos subestimavam o rural. As exceções foram El Savador, Trinidad e Tobago, República Dominicana, Guatemala e Guiana. A proposta nesse tópico da tese foi a de procurar atualizar os resultados, bem como os demonstrar espacialmente. Para a aplicação da proposta sob a publicação do Banco Mundial foram utilizados dados dos censos brasileiros de 2010 e do relatório “Travel time to major cities: A global map of Accessibility” (IBGE, 2013c; NELSON, 2008). Foram considerados urbanos os setores censitários que, em 2010, apresentaram, simultaneamente, uma densidade demográfica acima de 150 habitantes por quilômetro quadrado e que, em média, estavam a menos de uma hora de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes. Os resultados apontaram poucas áreas que se enquadrariam como urbanas pela proposta chancelada pelo banco mundial, conforme a Figura 26.

Figura 26 – Regiões consideradas urbanas, considerando os critérios do Banco Mundial

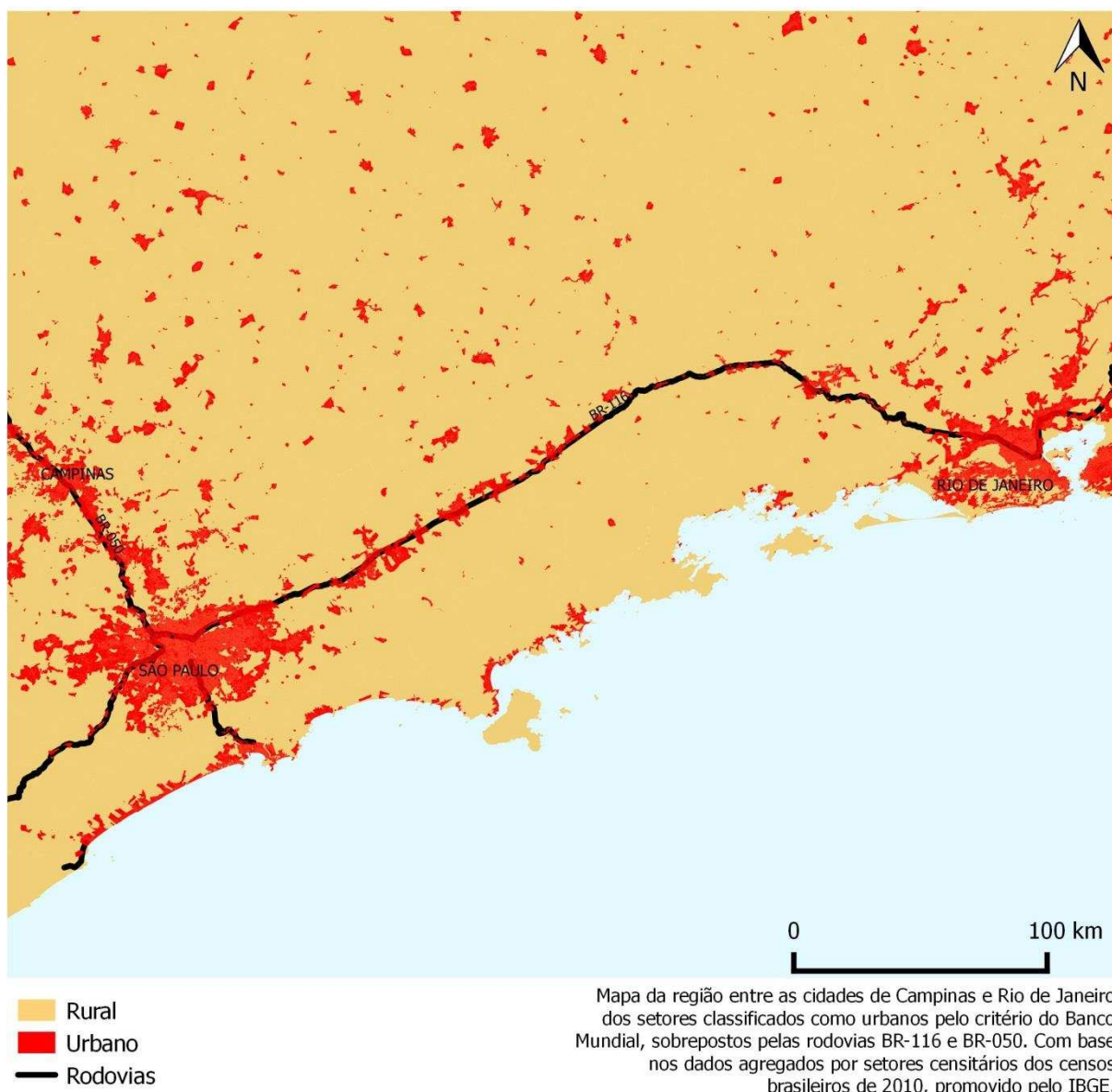


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013d) e Nelson (2008).

Ao se comparar a Figura 26 e a Figura 23 constatou-se a existência no Brasil de 62,4% dos setores censitários, um total de 197.541, com menos de 150 hab./km² e localizados a menos de uma hora do centro urbano com mais de 50.000 habitantes, considerando-se melhor meio de transporte disponível. Esse fato permite a percepção de que a baixa concentração demográfica, por si só, não pode ser considerada um sinônimo de remoto. A Figura 26 mostra que o Brasil urbano, para os critérios do Banco Mundial, se concentra principalmente ao

longo dos eixos Campinas-São Paulo, São Paulo-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Belo Horizonte, Belo Horizonte-São Paulo, Goiânia-Brasília, Curitiba-Florianópolis, Florianópolis-Porto Alegre, bem como no entorno das capitais e de cidades de maior porte. Como um dos vetores para a determinação utilizados para definir a ruralidade foi o tempo de deslocamento, era de se esperar que no entorno de estradas rodoviárias (principal modal de transporte utilizado no Brasil) se concentrassem as regiões consideradas urbanas. (CUNHA, 2000). A Figura 27 mostra esse fato ao sobrepor os mapas das BR-116 e BR-050 que ligam respectivamente o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas a São Paulo.

Figura 27 – Relação entre as principais rodovias e o urbano na aplicação da metodologia proposta pelo Banco Mundial



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2013c), DNIT (2015) e Nelson (2008).

Como visto na Figura 27, fica clara a relação entre a infraestrutura de transportes e o urbano, sob a perspectiva do Banco Mundial. É possível ao verificar a rodovia BR-050, no trecho entre os centros urbanos de São Paulo e Campinas, que o núcleo urbano se constituiu nos arredores da mesma. O mesmo fato pode ser observado no trecho da BR-116 entre a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

5.5 O lado escuro do Brasil

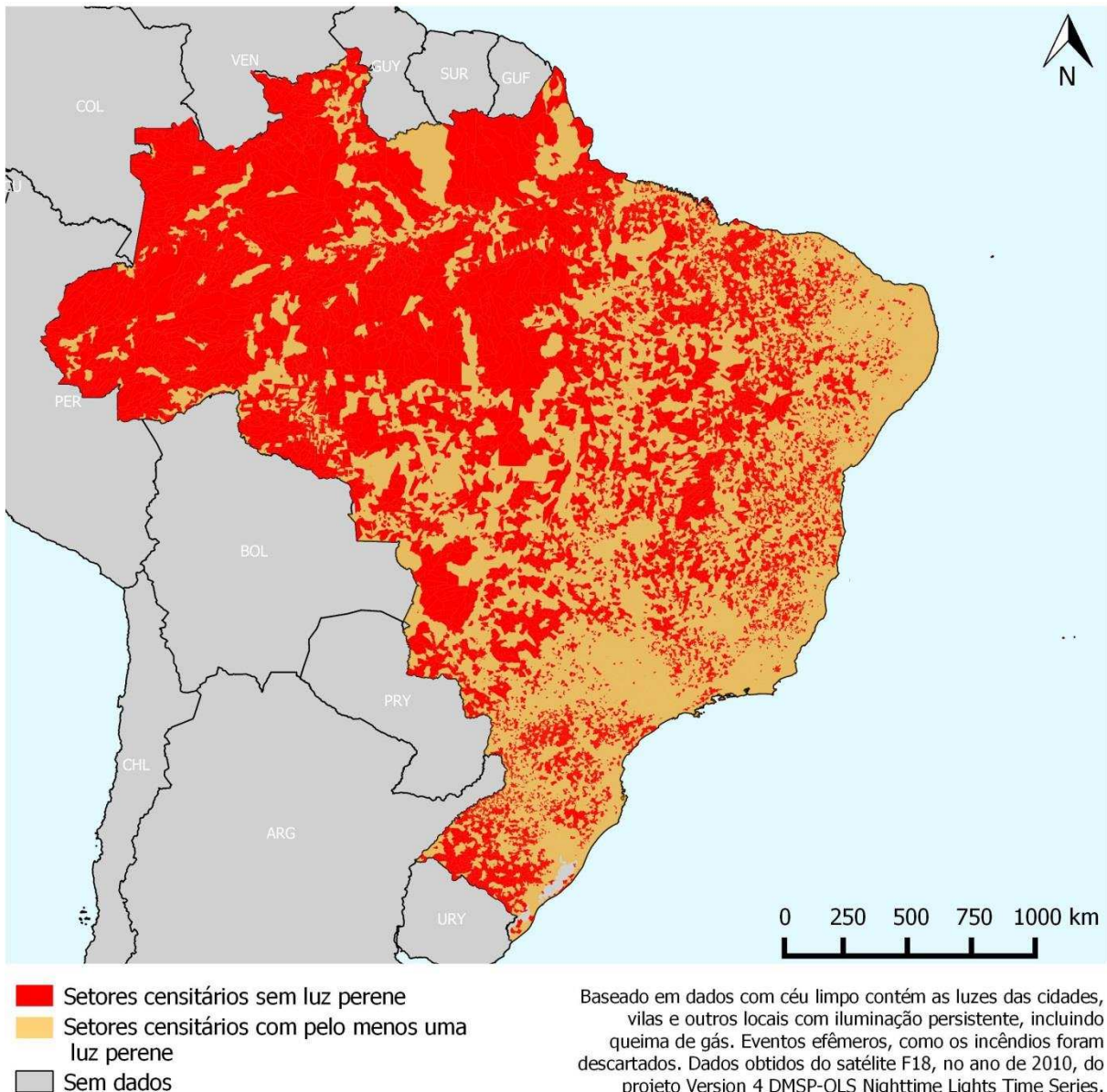
Dois organismos internacionais utilizam dados de luminosidade artificial perene noturna para determinar os limites do rural, a FAO e a NASA (CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al., 2011b; SALVATORE et al., 2005). Sob a óptica dessas duas entidades, o rural estaria associado à falta de iluminação artificial durante a noite. Essa visão de rural está associada a corrente teórica que compreende o rural como um modo de vida. Subentende-se que a ausência de iluminação artificial modifica os modos de vida no que tange às atividades noturnas, que em grande parte, com a ausência de iluminação artificial se tornam comprometidas, conforme os autores de Wirth (1938), Rambaud (1969), Cândido (1975), Fiúza e Pinto (FIÚZA; PINTO, 2012).

Para detectar as localidades no Brasil onde não havia, em 2010, iluminação artificial perene durante os períodos noturnos, utilizou-se dados do projeto Version 4 DMSP-OLS Nighttime Lights Time Series mantido pela National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), órgão do governo norte-americano responsável pela observação da meteorologia, oceanos e assuntos climáticos (NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION, 2015). Os dados apresentados sobre iluminação noturna foram obtidos pela observação do satélite F18 durante os 365 dias do ano de 2010, mesmo ano de realização dos últimos censos brasileiros disponíveis até a defesa desta tese.

A Figura 28 foi elaborada com base na malha dos setores censitários dos censos brasileiros de 2010 e o raster dos dados sobre luminosidade noturna do satélite F18 (IBGE, 2013c; NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION, 2015). Foi considerado como caracterizando a ausência de luzes noturnas perenes aquelas regiões onde, durante o ano de 2010, baseado em dados com céu limpo, não haviam luzes persistentes, incluindo a queima de gás. Eventos efêmeros como incêndios e iluminação temporária foram

descartados. Os dados apresentam uma resolução de arcos de 30 segundos, o que equivale a um quilômetro na linha imaginária do equador. Os setores censitários que não apresentaram nenhuma luz perene, segundo as condições apresentadas, foram destacados em vermelho na Figura 28.

Figura 28 – Setores censitários sem luzes perenes no ano de 2010



Fonte: Baseado em dados do NOAA (2015) e IBGE (2013d).

Como pode ser observado na Figura 28, a maior parte do território brasileiro, em 2010, era composta por setores censitários onde não havia luz perene noturna. Isso significa que os brasileiros que viviam nessas áreas não possuíam luz artificial capaz de gerar iluminação

visível do espaço. Dado que os dados de luminosidade tem resolução de 30 segundos, pode-se entender que as áreas destacadas, ainda que possuíssem acesso à iluminação artificial, não eram capazes de gerar luminosidade para cobrir um quilômetro quadrado. As áreas nas quais não se encontravam luz artificial estavam presentes por todo o território brasileiro. Contudo, havia uma concentração dessas áreas na região norte do país. Mais da metade dos setores censitários, (55,9%), que se encontram a um tempo de deslocamento superior a 4 dias de um centro urbano com mais de 50.000 habitantes não possuíam luzes perenes detectadas pelo satélite norte americano F18, conforme a Tabela 17.

Tabela 17 – Relação entre tempo de deslocamento e iluminação artificial nos setores censitários

			Setores com Luz perene		Total
			Com luz perene	Sem luz perene	
Tempo de deslocamento a um centro com mais de 50.000 habitantes	Inferior a 4 horas	% setores inferiores a 4 horas	94,6%	5,4%	100,0%
		% do Total	89,8%	5,1%	94,9%
	Superior a 4 horas	% setores superiores a 4 horas	44,1%	55,9%	100,0%
		% do Total	2,2%	2,8%	5,1%
	Total	% do Total	92,0%	8,0%	100,0%

Fonte: Baseado em dados do NOAA (2015), Nelson (2008) IBGE (2013d).

Como visto na Tabela 17 enquanto mais da metade dos setores sem iluminação noturna artificial perene estavam a um tempo superior a quatro horas de deslocamento de um grande centro populacional, somente 5,4% dos setores a menos de quatro horas de deslocamento de um centro urbano com mais de 50.000 pessoas não possuíam luzes perenes. Isso mostra uma clara relação entre essas variáveis. Para corroborar essa questão foi calculado o teste qui-quadrado de Pearson, já apresentado na metodologia, o qual mostrou um p-valor de 0,000. Esse dado mostrou que as variáveis analisadas possuíam associação estatisticamente significativa. Para visualizar a amplitude dessa associação, em adição aos testes apresentados, foi calculado, ainda, o V de Cramer, o qual resultou em um valor de 0,409. Esse valor mostrou, que, em uma escala que varia de 0 a 1, a associação entre as duas variáveis foi de, aproximadamente, 0,4. Dado o número de amostra elevado, pode-se considerar, que, de fato, em todos os setores censitários brasileiros, essa associação foi relativamente forte. Admite-se, assim, que as pessoas que, em 2010, viviam em situação de isolamento no Brasil, provavelmente não possuíam iluminação pública de qualidade.

5.6 Notas conclusivas do capítulo

Como já apresentado em outros capítulos, há varias formas de se definir o rural. Dessa forma, uma mesma área pode ser urbana, em uma abordagem, e rural, em outra, ou ainda ser um espaço com características intermediárias. Porém, as instituições internacionais têm a necessidade, ao implementar políticas ou explicar fatos, de identificar a forma de distinção das áreas rurais. Caso isso não ocorra, certamente alguns países poderiam se apresentar, conforme os seus interesses particulares, mais rurais ou mais urbanos.

Assim, vários organismos internacionais criaram as suas próprias metodologias para classificar as áreas rurais. Os critérios utilizados passam desde dados complexos, como os tempos mínimos de descolamento a grandes centros, a dados simples, como o quantitativo populacional. E como as proxies são diferentes, os resultados são, conseqüentemente, diferentes. E para o Brasil, um país onde não há um critério nacional para a definição do rural, esses métodos, ainda que com limitações das mais diversas naturezas, podem trazer resultados que nos mostrem o quão rural realmente é o país.

O mainstream metodológico para a definição do rural certamente passa pelos pesquisadores da OCDE. A tipologia regional criada em meados dos anos 90 até hoje é uma das mais utilizadas em estudos transnacionais. Ela distingue-se pela sua simplicidade e facilidade da coleta de dados. E tem como principal limitação a alta sensibilidade a alterações do nível de agregação dos dados e o uso exclusivo da densidade demográfica para a delimitação do rural.

Como ferramenta, a metodologia da OCDE produz uma estandarização do rural o que auxilia em políticas públicas e no desenvolvimento regional, escopos da organização. Apesar do Brasil não ser membro efetivo da OCDE tem relações estreitas com a organização e já aplicou a tipologia regional ao território brasileiro. Contudo a aplicação da metodologia regional no país desconsiderou a grande dimensão dos municípios brasileiros e utilizou esse nível de agregação de dados. Ao aplicar a metodologia da OCDE com um menor nível de agregação dos dados os resultados surpreendem. O Brasil aparece como tendo somente uma região predominantemente rural e um percentual de população urbana maior do que a Europa, seguindo os mesmos critérios.

Esses dados vão contra o senso acadêmico que aponta o Brasil como um país rural. Ainda que migremos para o nível municipal, somente 20,6% dos municípios brasileiros

ostentariam o status de predominante rurais. Ao se aplicar a metodologia proposta pela União Europeia e o método ratificado pelo Banco Mundial deparamo-nos com resultados semelhantes. Mesmo na tipologia regional estendida da OCDE, as áreas urbanas e aquelas “próximas à cidade” são onde encontramos a grande maioria dos brasileiros.

Por mais que haja limitações, os resultados apontam para um país onde o rural é mais exceção do que regra. Os vários métodos ratificam que o país tem um traço urbano dominante. Será que essa veia urbana brasileira seria, ainda, tão evidente, se os métodos considerassem o modo de vida como fator distintivo do rural e do urbano? Esse é o cerne da questão que esta tese procura responder.

CAPÍTULO 6

OS DADOS CENSITÁRIOS REFERENTES AOS MODOS DE VIDA DOS BRASILEIROS E A SUA APLICABILIDADE NA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS BRASILEIROS

No capítulo anterior foram apresentadas as principais metodologias de caracterização dos territórios em termos de considerá-los como rurais ou urbanos. Aplicou-se as metodologias utilizadas internacionalmente ao Brasil e discutiu-se as limitações que as mesmas apresentavam para o caso brasileiro. O objetivo deste capítulo foi o de apresentar os dados relacionados aos modos de vida dos brasileiros que encontram-se presentes nos censos do IBGE. Dentro desta coletânea de dados relativos ao modo de vida dos brasileiros selecionou-se aqueles que atendiam ao constructo elaborado teoricamente para a “tipificação idealizada” do modo de vida rural e do modo de vida urbano apresentado no Capítulo 2 desta tese.

6.1 O modo de vida do brasileiro vivendo no campo

Oficialmente, em 2010, pouco mais de um sexto dos brasileiros vivia no campo, aqui considerado como áreas definidas pelos respectivos municípios como rurais: 29.840.717 habitantes, correspondendo a 15,6% da população. Para verificar se havia diferenças entre o modo de vida do brasileiro que vivia no “campo” e na “cidade”, selecionou-se nos microdados dos censos de 2010, as variáveis que correspondiam ao constructo teórico relativo ao modo de vida rural e ao modo de vida urbano. A amostra dos microdados do censo foi composta por 25% da população e, em adição, foi utilizado o fator de expansão (IBGE, 2013b). Sabe-se que o uso de dados de todo o Brasil em um país de dimensões tão extensas pode trazer vieses para as análises semelhantes àquelas apontadas nas análises regionais da OCDE. Essa tese, no entanto, procura trazer dados com o intuito de prover médias nacionais, dados esses ainda não tratados em estudos da literatura, após exaustiva pesquisa em bancos de dados de artigos e teses indexadas.

As primeiras variáveis a serem analisadas são as de natureza demográfica. Dentre esse grupo de variáveis a primeira a ser analisada é o sexo. Vários autores apontam que o campo no Brasil vem se masculinizando (ANJOS; CALDAS, 2005; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; FROEHLICH et al., 2011). A masculinização do campo foi corroborada pelos dados dos Censos de 2010, conforme o apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 – Associação entre rural e urbano e gênero no Brasil

As células contêm: -Percentual por linha - População	Sexo		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Campo	52.6 15,704,219.5	47.4 14,136,497.4	100.0 29,840,717.0
Cidade	48.3 77,729,415.7	51.7 83,252,616.6	100.0 160,982,032.3
TOTAL	49.0 93,433,635.2	51.0 97,389,114.1	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Como apresentado na Tabela 18, a população do campo, em 2010, era predominantemente masculina. Enquanto no campo os homens eram maioria, nas cidades as mulheres predominavam. Essa associação foi testada pelo qui-quadrado de Pearson, que apresentou um p-valor de 0,000, o que corrobora os estudos que mostram o campo como um ambiente predominantemente masculino.

A religiosidade foi outra variável selecionada nos dados do censo para caracterizar o modo de vida, em função dela estar presente em diferentes níveis e formas no campo e na cidade (ALMEIDA, 1987; ANDRADE, 2007). A

Tabela 19 apresenta os dados relativos à religião segmentados por campo e cidade.

Tabela 19 – Associação entre rural e urbano e categoria religiosa no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Categoria da religião	Sem religião	5.3 1,590,025.3	8.5 13,734,941.1	8.0 15,324,966.4
	Budista	.0 8,118.4	.1 237,071.6	.1 245,190.0
	Hindu	.0 78.5	.0 5,268.5	.0 5,346.9
	Judeu	.0 2,045.9	.1 106,780.7	.1 108,826.6
	Muçulmana	.0 162.6	.0 33,004.2	.0 33,166.8
	Cristã	93.9 28,015,620.0	87.8 141,391,246.6	88.8 169,406,866.6
	Outras	.5 140,512.9	2.9 4,666,285.5	2.5 4,806,798.5
	Desconhecida	.3 84,153.3	.5 807,434.1	.5 891,587.4
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A

Tabela 19 evidencia o fato do Brasil ser um país religioso e cristão, com apenas 8% de sua população declarando aos Censos de 2010 que não possuía religião. No campo, a manifestação de vinculação a uma religião ainda foi mais expressiva do que na cidade. Nesse sentido, o modo de vida tradicional que a literatura aponta como mais característico do campo, como aponta Gnaccarini (1989), pode explicar essa situação. Isso reforça o apresentado por Andrade (2007) que coloca a religião como um pilar do modo de vida rural. Outra variável de importância para a caracterização do modo de vida, selecionada neste estudo foi a escolaridade, uma vez que essa possibilita ao indivíduo galgar novas posições em seu ambiente social, sendo uma variável marcadamente ligada ao modo de vida urbano, segundo aponta a literatura (RAMBAUD, 1969; ENDRICH, 2010). Desta forma a Tabela 20 apresenta a escolaridade segmentada entre campo e cidade.

Tabela 20 - Associação entre campo e cidade na escolaridade no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Maior grau de Escolaridade	Nunca frequentou a escola	16.7 4,968,779.3	8.5 13,754,033.6	9.8 18,722,812.9
	Ensino fundamental incompleto	53.1 15,851,940.6	35.5 57,223,587.2	38.3 73,075,527.8
	Ensino primário completo	21.7 6,468,179.1	25.8 41,601,395.5	25.2 48,069,574.6
	Ensino médio completo	7.5 2,235,827.6	21.9 35,256,997.7	19.6 37,492,825.2
	Universidade completa	1.1 315,990.3	8.2 13,146,018.4	7.1 13,462,008.7
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Conforme os dados da Tabela 20, pode-se perceber que os indivíduos que viviam no campo apresentavam menor escolaridade do que os da cidade: 16,7% nunca frequentou o ensino formal e apenas 1,1% possuía o curso superior. Foi encontrado ao aplicar o teste de

qui-quadrado de Pearson que havia associação, estatisticamente significativa, entre a escolaridade e a área onde o indivíduo residia. Mais de metade da população com ensino fundamental incompleto vivia no campo. No entanto, esses dados podem apresentar uma distorção. Uma análise mais detalhada dos dados mostra que a população que vivia no campo, em 2010, frequentava mais o ensino formal do que aqueles que residiam nas cidades, ainda que entre eles a percentagem dos que nunca foram à escola tenha sido maior, como pode ser observado na Tabela 21, apresentada a seguir, que exhibe a associação entre a frequência do ensino formal e a área onde o indivíduo residia.

Tabela 21 – Associação entre campo e cidade na frequência escolar no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Frequenta o ensino formal	Sim	31.7 9,444,950.7	31.1 50,121,627.5	31.2 59,566,578.2
	Não, mas já frequentou no passado	51.7 15,426,987.0	60.3 97,106,371.2	59.0 112,533,358.2
	Não, nunca frequentei	16.7 4,968,779.3	8.5 13,754,033.6	9.8 18,722,812.9
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Como apresentado na Tabela 21 os habitantes do campo, considerados em termos percentuais, frequentavam mais os estabelecimentos de ensino do que na cidade. Também é possível visualizar o passivo educacional que o campo apresentava, em 2010, uma vez que 16,7% nunca frequentaram o ensino formal, enquanto nas cidades esse percentual caía pela metade: 8,5%. Essa associação também possui significância estatística pelo teste de qui-quadrado de Pearson, que nesse caso apresentou um p-valor de 0,000.

Outra variável importante para a caracterização do modo de vida de uma população é o tipo de trabalho que ela realiza. O cotidiano do indivíduo é diretamente afetado pelas atividades laborais que desenvolve. Quando remetemos ao modo de vida rural, em geral, este é imediatamente associado às atividades agrícolas (FERRÃO, 2000). No entanto, é cada vez mais comum na academia estudos que mostram a pluriatividade no campo (CARNEIRO, 1999; FIGUEIREDO, 2011; FIÚZA; PINTO; BRAGA, 2014; TEIXEIRA, 2007). Para verificar se a população que vive no campo possui profissões ligadas à agricultura, foi utilizada a classificação criada pela International Labour Organization (ILO) conhecida como ISCO (International Standard Classification of Occupations) (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2012). A Tabela 22 apresenta os resultados da associação entre tipo de emprego e área de residência.

Tabela 22 – Associação entre rural e urbano e a classificação da profissão no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Classificação ISCO	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos.	.5 141,105.2	2.0 3,245,935.2	1.8 3,387,040.4
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas.	1.2 357,143.7	5.1 8,135,492.1	4.5 8,492,635.8
	Técnicos e profissões de nível intermediário.	.6 193,378.9	3.3 5,330,781.4	2.9 5,524,160.3
	Pessoal administrativo.	.5 152,547.9	3.6 5,853,553.9	3.1 6,006,101.8
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores.	2.2 669,435.1	8.5 13,730,970.1	7.5 14,400,405.2
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta.	17.4 5,181,073.4	1.4 2,185,811.3	3.9 7,366,884.7
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices.	2.1 634,667.7	5.7 9,186,488.7	5.1 9,821,156.3
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.	1.9 554,550.7	4.0 6,431,764.5	3.7 6,986,315.2
	Trabalhadores não qualificados.	13.0 3,881,669.7	8.4 13,544,346.1	9.1 17,426,015.8
	Profissões das Forças Armadas.	.0 8,335.5	.3 478,617.2	.3 486,952.7
	Outras ocupações não especificadas.	2.2 649,455.3	3.6 5,849,810.6	3.4 6,499,265.9
	Resposta suprimida.	.0 37.5	.0 167.9	.0 205.4
	Fora do universo (população fora do mercado de trabalho ou economicamente inativa)	58.4 17,417,316.2	54.0 87,008,293.3	54.7 104,425,609.5
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Conforme a Tabela 22, que apresenta dados relativos a 2010, o campo no Brasil apresentava indicadores que mostravam que as atividades relacionadas ao setor primário e ao trabalho não qualificado, eram os mais proeminentes. O percentual da população do campo que trabalhava, em 2010, diretamente com a agricultura no Brasil era inferior a 17,5%, o que demonstra que essa não é mais a ocupação da maioria dos trabalhadores do campo no Brasil. Isso mostra que, as atividades não agrícolas estão incorporadas ao modo de vida, das pessoas que vivem no campo. Carneiro (1999) já apontava que o campo já não se limitava às

atividades de natureza primária. Outra questão relacionada ao trabalho no campo e na cidade, diz respeito ao tempo de trabalho no campo e na cidade. Para verificar se a carga horária de trabalho no campo e na cidade, no Brasil, em 2010, foi realizado um Teste t de médias para amostras independentes. A Tabela 23 mostra que o campo, no Brasil, apresentava, em 2010, uma carga horária, em média, menor do que em áreas urbanas.

Tabela 23 – Média de horas trabalhadas no emprego principal segmentada em urbana e rural

Categoria oficial	Média em horas População total (economicamente ativa e no mercado de trabalho)
Rural	36.80 12,423,400.8
Urbano	40.15 73,973,739.0
TOTAL	39.67 86,397,139.8

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Como exposto na Tabela 23, os trabalhadores do campo apresentavam menor média de horas trabalhadas, na sua atividade principal. Essa diferença possui significância estatística de acordo com o teste T de médias. No entanto, é importante ressaltar que estes são dados relativos ao tempo trabalhado na atividade principal. Pode-se presumir que tanto quem vivia no campo, como na cidade, em 2010, podia destinar mais tempo de trabalho para outras atividades. Silva (1997) e Carneiro (1999) apontaram este fenômeno. Assim, este estudo comparou a médias de horas de trabalho na agricultura e em trabalhos qualificados da agricultura, da pesca e da floresta com o tempo trabalhado em outras atividades. A Tabela 24 apresenta o resultado.

Tabela 24 – Média de horas trabalhadas no emprego principal no campo

Classificação ISCO	Média em horas População total (economicamente ativa e no mercado de trabalho no campo)
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	35.80 5,181,073.4
Qualquer outra atividade	37.52 7,242,289.9
TOTAL	36.80 12,423,363.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A Tabela 24 apresenta mais um indício de pluriatividade no campo, no Brasil. De fato, o trabalhador que exercia atividades ligadas à terra, em 2010, trabalhava em média 1,72 horas a menos em sua atividade principal, do que trabalhava em outras atividades. Essa diferença foi corroborada pelo teste t de médias que apresentou um p-valor de 0,000. Dada a limitação dos dados, não se pode dizer que essa carga menor de tempo dedicado a atividade principal caracterizava a prática relacionada à pluriatividade. Contudo dados os diversos estudos nesse campo pode-se concluir que essa é uma alternativa plausível (CARNEIRO, 1999; FIÚZA; PINTO; BRAGA, 2014; SILVA; GROSSI, 1998; SILVA, 1997; TEIXEIRA, 2007). Outro ponto relativa, ainda, ao trabalho é a questão da inatividade e da aposentadoria (SILVA, 2001). Diversos estudos que apontaram para o fenômeno do envelhecimento no campo apontaram para esse tema. O envelhecimento traria consigo um aumento no percentual de inatividade (ANJOS; CALDAS, 2005; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; FROEHLICH et al., 2011).

Tabela 25 – Associação entre rural e urbano e a status empregatício no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Status empregatício	Fora do universo (pessoas com menos de 10 anos de idade)	17.9	14.6	15.1
	Empregado	5,326,690.2	23,442,806.5	28,769,496.7
	Desempregado	33.1	45.4	43.5
		9,865,465.4	73,066,719.8	82,932,185.2
	Inativo (aposentado ou fora do mercado de trabalho)	10.6	4.8	5.7
	3,172,617.2	7,783,335.9	10,955,953.1	
	38.5	35.2	35.7	
	11,475,944.1	56,689,170.1	68,165,114.3	
	TOTAL	100.0	100.0	100.0
		29,840,717.0	160,982,032.3	190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A Tabela 25 mostra que no campo havia, em 2010, um percentual maior de inativos. Essa associação entre a área (rural ou urbana) e o status empregatício demonstrou-se significativa do ponto de vista estatístico, pelo teste de qui-quadrado de Pearson que apresenta um p-valor de 0,000. Este percentual de inativos pode explicar o crescimento da população que vive no campo e em pequenas cidades, bem como o próprio crescimento das atividades não agrícolas no campo. A Tabela 26 mostra a situação do vínculo empregatício no Brasil associado ao espaço (campo e cidade).

Tabela 26 – Associação entre campo e cidade com a classe do trabalhador no Brasil

As células contêm: -Percentual por coluna - População		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Classe do trabalhador	Fora do universo (menores de 10 anos, ou desempregados, ou inativos)	66.9 19,975,251.6	54.6 87,915,312.5	56.5 107,890,564.1
	Empregador	.2 63,963.7	1.0 1,642,574.3	.9 1,706,538.0
	Trabalhando por conta própria	12.7 3,784,987.3	9.2 14,735,114.7	9.7 18,520,102.0
	Trabalhador assalariado formal	7.8 2,334,241.1	23.2 37,325,072.0	20.8 39,659,313.1
	Empregado sem carteira assinada	9.5 2,838,743.6	9.0 14,562,517.4	9.1 17,401,261.0
	Empregado Público	.9 254,726.0	2.4 3,901,884.0	2.2 4,156,610.0
	Trabalho familiar sem remuneração	2.0 588,803.7	.6 899,557.4	.8 1,488,361.2
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Como visto na tabela anterior, no campo predominavam os trabalhadores informais e os que trabalhavam por conta própria. Havia também um percentual expressivo de trabalho familiar sem remuneração. De fato, mais de meio milhão de brasileiros que viviam no campo, em 2010, trabalhavam dessa forma. A questão da remuneração deve ser levada em conta ao analisar esses dados. A remuneração pode ser uma importante proxy para definir o modo de vida, haja vista que ela incrementa as possibilidades de acesso a bens de consumo e lazer. A Tabela 27 apresenta os resultados dessa análise.

Tabela 27 – Média da renda total da população brasileira segmentada em campo e cidade

Categoria oficial	Média em reais (valores de 2010)
	Desvio padrão População total (população com idade superior a 10 anos)
Campo	586.74 1.843 12,423,400.8
Cidade	1,565.30 2.608 73,973,739.0
TOTAL	1,424.59 2.159 86,397,139.8

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A Tabela 27 mostra que, em 2010, quem habitava o campo tinha, em média, uma renda que correspondia a quase um terço daqueles que viviam nas cidades. Essa diferença foi significativa estatisticamente, pelo teste T de médias, que apresentou um p-valor de 0,000. Contatou-se, ainda, um baixo desvio padrão para a renda dos habitantes do campo, o que reforça a constatação de que eles tinham, em média, rendas inferiores àqueles que viviam na cidade. Reforçando o coro de cientistas que apontaram essa como uma das principais causas do êxodo rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). A renda influencia diretamente outros fatores determinantes do modo de vida, como o acesso à eletricidade. A eletricidade possibilita ao indivíduo acessar várias comodidades domésticas que transformam o modo de vida. Um modo de vida mais ruralizado teria, em tese, pouco ou nenhum acesso à eletricidade. A Tabela 28 verifica qual a abrangência à energia elétrica no campo, no Brasil.

Tabela 28 – Associação entre campo e cidade com o acesso à eletricidade no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Acesso à eletricidade	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Possui acesso	91.2 27,217,717.1	99.4 159,943,549.5	98.1 187,161,266.7
	Não possui acesso	7.8 2,341,105.0	.2 368,829.3	1.4 2,709,934.3
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A Tabela 28 mostra que para 7,8% dos brasileiros que viviam no campo, em 2010, a eletricidade ainda era inexistente. No entanto, mais de 90% dos moradores do campo tinham acesso à eletricidade. Isso mostra que os habitantes do campo tinham, em geral, um modo de vida marcado por um traço de urbanização. Ao verificar a força da associação entre eletricidade e a área onde o indivíduo habita, campo ou cidade, o D de Somers apresenta um valor de -0,07, o que indica que é ínfima essa associação, apesar de significativa pelo teste de qui-quadrado de Pearson. Isso indica uma aproximação entre os modos de vida dos moradores do campo e da cidade. Tão, ou mais importante que o acesso à eletricidade para o modo de vida é o acesso a água tratada. A falta desse acesso traz consigo uma insegurança em termos

do atendimento às necessidades básicas do indivíduo, fazendo com que este gaste seu tempo de socialização na obtenção desse bem essencial. A Tabela 29 apresenta os resultados referentes a essa variável.

Tabela 29 – Associação entre campo e cidade com o acesso à água no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Acesso à água	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Encanada dentro da residência	60.1 17,926,547.9	94.2 151,582,504.0	88.8 169,509,051.9
	Canalizada dentro do terreno	8.6 2,556,105.2	3.1 4,985,033.2	4.0 7,541,138.5
	Sem água encanada	30.4 9,076,169.0	2.3 3,744,841.7	6.7 12,821,010.6
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Em se considerando o acesso à água, o campo brasileiro se demonstra mais distante da cidade com um modo de vida mais ruralizado: 30,4% dos brasileiros que viviam no campo não tinham água encanada em sua residência. Mas ressalta-se que mais de 60% dos brasileiros que viviam no campo tinham esse acesso dentro de suas residências. A associação, entre acesso à água e a localização onde o indivíduo vive, campo ou cidade, aqui é corroborada pelo teste de qui-quadrado de Pearson, com um p-valor de 0,00, porém há um valor do D de Somers de apenas -0,34, o que indica uma fraca associação. Ou seja, ainda que haja a associação, do ponto de vista estatístico, entre essa dimensão do modo de vida do campo e da cidade eles apresentavam-se, na realidade, muito próximos. E também apresentavam importância semelhante ao acesso à água. O esgotamento encanado é apresentado na Tabela 30.

Tabela 30 – Associação entre campo e cidade com o tipo de esgoto no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Tipo de esgoto	Fora do universo (Residências que não possuíam um banheiro de uso exclusivo)	16.6 4,965,661.5	1.0 1,668,235.3	3.5 6,633,896.8
	Sistema de esgoto conectado ao serviço público	2.9 852,373.8	61.8 99,537,430.2	52.6 100,389,804.0
	Tanque séptico	13.1 3,909,691.2	11.5 18,527,440.2	11.8 22,437,131.4
	Sem conexão a qualquer tipo de esgoto.	67.4 20,112,990.5	25.6 41,248,926.6	32.2 61,361,917.1
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Conforme os dados da Tabela 30, mais de 70% dos brasileiros que viviam em cidades tinham acesso a algum tipo de esgotamento, enquanto um percentual semelhante correspondia no campo para aqueles que não tinham esse acesso. Essa associação foi estatisticamente significativa pelo teste de qui-quadrado de Pearson (p-valor 0,00). Na análise dessa variável poderíamos dizer que o campo apresentou um modo de vida mais ruralizado e a cidade se apresentou mais urbanizada. Essa inferência foi corroborada ao se analisar o acesso à ducha dentro das residências, apresentado na Tabela 31.

Tabela 31 – Associação entre campo e cidade com a existência de banheiro no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui Banheiro	Fora do universo (casas que não são domicílios ocupados permanentes)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não tem banheiro na residência	31.2 9,297,131.2	2.9 4,677,541.4	7.3 13,974,672.6
	Tem banheiro na residência	67.9 20,261,691.0	96.7 155,634,837.4	92.2 175,896,528.4
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

No que diz respeito à existência de banheiro, observou-se uma grande diferença entre campo e cidade. Nessa variável, ficou clara a distinção do modo de vida rural no campo e do modo de vida urbano na cidade. Essas distinções foram corroboradas pelo teste de qui-quadrado de Pearson que apresentou um p-valor de 0,00. Outra variável analisada foi o número de cômodos, o qual também revelou um campo com casas, que apresentavam, em média, um menor número de divisões, conforme a Tabela 32.

Tabela 32 – Média do número de cômodos segmentada em campo e cidade.

Categoria oficial	Média de cômodos	
	Desvio padrão	População total (exclui ocupações improvisadas)
Campo	5.47 1.944	29,558,822.2
Cidade	5.92 2.294	160,312,378.9
TOTAL	5.85 2.249	189,871,201.0

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

As casas no campo, em 2010, apresentavam um número menor de cômodos quando comparadas com as casas da cidade. Os dados relativos ao campo apresentavam um desvio padrão menor (1,944 contra 2,294 da cidade) o que mostra que as residências no campo eram mais parecidas entre si. Essas afirmações foram corroboradas pelo teste t de médias para duas amostras independentes, o qual apresentou um p-valor de 0,00. No quesito número de quartos, o resultado foi o oposto, o campo apresentou um número médio maior de dormitórios, conforme a

Tabela 33.

Tabela 33 – Média do número de dormitórios segmentada em campo e cidade

Categoria oficial	Média de dormitórios na residência	
	Desvio padrão	População total (exclui ocupações improvisadas)
Campo	2.32	
	.893	
Cidade		29,558,822.2
	2.23	
	.867	
		160,312,378.9
TOTAL	2.25	
	.872	
		189,871,201.0

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

O número médio de dormitórios nas residências do campo foi ligeiramente maior que na cidade, corroborado pelo teste t de médias (p-valor 0,00). Houve uma maior homogeneidade, como demonstrou o desvio padrão, nesse número tanto no campo quanto na cidade. Isso denota que as residências na cidade possuíam mais cômodos que não eram utilizados como dormitórios, o que leva a crer em mais espaços para socialização dentro dessas residências. O que pode denotar um modo de vida diferenciado em relação às casas da cidade. O acabamento dessas residências também foi selecionado como um indicativo relativo ao modo de morar das pessoas, que se constitui em um dos indicativos do modo de vida. A Tabela 34 apresenta esses resultados.

Tabela 34 – Associação entre campo e cidade com o tipo de material de construção das residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Materiais de construção das residências	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Sem muros	.0 8,211.4	.0 .0	.0 8,211.4
	Materiais reutilizados	2.0 600,052.1	.7 1,204,969.4	.9 1,805,021.5
	Madeira	15.0 4,463,271.4	5.3 8,566,971.9	6.8 13,030,243.3
	Outros materiais de origem vegetal	.8 227,705.4	.0 18,656.4	.1 246,361.8
	Alvenaria com reboco (revestida)	56.7 16,912,321.2	81.6 131,419,044.8	77.7 148,331,366.0
	Alvenaria sem reboco (sem revestimento)	14.7 4,378,884.9	11.0 17,654,770.7	11.5 22,033,655.5
	Revestida com argila (pau-a-pique)	3.9 1,174,928.5	.3 485,610.7	.9 1,660,539.2
	Reboco inacabado	4.6 1,362,496.4	.4 566,053.8	1.0 1,928,550.2
	Outros materiais	1.4 430,951.0	.2 396,301.1	.4 827,252.1
	COL TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Apesar das diferenças, o material de acabamento das casas no campo e na cidade apresentaram como principal material das casas a alvenaria com reboco. Esse tipo de construção respondeu por mais de 80% das residências das cidades e mais de 55% das residências no campo. Os materiais utilizados no acabamento das casas no campo se mostraram mais diversificados do que na cidade: mais de 15% das residências no campo utilizavam madeira em sua constituição. As distinções foram corroboradas pelo teste de qui-quadrado de Pearson (p-valor 0,00). Porém o valor do D de Somers foi ínfimo -0,02. Isso mostra uma aproximação em termos do modo de morar no campo e na cidade. O tipo de propriedade também foi considerado na análise do modo de vida, em função da existência ou não da pressão sobre as condições de moradia se constituir em fator distintivo do modo de vida rural e urbano. O ato de ceder a moradia pelo “patrão” ou mesmo o seu empréstimo, se constitui em um traço típico das formas de sociabilidade no campo, enquanto a luta pelo teto

na cidade aponta para um cenário adverso. A Tabela 35 mostra os resultados relativos ao tipo de propriedade.

Tabela 35 – Associação entre campo e cidade com o tipo propriedade das residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Tipo de propriedade	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Próprio, já pago	76.8 22,914,537.3	68.4 110,082,637.9	69.7 132,997,175.2
	Próprio, ainda pagando	1.4 414,950.9	5.8 9,302,335.7	5.1 9,717,286.6
	Alugado	2.4 704,650.1	18.9 30,422,061.2	16.3 31,126,711.4
	Cedido pelo empregador	10.8 3,234,542.3	.8 1,351,449.0	2.4 4,585,991.3
	Cedido sem trabalho ou serviço em troca	6.8 2,027,297.4	5.1 8,133,917.7	5.3 10,161,215.1
	Outras situações	.9 262,844.2	.6 1,019,977.4	.7 1,282,821.5
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Tanto no campo quanto na cidade o tipo de moradia mais comum foi a habitação própria, sendo que no campo esse percentual foi maior do que na cidade, 76,8% ante 68,4% da cidade. Contudo, o resultado que chamou mais a atenção foi o relativo ao imóvel cedido pelo empregador que representou 10,8% dos imóveis rurais, enquanto na cidade esta situação correspondeu a apenas 0,8%. Na cidade as moradias de aluguel correspondiam a 18,9% contra 2,4% das residências rurais. Essa alta incidência de imóveis cedidos pelo empregador no meio rural corrobora o estudo de Scussel (2002), que resgata a historiografia brasileira, apontando para estas formas de morar “por favor”, no campo, que vêm desde o Brasil Colônia. Os indivíduos que viviam em imóveis cedidos pelo empregador normalmente se referiam aos meeiros, indivíduos que trabalhavam a terra de terceiros em troca de uma parte da produção. Os meeiros, geralmente, têm um modo de vida peculiar, ligado a uma agricultura tradicional que remete a longínqua tradição da suserania da idade média (CARNEIRO, 1998).

Outro fator que se considerou como tendo importância para a caracterização dos modos de vida foram aqueles relativos aos padrões de consumo. O acesso a bens e utilidades domésticas constitui um traço típico do modo de vida urbano. Influenciam de forma evidente nos modos de vida em função de facilitarem a realização das atividades domésticas, a comunicação, o deslocamento, todas estas dimensões inerentes ao modo de vida. Dentre os bens de consumo, o aparelho telefônico fixo foi o primeiro a ser analisado, conforme apresentado na Tabela 36.

Tabela 36 – Associação entre campo e cidade e a existência de telefone fixo nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui telefone fixo	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não	92.9 27,724,903.6	53.5 86,187,637.6	59.7 113,912,541.2
	Sim	6.1 1,833,918.5	46.0 74,124,741.3	39.8 75,958,659.8
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Conforme a Tabela 36, o campo apresentava um percentual reduzido de telefone fixo se comparado à cidade, evidenciando uma menor penetração dos padrões de consumo de artefatos tecnológicos do que a cidade. Para analisar se era significativa a diferença entre aqueles que possuíam acesso a telefonia fixa, no campo e na cidade, foi calculado o chi-quadrado de Pearson, que apresentou um p-valor de 0,00. Isso indicou que havia associação entre a existência de telefone fixo e o tipo do espaço no qual ele estava presente. Contudo, o D de Somers para esse teste apresentou um valor relativamente baixo 0,40, o que denotou uma associação baixa entre as variáveis. Ou seja, apesar de podermos afirmar que ter telefone fixo estava associado ao fato da pessoa viver no campo ou na cidade, essa associação dava-se de forma muito tímida, não sendo possível afirmar que essa associação era preponderante nas unidades analisadas. Para poder se ter mais clareza quanto à utilização dos meios de comunicação, considerou-se, também, a existência de celular. Estes dados apontaram para uma situação bem diferente em relação ao uso de telefone fixo, conforme a Tabela 37.

Tabela 37 – Associação entre campo e cidade e a o telefone celular nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui telefone celular	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Sim	60.5 18,062,812.1	88.6 142,621,964.6	84.2 160,684,776.7
	Não	38.5 11,496,010.1	11.0 17,690,414.3	15.3 29,186,424.4
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A Tabela 37 chama a atenção para o fato de que, no campo, mais de 50% dos domicílios tinham esse artefato tecnológico. Esses dados contrariam o suposto idílio do campo, apontado por Benson e O'Reilly (2009). Indicam que os indivíduos, que vivem em um mesmo período histórico, apresentam modos de vida similares, apesar das especificidades socioespaciais. O chi-quadrado de Pearson para esse cruzamento também apresentou um p-valor de 0,00 em todas as regiões. O D de Somers apresentou valores baixos -0,27, indicando que a utilização do celular está pouco associada a se viver no campo ou na cidade. Ou seja, no quesito posse de celular, que se enquadra na dimensão referente aos modos de morar, constitutiva do modo de vida, observou-se que são pouco significativas as diferenças entre a cidade e o campo. Já no que diz respeito à posse de televisão a situação foi ainda mais uniformizada, quando comparada ao encontrado no cenário relativo à posse de celular.

Tabela 38 – Associação entre campo e cidade e a o aparelho televisor nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui telefone celular	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não	15.5 4,611,751.0	2.4 3,935,455.6	4.5 8,547,206.6
	Sim	83.6 24,947,071.2	97.1 156,376,923.2	95.0 181,323,994.4
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

No que diz respeito à situação da existência de aparelho de TV, foi possível perceber que grande parte dos domicílios pesquisados o possuía. Dentre os domicílios situados no campo, mais de 80% possuíam acesso a essa tecnologia. O teste de chi-quadrado de Pearson apresentou significância a 5%. O valor do D de Somers de 0,13, apontou para a caracterização da TV como um bem presente tanto no campo como na cidade, tal como o encontrado também por Nascimento et al. (2013), Braga et al. (2014) e Fiúza et al. (2014). Passando agora a considerar a existência de máquina de lavar roupa encontraram-se diferenças que merecem ser tratadas de forma mais detalhada.

Tabela 39 – Associação entre campo e cidade e a maquina de lavar nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui Máquina de lavar	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não	83.6 24,952,210.8	47.1 75,844,162.4	52.8 100,796,373.1
	Sim	15.4 4,606,611.4	52.5 84,468,216.5	46.7 89,074,827.9
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

Dentre os utensílios apresentados até agora, em todas as regiões, este foi o utensílio que apresentou a menor presença, tanto no campo como na cidade, embora tenha sido observado que havia mais do que o dobro de máquinas de lavar roupas na cidade do que no campo. O p-valor do chi-quadrado de Pearson corrobora essa associação, sendo significativo a 5% em todas as regiões. O D de Somers apresentou valores próximos à zero, 0,37, o que indica que a associação entre a existência de máquina de lavar roupas no campo e na cidade era baixa, o que denotaria uma aproximação do modo de vida nesses espaços. Situação bastante diferente foi encontrada em relação à posse de refrigerador.

Tabela 40 – Associação entre campo e cidade e o refrigerador nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui Refrigerador	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não	21.8 6,508,047.0	3.4 5,493,362.0	6.3 12,001,409.0
	Sim	77.2 23,050,775.2	96.2 154,819,016.9	93.2 177,869,792.0
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A associação entre estar no campo ou na cidade e ter geladeira, de acordo com o teste de chi-quadrado de Pearson foi de (p-valor = 0,000), sendo, portanto significativa. Como o valor do D de Somres foi distante de 1, mais precisamente 0,19, isto indicou que essa associação era relativamente baixa, ou seja, o fato de se ter refrigerador não estaria associado ao fato de se estar no campo ou na cidade, o que reforçou a proximidade entre os modos de morar no campo e na cidade. Já no que diz respeito ao acesso às “novas tecnologias”, a pesquisa primeiramente analisou a posse do computador, a qual está apresentada na Tabela 41.

Tabela 41 – Associação entre campo e cidade e computador nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui Computador	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	Não	90.6 27,036,268.0	54.8 88,172,104.9	60.4 115,208,372.9
	Sim	8.5 2,522,554.1	44.8 72,140,274.0	39.1 74,662,828.1
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A variável existência de computador apresentou maior vantagem para a cidade, o que reforça a observação referente ao fato de que as novas tecnologias aparecem primeiramente na

cidade e só mais tarde este serviço está alcançando o campo. Essa associação foi significativa a 5%, pelo teste de chi-quadrado de Pearson, em todas as regiões. Contudo, os dados do D de Somers foram próximos de zero (0,36), apresentando uma associação baixa, ou seja, não foi forte a associação entre a existência de um computador e o local onde a residência estava situada. Mais uma vez, identifica-se uma aproximação entre o padrão de consumo no campo e na cidade, como apontado por Nascimento et al. (2013), Braga et al. (2014) e Fiúza et al. (2014). A Tabela 42 apresentada a seguir, mostra os dados relativos apenas aos domicílios onde existiam computadores. Nestes domicílios se observou aqueles que possuíam acesso à rede mundial de computadores (Internet).

Tabela 42 – Associação entre campo e cidade e acesso a internet nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui acesso a internet	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	91.5 27,318,162.8	55.2 88,841,758.4	60.9 116,159,921.2
	Não	4.5 1,344,630.3	8.6 13,897,465.1	8.0 15,242,095.5
	Sim	3.9 1,177,923.8	36.2 58,242,808.8	31.1 59,420,732.6
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

O acesso à internet se mostrou limitado no campo e na cidade. Tanto no campo, como na cidade mais de metade da população não tinha acesso à internet. Confrontando os dados de disponibilidade de computadores e acesso a internet verificamos que em todas as regiões e, particularmente, no campo, o computador não se constituía na principal porta de acesso à rede mundial de computadores. Embora o chi-quadrado de Pearson, nessa análise, tenha se apresentado significativo, os valores do D de Somers foi relativamente baixo 0,38, mostrando não haver uma forte associação entre poder acessar a internet e viver no campo ou na cidade. Vejamos, por fim, os dados relativos aos meios de transporte utilizados pelos moradores do campo e da cidade.

Tabela 43 – Associação entre campo e cidade e a presença de automóvel nas residências no Brasil

As células contêm: -Percentual por área -Quantidade de pessoas		Área		
		Campo	Cidade	TOTAL
Possui automóvel	Não possui automóvel	76.3 22,767,074.2	56.7 91,216,451.1	59.7 113,983,525.3
	Possui um ou mais automóveis	22.8 6,791,747.9	42.9 69,095,927.8	39.8 75,887,675.7
	Fora do universo (domicílios coletivos ou improvisados)	.9 281,894.8	.4 669,653.5	.5 951,548.3
	TOTAL	100.0 29,840,717.0	100.0 160,982,032.3	100.0 190,822,749.3

Fonte: Baseado em IBGE (2013b).

A variável existência de carro apresentou uma vantagem percentual em favor da cidade. No entanto, essa diferença percentual foi de apenas 10,1 pontos percentuais. A associação entre possuir automóvel e ele estar na cidade ou campo foi corroborada pelo teste de associação de chi-quadrado de Pearson (P-valor 0,00, evidenciando que esta associação era significativa do ponto de vista estatístico). Porém o valor do D de Somers foi ínfimo (0,19), indicando que essa associação apresentava uma das mais baixas magnitudes entre todas as estudadas. Ou seja, possuir ou não carro e estar na cidade ou no campo tinha uma relação muito fraca.

6.2 Notas conclusivas do capítulo

Os dados empíricos sobre as várias variáveis relativas aos modos de vida, apresentadas no Censo de 2010, apontaram para uma sobreposição do modo de vida rural nos domicílios brasileiros, tanto do campo como da cidade, como se notou através da precariedade do saneamento básico e a iluminação pública permanente. Em contrapartida, as dimensões relativas à urbanidade também estiveram presentes no campo. O consumo de bens, o acesso à energia elétrica, o recebimento de salário, de aposentadoria, de pensão, por exemplo, apontam para características típicas de um campo marcado pela penetração do modo de vida urbano, corroborando os estudos de Endlich (2010).

O elevado consumo de bens industrializados e o acesso, quase universal, à energia elétrica evidenciaram, portanto, que o modo de vida rural tradicional, no que tange a estas dimensões do modo de vida, se tornou residual no território brasileiro. Corroborar-se essa

afirmação ao se constatar que apenas 2%, da população que vivia no campo, no Brasil, em 2010, trabalhava sob um regime familiar não assalariado. A frequência da educação formal foi maior no campo do que na cidade, em termos percentuais. Este dado mostrou uma importante mudança de tendência da população que vivia no campo, em 2010, em relação à frequência e à permanência na escola. O trabalho agrícola, outro traço típico do modo de vida rural, de acordo com os resultados obtidos, não empregava a maioria da população nem no campo, tampouco na cidade. Observaram-se, entretanto, que os resultados apresentaram um país com traços de um modo de vida rural, tanto no campo quanto na cidade. Como no caso da religião, mas, também em relação a importantes aspectos das condições materiais de existência. Este é o caso do saneamento básico. O país desponta com um modo de vida rural, com a ausência de acesso a esse serviço. A carência de iluminação permanente foi outro aspecto que apontou para a caracterização de um Brasil rural.

Um fato importante a se destacar, a partir desta tese, foram os ganhos na percepção das transformações socialmente vividas, ao se diferenciar o espaço, em termos de forma, dos modos de vida, considerando-os como conteúdo. Assim, tratar campo e cidade como realidades com características espaciais específicas e o “rural” e o “urbano” como modos de vida, tornou possível se perceber as dimensões em que a cidade e o campo apresentavam-se mais ruralizados ou urbanizados. A elaboração de uma tipologia de “rural” e “urbano” idealizada com base nos traços históricos mais proeminentes e marcantes do modo de vida rural e urbano serviram como fundamentação para caracterizar estes tipos ideais. Esta tipologia traz a possibilidade empírica de apontar as dimensões em que os assentamentos humanos no campo e na cidade vêm se transformando.

Por fim, destaca-se que os dados apresentados neste estudo apontaram para a ausência do modo de vida camponês, caracterizado pela auto sustentação e para o primado da não dependência. Se, no passado, o morador do campo tinha um modo de vida voltado para assegurar a sua sustentação imediata, hoje, a monetarização dos modos de vida, através do recebimento do salário, da aposentadoria e de outros benefícios, introduziu no seu modo de vida o horizonte voltado para o planejamento do futuro. O consumo voltado para a melhoria da casa se constitui em uma das facetas mais evidentes do seu modo de vida urbano.

CAPÍTULO 7

ÍNDICE DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SEGUNDO O MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO APLICADO AO BRASIL

Considerando a abordagem metodológica e o embasamento teórico apresentados nos capítulos anteriores, apresentar-se-á, neste capítulo, o índice de caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano neles presentes. Em um primeiro tópico, será apresentada a concepção teórica do índice. O segundo tópico será composto pelo detalhamento metodológico utilizado para a criação do índice. Por fim, no último tópico, o índice será aplicado ao território brasileiro e serão apresentadas as considerações sobre os resultados empíricos obtidos.

6.3 índice de caracterização do território pelo modo de vida

Um índice é um número adimensional, que pode ou não ter uma amplitude pré-definida, que mensura um constructo, normalmente qualitativo, em uma unidade de análise. Geralmente, os índices servem de subsídio para tomada de decisões e construções de cenários, voltados para a geração de informações a partir de dados dispersos aparentemente não correlatos. Dada a possibilidade de quantificar características que, isoladamente por uma variável, não poderiam ser mensuradas, os índices despontam como uma ferramenta útil, tanto para a literatura quanto para o uso empírico (UNITED NATIONS, 2002).

Nas agências internacionais abundam índices das mais diversas formas e com os mais diversos intuitos (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2011; UNDATA, 2013; UNITED NATIONS, 2002). Dentre os índices internacionalmente utilizados o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos mais difundidos e laureados. O IDH mensura o desenvolvimento humanos através de três dimensões: longevidade, renda e educação. Há limitações em sua construção, principalmente por se compreender o desenvolvimento através de três variáveis. No entanto, a simplicidade em sua aplicação empírica, sua universalidade e a sua eficácia na mensuração do constructo “desenvolvimento humano”, tornam o índice bem sucedido e uma importante ferramenta para políticas públicas e estudos acadêmicos (UNITED NATIONS, 2002). Tal como o Índice de Desenvolvimento Humanos, o Índice de

Caracterização de Territórios, proposto nesta tese, busca criar um modo simples e eficaz de se mensurar a proporção do “constructo modo de vida rural” adscrito em um território. Ainda que seja limitado conceber um constructo tão complexo em um número adimensional, assim como no caso do índice desenvolvimento humano, espera-se que os resultados tenham aplicações empíricas que suplantem as suas limitações operacionais.

A proposição desta tese foi a de criar um índice, para ser aplicado no território brasileiro, balizado pela ideia de que “rural” e “urbano” são modos de vida que caracterizam um território, segundo o defendido por uma ampla corrente de autores, como já apresentado na tese. Considerou-se aqui, o território como proposto por Haesbaert (1999, 2004), que entende o conceito como a forma que as pessoas fazem o uso da terra. Dada essa característica do território, pode-se entender que modos de vida distintos produzem territórios distintos. Pode-se admitir, ainda, que em um mesmo espaço geográfico poderia haver múltiplos territórios, assim como múltiplos modos de vida, como apontado por Haesbaert (1999, 2004).

Dessa forma, o Índice de Caracterização de Territórios teve o propósito de verificar qual o tipo de modo de vida (rural e/ou urbano) que predominava em uma determinada área. Sorré (1948) mostrou em seus estudos que uma alteração no espaço habitado pelos indivíduos, alteraria, conseqüentemente, os seus modos de vida. O autor cita o exemplo dos esquimós no Ártico, que com o desaparecimento das geleiras, viram-se impossibilitados de manter o seu modo de vida tradicional, que dependia das mesmas. De forma análoga, pode-se imaginar que um modo de vida rural teria dificuldade de se sustentar em uma grande cidade, com amplo acesso a meios tecnológicos. Bem como, um modo de vida urbano seria improvável em um meio isolado, onde não houvesse formas de acesso ao consumo de bens, serviços e a recursos tecnológicos.

Os espaços geográficos se diferenciam segundo o seu grau de artificialização em: paisagens intocáveis ou pouco modificadas; além dos campos; aldeias; vilas; pequenos, médios e grandes municípios; bem como as metrópoles (VEIGA, 2002). Cada um destes espaços geográficos pode ser marcado pela presença de territórios com modos de vida rural e/ou urbano. Mesmo espaços com baixa densidade demográfica podem apresentar facetas urbanas em seus modos de vida (ENDLICH, 2010). Seguindo esse raciocínio, o índice elaborado verificar qual a intensidade da presença do modo de vida rural e/ou urbano nos diferentes espaços geográficos supra-citados. De tal forma que, pelo índice seja possível vislumbrar traços de ruralidade em cidades e facetas de urbanidade no campo. Para isso foi necessário selecionar variáveis, dentre as disponíveis nos censos e apresentadas no Capítulo 6,

para a criação do índice. Desta forma, foram selecionadas para a composição do índice seis variáveis. Essas variáveis seriam proxies para a concepção de um modo de vida, com características típicas de um rural idealizado a partir de traços da historiografia e de um urbano também tipificado de forma ideal. O índice buscou mensurar a intensidade com que os indivíduos se assemelhariam de um tipo ideal “rural” e/ou “urbano”. Rural e urbano não foram consideradas como categorias duais e antagônicas empiricamente, mas, sim, como duas categorias teóricas distintas que poderiam estar presentes em um mesmo espaço geográfico. A Tabela 44 apresenta como se comportam as variáveis selecionadas, de acordo com o tipo ideal rural e o tipo ideal urbano.

Tabela 44 – A relação entre os tipos ideais e as variáveis presentes no índice

Variável inserida no índice	Tipo ideal rural	Tipo ideal urbano
Trabalho	Relativo a atividades agrícolas e com intensa dependência da terra e de fatores biológicos	Relativo a atividades não agrícolas e com pouca, ou nenhuma, dependência da terra e de fatores biológicos
Escolaridade	Limitada, o indivíduo não tem acesso a instituições de ensino que ofereçam maior titulação	Pouco limitada, o indivíduo tem a possibilidade de atingir altos níveis de titulação sem se deslocar
Renda	Menor, dada a impossibilidade de se desvencilhar de fatores biológicos e agregar mais valor ao trabalho. Predomínio do auto-consumo e ausência de artefatos tecnológicos modernos	Maior, pois a industrialização e a maior escolaridade permitem ao indivíduo galgar maiores rendimentos. Predomínio do consumo de bens industrializados e com altos níveis tecnológicos
Tempo de deslocamento a grandes centros	Maior, há a necessidade de se despender de mais tempo para chegar a centros com maior população	Menor, o próprio centro seria o local nativo do indivíduo urbano, sendo que a medida que se afasta deste centro, mais distante fica do tipo ideal urbano
Acesso à iluminação artificial	Quando não é ausente é precário	Sempre presente e com boa qualidade

Fonte: Elaboração pelos autores baseados em (GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES, 2014).

As variáveis, dispostas na Tabela 46, foram a base para a construção do Índice de Caracterização de Territórios pelo modo de vida. Essa seleção foi realizada em duas vertentes: a primeira considerando o aporte teórico apresentado no decorrer da tese e, a segunda, pela disponibilidade dos dados para aplicação no índice no território brasileiro. A redução a cinco principais dimensões do modo de vida, incorporou as principais variáveis utilizadas em

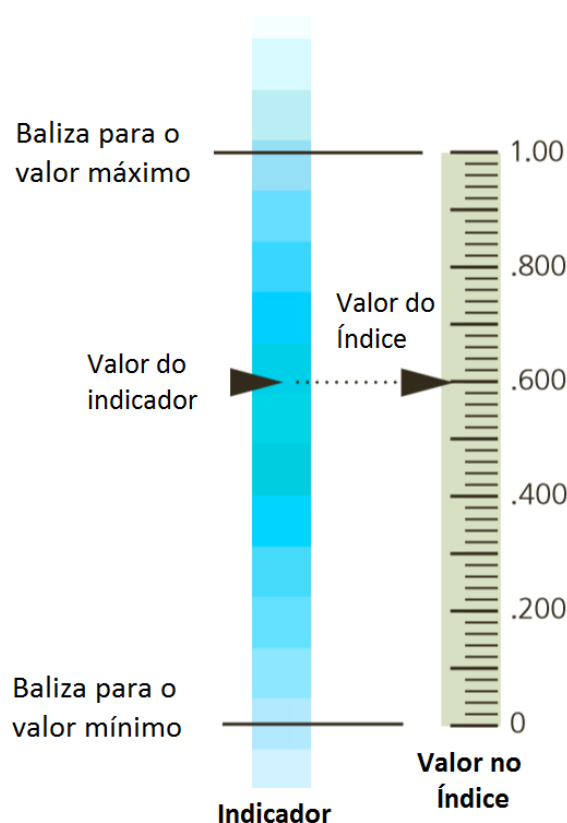
diferentes metodologias revisadas ao longo desta tese. A escolha de um pequeno número de variáveis teve o propósito de não tornar o índice de caracterização de territórios demasiado complexo. No tópico subsequente será apresetada a forma de cálculo do índice, seguida de uma apresentação da situação das variáveis em território brasileiro. Por fim, será apresentado o resultado final do índice aplicado ao território brasileiro.

6.4 O método de criação de índices

Existem diversas metodologias para realizar cálculos de índices, as quais apresentam os mais diversos fins. Para mensurar a ruralidade os autores também utilizam metodologias distintas. Enquanto há autores que utilizam a análise fatorial (MELO; PARRÉ, 2007; ÖGDÜL, 2010; PEREIRA; PEREIRINHA; PASSOS, 2009; PRIETO-LARA; OCAÑA-RIOLA, 2009), há autores que utilizam métodos de estandarização das variáveis (CLOKE; EDWARDS, 1986; CLOKE, 1977; LEDUC, 1997; OLATUNDE; LEDUC; BERKOWITZ, 2007; WEINERT; BOIK, 1995), e há ainda um autor que utiliza um método derivado dos Sistemas de Informação Geográfica (SCHLESINGER, 2013). Apesar da pluralidade de métodos utilizados para mensurar a ruralidade, não há um método que concentre todos os estudos sobre índices ligados a ruralidade.

Um dos métodos para criação de índices internacionalmente mais aceito foi o adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para a mensuração do desenvolvimento humano (UNITED NATIONS, 2002). Na literatura acadêmica o método elaborado pela ONU também tem sido amplamente utilizado (ANAND; SEN, 1994). Dada a robustez e a consolidação empírica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), optou-se, nessa tese, por adotar os mesmos passos utilizados para a criação desse índice. No método de cálculo do IDH, primeiramente, deve-se delimitar as variáveis que serviriam de proxies para a criação do índice. Uma vez escolhidas, se calcularia para cada variável um subíndice. O subíndice seria composto por uma escala que variaria de 0 a 1. Para determinar quais os valores atribuídos a cada unidade analisada, se estabeleceria um valor balizador mínimo e máximo. Normalmente, esses valores correspondem ao menor e ao maior valor de cada variável, considerando as unidades estudadas. A unidade que se encontra com o menor valor na variável estudada recebe o valor 0 para o subíndice, enquanto a que tem o maior valor recebe 1. Feito isso, todas as outras unidades recebem valores que correspondem ao seu lugar na escala, conforme apresentado na Figura 29.

Figura 29 – Exemplo esquemático para o cálculo de índices



Fonte: Baseado em United Nations (2002).

Para chegar ao valor dentro da escala, conforme apresentado na Figura 29, necessita-se de calcular a proporcionalidade do valor, considerando a variação entre o valor mínimo e máximo de cada variável. Esse cálculo, nada mais é que o subíndice:

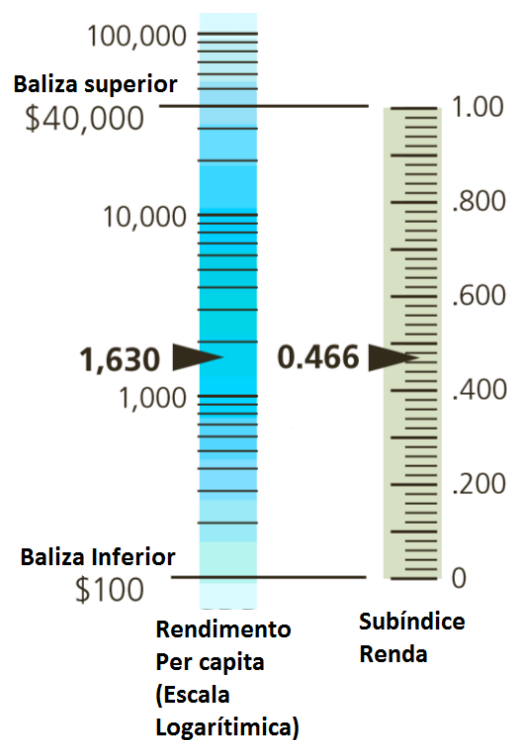
$$\text{Subíndice}_i = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Dessa forma, o subíndice representa exatamente a relação do valor observado, na unidade analisada, com o valor mínimo e máximo da variável, de tal forma que se situe dentro do intervalo entre 0 e 1. Porém, algumas variáveis tem uma relação diferente. A renda, por exemplo, não tem uma relação linear com o desenvolvimento humano, uma vez que para alcançar um alto nível de desenvolvimento humano não é preciso uma renda ilimitada. Para as variáveis que são escalares e, que não possuem uma relação linear com o constructo a ser mensurado, se estabelece uma transformação logarítmica para a realização do cálculo do subíndice. Nessas variáveis é adotada a seguinte fórmula para o cálculo do subíndice.

$$Subíndice_i = \frac{\text{Log}(\text{valor observado}) - \text{Log}(\text{valor mínimo})}{\text{Log}(\text{valor máximo}) - \text{Log}(\text{valor mínimo})}$$

Assim, nas variáveis com essas peculiaridades, a relação não linear resulta em uma escala que, de igual forma, não cresce de forma linear ao incremento da variável. Conforme apresentado na Figura 30.

Figura 30 – Exemplo esquemático para cálculo de subíndices que passam pela transformação logarítmica



Fonte: Baseado em United Nations (2002).

Para as variáveis que apresentam esse tipo de comportamento em relação ao constructo, a variação em uma unidade, não tem, um aumento correspondente ao índice. Quanto mais próximo do valor mínimo, maior é a sensibilidade do subíndice, a um incremento de uma unidade na variável. Uma vez calculados todos os subíndices o índice final resulta na média aritmética dos subíndices. Essa média, pode ser ponderada caso o usuário do índice considere que haja alguma variável com maior importância, no cálculo final do índice. Segue uma fórmula genérica para a elaboração do índice:

$$\text{Índice final} = \frac{1}{n} \text{subíndice}_1 + \frac{1}{n} \text{subíndice}_2 + \frac{1}{n} \text{subíndice}_3 + \dots + \frac{1}{n} \text{subíndice}_n$$

Onde n representa a quantidade de subíndices e i é a identificação de cada unidade.

Esse método foi utilizado para a criação do índice de caracterização de territórios proposto nesta tese. Na sequência serão apresentados a forma como foi calculado cada um dos subíndices.

6.4.1 O subíndice Trabalho

Uma das dimensões do modo de vida considerada para a elaboração do índice foi o trabalho, em função do tipo de trabalho realizado pelo indivíduo marcar a sua vida em vários sentidos, inclusive, em termos das suas possibilidades de acesso a bens e serviços. O cotidiano de uma pessoa sofre influências diretas do seu tipo de trabalho. Consequentemente, o modo de vida do indivíduo é alterado à medida em que o seu tipo de trabalho se modifica. Na literatura é comum se associar o modo de vida mais ruralizado a atividades de natureza primária, nas quais a exploração da terra é o foco principal. Desta forma, o constructo teórico elaborado nesta tese para caracterizar o “modo de vida rural” o associou às atividades de cunho agrícola, à pecuária e/ou ao extrativismo. Assim, pode-se admitir que as constantes transformações, pelas quais o mundo do trabalho vem passando no campo, com o crescimento das ORNAS (Ocupações Rurais Não Agrícolas) possa alterar o modo de vida dos seus habitantes, os urbanizando, neste aspecto (ENDLICH, 2010; FIÚZA; PINTO; BRAGA, 2014).

Para se compor o índice de caracterização de territórios, sob o esteio do modo de vida, é necessário operacionalizar formas de se compreender o tipo de trabalho que o indivíduo exerce. Como proxy para essa mensuração, optou-se por verificar, nos territórios a serem caracterizados, qual a proporção da população estava envolvida em atividades ligadas diretamente a terra. Os dados relativos ao trabalho realizado pelo indivíduo foram obtidos através dos microdados dos censos brasileiros, utilizando o fator de expansão. O menor nível de agregação geográfica desses dados eram os municípios. Porém, grande parte dos municípios brasileiros, por possuírem um pequeno quantitativo populacional, não possuíam tal nível de desagregação. Tendo em vista essas limitações nos dados, optou-se pela agregação dos dados em nível de mesorregiões. Esse nível geográfico, equivalente as TL3 e

as NUTS3 recomendado, pela OCDE e pela União Européia, para a elaboração de índices para verificar a ruralidade (EUROPEAN COMMISSION, 2013; OECD, 2009, 2013a).

A partir da obtenção os dados desagregados por mesorregião foi verificado o percentual da população que trabalhava em atividades de natureza primária. Para chegar a esse percentual foi considerado o quadro de profissões ISCO (International Standard Classification of Occupations), elaborado pela International Labour Organization (ILO). Foi verificado, em cada mesorregião, o percentual de trabalhadores, que declararam que sua atividade profissional principal, se enquadrava na categoria “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”. Esse percentual considerava somente a população economicamente ativa e incluída no mercado de trabalho, ou seja, eram desconsiderados os desempregados e os aposentados. Feitas estas considerações, o subíndice trabalho foi calculado pela seguinte fórmula:

$$Subíndice_{trabalho} = \frac{\left(\begin{array}{c} \text{Percentual de trabalhadores} \\ \text{em atividades primárias} \end{array} \right) - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Os valores balizadores, para o território brasileiro, foram 0,399 e 0,003, sendo esses o maior e o menor valor encontrados, para o percentual de trabalhadores em atividades ligadas a exploração da terra. As mesorregiões que apresentaram esses valores foram, respectivamente, Sudoeste Amazonense e a mesorregião Metropolitana de São Paulo. Assim, considerando o subíndice trabalho, essas foram as regiões onde ocorreram, respectivamente, o maior predomínio do modo e vida rural e o maior predomínio do modo de vida urbano, conforme a Tabela 45.

Tabela 45 – Subíndice trabalho por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho
1	Madeira-Guaporé	0.112	0.274	70	Noroeste de Minas	0.140	0.344
2	Leste Rondoniense	0.207	0.513	71	Metropolitana de Belo Horizonte	0.022	0.047
3	Vale do Juruá	0.277	0.691	72	Jequitinhonha	0.224	0.558
4	Vale do Acre	0.099	0.241	73	Central Mineira	0.105	0.256
5	Sul Amazonense	0.377	0.944	74	Campo das Vertentes	0.093	0.226
6	Sudoeste Amazonense	0.400	1.000	75	Sul Espírito-santense	0.184	0.456
7	Norte Amazonense	0.364	0.911	76	Noroeste Espírito-santense	0.223	0.554
8	Centro Amazonense	0.109	0.267	77	Litoral Norte Espírito-santense	0.134	0.330
9	Sul de Roraima	0.326	0.815	78	Central Espírito-santense	0.072	0.174
10	Norte de Roraima	0.086	0.208	79	Sul Fluminense	0.019	0.040
11	Sudoeste Paraense	0.241	0.599	80	Norte Fluminense	0.043	0.100
12	Sudeste Paraense	0.172	0.425	81	Noroeste Fluminense	0.088	0.214
13	Nordeste Paraense	0.282	0.704	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	0.006	0.008
14	Metropolitana de Belém	0.026	0.057	83	Centro Fluminense	0.078	0.188
15	Marajó	0.302	0.753	84	Baixadas	0.022	0.046
16	Baixo Amazonas	0.243	0.604	85	Vale do Paraíba Paulista	0.019	0.041
17	Sul do Amapá	0.065	0.156	86	São José do Rio Preto	0.044	0.104
18	Norte do Amapá	0.278	0.694	87	Ribeirão Preto	0.029	0.065
19	Oriental do Tocantins	0.109	0.267	88	Presidente Prudente	0.059	0.142
20	Ocidental do Tocantins	0.159	0.392	89	Piracicaba	0.020	0.042
21	Sul Maranhense	0.148	0.366	90	Metropolitana de São Paulo	0.003	0.000
22	Oeste Maranhense	0.196	0.487	91	Marília	0.039	0.090
23	Norte Maranhense	0.171	0.422	92	Macro Metropolitana Paulista	0.034	0.078

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Tabela 45 – Subíndice trabalho por mesorregião (continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho
24	Leste Maranhense	0.235	0.584	93	Litoral Sul Paulista	0.073	0.177
25	Centro Maranhense	0.259	0.645	94	Itapetininga	0.071	0.171
26	Sudoeste Piauiense	0.249	0.620	95	Campinas	0.023	0.051
27	Sudeste Piauiense	0.257	0.640	96	Bauru	0.034	0.077
28	Norte Piauiense	0.210	0.522	97	Assis	0.049	0.117
29	Centro-Norte Piauiense	0.095	0.231	98	Araraquara	0.025	0.056
30	Sul Cearense	0.168	0.416	99	Araçatuba	0.043	0.099
31	Sertões Cearenses	0.282	0.704	100	Sudoeste Paranaense	0.220	0.548
32	Norte Cearense	0.231	0.574	101	Sudeste Paranaense	0.279	0.697
33	Noroeste Cearense	0.221	0.549	102	Oeste Paranaense	0.117	0.288
34	Metropolitana de Fortaleza	0.017	0.034	103	Norte Pioneiro Paranaense	0.120	0.295
35	Jaguaribe	0.238	0.593	104	Norte Central Paranaense	0.058	0.138
36	Centro-Sul Cearense	0.232	0.577	105	Noroeste Paranaense	0.089	0.216
37	Oeste Potiguar	0.143	0.353	106	Metropolitana de Curitiba	0.032	0.073
38	Leste Potiguar	0.050	0.119	107	Centro Oriental Paranaense	0.084	0.203
39	Central Potiguar	0.153	0.379	108	Centro Ocidental Paranaense	0.113	0.278
40	Agreste Potiguar	0.219	0.544	109	Centro-Sul Paranaense	0.212	0.527
41	Sertão Paraibano	0.137	0.338	110	Vale do Itajaí	0.061	0.146
42	Mata Paraibana	0.067	0.160	111	Sul Catarinense	0.104	0.254
43	Borborema	0.255	0.635	112	Serrana	0.142	0.350
44	Agreste Paraibano	0.179	0.442	113	Oeste Catarinense	0.227	0.563
45	Sertão Pernambucano	0.276	0.689	114	Norte Catarinense	0.071	0.171
46	São Francisco Pernambucano	0.239	0.596	115	Grande Florianópolis	0.037	0.086
47	Metropolitana de Recife	0.012	0.022	116	Sudoeste Rio-grandense	0.077	0.186

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Tabela 45 – Subíndice trabalho por mesorregião (conclusão)

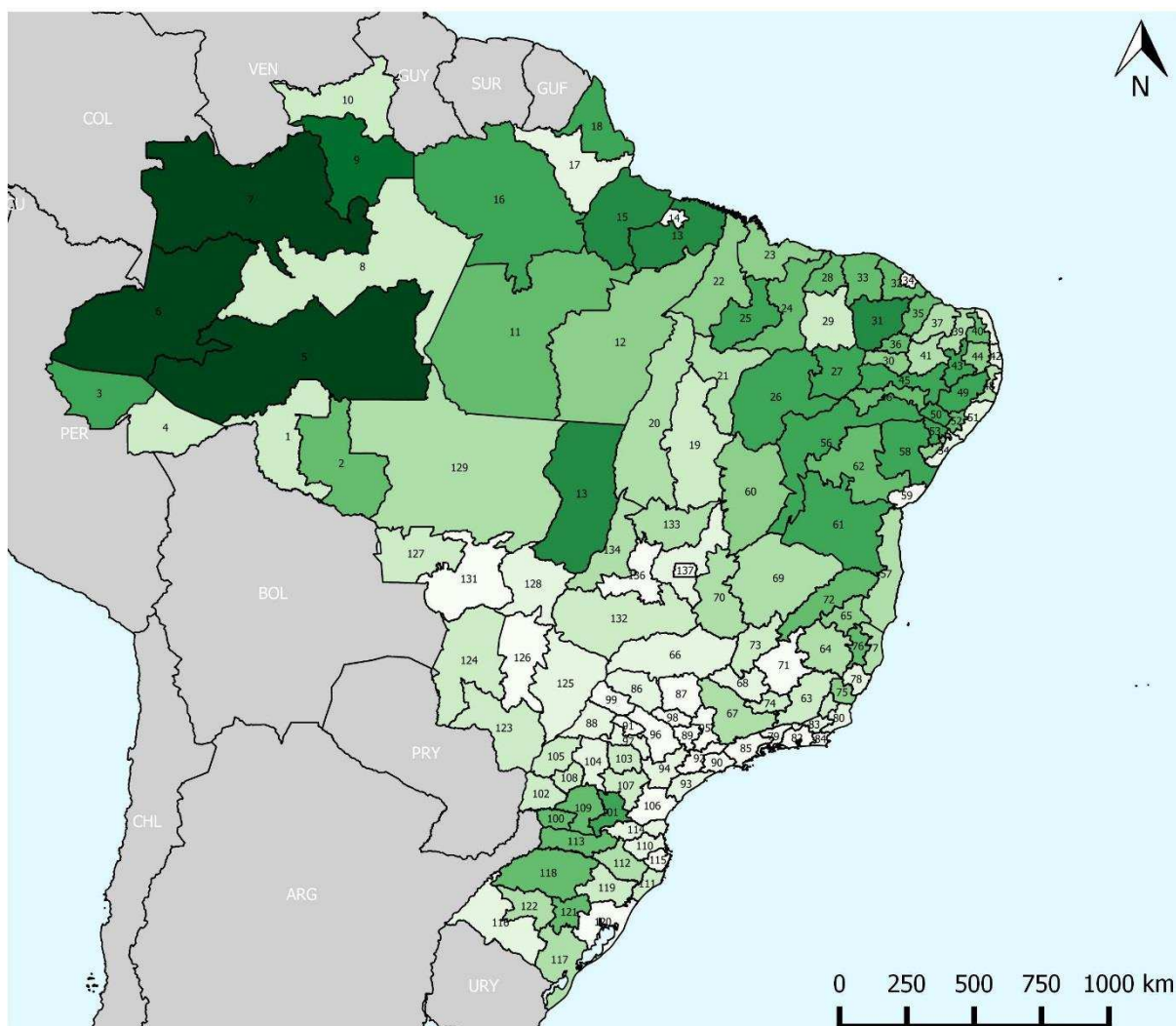
Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de trabalhadores em atividades envolvendo diretamente a terra	Subíndice trabalho
48	Mata Pernambucana	0.133	0.328	117	Sudeste Rio-grandense	0.130	0.320
49	Agreste Pernambucano	0.252	0.628	118	Noroeste Rio-grandense	0.216	0.536
50	Sertão Alagoano	0.259	0.645	119	Nordeste Rio-grandense	0.110	0.269
51	Leste Alagoano	0.069	0.167	120	Metropolitana de Porto Alegre	0.037	0.086
52	Agreste Alagoano	0.237	0.591	121	Centro Oriental Rio-grandense	0.216	0.536
53	Sertão Sergipano	0.278	0.693	122	Centro Ocidental Rio-grandense	0.135	0.332
54	Leste Sergipano	0.070	0.168	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0.103	0.251
55	Agreste Sergipano	0.172	0.425	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	0.084	0.205
56	Vale São-Franciscano da Bahia	0.250	0.624	125	Leste de Mato Grosso do Sul	0.082	0.198
57	Sul Baiano	0.154	0.380	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0.042	0.098
58	Nordeste Baiano	0.267	0.666	127	Sudoeste Mato-grossense	0.115	0.283
59	Metropolitana de Salvador	0.036	0.082	128	Sudeste Mato-grossense	0.067	0.161
60	Extremo Oeste Baiano	0.190	0.470	129	Norte Mato-grossense	0.133	0.329
61	Centro Sul Baiano	0.263	0.655	130	Nordeste Mato-grossense	0.167	0.414
62	Centro Norte Baiano	0.212	0.528	131	Centro-Sul Mato-grossense	0.040	0.093
63	Zona da Mata	0.115	0.281	132	Sul Goiano	0.090	0.218
64	Vale do Rio Doce	0.126	0.311	133	Norte Goiano	0.142	0.349
65	Vale do Mucuri	0.177	0.438	134	Noroeste Goiano	0.161	0.399
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0.067	0.160	135	Leste Goiano	0.062	0.147
67	Sul/Sudoeste de Minas	0.122	0.301	136	Centro Goiano	0.037	0.085
68	Oeste de Minas	0.077	0.186	137	Distrito Federal	0.011	0.021
69	Norte de Minas	0.160	0.396				

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

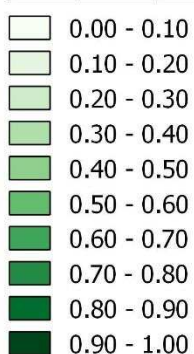
Para fins de interpretação dos resultados do índice de caracterização de territórios e seus subíndices, o valor 1 significa a maior preponderância do modo de vida rural e o valor 0 denota que a mesorregião caracteriza-se por um modo de vida predominantemente urbano. Os valores intermediários se situam entre esses dois extremos. Os subíndices, pela sua fórmula de cálculo, são relativistas, ou seja, o modo de vida que caracteriza a região é dado em relação a outra região. Por exemplo, a Tabela 45 mostra que a mesorregião de Marília, que possui um subíndice de trabalho de 0,81, tem um predomínio do modo de vida rural se comparado com a mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, que apresenta no mesmo subíndice um valor de 0,04.

O subíndice trabalho apresentou uma média de 0,343 e um desvio padrão de 0,231. Esses resultados demonstram que, no Brasil, considerando-se os dados de 2010, havia uma concentração de territórios com um modo de vida mais urbanizado, resultado corroborado pela assimetria que apresentou um valor de 0,513. Considerando-se estes resultados relativos ao trabalho, percebe-se um distanciamento destes resultados em relação aqueles apresentados por Veiga (2002, 2004b) e pela OCDE (2013a), que apontaram para um Brasil predominantemente rural. No entanto, os resultados corroboram os estudos de Endlich (2010) e Braga et al. (2015a), que em suas conclusões mostraram um país mais urbanizado. Compreender a disposição espacial dos territórios, caracterizados pela dimensão do trabalho no modo de vida, é importante para uma correta análise dos resultados. Assim, para analisar espacialmente os resultados apresentados na Tabela 45, a Figura 31 apresenta a plotagem dos resultados. Pode-se constatar que segundo os dados relativos ao ano de 2010, havia um padrão espacial para o subíndice.

Figura 31 – Subíndice trabalho aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda



Mapa da aplicação do subíndice trabalho, do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE. Os códigos do mapa se encontram na tabela que apresenta os dados.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2013b).

Conforme visto na Figura 31, a concentração do modo de vida mais urbano ocorreu no centro sul do Brasil, no litoral do nordeste e nas mesorregiões que correspondiam às capitais da região Norte. Já o resto da região Norte e interior do nordeste apresentavam um modo de

vida mais rural. Identificou-se algumas exceções, como as mesorregiões no interior dos estados do sul do Brasil, nomeadamente, o Nordeste do Rio Grande do Sul, o Centro Oriental Rio Grandense, o Oeste Catarinense, o Sudeste Paranaense, o Centro Sul Paranaense e o Sudoeste Paranaense. Esses territórios no sul do Brasil são reconhecidos por sua vocação agrícola e agropecuária.

6.4.2 O subíndice Educação

O incremento no nível educacional do indivíduo, potencialmente, transforma o seu modo de vida (RAMBAUD, 1969). A educação é uma via para modificação das vivências e do campo de possibilidades abertos ao indivíduo. Para autores como Brandão (1981), a educação é uma parte fundamental do modo de vida de um grupo social (BRANDÃO, 1981, p. 4). Os indivíduos quando atingem um maior nível educacional, modificam sua cultura, mudam seus hábitos de consumo e, em geral, apresentam melhores condições de saúde, além de terem mais acesso a serviços (ANTUNES, 2008; BRANDÃO, 1981; FURRIELA, 2001). No quadro relativo ao constructo dos modos de vida, proposto neste estudo, o “tipo ideal urbano” teria um alto nível educacional, enquanto o “tipo ideal rural” se caracterizaria pela transmissão da cultura tradicional, passada pelos hábitos e costumes, de uma geração a outra (GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES, 2014).

Em função da educação se constituir, portanto, em uma dimensão definidora do modo de vida, um dos subíndices criados para o índice de caracterização de territórios foi o subíndice educação. Foi considerado como uma proxy da educação, o percentual da população do território que possuía ensino superior. Seguindo uma metodologia análoga a empregada para a elaboração do “subíndice trabalho”, apresentado anteriormente, no “subíndice educação” o cálculo foi realizado considerando-se os dados desagregados em nível mesorregional. O subíndice educação foi obtido seguindo a fórmula apresentada a seguir:

$$Subíndice_{educação} = 1 - \frac{\left(\frac{\text{Percentual de habitantes com ensino superior completo}}{\text{valor máximo}} \right) - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

De forma diferenciada do subíndice trabalho, o subíndice educação foi calculado pela fórmula que subtrai, da metodologia proposta pela Organização das Nações Unidas, uma

unidade. Essa alteração foi necessária uma vez que um quantitativo maior de população com acesso ao ensino superior estaria fazendo com que a população desse território passasse a ser caracterizada como urbana, assim, a alteração na fórmula, um maior valor do índice significaria uma aproximação do modo de vida urbano. Como os maiores valores do índice de caracterização de territórios, proposto nesta tese, representam uma maior concentração do modo de vida rural, a alteração proposta soluciona esse problema. Ou seja, seguindo a fórmula com a subtração a interpretação do “subíndice educação” seguiu a mesma lógica dos outros subíndices, quanto mais próximo de 1 mais o território se caracterizaria pela predominância do modo de vida rural.

Os valores balizadores para o subíndice educação, para as mesorregiões brasileiras, foram de 0,01 e 0,15. Esses valores correspondem ao percentual da população que possuía ensino superior completo nas mesorregiões de Marajó e do Distrito Federal, respectivamente. Essas mesorregiões apresentaram, respectivamente, um modo de vida mais rural (Marajó) e mais urbano (Distrito Federal). A amplitude, de 0,14, mostrou que havia grande heterogeneidade nessa variável no Brasil. A Tabela 46 apresenta os resultados para o subíndice nas mesorregiões brasileiras.

Tabela 46 – Subíndice educação por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação
1	Madeira-Guaporé	0,058	0,658	70	Noroeste de Minas	0,042	0,772
2	Leste Rondoniense	0,041	0,781	71	Metropolitana de Belo Horizonte	0,090	0,429
3	Vale do Juruá	0,021	0,920	72	Jequitinhonha	0,031	0,853
4	Vale do Acre	0,054	0,690	73	Central Mineira	0,049	0,722
5	Sul Amazonense	0,020	0,932	74	Campo das Vertentes	0,071	0,563
6	Sudoeste Amazonense	0,016	0,959	75	Sul Espírito-santense	0,053	0,693
7	Norte Amazonense	0,016	0,959	76	Noroeste Espírito-santense	0,046	0,747
8	Centro Amazonense	0,049	0,721	77	Litoral Norte Espírito-santense	0,049	0,723
9	Sul de Roraima	0,025	0,892	78	Central Espírito-santense	0,089	0,437
10	Norte de Roraima	0,059	0,650	79	Sul Fluminense	0,074	0,542
11	Sudoeste Paraense	0,018	0,946	80	Norte Fluminense	0,063	0,620
12	Sudeste Paraense	0,020	0,926	81	Noroeste Fluminense	0,060	0,646
13	Nordeste Paraense	0,013	0,979	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	0,102	0,342
14	Metropolitana de Belém	0,063	0,621	83	Centro Fluminense	0,062	0,629
15	Marajó	0,010	1,000	84	Baixadas	0,069	0,578
16	Baixo Amazonas	0,026	0,888	85	Vale do Paraíba Paulista	0,090	0,426
17	Sul do Amapá	0,057	0,664	86	São José do Rio Preto	0,094	0,401
18	Norte do Amapá	0,020	0,926	87	Ribeirão Preto	0,092	0,415
19	Oriental do Tocantins	0,075	0,537	88	Presidente Prudente	0,084	0,468
20	Ocidental do Tocantins	0,046	0,741	89	Piracicaba	0,088	0,443
21	Sul Maranhense	0,029	0,868	90	Metropolitana de São Paulo	0,112	0,269
22	Oeste Maranhense	0,020	0,930	91	Marília	0,100	0,358
23	Norte Maranhense	0,042	0,773	92	Macro Metropolitana Paulista	0,087	0,449
24	Leste Maranhense	0,017	0,947	93	Litoral Sul Paulista	0,056	0,674

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Tabela 46 – Subíndice educação por mesorregião (continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação
25	Centro Maranhense	0,019	0,934	94	Itapetininga	0,058	0,660
26	Sudoeste Piauiense	0,031	0,852	95	Campinas	0,099	0,364
27	Sudeste Piauiense	0,029	0,865	96	Bauru	0,087	0,453
28	Norte Piauiense	0,025	0,892	97	Assis	0,078	0,516
29	Centro-Norte Piauiense	0,058	0,655	98	Araraquara	0,090	0,426
30	Sul Cearense	0,036	0,814	99	Araçatuba	0,085	0,463
31	Sertões Cearenses	0,020	0,927	100	Sudoeste Paranaense	0,061	0,634
32	Norte Cearense	0,019	0,933	101	Sudeste Paranaense	0,043	0,767
33	Noroeste Cearense	0,024	0,899	102	Oeste Paranaense	0,076	0,525
34	Metropolitana de Fortaleza	0,066	0,601	103	Norte Pioneiro Paranaense	0,059	0,651
35	Jaguaribe	0,026	0,889	104	Norte Central Paranaense	0,088	0,442
36	Centro-Sul Cearense	0,024	0,898	105	Noroeste Paranaense	0,059	0,650
37	Oeste Potiguar	0,037	0,806	106	Metropolitana de Curitiba	0,110	0,284
38	Leste Potiguar	0,071	0,562	107	Centro Oriental Paranaense	0,062	0,628
39	Central Potiguar	0,031	0,851	108	Centro Ocidental Paranaense	0,058	0,655
40	Agreste Potiguar	0,018	0,941	109	Centro-Sul Paranaense	0,049	0,723
41	Sertão Paraibano	0,028	0,873	110	Vale do Itajaí	0,082	0,484
42	Mata Paraibana	0,073	0,548	111	Sul Catarinense	0,067	0,593
43	Borborema	0,024	0,899	112	Serrana	0,064	0,616
44	Agreste Paraibano	0,039	0,793	113	Oeste Catarinense	0,066	0,601
45	Sertão Pernambucano	0,027	0,880	114	Norte Catarinense	0,085	0,464
46	São Francisco Pernambucano	0,038	0,799	115	Grande Florianópolis	0,131	0,135

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

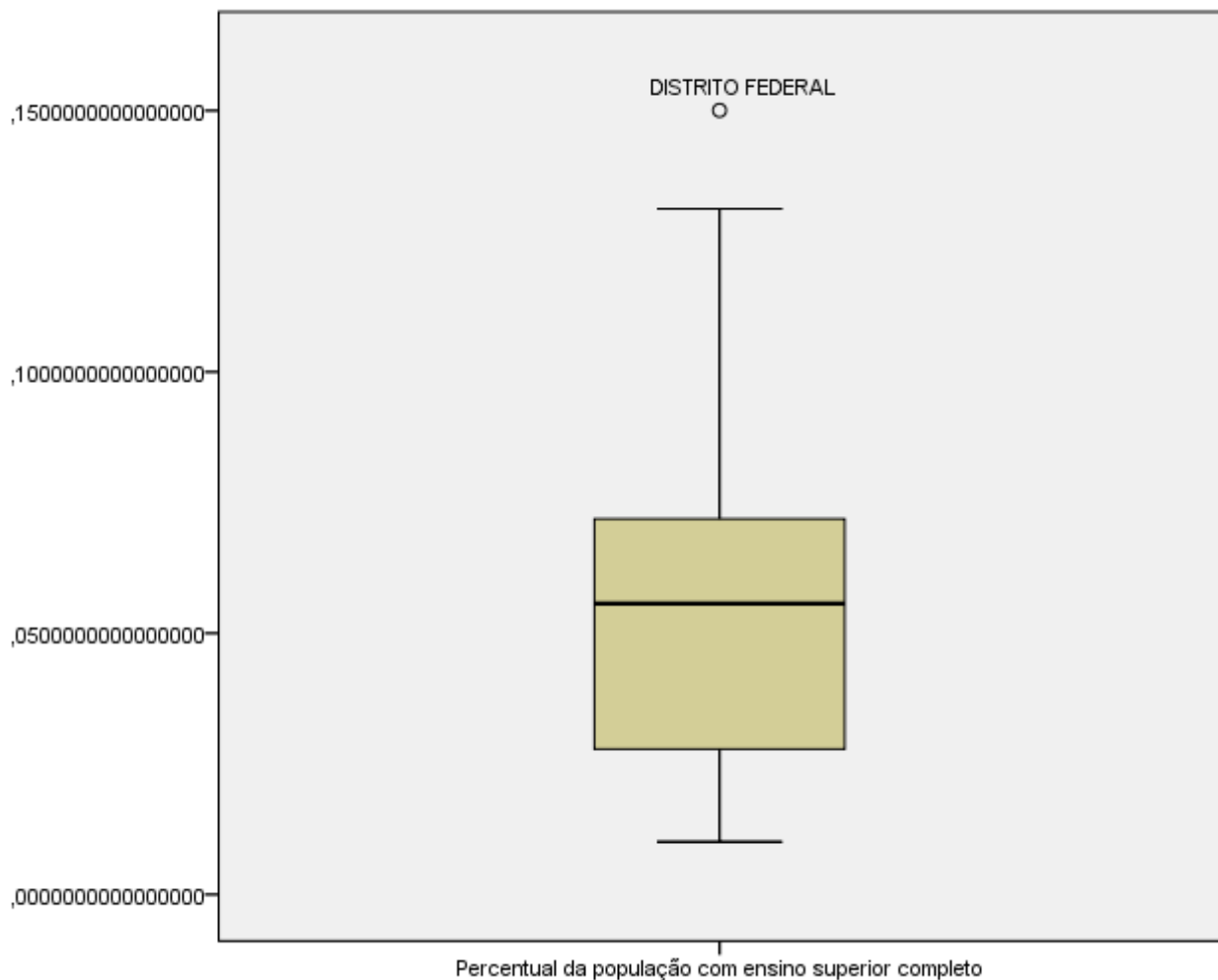
Tabela 46 – Subíndice educação por mesorregião (conclusão)

Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação	Código Mapa	Mesorregião	Percentual de habitantes com ensino superior completo	Subíndice educação
47	Metropolitana de Recife	0,078	0,516	116	Sudoeste Rio-grandense	0,062	0,631
48	Mata Pernambucana	0,023	0,908	117	Sudeste Rio-grandense	0,065	0,605
49	Agreste Pernambucano	0,025	0,890	118	Noroeste Rio-grandense	0,065	0,610
50	Sertão Alagoano	0,013	0,983	119	Nordeste Rio-grandense	0,077	0,525
51	Leste Alagoano	0,048	0,730	120	Metropolitana de Porto Alegre	0,085	0,467
52	Agreste Alagoano	0,023	0,911	121	Centro Oriental Rio-grandense	0,056	0,672
53	Sertão Sergipano	0,020	0,931	122	Centro Ocidental Rio-grandense	0,090	0,432
54	Leste Sergipano	0,061	0,638	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0,059	0,649
55	Agreste Sergipano	0,026	0,888	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	0,051	0,711
56	Vale São-Franciscano da Bahia	0,023	0,909	125	Leste de Mato Grosso do Sul	0,068	0,584
57	Sul Baiano	0,030	0,857	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0,099	0,365
58	Nordeste Baiano	0,015	0,962	127	Sudoeste Mato-grossense	0,045	0,748
59	Metropolitana de Salvador	0,072	0,559	128	Sudeste Mato-grossense	0,068	0,588
60	Extremo Oeste Baiano	0,026	0,888	129	Norte Mato-grossense	0,043	0,765
61	Centro Sul Baiano	0,023	0,909	130	Nordeste Mato-grossense	0,051	0,709
62	Centro Norte Baiano	0,023	0,906	131	Centro-Sul Mato-grossense	0,092	0,417
63	Zona da Mata	0,066	0,599	132	Sul Goiano	0,058	0,658
64	Vale do Rio Doce	0,047	0,735	133	Norte Goiano	0,039	0,794
65	Vale do Mucuri	0,039	0,794	134	Noroeste Goiano	0,045	0,751
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,080	0,497	135	Leste Goiano	0,032	0,841
67	Sul/Sudoeste de Minas	0,065	0,604	136	Centro Goiano	0,086	0,457
68	Oeste de Minas	0,058	0,656	137	Distrito Federal	0,150	0,000
69	Norte de Minas	0,042	0,774				

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Os dados apontaram que no tocante ao “subíndice educação” havia uma predominância das características relativas ao modo de vida rural no território brasileiro. A média de 0,686 e a assimetria de -0,514 corroboram essa afirmativa. Contudo a presença de um outlier pode ter contribuído para esses resultados. A mesorregião do Distrito Federal possuía, no que diz respeito aos dados de 2010, 15% da sua população com ensino superior completo, quase dois pontos percentuais a frente da mesorregião da Grande Florianópolis, a segunda colocada, com 13,1%. Esse resultado pode ser comprovado através do boxplot obtido na análise exploratória de dados dessa variável, apresentada na Figura 32.

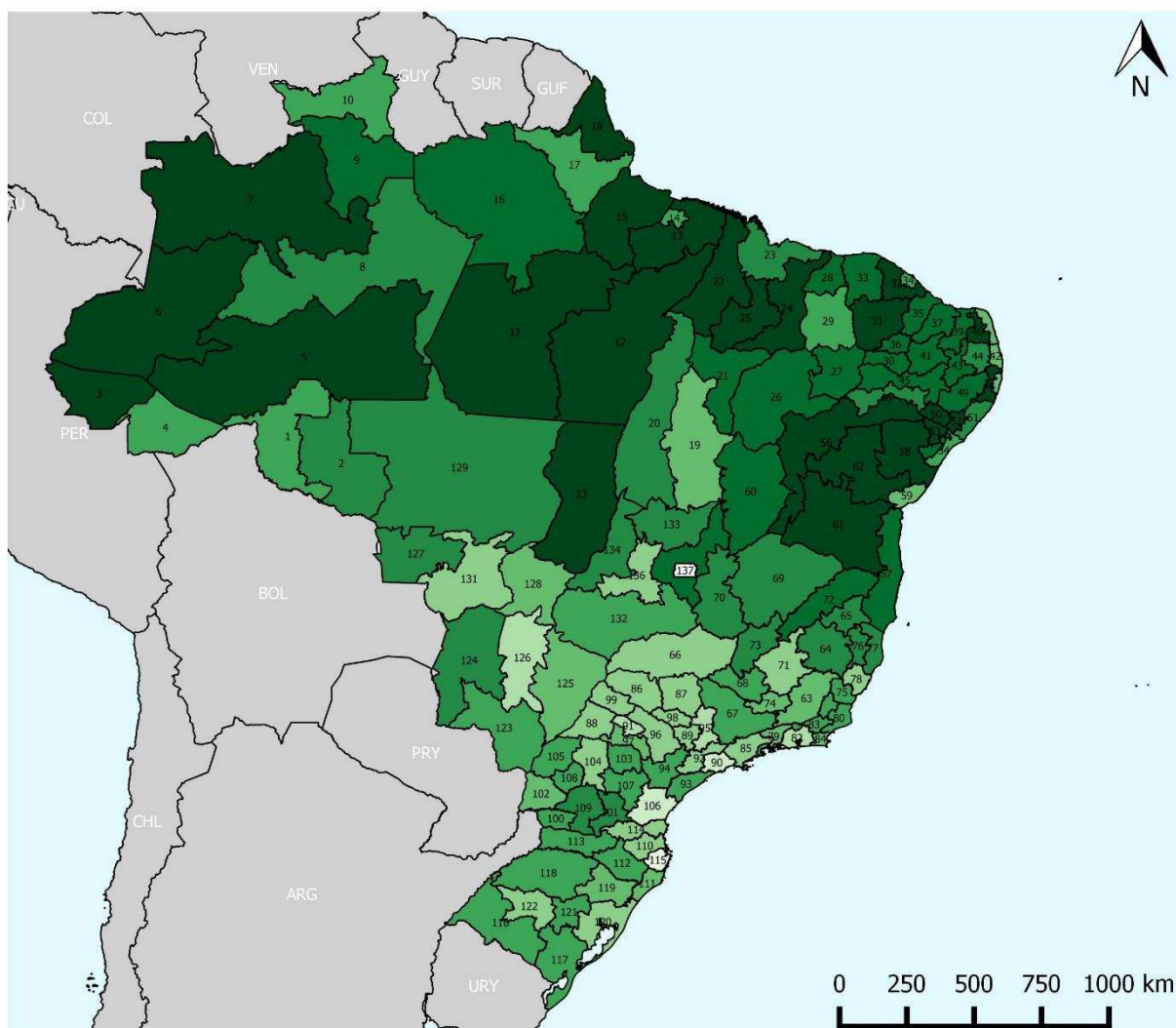
Figura 32 – Boxplot da variável “percentual de população com ensino superior” agregada pelas mesorregiões brasileiras



Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

O Distrito Federal apresentaria, assim, uma concentração do modo de vida urbano. Para verificar como os dados se dispõem espacialmente, a Figura 33 apresenta os resultados para o subíndice educação.

Figura 33 – Subíndice educação aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda

- 0.00 - 0.10
- 0.10 - 0.20
- 0.20 - 0.30
- 0.30 - 0.40
- 0.40 - 0.50
- 0.50 - 0.60
- 0.60 - 0.70
- 0.70 - 0.80
- 0.80 - 0.90
- 0.90 - 1.00

Mapa da aplicação do subíndice educação, do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE. Os códigos do mapa se encontram na tabela que apresenta os dados.

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Apesar de apresentar valores mais elevados que o “subíndice trabalho”, o “subíndice educação” apresentou uma disposição semelhante no espaço. O Distrito Federal apresentaria, assim, uma concentração do modo de vida urbano. Para verificar como os dados se dispõem

espacialmente, a Figura 33 a. apresenta os resultados para o subíndice educação. Demonstrou-se que havia, em geral, menores valores do “subíndice educação” no litoral do nordeste e no centro-sul brasileiro, com exceção do interior da região sul. Já no interior do nordeste e no norte do país observou-se um predomínio de um modo de vida mais ruralizado, no que diz respeito ao quesito educação. Desta forma, conforme autores como Wirth (2005) e Lefebvre (1999) apontam, essas regiões apresentavam, no que diz respeito aos dados de 2010, uma maior concentração de um modo de vida ruralizado, pautado no conhecimento tradicional, já que o ensino universitário, notadamente difusor do conhecimento científico, típico do modo de vida urbano, encontrava-se menos presente.

6.4.3 O subíndice Renda

Um dos fatores que mais alteram o modo de vida de um indivíduo, em um contexto capitalista, é o rendimento. Wirth (1938, 2005) menciona que o rendimento, ao lado do tipo de trabalho, seria um dos principais definidores do modo de vida. Ainda segundo Wirth (1938, 2005), o maior rendimento estaria associado ao modo de vida urbano, em oposição, ao modo de vida rural, marcado por relações não monetárias. A variável renda também pode ser considerada uma proxy para compreender o consumo das famílias (BRAGA; FIÚZA; PINTO, 2014; FIÚZA; PINTO; BRAGA, 2014; RAMBAUD, 1969; WIRTH, 2005). Segundo o “constructo relativo ao modo de vida rural” o mesmo apresenta como característica o auto-consumo e a dependência da terra e dos fatores climatológicos. Em contrapartida, o “constructo relativo ao modo de vida urbano” traz como características o consumo, a industrialização de bens e o foco nos setores secundários e terciários da economia. (BAUDEL, 1996; NASCIMENTO, 2013; NUNES; PINTO, 2009; VEIGA, 2004a).

Como a renda do indivíduo marca de forma indelével o modo de vida, um dos subíndices que compõe o índice de caracterização dos territórios é o subíndice renda. O nível de desagregação dos dados permaneceram sendo as mesorregiões brasileiras. A variável escolhida para compor o subíndice renda foi a média dos rendimentos declarados, em cada mesorregião. Essa variável foi obtida através dos microdados do censo brasileiro de 2010, considerando o fator de expansão (IBGE, 2013b). Contudo, como aponta Wirth (1938, 2005), o modo de vida urbano não possuiria uma correlação perfeita com a renda do indivíduo. Quando o indivíduo possui um rendimento muito baixo, um pequeno aumento seria capaz de levar a um maior impacto para o modo de vida em direção ao tipo ideal urbano. Em

contrapartida, um aumento de renda idêntico, para um indivíduo que possuísse altos rendimentos, não alteraria o fato do mesmo já estar inserido dentro do constructo relativo ao modo de vida urbano. Dada essas peculiaridades, a variável rendimento foi corrigida pelo seu logarítimo, na base 10. Assim, o “subíndice renda” poderia considerar esta peculiaridade. Feita essas considerações o subíndice trabalho foi calculado pela seguinte fórmula.

$$Subíndice_{Renda} = 1 - \frac{\log\left(\frac{\text{valor médio da renda na mesorregião}}{\text{valor mínimo}}\right) - \log(\text{valor máximo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

Assim como no “subíndice educação”, o “subíndice renda” apontaria para um modo de vida urbano, caso fosse calculado pela metodologia proposta pela Organização das Nações Unidas (2012). Como a escala do índice de caracterização de territórios aumenta a medida que o território concentra indivíduos com um modo de vida mais rural, a subtração da unidade torna-se necessária. Assim sendo, o subíndice trabalho recebeu maiores valores à medida em que a região possuiu ser caracterizada como rural. O valor mínimo para essa variável foi encontrado na mesorregião de Marajó e o máximo na mesorregião do Distrito Federal, sendo os valores, em reais, em 2010, respectivamente, R\$253,50 reais e R\$1.963,70 reais. Esses foram os valores balizadores para o subíndice trabalho, ou seja, em se considerando o rendimento, a mesorregião de Marajó se caracterizaria por um modo de vida rural, enquanto o Distrito Federal distinguiria-se pela predominância do modo de vida urbano. A Tabela 47 mostra os resultados para o subíndice renda.

Tabela 47 – Subíndice renda por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda	Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda
1	Madeira-Guaporé	901,36	0,387687	70	Noroeste de Minas	662,97	0,540622
2	Leste Rondoniense	698,09	0,514922	71	Metropolitana de Belo Horizonte	1119,07	0,279972
3	Vale do Juruá	410,2	0,779644	72	Jequitinhonha	418,52	0,769647
4	Vale do Acre	689,35	0,521195	73	Central Mineira	697,14	0,5156
5	Sul Amazonense	358,2	0,847133	74	Campo das Vertentes	739,79	0,486036
6	Sudoeste Amazonense	294,6	0,944454	75	Sul Espírito-santense	696,4	0,516129
7	Norte Amazonense	284,2	0,962348	76	Noroeste Espírito-santense	665,28	0,53889
8	Centro Amazonense	704,38	0,510456	77	Litoral Norte Espírito-santense	733,28	0,490437
9	Sul de Roraima	422,33	0,765135	78	Central Espírito-santense	1094,57	0,290993
10	Norte de Roraima	827,94	0,429988	79	Sul Fluminense	900,44	0,388195
11	Sudoeste Paraense	471,46	0,710345	80	Norte Fluminense	835,47	0,42548
12	Sudeste Paraense	507,99	0,67319	81	Noroeste Fluminense	691,31	0,519781
13	Nordeste Paraense	315,01	0,911104	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	1197,99	0,246043
14	Metropolitana de Belém	764,4	0,469743	83	Centro Fluminense	819,13	0,435314
15	Marajó	263,5	1	84	Baixadas	894,87	0,391284
16	Baixo Amazonas	421,15	0,766528	85	Vale do Paraíba Paulista	1059,1	0,307394
17	Sul do Amapá	728,99	0,493358	86	São José do Rio Preto	977,45	0,347337
18	Norte do Amapá	579,1	0,607962	87	Ribeirão Preto	1083,23	0,296178
19	Oriental do Tocantins	843,58	0,420671	88	Presidente Prudente	878,81	0,400301
20	Ocidental do Tocantins	617,15	0,576278	89	Piracicaba	1052,73	0,310398
21	Sul Maranhense	505,41	0,675725	90	Metropolitana de São Paulo	1331,75	0,193343
22	Oeste Maranhense	395,81	0,797424	91	Marília	947,71	0,362721
23	Norte Maranhense	541,97	0,640953	92	Macro Metropolitana Paulista	1095,7	0,290479
24	Leste Maranhense	304,64	0,927769	93	Litoral Sul Paulista	708,65	0,507447
25	Centro Maranhense	344,87	0,866015	94	Itapetininga	739,04	0,486541
26	Sudoeste Piauiense	367,76	0,83402	95	Campinas	1175,86	0,255326
27	Sudeste Piauiense	370,74	0,830001	96	Bauru	972,51	0,34986
28	Norte Piauiense	363,58	0,839711	97	Assis	861,94	0,409951
29	Centro-Norte Piauiense	621,29	0,57295	98	Araraquara	1013,79	0,329163
30	Sul Cearense	409,52	0,78047	99	Araçatuba	928,69	0,372815
31	Sertões Cearenses	323,67	0,897601	100	Sudoeste Paranaense	871,32	0,404562

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

Tabela 47 – Subíndice renda por mesorregião (continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda	Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda
32	Norte Cearense	303,95	0,928898	101	Sudeste Paranaense	668,28	0,53665
33	Noroeste Cearense	336,3	0,878543	102	Oeste Paranaense	945,76	0,363747
34	Metropolitana de Fortaleza	781,58	0,458677	103	Norte Pioneiro Paranaense	733,12	0,490545
35	Jaguaribe	371,77	0,82862	104	Norte Central Paranaense	985,52	0,343244
36	Centro-Sul Cearense	374,78	0,824605	105	Noroeste Paranaense	787,33	0,455028
37	Oeste Potiguar	490,34	0,690796	106	Metropolitana de Curitiba	1294,87	0,207326
38	Leste Potiguar	836,83	0,424671	107	Centro Oriental Paranaense	859,14	0,411571
39	Central Potiguar	445,64	0,738387	108	Centro Ocidental Paranaense	761,87	0,471394
40	Agreste Potiguar	330,65	0,886979	109	Centro-Sul Paranaense	694,63	0,517396
41	Sertão Paraibano	400,96	0,790988	110	Vale do Itajaí	1179,95	0,253597
42	Mata Paraibana	781,44	0,458766	111	Sul Catarinense	979,39	0,34635
43	Borborema	359,87	0,844817	112	Serrana	809,38	0,441276
44	Agreste Paraibano	453,57	0,729605	113	Oeste Catarinense	983,92	0,344053
45	Sertão Pernambucano	364,32	0,838699	114	Norte Catarinense	1064,43	0,304895
46	São Francisco Pernambucano	563,19	0,621831	115	Grande Florianópolis	1469,11	0,14447
47	Metropolitana de Recife	901,95	0,387361	116	Sudoeste Rio-grandense	774,11	0,463459
48	Mata Pernambucana	356,78	0,849111	117	Sudeste Rio-grandense	845,64	0,419457
49	Agreste Pernambucano	415,2	0,773612	118	Noroeste Rio-grandense	916,97	0,379138
50	Sertão Alagoano	287,54	0,956531	119	Nordeste Rio-grandense	1228,15	0,233664
51	Leste Alagoano	603,13	0,587719	120	Metropolitana de Porto Alegre	1219,18	0,237314
52	Agreste Alagoano	363,77	0,839451	121	Centro Oriental Rio-grandense	938,48	0,367594
53	Sertão Sergipano	324,27	0,896679	122	Centro Ocidental Rio-grandense	1011,46	0,330309
54	Leste Sergipano	727,03	0,494699	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	773,02	0,46416
55	Agreste Sergipano	405,55	0,78532	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	678,74	0,528917
56	Vale São-Franciscano da Bahia	391,34	0,803078	125	Leste de Mato Grosso do Sul	881,44	0,398813
57	Sul Baiano	518,13	0,66335	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	1127,84	0,276085

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

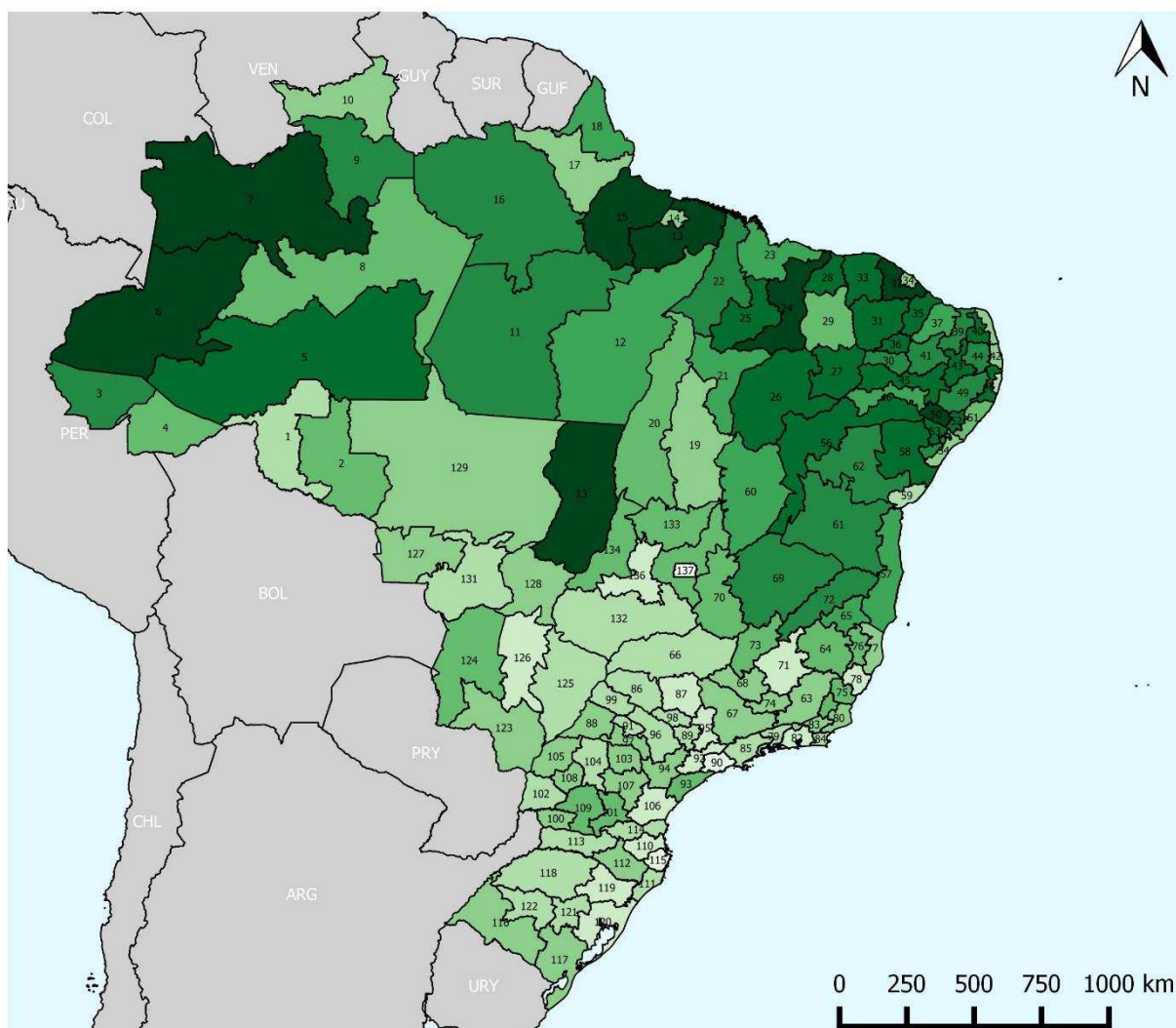
Tabela 47 – Subíndice renda por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda	Código Mapa	Mesorregião	Renda média (em reais de 2010)	Subíndice renda
58	Nordeste Baiano	340,76	0,871984	127	Sudoeste Mato-grossense	811,65	0,439882
59	Metropolitana de Salvador	891,75	0,393023	128	Sudeste Mato-grossense	867,68	0,406647
60	Extremo Oeste Baiano	500,51	0,680576	129	Norte Mato-grossense	824,73	0,431922
61	Centro Sul Baiano	400,71	0,791298	130	Nordeste Mato-grossense	709	0,507201
62	Centro Norte Baiano	450,39	0,733108	131	Centro-Sul Mato-grossense	1017,96	0,327119
63	Zona da Mata	767,96	0,46743	132	Sul Goiano	897,1	0,390045
64	Vale do Rio Doce	646,7	0,552992	133	Norte Goiano	662,68	0,540839
65	Vale do Mucuri	491,32	0,689802	134	Noroeste Goiano	706,97	0,508629
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	963,27	0,354613	135	Leste Goiano	649,26	0,551025
67	Sul/Sudoeste de Minas	792,5	0,451769	136	Centro Goiano	1109,12	0,284418
68	Oeste de Minas	785,62	0,45611	137	Distrito Federal	1963,7	0
69	Norte de Minas	473,29	0,708416				

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

No que tange ao “subíndice renda” predominaram as mesorregiões que possuíam valores superiores a média de 0,545, dada a assimetria de 0,289. Nesse quesito as mesorregiões não apresentaram grandes discrepâncias, o que pode ser constatado pelo desvio padrão de 0,216. No que tange a espacialidade dos dados, esses seguiram um padrão semelhante aos outros subíndices calculados. A Figura 34 mostra como os resultados do “subíndice renda” se configuraram no território brasileiro.

Figura 34 – O subíndice renda aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda

- 0.00 - 0.10
- 0.10 - 0.20
- 0.20 - 0.30
- 0.30 - 0.40
- 0.40 - 0.50
- 0.50 - 0.60
- 0.60 - 0.70
- 0.70 - 0.80
- 0.80 - 0.90
- 0.90 - 1.00

Mapa da aplicação do subíndice renda, do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE. Os códigos do mapa se encontram na tabela que apresenta os dados.

Fonte: Elaborado baseado nos dados IBGE (2013b).

O subíndice renda, assim como os outros já apresentados, apontou para um predomínio do modo de vida urbano no centro-sul e litoral nordeste do Brasil. Enquanto a região norte e o interior nordestino apresentaram uma predominância de características rurais,

no que diz respeito a variável renda. Chama a atenção que nos subíndices calculados o interior do Amazonas, nas mesorregiões Norte Amazonense e Sudoeste Amazonense, apresentaram sistematicamente os modos de vida mais rurais em relação ao resto do país. Para dar continuidade na construção do índice de caracterização de territórios, será analisado, em seguida, “o tempo de deslocamento a grandes centros”.

6.4.4 O subíndice Tempo de Deslocamento

O isolamento é frequentemente citado ao se falar do modo de vida rural (BENGS; SCHMIDT-THOMÉ, 2006; FERRANTI et al., 2005; HARRINGTON; O'DONOGHUE, 1998; HUMPHREYS, 1998; KRALJ, 2000; LEDUC, 1997; PRIETO-LARA; OCAÑA-RIOLA, 2009). Morar em um local sem a possibilidade de acessar um centro com mais população, com mais infraestrutura e com mais serviços caracteriza um modo de vida distante do urbano. A quantidade e a qualidade das infraestruturas voltadas ao transporte se constituem, assim, em uma expressão da relação entre o *melieu* e o *genre de vie*, tal como abordado por Sorré (1948, 1958). O tempo de deslocamento médio a um grande centro é uma variável que permite mensurar tanto o isolamento, quanto a facilidade a acesso a bens e serviços. Assim, é uma variável imprescindível na mensuração do modo de vida.

Assim sendo, residir em um lugar em que o tempo de deslocamento a grande centros é pequeno, aproxima o indivíduo de um modo de vida urbano. Para mensurar o tempo médio de deslocamento foram utilizados dados da pesquisa “Travel time to major cities: A global map of Accessibility” de Nelson (2008). A pesquisa oferece dados do tempo, em minutos, relativo ao deslocamento a cidade mais próxima, com mais de 50.000 habitantes, considerando o modal de transporte mais eficiente disponível. Com a disponibilização da camada raster (dados georeferenciados), com uma resolução de 30'', equivalentes a um quilômetro na linha do equador, foi calculado a média dos tempos de deslocamento, considerando todo o território de cada mesorregião. Essa média foi obtida através do algoritmo zonal statistics, calculado no software QGIS (QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM, 2014).

Uma vez obtido os dados das médias dos tempos de deslocamento de cada mesorregião, esses serviram para se calcular o subíndice tempo de deslocamento, para a composição do índice de caracterização de territórios. O tempo de deslocamento, a exemplo da renda, não apresenta uma correlação perfeita com o modo de vida (WIRTH, 2005). A medida que há um aumento do tempo de deslocamento, o poder de alteração de um minuto a

mais nesse tempo, no modo de vida, é reduzido. Assim optou-se pela correção logarítmica da variável ao se calcular o subíndice. Desta forma a fórmula do subíndice tempo de deslocamento foi:

$$Sub\acute{i}ndice_{Tempo\ de\ deslocamento} = \frac{\log\left(\frac{\text{valor m\acute{e}dio do tempo de deslocamento na mesorregi\~{a}o}}{\text{valor m\acute{a}ximo}}\right) - \log\left(\frac{\text{valor m\acute{e}dio do tempo de deslocamento na mesorregi\~{a}o}}{\text{valor m\acute{m}imo}}\right)}{\log(\text{valor m\acute{a}ximo}) - \log(\text{valor m\acute{m}imo})}$$

O subíndice tempo de deslocamento teve como valores balizadores 26,28 minutos, valor correspondente a mesorregião Metropolitana de Recife, e dois dias, treze horas e trinta e quatro minutos (3694,04 minutos), valor resultado da mesorregião Norte Amazonense. Somente pela amplitude e pelo desvio padrão da variável (559,74 minutos), é possível constatar que o território brasileiro apresenta grandes discrepâncias no que tange essa dimensão do modo de vida. Os resultados para as mesorregiões do território brasileiro estão expostos na Tabela 48.

Tabela 48 – Subíndice tempo de deslocamento por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento	Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento
1	Madeira-Guaporé	993,93	0,735	70	Noroeste de Minas	181,40	0,391
2	Leste Rondoniense	515,52	0,602	71	Metropolitana de Belo Horizonte	120,02	0,307
3	Vale do Juruá	2207,72	0,896	72	Jequitinhonha	224,60	0,434
4	Vale do Acre	1046,20	0,745	73	Central Mineira	152,97	0,356
5	Sul Amazonense	1643,98	0,836	74	Campo das Vertentes	91,07	0,251
6	Sudoeste Amazonense	3063,77	0,962	75	Sul Espírito-santense	111,73	0,293
7	Norte Amazonense	3694,05	1,000	76	Noroeste Espírito-santense	129,00	0,322
8	Centro Amazonense	1603,71	0,831	77	Litoral Norte Espírito-santense	129,78	0,323
9	Sul de Roraima	1447,74	0,811	78	Central Espírito-santense	119,37	0,306
10	Norte de Roraima	1095,23	0,754	79	Sul Fluminense	113,53	0,296
11	Sudoeste Paraense	2191,29	0,894	80	Norte Fluminense	109,49	0,289
12	Sudeste Paraense	867,33	0,707	81	Noroeste Fluminense	82,65	0,232
13	Nordeste Paraense	317,57	0,504	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	70,80	0,200
14	Metropolitana de Belém	89,22	0,247	83	Centro Fluminense	101,85	0,274
15	Marajó	1124,26	0,759	84	Baixas	77,46	0,219
16	Baixo Amazonas	1807,02	0,855	85	Vale do Paraíba Paulista	135,74	0,332
17	Sul do Amapá	1447,18	0,811	86	São José do Rio Preto	84,95	0,237
18	Norte do Amapá	1426,65	0,808	87	Ribeirão Preto	91,03	0,251
19	Oriental do Tocantins	316,52	0,503	88	Presidente Prudente	112,33	0,294

Fonte: Elaborado baseado nos dados Nelson (2008).

Tabela 48 – Subíndice tempo de deslocamento por mesorregião (Continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento	Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento
20	Ocidental do Tocantins	307,26	0,497	89	Piracicaba	63,19	0,177
21	Sul Maranhense	257,25	0,461	90	Metropolitana de São Paulo	67,39	0,190
22	Oeste Maranhense	360,41	0,529	91	Marília	81,12	0,228
23	Norte Maranhense	220,95	0,430	92	Macro Metropolitana Paulista	92,95	0,255
24	Leste Maranhense	206,67	0,417	93	Litoral Sul Paulista	296,54	0,490
25	Centro Maranhense	226,63	0,436	94	Itapetininga	148,81	0,351
26	Sudoeste Piauiense	412,43	0,557	95	Campinas	55,28	0,150
27	Sudeste Piauiense	183,95	0,393	96	Bauru	99,47	0,269
28	Norte Piauiense	165,21	0,372	97	Assis	96,36	0,263
29	Centro-Norte Piauiense	196,46	0,407	98	Araraquara	89,17	0,247
30	Sul Cearense	106,82	0,284	99	Araçatuba	83,71	0,234
31	Sertões Cearenses	139,98	0,338	100	Sudoeste Paranaense	95,56	0,261
32	Norte Cearense	136,32	0,333	101	Sudeste Paranaense	142,23	0,341
33	Noroeste Cearense	147,66	0,349	102	Oeste Paranaense	125,48	0,316
34	Metropolitana de Fortaleza	63,86	0,180	103	Norte Pioneiro Paranaense	114,35	0,297
35	Jaguaribe	143,46	0,343	104	Norte Central Paranaense	92,52	0,254
36	Centro-Sul Cearense	102,38	0,275	105	Noroeste Paranaense	89,86	0,249
37	Oeste Potiguar	119,02	0,305	106	Metropolitana de Curitiba	167,46	0,374
38	Leste Potiguar	74,85	0,212	107	Centro Oriental Paranaense	115,94	0,300
39	Central Potiguar	113,48	0,296	108	Centro Ocidental Paranaense	109,93	0,289

Fonte: Elaborado baseado nos dados Nelson (2008).

Tabela 48 – Subíndice tempo de deslocamento por mesorregião (Continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento	Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes (em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento
40	Agreste Potiguar	117,07	0,302	109	Centro-Sul Paranaense	166,05	0,373
41	Sertão Paraibano	134,24	0,330	110	Vale do Itajaí	154,11	0,358
42	Mata Paraibana	71,42	0,202	111	Sul Catarinense	94,12	0,258
43	Borborema	103,66	0,277	112	Serrana	166,41	0,373
44	Agreste Paraibano	94,65	0,259	113	Oeste Catarinense	125,74	0,316
45	Sertão Pernambucano	142,99	0,343	114	Norte Catarinense	122,87	0,312
46	São Francisco Pernambucano	140,14	0,338	115	Grande Florianópolis	184,04	0,394
47	Metropolitana de Recife	26,28	0,000	116	Sudoeste Rio-grandense	113,37	0,296
48	Mata Pernambucana	59,17	0,164	117	Sudeste Rio-grandense	131,02	0,325
49	Agreste Pernambucano	82,19	0,231	118	Noroeste Rio-grandense	100,01	0,270
50	Sertão Alagoano	123,46	0,313	119	Nordeste Rio-grandense	113,06	0,295
51	Leste Alagoano	89,49	0,248	120	Metropolitana de Porto Alegre	117,30	0,302
52	Agreste Alagoano	79,45	0,224	121	Centro Oriental Rio-grandense	78,71	0,222
53	Sertão Sergipano	112,91	0,295	122	Centro Ocidental Rio-grandense	110,91	0,291
54	Leste Sergipano	84,08	0,235	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	210,96	0,421
55	Agreste Sergipano	113,32	0,295	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	345,40	0,521
56	Vale São-Franciscano da Bahia	274,13	0,474	125	Leste de Mato Grosso do Sul	213,38	0,423
57	Sul Baiano	135,39	0,331	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	212,57	0,423

Fonte: Elaborado baseado nos dados Nelson (2008).

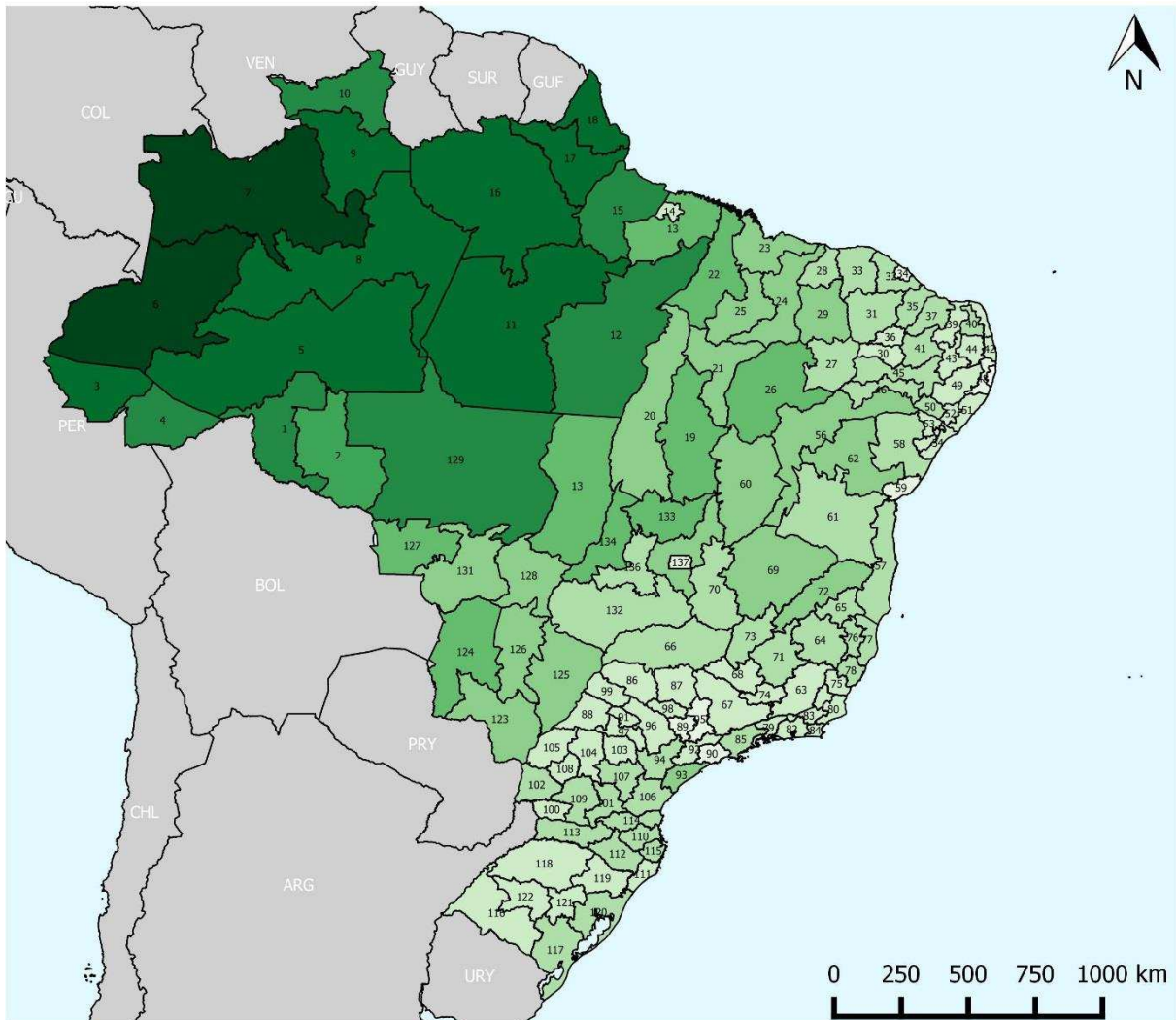
Tabela 48 – Subíndice tempo de deslocamento por mesorregião (Continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes(em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento	Código Mapa	Mesorregião	Tempo médio de deslocamento a um centro com mais de 50000 habitantes(em minutos)	Subíndice Tempo de deslocamento
58	Nordeste Baiano	142,34	0,342	127	Sudoeste Mato-grossense	359,07	0,529
59	Metropolitana de Salvador	59,72	0,166	128	Sudeste Mato-grossense	230,88	0,439
60	Extremo Oeste Baiano	245,03	0,451	129	Norte Mato-grossense	847,82	0,702
61	Centro Sul Baiano	186,10	0,396	130	Nordeste Mato-grossense	747,34	0,677
62	Centro Norte Baiano	213,72	0,424	131	Centro-Sul Mato-grossense	234,08	0,442
63	Zona da Mata	100,38	0,271	132	Sul Goiano	176,63	0,385
64	Vale do Rio Doce	138,25	0,336	133	Norte Goiano	334,94	0,515
65	Vale do Mucuri	169,10	0,376	134	Noroeste Goiano	362,64	0,531
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	129,12	0,322	135	Leste Goiano	193,79	0,404
67	Sul/Sudoeste de Minas	100,97	0,272	136	Centro Goiano	157,43	0,362
68	Oeste de Minas	114,27	0,297	137	Distrito Federal	56,10	0,153
69	Norte de Minas	218,38	0,428				

Fonte: Elaborado baseado nos dados Nelson (2008).

A média dos resultados do “subíndice tempo de deslocamento” foi de 0,387 e o desvio padrão foi de 0,188. Esses dados mostram que no Brasil, no que diz respeito aos dados disponíveis em 2010, havia uma concentração de mesorregiões com um modo de vida predominantemente urbano nesse quesito. Esses resultados corroboram os estudos de Endlich (2010), que concluíram que no que tange o modo de vida, o Brasil é mais urbano do que se estima. Assim como os outros subíndices a espacialidade dos dados é importante para a compreensão e análise dos resultados. Principalmente, nesse subíndice, no qual é clara a relação entre o melieu e o modo de vida, como já apontava Sorré (1948). Nesse subíndice, em especial, o padrão espacial da distribuição dos resultados pode auxiliar na clareza dos resultados obtidos.

Figura 35 – O subíndice tempo de deslocamento aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda

- 0.00 - 0.10
- 0.10 - 0.20
- 0.20 - 0.30
- 0.30 - 0.40
- 0.40 - 0.50
- 0.50 - 0.60
- 0.60 - 0.70
- 0.70 - 0.80
- 0.80 - 0.90
- 0.90 - 1.00

Mapa da aplicação do subíndice tempo de deslocamento, do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE. Os códigos do mapa se encontram na tabela 50.

Fonte: Elaborado baseado nos dados Nelson (2008).

A exemplo dos outros subíndices, foi clara a concentração de valores mais baixos no centro-sul e no litoral nodestino. A diferença aqui, foi que o Norte do país se destacou com os valores mais altos, inclusive, muito mais altos que no interior nodestino, o que não

aconteceu nos outros subíndices. Esses resultados corroboram DNIT (2011), que apontam que a região Norte do Brasil é a que possui menor infraestrutura de transportes. Esses dados apontam que a região Norte brasileira possui, predominantemente, um modo de vida rural.

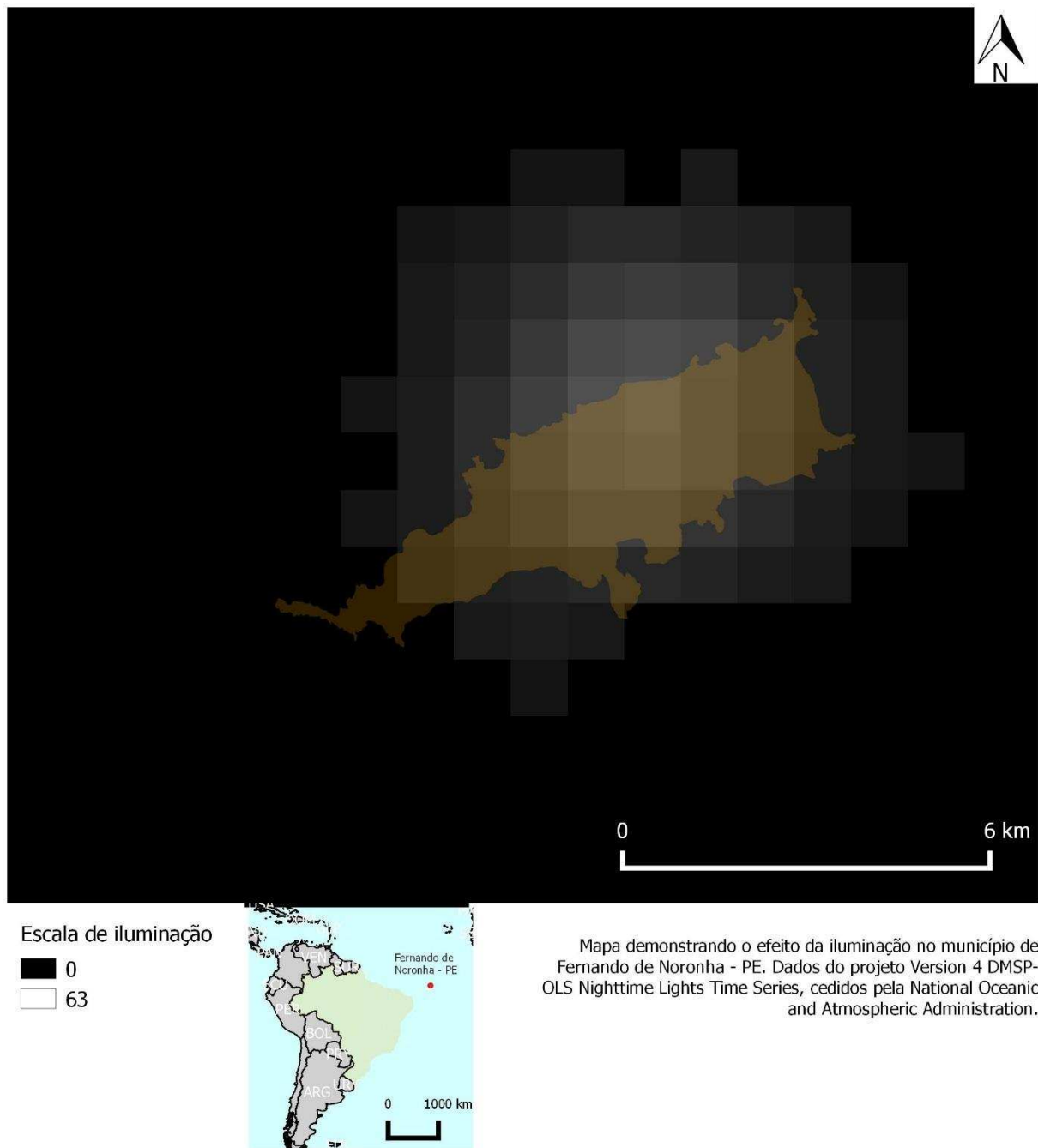
6.4.5 O subíndice Iluminação

Para compor o índice de caracterização de território, a última dimensão considerada foi o “subíndice iluminação”. A iluminação, aqui apresentada, não deve ser confundida com acesso a energia elétrica no domicílio. E, sim, como a iluminação pública, fora do domicílio. Essa opção foi adotada porque, apesar de ambas afetarem os modos de vida, a iluminação exterior apresenta algumas especificidades que a tornam mais adequada ao propósito em questão. Primeiramente, pelo fato dessa variável não apresentar forte correlação com a renda, dimensão já inclusa no índice de caracterização de territórios. A variável iluminação, analisada, não é uma variável binária e sim escalar, o que oferece benefícios na criação do índice. Além disso, a variável é uma proxy para verificar a dimensão dos assentamentos humanos, e possibilita resultados melhores nessa delimitação do que a oferecida pelos limites oficiais (CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al., 2011a).

A variável, que compõe o “subíndice iluminação”, é composta pelos dados de luz visível, estável e sem nuvens, obtidos pelo satélite F18, disponibilizados pela National Oceanic and Atmospheric Administration - NOAA (2015), no projeto Version 4 DMSP-OLS Nighttime Lights Time Series. Esses dados consistem em uma camada, tipo raster, com uma resolução de 30”, equivalentes a um quilômetro no equador, da iluminação noturna artificial perene e estável, visível do espaço de todo planeta. Para verificar se a iluminação é estável, ou seja, não é fruto de uma queimada ou de um evento temporário, o satélite F18 da NOAA coleta dados durante todo o ano e descarta a iluminação detectada que não é permanente nesse tempo. Além de desconsiderar dados que são alterados pela presença de nuvens ou outros eventos meteorológicos que irradiam luz, como a aurora boreal, ou o reflexo da iluminação do sol e da lua. Uma vez coletados esses dados, a NOAA cria uma escala, que vai de 0 a 63, para verificar a intensidade da iluminação, através da quantidade de lúmens detectados pelo satélite F18. No escore criado, 0 representa as localidades sem iluminação estável, já as células que apresentam iluminação extrema recebem 63. Desta forma, aquelas localidades que possuem altos valores referentes a esta variável, possuem melhor iluminação (NATIONAL OCEANIC

AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION, 2015). Destaca-se aqui que o efeito da variável vai além do território no qual, efetivamente, ocorre a incidência de iluminação, dependendo de sua qualidade. Esse fato é demonstrado na Figura 36, no mapa do município de Fernando de Noronha – PE, escolhido por ser uma ilha, e ser distante mais de 300 quilômetros de qualquer outro ponto habitado. É possível através do “halo” do centro urbano, o qual se refere as concentrações de iluminação artificial, identificar a intensidade da urbanização de um determinado território.

Figura 36 – Efeito da iluminação artificial sobre os território, exemplo de Fernando de Noronha – PE



Fonte: Elaborado baseado nos dados NOAA (2015).

Como a melhor qualidade da iluminação artificial possibilita ao indivíduo melhores condições de exercer atividades noturnas, como trabalho e lazer, pode-se considerar esta variável como relacionada modo de vida. Além disso, pode-se verificar que as localidades que têm maiores valores de iluminação artificial, possuem maiores concentrações populacionais, possibilitando ao indivíduo uma rede mais ampla de relações com pessoas com as quais ele

pode manter contato (FIÚZA; PINTO; BRAGA, 2014; LEFEBVRE; GAVIRIA, 1971; RAMBAUD, 1969; WIRTH, 2005). Considerando esses fatos, adotou-se como parâmetro que aquelas regiões onde havia melhor qualidade de iluminação noturna se encaixavam no constructo teórico relativo ao modo de vida urbano, pelo fato da iluminação ter o potencial de moldar o modo de vida do indivíduo (GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES, 2014; SORRE, 1958).

Assim como a “renda” e o “tempo de deslocamento”, a “iluminação” também não tem uma correlação perfeita com o modo de vida. À medida em que o ambiente no qual o indivíduo habita melhora a iluminação, um incremento nessa qualidade reduz a possível alteração em seu modo de vida, em direção ao tipo ideal urbano. Sendo assim, a exemplo dos outros subíndices que apresentaram essa peculiaridade, o “subíndice iluminação” foi corrigido pelo seu logarítmo. Considerou-se, portanto, que um aumento na qualidade da iluminação pode levar o indivíduo em direção ao modo de vida urbano. Desta forma, foi necessária a inversão dos resultados, para que o índice se mantivessem em uma escala ascendente em direção ao modo de vida rural:

$$Subíndice_{iluminação} = 1 - \frac{\log\left(\frac{Média\ da\ intensidade\ da\ iluminação\ artificial}{no\ território}\right) - \log(valor\ mínimo)}{\log(valor\ máximo) - \log(valor\ mínimo)}$$

Para se encontrar a média dos valores da intensidade da iluminação artificial nas mesorregiões estudadas, foi utilizado o algoritmo zonal statistics, do software QGIS (2014). Os valores balizadores para o território brasileiro foram 0,007, na mesorregião Norte Amazonense, e 34,053, na mesorregião Metropolitana de São Paulo. A Tabela 49 apresenta os resultados de todas as mesorregiões brasileiras.

Tabela 49 – Subíndice iluminação por mesorregião

Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação	Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação
1	Madeira-Guaporé Leste	0.5127	0.495	70	Noroeste de Minas	0.3787	0.531
2	Rondoniense	0.4969	0.499	71	Metropolitana de Belo Horizonte	7.2852	0.182
3	Vale do Juruá	0.1267	0.660	72	Jequitinhonha	0.6262	0.471
4	Vale do Acre	0.3985	0.525	73	Central Mineira	1.0948	0.406
5	Sul Amazonense Sudoeste	0.0188	0.885	74	Campo das Vertentes	3.1384	0.281
6	Amazonense Norte	0.0243	0.855	75	Sul Espírito-santense	6.6953	0.192
7	Amazonense Centro	0.0071	1.000	76	Noroeste Espírito-santense	3.1191	0.282
8	Amazonense	0.2639	0.573	77	Litoral Norte Espírito-santense	5.3572	0.218
9	Sul de Roraima	0.0668	0.735	78	Central Espírito-santense	9.5208	0.150
10	Norte de Roraima Sudoeste	0.2079	0.602	79	Sul Fluminense	9.2305	0.154
11	Paraense Sudeste	0.0522	0.765	80	Norte Fluminense	9.3269	0.153
12	Paraense Nordeste	0.3329	0.546	81	Noroeste Fluminense	5.7933	0.209
13	Paraense Metropolitana	0.7507	0.450	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	26.8938	0.028
14	de Belém	10.3137	0.141	83	Centro Fluminense	7.3238	0.181
15	Marajó Baixo	0.1041	0.683	84	Baixadas	16.1771	0.088
16	Amazonas	0.0870	0.704	85	Vale do Paraíba Paulista	9.1468	0.155
17	Sul do Amapá	0.3449	0.542	86	São José do Rio Preto	5.5488	0.214
18	Norte do Amapá	0.0553	0.758	87	Ribeirão Preto	7.5332	0.178
19	Ocidental do Tocantins	0.3179	0.551	88	Presidente Prudente	3.8716	0.257
20	Ocidental do Tocantins	0.3695	0.534	89	Piracicaba	14.5995	0.100
21	Sul Maranhense Oeste	0.2493	0.580	90	Metropolitana de São Paulo	34.0525	0.000
22	Maranhense	0.5515	0.486	91	Marília	5.1187	0.224

Fonte: Elaborado baseado nos dados NOAA (2015).

Tabela 49 – Subíndice iluminação por mesorregião (continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação	Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação
23	Norte Maranhense	1.7918	0.347	92	Macro Metropolitana Paulista	18.8197	0.070
24	Leste Maranhense	0.7321	0.453	93	Litoral Sul Paulista	3.0608	0.284
25	Centro Maranhense	0.5548	0.486	94	Itapetininga	3.8124	0.258
26	Sudoeste Piauiense	0.2232	0.593	95	Campinas	17.4108	0.079
27	Sudeste Piauiense	0.7103	0.457	96	Bauru	6.1885	0.201
28	Norte Piauiense	1.0802	0.407	97	Assis	4.8714	0.229
29	Centro-Norte Piauiense	0.9645	0.420	98	Araraquara	8.3826	0.165
30	Sul Cearense	4.0829	0.250	99	Araçatuba	4.5730	0.237
31	Sertões Cearenses	1.0439	0.411	100	Sudoeste Paranaense	3.4241	0.271
32	Norte Cearense	4.6474	0.235	101	Sudeste Paranaense	1.5866	0.362
33	Noroeste Cearense	2.8845	0.291	102	Oeste Paranaense	3.5085	0.268
34	Metropolitana de Fortaleza	23.8324	0.042	103	Norte Pioneiro Paranaense	3.1290	0.282
35	Jaguaribe	3.1924	0.279	104	Norte Central Paranaense	5.6045	0.213
36	Centro-Sul Cearense	3.3069	0.275	105	Noroeste Paranaense	3.1470	0.281
37	Oeste Potiguar	3.4806	0.269	106	Metropolitana de Curitiba	6.9199	0.188
38	Leste Potiguar	11.1802	0.131	107	Centro Oriental Paranaense	2.1858	0.324
39	Central Potiguar	2.0636	0.331	108	Centro Ocidental Paranaense	2.5123	0.308
40	Agreste Potiguar	3.9273	0.255	109	Centro-Sul Paranaense	1.2293	0.392
41	Sertão Paraibano	4.2523	0.245	110	Vale do Itajaí	8.7184	0.161
42	Mata Paraibana	14.8886	0.098	111	Sul Catarinense	10.6405	0.137
43	Borborema	2.0245	0.333	112	Serrana	1.4601	0.372
44	Agreste Paraibano	7.2442	0.183	113	Oeste Catarinense	3.6020	0.265
45	Sertão Pernambucano	1.6505	0.357	114	Norte Catarinense	5.2776	0.220
46	São Francisco Pernambucano	1.5354	0.366	115	Grande Florianópolis	10.2461	0.142
47	Metropolitana de Recife	31.7376	0.008	116	Sudoeste Rio-grandense	0.6461	0.468
48	Mata Pernambucana	13.0026	0.114	117	Sudeste Rio-grandense	1.4600	0.372

Fonte: Elaborado baseado nos dados NOAA (2015).

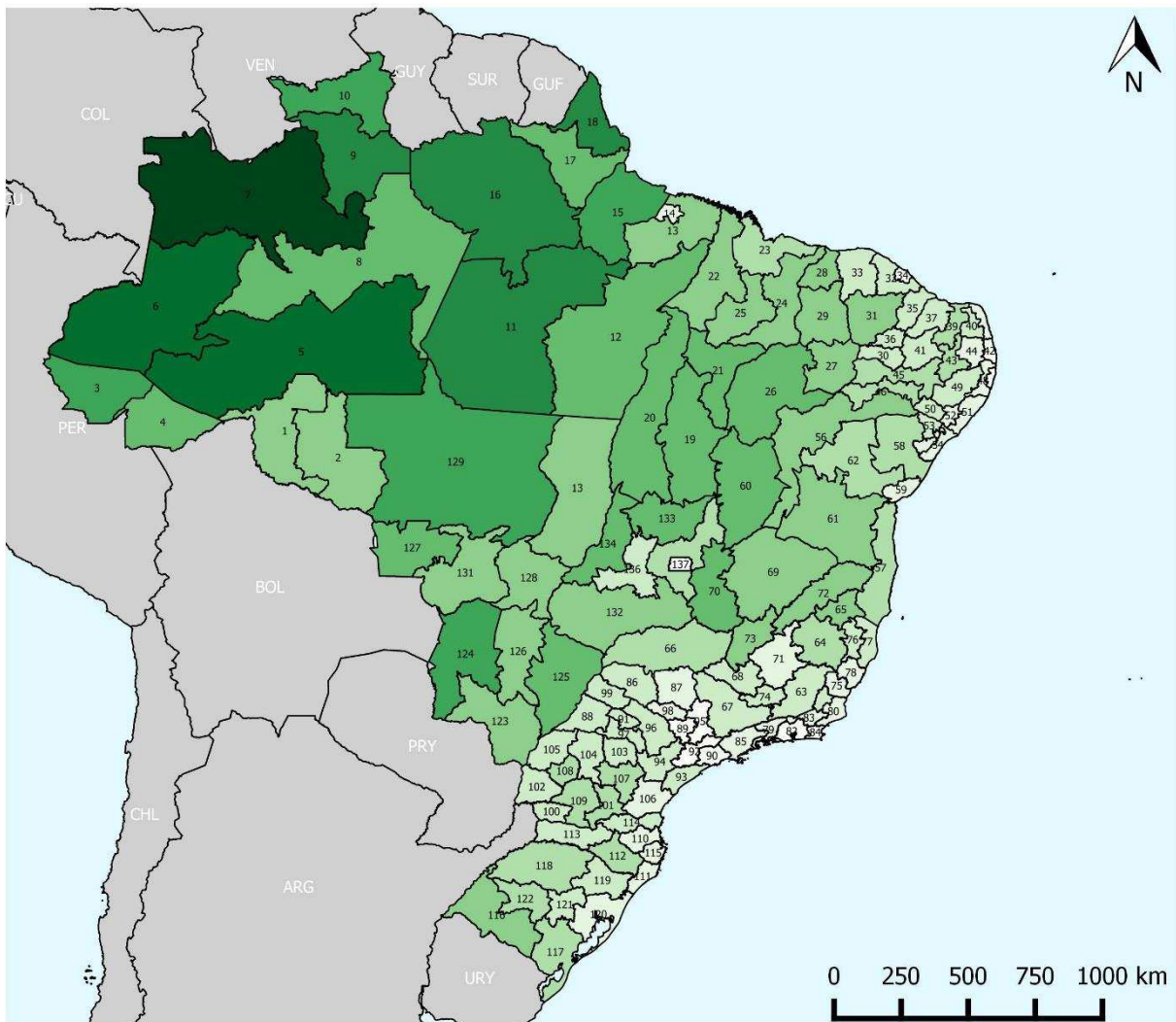
Tabela 49 – Subíndice iluminação por mesorregião (conclusão)

Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação	Código Mapa	Mesorregião	Média da intensidade da iluminação artificial	Subíndice iluminação
49	Agreste Pernambucano	6.1701	0.202	118	Noroeste Rio-grandense	2.1392	0.327
50	Sertão Alagoano	4.7606	0.232	119	Nordeste Rio-grandense	3.1973	0.279
51	Leste Alagoano	9.9410	0.145	120	Metropolitana de Porto Alegre	8.4355	0.165
52	Agreste Alagoano	8.0781	0.170	121	Centro Oriental Rio-grandense	3.5454	0.267
53	Sertão Sergipano	4.0724	0.251	122	Centro Ocidental Rio-grandense	1.1488	0.400
54	Leste Sergipano	10.7719	0.136	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0.7966	0.443
55	Agreste Sergipano	7.2143	0.183	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	0.1703	0.625
56	Vale São-Franciscano da Bahia	0.4929	0.500	125	Leste de Mato Grosso do Sul	0.4148	0.520
57	Sul Baiano	1.9397	0.338	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0.7715	0.447
58	Nordeste Baiano	2.0871	0.329	127	Sudoeste Mato-grossense	0.3567	0.538
59	Metropolitana de Salvador	14.0434	0.104	128	Sudeste Mato-grossense	0.7021	0.458
60	Extremo Oeste Baiano	0.2894	0.563	129	Norte Mato-grossense	0.1782	0.620
61	Centro Sul Baiano	1.0222	0.414	130	Nordeste Mato-grossense	0.1272	0.660
62	Centro Norte Baiano	1.6950	0.354	131	Centro-Sul Mato-grossense	0.6485	0.467
63	Zona da Mata	4.3712	0.242	132	Sul Goiano	0.8903	0.430
64	Vale do Rio Doce	2.0868	0.329	133	Norte Goiano	0.4343	0.515
65	Vale do Mucuri	0.9286	0.425	134	Noroeste Goiano	0.3384	0.544
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.4251	0.374	135	Leste Goiano	1.4084	0.376
67	Sul/Sudoeste de Minas	3.2651	0.277	136	Centro Goiano	4.0524	0.251
68	Oeste de Minas	2.9053	0.290	137	Distrito Federal	23.2233	0.045
69	Norte de Minas	0.6963	0.459				

Fonte: Elaborado baseado nos dados NOAA (2015).

A média de 0,344 do subíndice iluminação revelou um país no qual o seu território mostrava-se perpassado pelo modo de vida urbano, no que diz respeito a esta variável. O desvio padrão de 0,192, também indicou certa homogeneidade dos dados. Pode-se perceber que, no Brasil, ainda havia, em relação aos dados de 2010, territórios nos quais a iluminação pública de qualidade estava distante, principalmente nas mesorregiões ao norte do país. Considerando que a escala de qualidade da iluminação variava de 0 a 63, ter várias mesorregiões com valores abaixo de 0,1, mostra essa dificuldade. O Council for the Protection of Rural England, em sua visão do rural, aponta que a “escuridão nos céus noturnos” é uma dimensão a ser considerada (BOWLER, 2005). Nesse caso, no Brasil, tínhamos, em 2010, várias regiões que possuíam essa característica do modo de vida rural. A espacialidade dos resultados relativos ao subíndice iluminação é apresentada na figura 37.

Figura 37 – O subíndice iluminação aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda

- 0.00 - 0.10
- 0.10 - 0.20
- 0.20 - 0.30
- 0.30 - 0.40
- 0.40 - 0.50
- 0.50 - 0.60
- 0.60 - 0.70
- 0.70 - 0.80
- 0.80 - 0.90
- 0.90 - 1.00

Mapa da aplicação do subíndice iluminação, do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE. Os códigos do mapa se encontram na tabela que apresenta os dados.

Fonte: Elaborado baseado nos dados NOAA (2015).

Mais uma vez se repete o padrão espacial que os dados têm demonstrado nos subíndices até aqui. O centro-sul e o litoral nordeste do Brasil apresentaram valores mais baixos e o norte e interior nordestino valores mais altos. Porém, como mostra a Figura 37, o

centro oeste apresetava resultados mais altos, com a exceção do Distrito Federal e do Centro Goiano. Já as mesorregiões do interior do nordeste, mais distantes do litoral, apresentavam valores mais altos, ou seja, mais rurais, como o Extremo Oeste Baiano, o Sudoeste Piauiense e o Sul Maranhense. Essas regiões apresentavam-se permeadas por modos de vida mais distantes do tipo ideal urbano (GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES, 2014).

6.5 O índice de caracterização de territórios pelo modo de vida rural e urbano

Como explicado anteriormente, o Índice de Caracterização de Territórios visa caracterizar as mesorregiões brasileiras em uma escala que varia de 0 (predominância do modo de vida rural) a 1 (predominância do modo de vida urbano). Esse índice se difere dos índices de ruralidade, apresentados nessa tese, por considerar que o rural e o urbano são modos de vida, e não espaços geográficos, em si. Contudo, é óbvia a interrelação dos assentamentos humanos com o entorno em que habita. A literatura acadêmica apresenta em abandonar as delimitações tradicionais de urbano e rural, baseadas normalmente em dados demográficos, passando a utilizar, cada vez mais, as dimensões do modo de vida em suas concepções (CLOKE; MILBOURNE, 1992; ÖGDÜL, 2010). Todavia, ainda que compreender rural e urbano, como um modo de vida, nos desvencilhe de uma série de limitações apresentadas no decorrer dessa tese, essa abordagem apresentará as suas próprias limitações, como por exemplo, as limitações para se selecionar proxies relativas ao modo de vida e obter dados individuais com uma agregação geográfica pequena.

Consciente das limitações intrínsecas ao estudo, o Índice de Caracterização de Territórios (ICT) busca identificar os modo de vida dos territórios, segundo os tipos ideias urbanos e rurais. Feitos esses comentários, essenciais para a compreensão dos resultados, passa-se adiante para a aplicação do índice de caracterização de territórios. O índice foi composto pela média aritmética dos subíndices apresentados nessa tese. A seguir apresenta-se a fórmula para a obtenção do índice nas mesorregiões brasileiras:

$$ICT = \frac{1}{5} Subíndice_{Trabalho} + \frac{1}{5} Subíndice_{educação} + \frac{1}{5} Subíndice_{renda} + \frac{1}{5} Subíndice_{Tempo de deslocamento} + \frac{1}{5} Subíndice_{Iluminação}$$

Onde ICT é o resultado do índice de caracterização de territórios

Como o índice de caracterização de territórios foi composto pelos subíndices já apresentados, espera-se que seu resultado reflita todas as características do modo de vida, já citadas em cada subíndice. A aplicação do índice nas mesorregiões brasileiras mostrou resultados que variaram de 0,044, no Distrito Federal, a 0,996, no Norte Amazonense.

Tabela 50 – Índice de Caracterização de Territórios para as mesorregiões

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios	Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
1	Madeira-Guaporé	0.510	70	Noroeste de Minas	0.516
2	Leste Rondoniense	0.582	71	Metropolitana de Belo Horizonte	0.249
3	Vale do Juruá	0.789	72	Jequitinhonha	0.617
4	Vale do Acre	0.544	73	Central Mineira	0.451
5	Sul Amazonense	0.889	74	Campo das Vertentes	0.362
6	Sudoeste Amazonense	0.944	75	Sul Espírito-santense	0.430
7	Norte Amazonense	0.966	76	Noroeste Espírito-santense	0.489
8	Centro Amazonense	0.581	77	Litoral Norte Espírito-santense	0.417
9	Sul de Roraima	0.804	78	Central Espírito-santense	0.272
10	Norte de Roraima	0.529	79	Sul Fluminense	0.284
11	Sudoeste Paraense	0.783	80	Norte Fluminense	0.317
12	Sudeste Paraense	0.656	81	Noroeste Fluminense	0.364
13	Nordeste Paraense	0.710	82	Metropolitana do Rio de Janeiro	0.165
14	Metropolitana de Belém	0.307	83	Centro Fluminense	0.342
15	Marajó	0.839	84	Baixadas	0.264
16	Baixo Amazonas	0.764	85	Vale do Paraíba Paulista	0.252
17	Sul do Amapá	0.533	86	São José do Rio Preto	0.261
18	Norte do Amapá	0.759	87	Ribeirão Preto	0.241
19	Oriental do Tocantins	0.456	88	Presidente Prudente	0.312
20	Ocidental do Tocantins	0.548	89	Piracicaba	0.214
21	Sul Maranhense	0.590	90	Metropolitana de São paulo	0.131
22	Oeste Maranhense	0.646	91	Marília	0.252
23	Norte Maranhense	0.523	92	Macro Metropolitana Paulista	0.228
24	Leste Maranhense	0.666	93	Litoral Sul Paulista	0.427
25	Centro Maranhense	0.673	94	Itapetininga	0.385
26	Sudoeste Piauiense	0.691	95	Campinas	0.180
27	Sudeste Piauiense	0.637	96	Bauru	0.270
28	Norte Piauiense	0.606	97	Assis	0.307

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013b) e NOAA (2015).

Tabela 50 – Índice de Caracterização de Territórios para as mesorregiões (continuação)

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios	Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
29	Centro-Norte Piauiense	0.457	98	Araraquara	0.245
30	Sul Cearense	0.509	99	Araçatuba	0.281
31	Sertões Cearenses	0.656	100	Sudoeste Paranaense	0.424
32	Norte Cearense	0.601	101	Sudeste Paranaense	0.541
33	Noroeste Cearense	0.593	102	Oeste Paranaense	0.352
34	Metropolitana de Fortaleza	0.263	103	Norte Pioneiro Paranaense	0.403
35	Jaguaribe	0.587	104	Norte Central Paranaense	0.278
36	Centro-Sul Cearense	0.570	105	Noroeste Paranaense	0.370
37	Oeste Potiguar	0.485	106	Metropolitana de Curitiba	0.225
38	Leste Potiguar	0.290	107	Centro Oriental Paranaense	0.373
39	Central Potiguar	0.519	108	Centro Ocidental Paranaense	0.400
40	Agreste Potiguar	0.586	109	Centro-Sul Paranaense	0.506
41	Sertão Paraibano	0.516	110	Vale do Itajaí	0.280
42	Mata Paraibana	0.293	111	Sul Catarinense	0.318
43	Borborema	0.598	112	Serrana	0.430
44	Agreste Paraibano	0.481	113	Oeste Catarinense	0.418
45	Sertão Pernambucano	0.621	114	Norte Catarinense	0.294
46	São Francisco Pernambucano	0.544	115	Grande Florianópolis	0.180
47	Metropolitana de Recife	0.187	116	Sudoeste Rio-grandense	0.409
48	Mata Pernambucana	0.472	117	Sudeste Rio-grandense	0.408
49	Agreste Pernambucano	0.545	118	Noroeste Rio-grandense	0.424
50	Sertão Alagoano	0.626	119	Nordeste Rio-grandense	0.320
51	Leste Alagoano	0.376	120	Metropolitana de Porto Alegre	0.252
52	Agreste Alagoano	0.547	121	Centro Oriental Rio-grandense	0.413
53	Sertão Sergipano	0.613	122	Centro Ocidental Rio-grandense	0.357
54	Leste Sergipano	0.334	123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0.446
55	Agreste Sergipano	0.516	124	Pantaneais Sul Mato-grossense	0.518
56	Vale São-Franciscano da Bahia	0.662	125	Leste de Mato Grosso do Sul	0.425

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013b) e NOAA (2015).

Tabela 50 – Índice de Caracterização de Territórios para as mesorregiões (conclusão)

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios	Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
57	Sul Baiano	0.514	126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0.322
58	Nordeste Baiano	0.634	127	Sudoeste Mato-grossense	0.507
59	Metropolitana Salvador	0.261	128	Sudeste Mato-grossense	0.411
60	Extremo Oeste Baiano	0.611	129	Norte Mato-grossense	0.570
61	Centro Sul Baiano	0.633	130	Nordeste Mato-grossense	0.593
62	Centro Norte Baiano	0.589	131	Centro-Sul Mato-grossense	0.349
63	Zona da Mata	0.372	132	Sul Goiano	0.416
64	Vale do Rio Doce	0.453	133	Norte Goiano	0.543
65	Vale do Mucuri	0.545	134	Noroeste Goiano	0.547
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0.342	135	Leste Goiano	0.464
67	Sul/Sudoeste de Minas	0.381	136	Centro Goiano	0.288
68	Oeste de Minas	0.377	137	Distrito Federal	0.044
69	Norte de Minas	0.553			

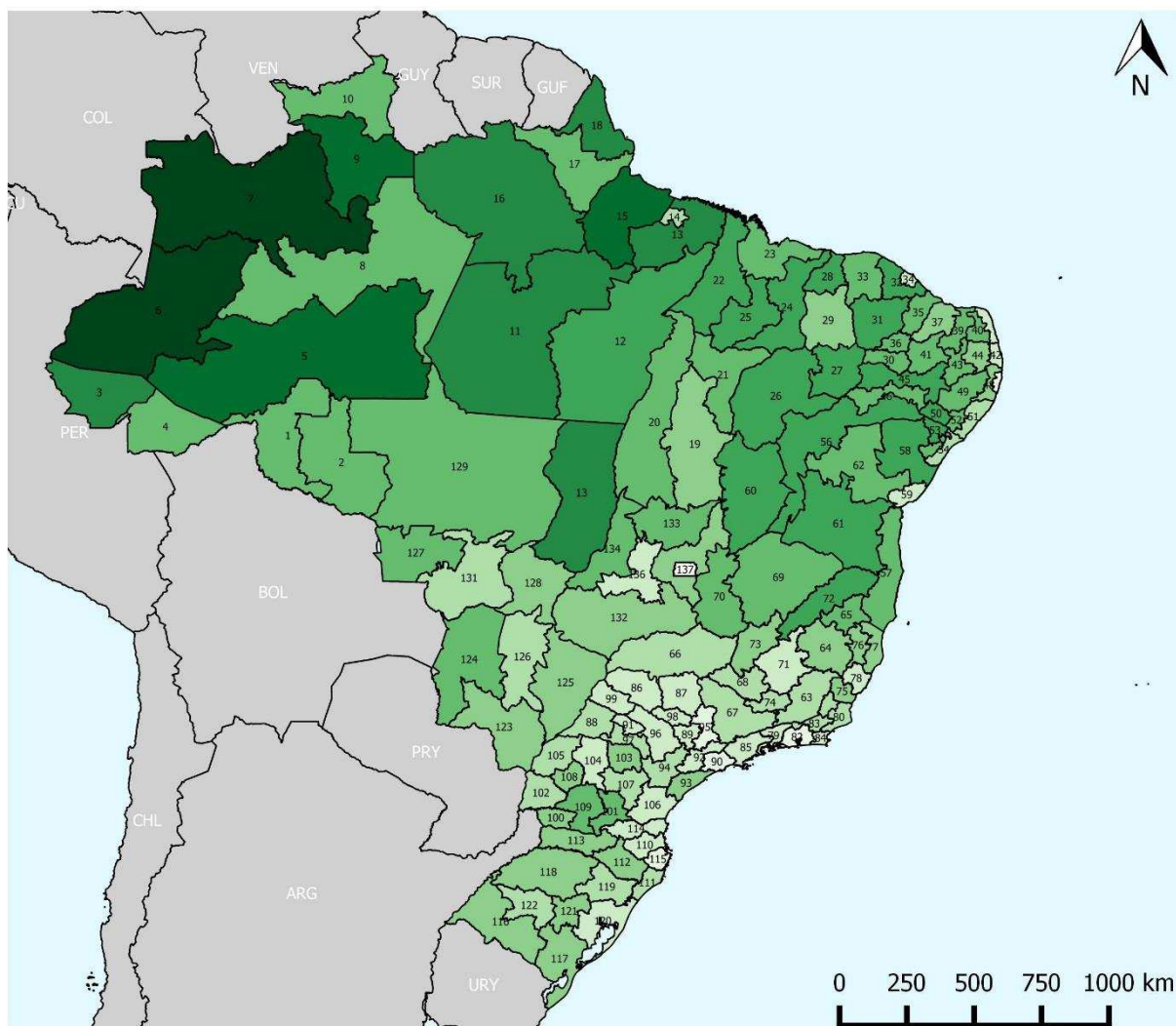
Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013b) e NOAA (2015).

A média dos resultados para o índice de caracterização de territórios, de 0,461; evidenciou que, em média, o Brasil, tinha territórios que podiam ser caracterizados como rurais. Entretanto, pôde-se observar que havia certa homogeneidade nos dados, uma vez que o desvio padrão foi de 0,173. Esses resultados reforçaram os estudos de Endlich (2010) e Braga et al. (2015a), que apresentaram o Brasil como um país no qual predominava o modo de vida urbano, ante ao rural. As mesorregiões caracterizadas como as mais urbanas, como o Distrito Federal, a Metropolitana de São Paulo e a Metropolitana do Rio de Janeiro, foram aquelas em que se situavam algumas das maiores cidades brasileiras, com grande importância política e econômica. Em contrapartida, as mesorregiões do interior do estado do Amazonas, do Norte Amazonense, do Sudoeste Amazonense e do Sul Amazonense, figuraram como as mais rurais, sendo conhecidas pelas dificuldades em infraestrutura e pela ausência de grandes parques industriais.

Os resultados do índice de caracterização de territórios proposto, não corresponderam a aplicações de índices internacionais no território brasileiro. As três mesorregiões citadas como as que se destacaram como as mais rurais nos índice proposto na tese, foram classificadas como “Intermediárias” na classificação da OCDE e duas delas, o Sudoeste Amazonense e o Sul Amazonense, receberam também a classificação de “Intermediárias” nos critérios propostos pelo Eurostat. Isto evidencia que, as dimensões consideradas por estes

organismos internacionais, não consideravam o modo de vida em sua elaboração. A disposição espacial, dos resultados do índice de caracterização de territórios, é vital para uma compreensão dos resultados, visto que o meio e o modo de vida estão inter-relacionados (ENDLICH, 2010; SORRE, 1948, 1958). A Figura 38 mostra os resultados finais do índice de caracterização de territórios, para o Brasil.

Figura 38 – O Índice de Caracterização de Territórios aplicado às mesorregiões brasileiras



Legenda

	0.044 - 0.100
	0.100 - 0.200
	0.200 - 0.300
	0.300 - 0.400
	0.400 - 0.500
	0.500 - 0.600
	0.600 - 0.700
	0.700 - 0.800
	0.800 - 0.900
	0.900 - 0.966

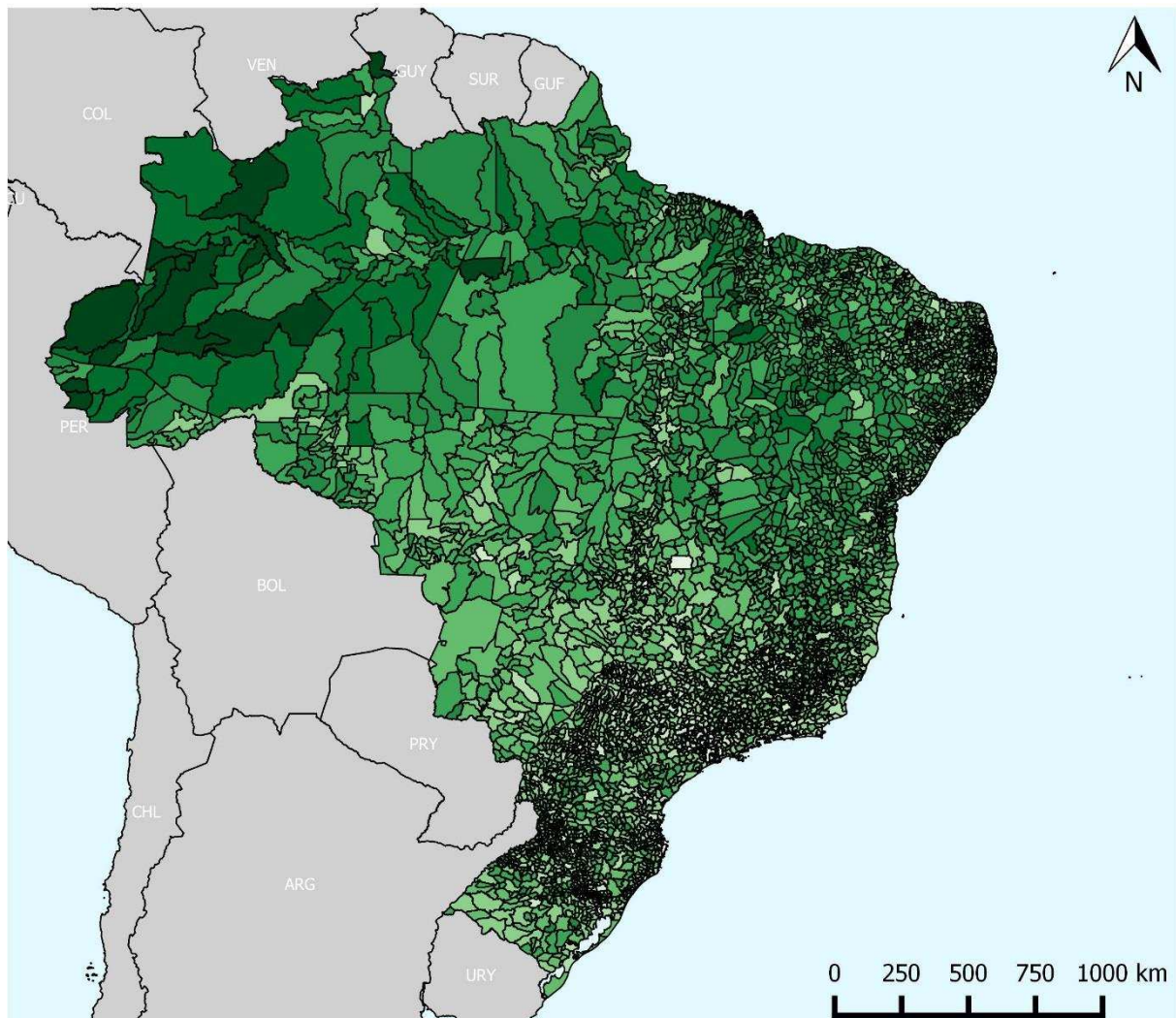
Mapa da aplicação do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de mesorregiões. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE, dos dados satélite F18 da NOAA e dos dados projeto Travel time to major cities, financiado pela União Europeia. Os códigos do mapa se encontram na tabela que apresentam-se os dados.

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013b) e NOAA (2015).

A partir da Figura 38 tornou-se possível traçar uma linha latitudinal na altura da mesorregião do Distrito Federal que separa os territórios caracterizados pela predominância do modo de vida rural e ao sul os territórios em que impera o modo de vida urbano. Contudo, observou-se exceções tanto dentro do Brasil predominantemente urbano, quanto do Brasil predominantemente rural: as mesorregiões no litoral nordeste, onde estão situadas as capitais estaduais e a mesorregião Metropolitana de Belém, apresentam características urbanas, apesar de estarem situadas dentro da linha imaginária que demarca o Brasil predominantemente rural. Ao sul da linha imaginária também há exceções, mesorregiões com características mais rurais, o Centro-sul Paranaense, o Sudeste Paranaense e o Pantanal Sul Matogrossense, apresentaram índice de caracterização de territórios com valores superiores a 0,5, ou seja, com um predomínio do modo de vida rural.

Como as mesorregiões brasileiras apresentam um tamanho, relativamente grande, em se comparado com os países membros da OCDE, o índice de caracterização de territórios também foi aplicado em nível municipal. Os resultados variaram de 0,032, em São Caetano do Sul, no estado de São Paulo, a 0,898, em Fernando Falcão, no estado do Maranhão. No subíndice iluminação, cinco cidades não possuíam nenhum tipo de iluminação noturna perene visível do espaço, sendo elas, Maraja do Sena (MA), São Raimundo do Doca Bezerra (MA), Esperança do Sul (RS) e Lagoa Bonita do Sul (RS). Por isso, essas cidades receberam o valor 1, para esse subíndice, e foram desconsideradas, para efeitos de cálculo do mesmo. Assim como nas mesorregiões, nenhum dos municípios atingiu o extremo, mínimo ou máximo, do índice de caracterização de territórios. Isto mostrou que dentre os municípios brasileiros, nenhum possuía todas os subíndices em algum desses extremos. Pode-se observar na Figura 39 os resultados para essa aplicação.

Figura 39 – O índice de caracterização dos Territórios aplicado aos municípios



Legenda

	0.032 - 0.118
	0.118 - 0.205
	0.205 - 0.292
	0.292 - 0.378
	0.378 - 0.465
	0.465 - 0.551
	0.551 - 0.638
	0.638 - 0.725
	0.725 - 0.811
	0.811 - 0.898

Mapa da aplicação do Índice de Caracterização de Territórios, baseado nos modos de vida rural e urbano, em nível de Municípios. Com base nos dados dos censos brasileiros de 2010, promovido pelo IBGE, dos dados satélite F18 da NOAA e dos dados projeto Travel time to major cities, financiado pela União Europeia.

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013b) e NOAA (2015).

Como observado na Figura 39, o padrão geográfico da disposição dos territórios rurais não foi alterado, ao se mudar o nível de agregação dos dados. Ou seja, os municípios mais ao norte e ao interior permaneceram com características mais próximas a um modo de vida rural,

enquanto os municípios mais ao sul e ao litoral permaneceram com uma predominância do modo de vida urbano. Contudo, as exceções podem ser identificadas, tanto dentro do contexto mais ruralizado, quanto no mais urbanizado, o que demonstra o caráter objetivo e preciso do índice, no que diz respeito às suas possibilidades de medição dos atributos considerados. O valor médio para o índice de caracterização de territórios para os municípios brasileiros, foi de 0,515. Esse resultado apontou que, em média, as cidades brasileiras apresentavam um modo de vida, ligeiramente, mais rural. Notou-se também uma homogeneidade nos dados, tendo em vista que o desvio padrão, para o índice, foi de 0,114.

Os municípios com o maior preponderância do modo de vida rural foram, respectivamente, Fernando Falcão – MA (0,898), São Paulo de Olivença – AM (0,883), Marajá do Sena – MA (0,881), Atalaia do Norte – AM (0,880) e Maraã – AM (0,861). Todos esses municípios pertenciam ao estado do Maranhão e do Amazonas. Chama-se a atenção para o fato de que, em nível municipal, o interior do estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, obteve valores mais altos no índice de caracterização de territórios do que vários estados do norte do país. No extremo oposto, as cidades com maior expressão do modo de vida urbano no país foram, respectivamente, São Caetano do Sul – SP (0,032), Niterói – RJ (0,076), Águas de São Pedro (0,090), Belo Horizonte – MG (0,100) e Curitiba –PR (0,101), todos no centro-sul do Brasil. Os resultados revelaram que municípios de pequeno porte podem ter um modo de vida urbanizado. De fato, a maior cidade brasileira em população, São Paulo – SP, em um ranking do modo de vida urbano, se encontrava em 18º lugar. Enquanto isso, Águas de São Pedro – SP, com uma população de 2.707 habitantes, figurava na terceira posição do mesmo ranking. Corroborando que o modo de vida urbano pode se expressar em pequenas comunidades, como apontou Endrich (2010) e Fiúza et al. (2015).

6.6 Considerações finais

Definir o que é rural tem se mostrado uma tarefa hercúlea. Os pesquisadores nesse campo se deparam com tarefas de alta complexidade. Procurou-se, nesta pesquisa, fundamentar teoricamente o constructo de rural e urbano como modo de vida, a fim de que esse constructo pudesse ser usado para caracterizar o território. Na verdade, o grande pressuposto que tangenciou toda a concepção desta tese tem a sua fundamentação nas discussões referentes a relação entre “tempo” e “espaço”, como categorias distintas embora entrelaçadas. Conceber o espaço físico como forma e o modo de vida (tempo) como conteúdo, oportuniza perceber que o espaço é dinâmico e não algo pronto e acabado. Um território pode em determinado tempo, ter apresentado um modo de vida rural e ter passado a apresentar

contorno urbanos subsequentemente, sendo possível que o contrário também ocorresse. Um índice contribui para se caracterizar um território como urbano ou rural, ainda que a dinamicidade não seja captada pelo mesmo.

Dada essa possibilidade, essa tese buscou criar índice de caracterização de territórios, pautado nos modos de vida rural e urbano, os tomando como tipos ideais. Ao se analisar o caso brasileiro, deparou-se com um vazio em termos dos critérios objetivos para a caracterização do rural. Não havia qualquer definição formulada com critérios científicos empregada a nível nacional. Assim, buscando atuar nesse vazio de definições empiricamente aplicável a nível nacional, buscou-se elaborar e aplicar o índice de caracterização de territórios no Brasil.

Os resultados apontaram que, genericamente, o centro-sul brasileiro possui áreas com menores índices, caracterizando essas áreas com uma predominância do modo de vida urbano. Em oposição, o norte e o interior do nordeste brasileiro, despontam com características que apontam para um modo de vida mais rural. Há, evidentemente pelos resultados, exceções em ambas as áreas, apontando que o modo de vida urbano pode se manifestar mesmo em regiões onde o campo predomina, e há casos também de regiões com cidades plenamente desenvolvidas onde ainda permeiam traços do modo de vida rural. A cidade de São Paulo, por exemplo, apesar de ser considerada a maior cidade do país, não possui o menor índice, que a caracterizaria como a mais urbana. As mesorregiões Centro-sul Paranaense e Sudeste paranaense, mesmo estando no sul do país, região reconhecidamente uma das mais desenvolvidas do país com altos índices de IDH, e, contanto, despontam com um modo de vida tendendo para o rural.

Nenhuma mesorregião ou município obteve índices extremos, 0 ou 1, o que denota que, no Brasil, não há nenhuma região que possua os valores máximos nas características do modo de vida rural. Esse resultado é esperado, uma vez que o modo de vida rural foi aqui abordado como um tipo ideal, sem correspondência com a realidade empírica.

Mais do que apenas a identificação dos territórios e municípios rurais, o índice oferece a possibilidade do acompanhamento das várias dimensões que compõem o índice, de forma objetiva, ao longo dos anos. A aplicação do “Índice de Caracterização dos Territórios” torna viável aos gestores públicos compreender melhor a área sob sua administração. Não se encerra ou se esgota aqui a questão, o fim é somente a partida para uma jornada na procura por critérios de caracterização do território, permeada pelo modo de vida dos assentamentos humanos que os habita.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo principal a elaboração de um índice de caracterização dos territórios brasileiros, que não os tomasse a priori como sendo “rural” ou “urbano”, mas que buscasse identificar nestes territórios, com base em variáveis relativas ao(s) modo(s) de vida “rural” e “urbano”, os atributos que, de fato, caracterizassem a forma como as pessoas vivem nestes territórios. Esta tese adotou como pressuposto teórico básico não predefinir um determinado espaço físico como sendo rural ou urbano. Buscou-se, para tanto, aplicar na caracterização dos territórios brasileiros diversas metodologias de definição do rural e do urbano já utilizadas por instituições internacionais, tais como, a da OCDE e do Eurostat/União Europeia na caracterização do espaço.

Contudo, esta pesquisa foi realizada assumindo-se os limites de um índice de caracterização para os territórios brasileiros. Assim como os demais índices que procuraram caracterizar o espaço como rural ou urbano, este também tem suas limitações. A dificuldade de se captar a dinâmica dos territórios é um traço marcante. Há ainda a seleção de proxies para se delimitar o índice, que, por mais que se sustentem num embasamento teórico, têm um caráter reducionista inerente. Mesmo uma boa seleção de variáveis pode acarretar em viés, dado que a maioria dos dados para se compor um índice dessa natureza, dificilmente, estão segmentados a níveis onde é possível se discernir a vida cotidiana da população.

Esta tese utiliza o Brasil como objeto de estudo. Um país de dimensões continentais, com paisagens que oscilam do desértico ao equatorial, tendo cidades com milhões de habitantes e aldeias isoladas da civilização, os quais apresentam os mais distintos modos de vida.

Outros autores já se preocuparam em delinear o rural brasileiro. Inquietação esperada, dado que o Brasil é um dos poucos países, que não tem qualquer metodologia uniforme para defini-lo. O rural, no Brasil, está à mercê da vontade, e dos interesses, dos legisladores. Administrativamente, e sem qualquer critério nacional, cada município delinea o território que vai ser considerado como urbano e rural, em tortuosas e questionáveis linhas imaginárias traçadas pelas prefeituras. Ainda que em alguns casos haja boa vontade, a inercia política e o jogo de interesses tem o potencial de suprimir o rural. Os agentes locais municipais brasileiros

são economicamente tentados a sobrevalorizar o urbano, uma vez que nessas áreas os impostos arrecadados pela posse da terra são destinados aos cofres públicos municipais, enquanto o imposto territorial rural é destinado à união. Essa dificuldade leva-nos a crer num país mais urbano do que realmente é, como apontou José Eli da Veiga. Porém, embora a crítica de Veiga se justifique, parcialmente, ela perde força ao não considerar a questão da expansão do modo de vida urbano, tal como chamava a atenção Wirth, Lefebvre, Rambaud e Milton Santos.

A descentralização política, consequência da constituição de 1988, teve esse viés de ao disseminar a autonomia. Reproduzindo distorções no sentido de considerar como municípios, tanto aqueles com mais de 10 milhões de habitantes como aqueles com menos de mil. Esses pequenos municípios, dado o seu pequeno número de habitantes, são apelidados por muitos autores, como Veiga, de “cidades imaginárias”. A identificação de rural com o campo e do urbano com a cidade leva a situações equivocadas, ao se considerar uma determinação administrativa como definidora de um espaço como rural ou urbano.

Muitos organismos internacionais se pautam pelo número de habitantes e pela densidade demográfica para discernir territórios urbanos e rurais, assim como propõe Veiga ao vislumbrar as cidades imaginárias. Apesar das vantagens em se tomar esse critério de classificação, dada a facilidade na obtenção de dados e a possibilidade de comparações em regiões distintas, há desvantagens em o considerar, tais como a negação do rural como um modo de vida e a consequente confusão entre campo e rural. Para os gestores públicos brasileiros a aplicação desses dados são de grande relevância, dado que a ausência de critérios leva à impossibilidade de uma boa governança de políticas voltadas para a consideração das especificidades urbanas e/ou rurais referentes aos territórios nacionais. Internacionalmente os principais instrumentos para se classificar um território como apresentando predominância urbana ou rural, são a tipologia regional da OCDE, o método desenvolvido pela União Europeia/Eurostat e a metodologia difundida pelo Banco Mundial.

Esta tese aplicou ao Brasil essas metodologias, o que favorece estudos transnacionais e fornece dados mais fidedignos sobre as características demográficos dos territórios brasileiros. A aplicação destes métodos estrangeiros ao Brasil apontaram, de forma geral, para um país urbano. A tipologia da OCDE apontou somente a região de Marajó como de predominância rural. Ao se aplicar a nível municipal a mesma tipologia encontrou-se somente 20,6% das cidades com predominância rural, muito distante dos mais de 80% das “cidades imaginárias” aferidas por Veiga. O que ficou caracterizado, de fato, através da aplicação

destas três metodologias internacionais ao Brasil, foi um país intermediário entre o rural e o urbano.

Mesmo o método proposto pelo Eurostat, que pode ser considerado mais sofisticado por não considerar apenas os critérios relativos à densidade populacional, não se diferenciou muito dos demais na caracterização do Brasil como um país urbano. O método do Eurostat exige que haja uma população de pelo menos 5.000 habitantes numa área contínua para que essa seja considerada como urbana. Essa nova exigência, em relação à tipologia da OCDE, aumentou o número de mesorregiões e municípios rurais. Porém, o Brasil se manteve com a maioria das suas mesorregiões urbanas ou intermediárias, apresentando uma população urbana, percentualmente, maior que a Europa, o que já seria prudente questionar.

Guiar-se exclusivamente pela disposição e pela quantidade de habitantes pode ser reducionista para se definir o rural. A própria OCDE considerou que essas variáveis não reproduziam fidedignamente a manifestação do rural e do urbano no espaço. Considerando esse ponto, criou uma nova tipologia, considerando uma dimensão importante do modo de vida na caracterização do espaço: o tempo de deslocamento das pessoas. Essa simples adição de uma variável relativa ao modo de vida, mostrou que, no caso brasileiro, altera significativamente a caracterização do espaço como urbano. A aplicação da tipologia estendida da OCDE ao Brasil apontou que, principalmente, no norte e no nordeste, grande parte das mesorregiões que antes foram classificadas como intermediárias eram, por estes novos critérios, rurais.

Assim, seguindo a metodologia estendida da OCDE que começou a incluir uma variável relativa ao modo de vida na caracterização do espaço como predominantemente rural ou urbano, buscou-se criar nesta tese um índice de caracterização dos territórios que estendesse ainda mais a utilização de variáveis relativas aos modos de vida. O índice foi aplicado primeiramente ao nível de mesorregião. Os resultados mostraram pinceladas do modo de vida rural no Brasil considerado próspero e desenvolvido, bem como o inverso, muitos salpicados urbanos no Brasil considerado como atrasado. Mesmo grandes cidades, como São Paulo, apresentaram traços do tipo ideal rural. De modo contrário, constatou-se que municípios com poucos habitantes e baixas densidades demográficas, como Águas de São Pedro – SP, apresentavam resultados que apontavam para um modo de vida extremamente urbanizado. Desassociando-se, assim, grandes densidades demográficas ao modo de vida urbano. Assim, apesar dos limites intrínsecos relativos ao uso de um índice para a caracterização do espaço segundo o modo de vida, o mesmo pode constituir um avanço ao

trazer ferramentas empíricas que podem superar as imprecisões administrativas e de caráter puramente quantitativo, favorecendo a maior eficiência das políticas públicas aos diferentes territórios brasileiros.

Claro está que esta tese não esgota o tema. Futuros estudos devem procurar aperfeiçoar este instrumento de caracterização de territórios segundo os modos de vida. É necessário, também, avançar teoricamente nas concepções relativas ao “tempo” e ao “espaço”, que são cruciais para a caracterização dos territórios como rurais e/ou urbanos. Buscar o diálogo com autarquias governamentais e com instituições internacionais agregaria aos resultados melhor aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. **RIMISP**, v. 17, n. 2, 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Site Oficial**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- AHMED, M.; ISLAM, M. Urbanization and Environmental Problem: An Empirical Study In Sylhet City, Bangladesh. **Research on Humanities and Social Sciences**, v. 4, n. 3, p. 161–172, 2014.
- ALLIX, A. Max. Sorre, Rencontres de la géographie et de la sociologie. **Revue de géographie de Lyon**, v. 33, n. 1, p. 80–81, 1958.
- ALMEIDA, J. F. DE. Párcos, agricultores e a cidade — dimensões da religiosidade rural. **Análise Social**, Terceira Série. v. 23, n. 96, p. 229–240, 1 jan. 1987.
- ALMEIDA, M. A. B. DE; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- ANAND, S.; SEN, A. **Human Development Index: methodology and measurement**. New York: Human Development Report Office (HDRO), United Nations Development Programme (UNDP), 1994.
- ANDRADE, R. B. DE. **Religiosidade e modos de vida: a (re)construção do lugar na comunidade rural Tenda do Moreno em Uberlândia-MG**. Uberlândia: UFU, 2007.
- ANJOS, F. S. DOS; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661–694, 2005.
- ANTUNES, M. DA C. P. **Educação, saúde e desenvolvimento**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- BAEZA, D. C. Propuesta metodológica para una definición funcional de ruralidad. In: **Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.
- BARRETO, M. Algumas reflexões sobre estilo de vida urbano. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 10, p. 169–176, 1987.
- BAUDEL, M. DE N. **Raizes histórica do campesinato brasileiro** XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...**Caxambu: 1996
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Géographie urbaine**. Paris: Armand Colin, 1997.

BENGS, C.; SCHMIDT-THOMÉ, K. Urban-rural relations in Europe. **EPSON Final Report**, p. 482, 2006.

BENSON, M.; O'REILLY, K. Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. **The Sociological Review**, v. 57, p. 608–625, 2009.

BIBBY, P.; SHEPHERD, J. Developing a new classification of urban and rural areas for policy purposes—the methodology. **National Statistics**, p. 1–30, 2004.

BOURDIEU, P. **Gostos de classe e estilos de vida**. São Paulo: Ártica, 1983.

BOURDIEU, P.; DE SAINT MARTIN, M. Anatomie du gout. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 5, p. 2–81, 1976.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Goûts de classe et styles de vie. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 2, n. 5, p. 18–43, 1976.

BOWLER, I. Rural Alternatives. In: DANIELS, P. et al. (Eds.). . **An Introduction to Human Geography: Issues for the 21st Century**. 2. ed. London: Pearson Education Limited, 2005. p. 523.

BRAGA, G. B.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, B. B. A Eficiência da Atenção Primária à Saúde: Avaliando Discrepâncias. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, p. 53–107, 2015.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A. Os padrões de consumo no campo e na cidade: Vislumbrando aproximações entre os modos de vidas de cidadãos e rurais. **Estudios Rurales**, v. 1, n. 6, p. 64–80, 2014.

BRAGA, G. B.; REMOALDO, P. C.; FIÚZA, A. L. DE C. A Methodology for Definition of Rural Spaces: An Implementation in Brazil. **Ciência Rural**, 2015a.

BRAGA, G. B.; REMOALDO, P. C.; FIÚZA, A. L. DE C. Rurality Index: A View Over The State-Of-Art Network. In: **Overarching Issues of the European Area**. Bucarest: Milena Press, 2015b.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São José dos Campos, SP: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Brasília: Congresso Federal, 1964.

BRASIL. **Art. 32 do Código Tributário Nacional**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 1966.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Brasília: Congresso Federal, 1993.

BRASIL. **Novo Código Florestal. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012.

BREZZI, M.; DIJKSTRA, L.; RUIZ, V. OECD Extended Regional Typology: The Economic Performance of Remote Rural Regions. **OECD Regional Development Working Papers**, n.

6, p. 1–21, 2011.

BRIGHT, E. A. et al. **LandScan 2011**: LandScan.Oak Ridge, TNOak Ridge National Laboratory SE - July 1, 2012, , 2012. Disponível em: <<http://www.ornl.gov/landscan/>>

BRUNØ, K.; SCHOLDERER, J.; GRUNERT, K. G. Closing the gap between values and behavior—a means–end theory of lifestyle. **Journal of Business Research**, v. 57, n. 6, p. 665–670, jun. 2004.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 15, n. 2, p. 45–65, 1998.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAPEL, H. La Definición de lo Urbano. **Estudios Geográficos**, v. 139, n. 139, p. 265–301, 1975.

CARIBBEAN COMMUNITY. **SET III - International Concepts Definitions**. Georgetownw: CARICOM, 2014.

CARNEIRO, M. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323–344.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53–75, 1998.

CASTRO, A. L. DE. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo**. São Paulo: Annablume, 2003.

CAVACO, C. Desafios do desenvolvimento rural: notas de leitura. **Finisterra: Revista portuguesa de geografia**, v. 6, 2004.

CAVACO, C. As paisagens rurais: do“ determinismo natural” ao“ determinismo político”? **Finisterra: Revista portuguesa de geografia**, p. 73–101, 2005.

CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE AND INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY. **Low Elevation Coastal Zone (LECZ) Urban-Rural Population and Land Area Estimates, Version 2**Palisades, NYNASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), , 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7927/H4MW2F2J>>

CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al. **Global Rural-Urban Mapping Project, Version 1 (GRUMPv1): Population Density Grid**. Palisades, NY: NASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2011a.

CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE INFORMATION NETWORK - CIESIN - COLUMBIA UNIVERSITY et al. **Global Rural-Urban Mapping Project, Version 1 (GRUMPv1): Urban Extents Grid**. Palisades, NY: NASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2011b.

CENTER FOR INTERNATIONAL EARTH SCIENCE NETWORK - CIESIN. **Gridded Population of the World, (GPW) [dataset] version 3**. Palisades, NY: CIESIN, Columbia University, 2004.

CEPAL. América Latina: Proyecciones de Población Urbano – Rural (1970 – 2025). **Boletín Demográfico**, n. 63, 1999.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS discussion paper**, n. 296, 1992.

CHELOTTI, M. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, v. 22, n. 1, p. 165–180, 2010.

CHOMITZ, K. M.; BUYS, P.; THOMAS, T. S. Quantifying the Rural-Urban Gradient in Latin America and the Caribbean. **SSRN Electronic Journal**, 2005.

CLAVAL, P. **Géographies et géographes**. Paris: L'Harmattan, 2007.

CLAVAL, P. **Géographie culturelle: une nouvelle approche des sociétés et des milieux**. Paris: Armand Colin, 2012.

CLOKE, P.; EDWARDS, G. Rurality in England and Wales 1981: A replication of the 1971 index. **Regional Studies**, v. 20, n. 4, p. 289–306, ago. 1986.

CLOKE, P. J. An index of rurality for England and Wales. **Regional Studies**, v. 11, n. 1, p. 31–46, fev. 1977.

CLOKE, P.; LITTLE, J. **The Rural State?: Limits to planning in rural society**. London: Taylor & Francis, 1993.

CLOKE, P.; MILBOURNE, P. Deprivation and Lifestyles in Rural Wales . - II . Rurality and the Cultural Dimension. v. 8, n. 4, p. 359–371, 1992.

COCA, J. R. et al. Theoretical Reflection About a Fuzzy Definition of the Rural. **Sociología y tecnociencia**, v. 1, n. 2012, p. 44–54, 2012.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE. **Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte (PROT-N)**. Porto: CCDRN, 2013.

CRAMER, H. **Mathematical Methods of Statistics (PMS-9)**. Princeton: Princeton university press, 1999. v. 9

CUNHA, C. B. DA. Aspectos Práticos Da Aplicação De Modelos De Roteirização De Veículos a Problemas Reais. **Transportes**, 2000.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, N. G. et al. Tipologias de Ruralidades em Agências Multilaterais e Organismos Internacionais Seleccionados. **Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”**, 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Evolução da malha rodoviária federal**. Brasília: DNIT, 2011.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Shapefiles - DNIT**. Brasília: Ministérios dos Transportes, 2015.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Reorganização administrativa do território das freguesias, Lei n.º 11-A/2013, 1.ª série, N.º 19, 28 de janeiro de 2013**. Lisboa: Diário da República, 2013.

DIEULIN, C. et al. The contribution of GIS to hydrological modelling. **IAHS-AISH publication**, p. 68–74, 2006.

DINIZ, F. **Um índice de ruralidade para as NUTS do Alto Trás-os-Montes E Douro**. 5º Congresso Desarrollo Rural. **Anais...**Ávila: 1996Disponível em: <http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/52903.PDF>. Acesso em: 3 set. 2013

DINIZ, J. **Do caos à lama: estudo antropológico dos impactos da chegada da doença do caranguejo letárgico ao litoral Capixaba**. Campos dos Goytacazes – RJ: Dissertação de Mestrado apresentado a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, 2006.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU). **Glossário do Desenvolvimento Territorial**. Lisboa: CEMAT, 2011.

DIRVEN, M. et al. **Hacia una nueva definición de “ rural ” con fines estadísticos en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.

DURÁN, F. E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 76–98, 1998.

DURKHEIM, É. **L ’ éducation morale**. Paris: Librairie Félix Alcan, 2002.

EDMONSON, B.; FONTANEZ, W. B. T. Where are the boonies? **American Demographics**, v. 17, n. 2, p. 60, 3 set. 1995.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries: Evidence and policy implications. **Natural Resource Perspectives**, n. 40, 1999.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Eds.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11–31.

EUROPEAN COMMISSION. **Rural development in the European Union**. Bruxelas: European Union, 2006.

EUROPEAN COMMISSION. **Rural development statistics by urban-rural typology**.

Bruxelas: Eurostat, 2013.

EVA, F. Élisée Reclus: ideias úteis para análises geopolíticas contemporâneas. **Verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, p. 50–63, 2005.

FAVARETO, A. S.; SCHRÖDER, M. **Do território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil.** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...**2007

FENSTERSEIFER, P. E.; SILVA, S. P. DA. Qualidade de vida e educação física: conhecimento e intervenção crítica na sociedade de consumo. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 7, n. 12, p. 55–58, 2008.

FERNANDES, S. Saúde e trabalho: controvérsias teóricas. **Caderno CRH**, n. 24, p. 155–169, 1996.

FERRANTI, D. DE et al. **Beyond the City: The Rural Contribution to Development.** Washington, DC: World Bank, 2005.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, p. 45–54, 2000.

FERREIRA, R. H. **Brasil ou Japão: o espaço do consumo e a (re) inserção do dekassegui** Encontro Transdisciplinar População e Espaço. **Anais...**Campinas: Unicamp, 2003 Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_ferreira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014

FIGUEIREDO, E. **O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro.** Castro Verde - Alentejo: 100 Luz, 2011.

FINOTTI, M. A. **Estilos de vida: uma contribuição ao estudo da segmentação de mercado.** São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, 2004.

FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A. **The contribution of conceptual distinction between “field” and “rural” and “city” and “urban” for researchers of rural sociology.**XIII World Congress of Rural Sociology. July 29 to August 4. **Anais...**Lisboa: 2012

FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A.; BRAGA, G. B. Os modos de vida dos agricultores pluriativos nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal. **Ciência Rural**, dez. 2014.

FOUCAULT, M. Da amizade como modo de vida. **Gai Pied**, n. 25, p. 38–39, 1981a.

FOUCAULT, M. De l’amitié comme mode de vie. **Gai pied**, v. 25, n. 1987, p. 8–20, 1981b.

FREITAS, G. F. DE et al. As transformações sócio-culturais acarretadas pelo reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 18, p. 38–47, 2013.

- FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674–1680, 2011.
- FURRIELA, R. B. Educação para o consumo sustentável. **Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente. MEC/SEF/COEA**, p. 47–55, 2001.
- GASPAR, J. O retorno da paisagem à Geografia: apontamentos místicos. **Finisterra: Revista portuguesa de geografia**, v. 72, p. 83–99, 2001.
- GIRARDI, E. P. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2008.
- GLOVER, J.; TENNANT, S. **Remote areas statistical geography in Australia: Notes on the Accessibility/Remoteness Index for Australia (ARIA+ version)**. Working Paper. Adelaide: Public Health Information Development Unit, 2003.
- GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 149–168, jun. 1989.
- GOMES, N. F. M. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões citadinas: uma análise do município de Araponga, MG**. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, 2015.
- GÓMEZ, B. F. et al. **Identificación y tipificación de los espacios rurales en la Comunidad Autónoma de Castilla y León. Una aproximación para el análisis de las dinámicas**. V CONGRESO DE ECONOMÍA AGRARIA SANTIAGO DE COMPOSTELA. **Anais...SANTIAGO DE COMPOSTELA**: 2004.
- GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (Ed.). **Qualidade de Vida e Políticas Públicas : Saúde , lazer e atividade física**. Campinas: IPES Editorial, 2004. p. 17–27.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, G. **Diferenças de estilos de vida entre populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga)**. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança, 2007.
- GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360–1380, 1973.
- GRESSLER, S. Habitação e design: um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, EUA. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura Urbanismo**, v. 5, n. 1, p. 63–80, 2007.
- GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES. **Características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano”**. Viçosa: Gerar, 2014.
- GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**, p. 59–74, 1993.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 169–190, 1999.

- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, 2004.
- HALFACREE, K. H. Locality and social representation: Space, discourse and alternative definitions of the rural. **Journal of Rural Studies**, v. 9, n. 1, p. 23–37, jan. 1993.
- HARRINGTON, V.; O'DONOGHUE, D. Rurality in England and Wales 1991: A Replication and Extension of the 1981 Rurality Index. **Sociologia Ruralis**, v. 38, n. 2, p. 178–203, ago. 1998.
- HATZENBERGER, D. H. C.; CARLOTTO, M. S. QUALITY OF LIFE AND SELF-CARE IN CIVIL SERVANTS. In: **Improving Employee Health and Well Being**. Tallahassee: Florida State University, 2013. v. 7p. 171–187.
- HAYWARD, R. Historical keywords: lifestyle. **Lancet**, v. 364, n. 9433, p. 364–495, 2004.
- HOWITT, W. **The rural life of England**. Philadelphia: Carey and Hart, 1841.
- HUMPHREYS, J. S. Delimiting “rural”: implications of an agreed “rurality” index for healthcare planning and resource allocation. **The Australian journal of rural health**, v. 6, n. 4, p. 212–6, nov. 1998.
- IANOȘ, I. **Dinamica urbană. Aplicații la orașul și sistemul urban românesc**. București: Editura Tehnică, 2004.
- IBGE. **Sítio oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2015a.
- IBGE. **Microdados do Universo do Censo 2010**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em: 22 set. 2014b.
- IBGE. **Malha de setor censitário urbano digital do Brasil 2010**. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/censo_2010/setores_censitarios/>. Acesso em: 17 jul. 2014c.
- IBGE. **Resultados do Censo 2010 agregados por setor censitário**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 17 jul. 2014d.
- IBM CORP. **IBM SPSS Statistics, Version 22.0**. Armonk, NY: IBM Corporation, 2013.
- INÁCIO, J.; SANTOS, R. A EXPANSÃO CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE DELTA-MG: “ILHADOS PELOS CANAVIAIS”. **Caminhos de Geografia**, p. 209–227, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Tipologia de áreas urbanas, 2009**. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Tipologia de áreas urbanas (TIPAU), 2014**. Lisboa: INE, 2014.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Geneva, Switzerland: United Nations Publication, 2014.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. **Rural Poverty Report 2001 - The Challenge of Ending Rural Poverty**. New York: IFAD, 2001.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO Initiative to address rural labour statistics in the context of national development for decent work**. New York: International Labour Organization - Department of Statistics, 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **International Standard Classification of Occupations**. Geneva, Switzerland: ILO, 2012. v. I

INTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **TerraView 4.2.2**. São José dos Campos, SP: INPE, 2014.

JENSEN, M. Lifestyle: suggesting mechanisms and a definition from a cognitive science perspective. **Environment, Development and Sustainability**, v. 11, n. 1, p. 215–228, 12 jul. 2007.

JONARD, F.; LAMBOTTE, M.; RAMOS, F. Delimitations of rural areas in Europe using criteria of population density, remoteness and land cover. **JRC Scientific and Technical Reports**, p. 1–47, 2009.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao Caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KRALJ, B. Measuring “rurality” for purposes of health-care planning: an empirical measure for Ontario. **Ontario Medical Review**, 2000.

LANASPA, L. F.; PUEYO, F.; SANZ, F. **Urban dynamics during the twentieth century. A tale of five European countries**. Zaragoza: Mimeo - Universidad de Zaragoza, 2011.

LAZER, W. Life style concepts and marketing. In: GREYSER, S. A. (Ed.). . **Towards scientific marketing**. Chicago: American Marketing Association, 1964. p. 380–424.

LEDUC, E. Defining rurality: a general practice rurality index for Canada. **Can J Rural Med**, v. 2, n. 3, p. 125–131, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H.; GAVIRIA, M. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1971. v. 41

LIBERMAN, A. **Word Origins... and How We Know Them: Etymology for Everyone**. London: Oxford University Press, 2009.

- LIBRECHT, I. et al. **A GIS approach to measure the rural character**. Rome - Italy: European Commission, 2004.
- LIMA, A. Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural. **Congresso de Estudos Rurais, Faro, Universidade do Algarve**, p. 1–3, 2008.
- LONG, H.; ZOU, J.; LIU, Y. Differentiation of rural development driven by industrialization and urbanization in eastern coastal China. **Habitat International**, v. 33, n. 4, p. 454–462, out. 2009.
- LUTERO, G.; PIANURA, P.; PIZZOLI, E. Rural areas definition for monitoring income policies: the Mediterranean case study. **WYE City Group**, p. 1–14, 2009.
- MAIA, D. S. A Geografia eo estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, n. 16, p. 71–98, 2001.
- MALDONADO, J. L. Segregação Social e Mercados Habitacionais nas Grandes Cidades. **Revista Continentes**, v. 2, n. 3, p. 73–97, 2013.
- MALINEN, P. **Rural area typologies in Finland**. LEADER workshop “Typology of European rural areas”. **Anais...Luxembourg: European Union**, 1995
- MARQUES, M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, p. 95–112, 2002.
- MAZORRA, A. P.; HOGGART, K. Lo rural,¿ hechos, discursos o representaciones?: una perspectiva geográfica de un debate clásico. **Información Comercial Española, ICE: Revista de economía**, n. 803, p. 61–72, 2002.
- MCCARTHY, J. Rural geography: globalizing the countryside. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 1, p. 129–137, 1 fev. 2008.
- MEIRELLES, H. L. **Direito municipal brasileiro. atual**. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MELO, C.; PARRÉ, J. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 329–365, 2007.
- MERCADO COMUM DO CONE SUL. **Critérios para definição de população urbana e rural de : argentina , Brasil , Chile , Paraguai**. Projeto de cooperação estatística Comunidade Européia - MERCOSUL. Grupo de Trabalho N . ° 6 . Estatísticas Sociais (emprego e educação) País responsável : Paraguai. **Anais...Montevideo: MERCOSUL**, 2000
- MERCIER, G. A região eo Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. **GEOgraphia**, p. 7–36, 2011.
- MILLER, R. More Than “Not Urban”: Seeking a Quantifiable Definition of Rural. **Berkeley Planning Journal**, v. 26, n. 1, 2013.
- MILLS, B. Why the Search for a Definition of Rurality may be a Fool’s Errand’. **POPFEEST Online Journal**, v. 1, n. 2, 1988.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sítio oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

MINISTRY OF HEALTH AND LONG-TERM CARE. **Communities by Rurality Index for Ontario (RIO) Score**. Disponível em: <http://www.health.gov.on.ca/en/pro/programs/northernhealth/rio_score.aspx>. Acesso em: 8 maio. 2014.

MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.2**. Minneapolis: University of Minnesota, 2013.

MIZRUCHI, M. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 72–86, set. 2006.

MORAES, L. F. R. DE; MAESTRO FILHO, A. DEL; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 57–71, jun. 2003.

MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço. **Agrária**, n. 2, p. 93–108, 2005.

NÆSS, A. **Økologi, samfunn og livsstil: utkast til en økosofi**. Oslo: Univ.-forl., 1974.

NAESS, A. **Ecology, Community and Lifestyle**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NAGY, O. THE RURAL SPACE . TYPOLOGY AND CLASSIFICATION . **STUDIA UNIVERSITATIS – Seria Științe Inginerești și Agro-Turism**, n. 4, p. 142–154, 2009.

NARITA, F. Passagens sobre o moderno na cidade de Georg Simmel. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 148, p. 85–96, 2013.

NASCIMENTO, P. F. DO et al. Variáveis evidenciadoras dos processos de transformação do campo: o caso do Espírito Santo - Brasil. **Mundo Agrario**, v. 13, n. 26, 2013.

NASCIMENTO, P. F. DO. **Turismo rural nas montanhas capixabas: Como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação**. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2013.

NASCIMENTO, P. F.; FIÚZA, A. L. C. Turismo Rural nas Montanhas Capixabas: relações de gênero e autonomia feminina. In: FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A. (Eds.). **Mulheres em movimento: As novas facetas de gênero na sociedade contemporânea**. Viçosa: UFV, 2013.

NATIONAL GEOPHYSICAL DATA CENTER (NGDC). **Nighttime Lights 2000**. Washington, DC: National Oceanic and Atmospheric Administration, 2000.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. **Version 4 DMSP-OLS Nighttime Lights Time Series**. Washington: National Geophysical Data Center, 2015.

- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: e os limites do passado. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83–100, 2001.
- NECCHI, L. C. C.; FRANÇA, L. M. C.; SANTINI, J. C. L. IPTU X ITR : conflito entre os critérios espaciais. **Revista do Direito Público**, v. 4, n. 1, p. 125–139, 2009.
- NELSON, A. **Travel time to major cities: A global map of Accessibility**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2008.
- NEWSON, R. B. Interpretation of Somers' D under four simple models. **Population (English Edition)**, n. 3, p. 1–6, 2009.
- NIEDERLE, P.; JUNIOR, V. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes**, v. 14, n. 3, p. 75–102, 2009.
- NUNES, C. C.; PINTO, V. P. DOS S. CAMPO, CIDADE, URBANO E RURAL: CATEGORIAS E REPRESENTAÇÕES. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, 2009.
- OECD. **Creating rural indicators for shaping territorial policy**. Paris: OECD, 1994.
- OECD. **Regional typology: Updated statistics**. Paris: OECD Publishing, 2009.
- OECD. **Oecd regional typology**. Paris: OECD Publishing, 2010.
- OECD. Defining and Describing Regions. In: **OECD Regions at a Glance 2011**. OECD Regions at a Glance. Paris: OECD Publishing, 2011.
- OECD. **OECD Territorial Reviews: Brazil 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013a.
- OECD. **Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development**. Paris: OECD Publishing, 2013b.
- OECD. **OECD Regions at a Glance 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013c.
- OFFICE OF INFORMATION AND REGULATORY AFFAIRS. Office of Management and Budget 2010 Standards for Delineating Metropolitan and Micropolitan Statistical Areas. **Federal Register**, v. 75, n. 123, p. 37246–37252, 2010.
- ÖGDÜL, H. G. Urban and Rural Definitions in Regional Context: A Case Study on Turkey. **European Planning Studies**, v. 18, n. 9, p. 1519–1541, set. 2010.
- OLATUNDE, S.; LEDUC, E.; BERKOWITZ, J. Different practice patterns of rural and urban general practitioners are predicted by the General Practice Rurality Index. **Can J Rural Med**, v. 12, n. 2, p. 73–80, 2007.
- OYOLA-GARCÍA, A.; SOTO-CABEZAS, M. ¿ Para qué tratamos a la población si no cambian sus condiciones de vida? **Revista Peruana de Epidemiología**, v. 16, n. 3, p. 2–3, 2012.
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Handbook for Measurement and Monitoring Indicators of the Regional Goals for Human Resources for Health: A Shared**

Commitment. Washington: PAHO, 2011.

PASSADOR, C. S.; LOPES, J. E. F. Educação do campo no Estado de São Paulo: análise do nível de ruralidade das escolas no desempenho escolar. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 1, p. 87–113, 2014.

PEARSON, E. S. et al. **Student: a statistical biography of William Sealy Gosset.** Oxford: Oxford University Press, 1990.

PEARSON, K. On the criterion that a given system of deviations from the probable in the case of a correlated system of variables is such that it can be reasonably supposed to have arisen from random sampling. **Phil. Mag.**, v. 50, p. 157–175, 1900.

PEIXOTO, P. **O desaparecimento do mundo rural.** VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social no novo milênio. **Anais...**Coimbra: Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra, 2004

PEÑAFIEL, A. P. P. Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas. **Porto Alegre: UFRGS/PGDR**, 2006.

PEREIRA, E.; PEREIRINHA, J.; PASSOS, J. Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza rural em Portugal Continental. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, v. 6, p. 137–165, 2009.

PERONDI, M. A.; KIYOTA, N.; GNOATTO, A. A. **Título: Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva.** Sober XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...**Londrina - PR: SOBER, 2007Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/869.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM DE DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA. **Redes**, v. 17, n. 2, p. 117–135, 2012.

PERRETTI, B. La domanda di residenza rurale. Un'analisi empirica nella provincia di Potenza. In: CORSI, A. (Ed.). **Sviluppo rurale: società, territorio, impresa.** Milano: Franco Angeli Editore, 2002. p. 207–226.

PIGNATTI, M. G.; CASTRO, S. P. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense, MT, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 83–94, 2008.

PIRES, A. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 149–174.

POSSAS, C. DE A. **Epidemiologia e Sociedade: Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1989.

PRIETO-LARA, E.; OCAÑA-RIOLA, R. Updating Rurality Index for Small Areas in Spain. **Social Indicators Research**, v. 95, n. 2, p. 267–280, 17 mar. 2009.

PRONK, N. P.; KOTTKE, T. E.; ISHAM, G. J. Leveraging Lifestyle Medicine and Social Policy to Extend the Triple Aim From the Clinic Into the Community. **American Journal of Lifestyle Medicine**, v. 7, n. 6, p. 360–366, 2 abr. 2013.

PUIA, O.-A. The Evaluation of Rural Space through the Analysis of the Rurality Index. Case Study: the Villages of Sălaj East of Jibou. **Forum geografic**, v. X, n. 2, p. 264–275, 1 nov. 2011.

QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System**. Disponível em: <<http://www.qgis.org/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

RAMBAUD, P. **Sociedade Rural e Urbanização**. Paris: Edições de Seuil, 1973.

RATÓN, M. L.; PÉREZ, M. I. S. **Construcción de un índice de ruralidad y clasificación de los municipios gallegos**. I Congresso de Estatística e Investigação Operacional da Galiza e Norte de Portugal. Guimarães. **Anais...2005**.

REMOALDO, P. C. **Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal**. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002.

RIVOIR, A. Redes Sociais: ¿ Instrumento metodológico o categoría sociológica? **Revista de Ciencias Sociales**, 1999.

RODRÍGUEZ, A.; SABORÍO, M. **Lo Rural es Diverso : Evidencia para el caso de Costa Rica**. San José: IICA, 2008.

ROMAGNOLI, A. Caratteri della ruralità ed evoluzione degli spazi rurali. In: CORSI, A. (Ed.). **Sviluppo rurale: società, territorio, impresa**. Milano: Franco Angeli, 2002.

ROUSSEAU, N. What is rurality? **Occasional paper of Royal College of General**, p. 1–4, 1995.

RYBCZYNSKI, W. **A vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SALVATORE, M. et al. Mapping global urban and rural population distributions. In: **Environment and Natural Resources Series, No. 24**. Rome - Italy: FAO, 2005. v. 1995p. 88.

SÁNCHEZ, F.; AMBRIZ, A.; BECERRIL, I. Un índice de ruralidad para México. **Espiral**, v. XIV, n. 42, p. 179–214, 2008.

SANTOS, G. M. Seara de homens e deuses: uma etnografia dos modos de subsistência dos Enawene-Nawe. **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH - UNICAMP**, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55–76, 2007.
- SCHLESINGER, J. **Agriculture along the urban-rural continuum: A GIS-based analysis of spatio-temporal dynamics in two medium-sized African cities**. Freiburg im Breisgau, Germany: Albert-Ludwigs-Universität, 2013.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais. Raízes**, v. 23, n. 1, p. 99–116, 2004.
- SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS Working Paper**, n. 72, 1998.
- SCUSSEL, M. C. B. **Uma abordagem comparativa das condições de habitação no meio urbano e no meio rural : o caso de Porto Alegre**. IX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. **Anais...Foz do Iguaçu: ENTAC**, 2002
- SEABRA, O. C. DE L. TERRITÓRIOS DO USO: COTIDIANO E MODO DE VIDA. **Cidades**, v. 1, n. 2, p. 181–206, 2011.
- SEIFERT, R. G. **Solo urbano, solo não urbano e solo rural: classificações do solo pelo critério da funcionalidade**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J. G. DA. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37–50, dez. 2001.
- SILVA, J. G. DA; GROSSI, M. E. DEL. **A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro**. Seminário Internacional Campo-Cidade. **Anais...Curitiba: 1998**
- SILVA, R. F. M. DA. A Aldeia da Várzea (Serra do Soajo) Situação actual e a inundação, para breve, da sua Veiga. **REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS - GEOGRAFIA**, v. 1, p. 5–32, 1985.
- SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43–81, 1997.
- SMITH, M. et al. **NodeXL** Social Media Research Foundation, , 2010.
- SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Eds.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1 ed ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOBEL, M. E. **Life style and Social Structure**. New York: Academic Press, 1981.

SORRE, M. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. **Annales de Géographie**, v. 57, n. 306, p. 97–108, 1948.

SORRE, M. « GÉOGRAPHIE DES TEXTILES » DE MM. ANDRÉ ALLIX ET ANDRÉ GIBERT. **Annales de Géographie**, v. 67, p. 59–61, 1958.

SOUZA, C. L. F. DE. A COMUNIDADE KALUNGA. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 1, p. 196–210, 2011.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STUDENT. The probable error of a mean. **Biometrika**, v. 6, n. 1, p. 1–25, 1908.

TEIXEIRA, E.; LAMAS, A. O estilo de vida do cliente com hipertensão arterial e o cuidado com a saúde. **Esc Anna Nery R Enfermary**, v. 10, n. 3, p. 378–384, 2006.

TEIXEIRA, V. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado de Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade–CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, 2007.

TELJEUR, C.; KELLY, A. An urban–rural classification for health services research in Ireland. **Irish Geography**, v. 41, n. 3, p. 295–311, nov. 2008.

THE WORLD BANK GROUP. **Data Indicators**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

U.S. CENSUS GEOGRAPHY DIVISION. **2010 Census Urban and Rural Classification and Urban Area Criteria**. Disponível em: <<http://www.census.gov/geo/reference/ua/urban-rural-2010.html>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

UNDATA. **UNDATA - United Nations Statistics Division**. Disponível em: <<http://data.un.org/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

UNITED NATIONS. **Human Development Report 2002: Deepening democracy in a fragmented world**. New York: Oxford University Press, 2002.

UNITED NATIONS. **World urbanization prospects: the 2009 revision**. New York: United Nations. Department of Economic and Social Affairs, 2009.

UNITED NATIONS. **World urbanization prospects: the 2011 revision**. New York: UN, 2012.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Rural-Urban Continuum Codes**. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/data-products/rural-urban-continuum-codes/documentation.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA. **SDA: Survey Documentation and Analysis**. Berkeley: University of California, 2014.

VASCONCELOS, L. L. et al. A hidroginástica na qualidade de vida. **Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 1, n. 1, 2009.

- VEIGA, J. DA. A atualidade da contradição urbano-rural. **Análise Territorial da Bahia Rural, SEI, Série Estudos e Pesquisas**, n. 71, p. 1–22, 2004a.
- VEIGA, J. E. DA. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores associados, 2002.
- VEIGA, J. E. DA. The Rural Dimension of Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71–94, 2004b.
- VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. São Paulo: Zahar, 1994.
- VELHO, G. Estilo de vida urbano e modernidade. **Revista Estudos Históricos**, n. 16, p. 227–234, 1995.
- VERBEEK, T.; PISMAN, A.; ALLAERT, G. **Zoveel platteland: van harde afbakening naar flexibele criteria**. Stichting Planologische Discussiedagen. **Anais...Gent**: 2012.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Les genres de vie dans la géographie humaine. **Annales de Géographie**, v. 20, n. 111, p. 193–212, 1911.
- WALDORF, B. What is rural and what is urban in Indiana. **Purdue Center for Regional Development Report**, 2007.
- WALDORF, B.; COUNTY, M. Measuring Rurality. **Incontext**, n. 1, p. 5–8, 2007.
- WANDERLEY, M. DE N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.
- WEBER, M. **From Max Weber: essays in sociology**. New York: Oxford University Press, 1946. v. 1
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- WEBER, M. **Die“ Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis**. Auerbach: Wiss. Verlag, 1995.
- WEINERT, C.; BOIK, R. J. MSU Rurality Index: development and evaluation. Montana State University. **Research in nursing health**, v. 18, p. 453–464, 1995.
- WIMBERLEY, R. C.; FULKERSON, G. M.; MORRIS, L. V. Predicting a moving target: postscript for The Rural Sociologist on global rural-to-urban transition dates. **The Rural Sociologist**, v. 27, n. 3, p. 19–22, 2007.
- WIRTH, L. Urbanism as a Way of Life. **The American Journal of Sociology**, v. 44, n. 1, p. 1–24, 1938.
- WIRTH, L. Urbanität als Lebensform. **Stadt-und Sozialstruktur**, p. 42–66, 1974.
- WIRTH, L. El urbanismo como modo de vida. **Bifurcaciones: revista de estudios culturales urbanos**, n. 2, p. 7, 2005.

ZAMPIER, M. B. **Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da coordenadora latinoamericana de organizaciones del campo.** Viçosa: Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2007.

Anexos

Boletín Demográfico No. 63, de enero de 1999

América Latina: Proyecciones de Población Urbano – Rural (1970 – 2025)

CEPAL (1999)

DEFINICIONES DE POBLACIÓN URBANA Y RURAL UTILIZADAS EN LOS CENSOS DE LOS PAÍSES
LATINOAMERICANOS A PARTIR DE 1960

ARGENTINA

CENSOS DE 1960, 1970, 1980 Y 1991:

POBLACIÓN URBANA: La población empadronada el día del censo en centros poblados con 2000 y más habitantes.

POBLACIÓN RURAL: La población empadronada el día del censo en centros poblados con menos de 2000 habitantes, además de la población diseminada (población empadronada fuera de localidades).

BOLIVIA

CENSOS DE 1976 Y 1992 Y ENCUESTA NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDA DE 1988

POBLACIÓN URBANA: Aquella censada en localidades con 2 000 y más habitantes.

POBLACIÓN RURAL: Aquella censada en localidades con menos de 2 000 habitantes.

BRASIL

CENSO DE 1960:

POBLACIÓN URBANA: La que vive en las ciudades (sedes municipales) y en villas (sedes distritales).

POBLACIÓN RURAL: La que vive fuera de las áreas de las ciudades y villas.

CENSO DE 1970

POBLACIÓN URBANA: Igual a la del censo anterior, con la excepción del Estado de Guanabara, cuya población es clasificada como urbana en su totalidad, según las disposiciones legales que definen la División Administrativa de su área territorial.

POBLACIÓN RURAL: Igual a la del censo anterior.

CENSO DE 1980:

POBLACIÓN URBANA: Aquella censada en las ciudades, villas y áreas urbanas aisladas conforme a la delimitación de las respectivas municipalidades y vigentes al 31 de agosto de 1980.

POBLACIÓN RURAL: Aquella censada fuera de los límites de las áreas urbanas incluyendo aglomerados rurales (poblados y otros).

CENSO DE 1991:

POBLACIÓN URBANA: Aquella censada en las ciudades, villas y áreas urbanas aisladas conforme a la delimitación de las respectivas municipalidades y vigentes al 1 de septiembre de 1991.

POBLACIÓN RURAL: Igual a la del censo anterior.

CHILE

CENSO DE 1960:

POBLACIÓN URBANA: La que vive en asentamientos con características urbanas (ciudades, pueblos, aldeas, minerales, salitreras y otros centros poblados con dichas características, como bases aéreas, campamentos y otros), ya sea concentrada, con algunas calles pavimentadas o con algunos servicios de utilidad pública.

POBLACIÓN RURAL: La que vive en centros poblados que carecen de servicios de tipo urbano y que depende fundamentalmente de la producción primaria.

CENSO DE 1970:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en un área que presenta un mínimo de 40 viviendas continuas o agrupadas, con definición preestablecida de calles, y además cuenta con algunos de los siguientes servicios: carabineros, correo, luz eléctrica, agua potable, alcantarillado, comercio establecido y escuelas entre otros.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive en áreas que no cumplen los requisitos mínimos de las áreas urbanas.

CENSO DE 1982:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en lugares que presentan rasgos de urbanización al menos incipiente, independientemente de la actividad que desarrollen sus habitantes; y que cuentan con un mínimo de 60 viviendas agrupadas y contiguas, siempre que su población no sea inferior a 301 habitantes.

Para los efectos censales, las ciudades, pueblos y aldeas han sido catalogados como urbanos. Constituyen casos especiales los aeropuertos y centros de turismo y esparcimiento, los cuales no necesariamente deben cumplir con los requisitos en cuanto a población y vivienda establecidos en las definiciones censales.

También, excepcionalmente, han sido considerados como urbanos algunos centros que no cumplen con los requisitos vigentes de población y vivienda; en tales casos ha prevalecido el modo de asentamiento de la población y la categoría asignada en terreno por el personal encargado de dirigir el levantamiento censal.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que habita en lugares donde predomina el paisaje natural.

CENSO DE 1992:

POBLACIÓN URBANA: Conjunto de viviendas concentradas en que residen más de 2000 habitantes, o entre 1001 y 2000 habitantes con 50% o más de su población económicamente activa dedicada a actividades secundarias y/o terciarias. Excepcionalmente, se consideran urbanos los centros de turismo y recreación que cuentan con más de 250 viviendas concentradas y que no cumplen el requisito de población se consideran urbanos.

POBLACIÓN RURAL: Asentamiento humano concentrado o disperso con 1000 o menos habitantes, o entre 1001 y 2000 habitantes en los que menos del 50% de la población económicamente activa se dedica a actividades

secundarias.

COLOMBIA

CENSO DE 1964:

POBLACIÓN URBANA: La que ocupa las ciudades y poblados de 1500 habitantes y más.

POBLACIÓN RURAL: La que ocupa poblados de menos de 1500 habitantes, además de la población dispersa.

CABECERA MUNICIPAL: Concentración de cualquier número de personas que habitara las ciudades o poblados donde estuviera la sede de la autoridad municipal.

RESTO MUNICIPAL: Población que viviera fuera del perímetro de la cabecera municipal.

CENSO DE 1973:

POBLACIÓN URBANA: Igual a la del censo anterior.

POBLACIÓN RURAL: Igual a la del censo anterior.

CABECERA MUNICIPAL: Centro poblado donde estuviera localizada la sede de la Alcaldía.

RESTO MUNICIPAL: Los demás centros poblados (inspecciones de policía, caseríos, corregimientos) y las áreas con población dispersa.

CENSOS DE 1985 Y 1993:

POBLACIÓN URBANA: Para los fines censales, la población residente en las cabeceras municipales.

POBLACIÓN RURAL: Para los fines censales, aquella residente en áreas no incluidas dentro del perímetro de la cabecera municipal.

CABECERA MUNICIPAL: Igual a la del censo anterior.

RESTO MUNICIPAL: Igual a la del censo anterior.

COSTA RICA

CENSO DE 1963:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en las zonas urbanas, demarcadas dentro de los distritos primeros de los cantones del país, tomando en cuenta factores tales como cuadrantes, servicios sanitarios, luz, cables, y otros. Excepciones: a) el único distrito del Cantón Central de la Provincia de San José que no se incluyó fue el de Pavas; b) se incluyeron los distritos San Francisco y Calle Blancos, contiguos a la ciudad de San José, en el Cantón de Goicoechea, y el distrito de Cinco Esquinas del Cantón de Tibás, todos pertenecientes a la Provincia de San José; c) no se determinaron zonas urbanas en los Cantones de Turrubares (Prov. de San José), Buenos Aires (Prov. de Puntarenas) y Pococí (Prov. de Limón) por la extrema ruralidad de las zonas; d) se tomaron los dos primeros distritos del Cantón Central de la Prov. de Cartago (Ciudad de Cartago).

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las zonas definidas como urbanas.

CENSO DE 1973:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en las zonas urbanas, demarcadas dentro de los distritos primeros de los cantones del país, tomando en cuenta factores tales como cuadrantes, servicios sanitarios, luz, cables, y otros. Excepciones: a) en la Prov. de San José se clasificó como urbano todo el Cantón Central; también los distritos Escazú, San Antonio y San Rafael del Cantón de Escazú; el distrito primero Desamparados y parte del distrito quinto San Antonio en el Cantón de Desamparados; en el Cantón de Goicoechea, los distritos de Guadalupe, San Francisco y Calle Blancos; en el Cantón de Tibás, los distritos de San Juan, Cinco Esquinas y Anselmo Llorente; en el Cantón de Montes de Oca, los distritos de San Pedro y Mercedes, y en el Cantón de Curridabat, los distritos de Curridabat y Granadilla; b) en la Prov. de Alajuela se clasificaron como zonas urbanas los distritos de Alajuela y Desamparados del Cantón Central y no se determinaron zonas urbanas en los cantones de Upala, Los Chiles y Guatuso; c) en la Prov. de Cartago se clasificaron como zonas urbanas los distritos Oriental y Occidental y parte de los distritos Carmen y San Nicolás; d) en la Prov. de Heredia se consideró urbano el distrito Ciudad Heredia y parte de los distritos Mercedes Norte y San Francisco en el Cantón Central; no se consideraron zonas urbanas en el Cantón de Sarapiquí; e) en la Prov. de Puntarenas no se determinó zona urbana en el Cantón de Coto Brus; f) en la Prov. de Limón no se determinó zona urbana en el Cantón de Talamanca.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las áreas definidas como urbanas.

CENSO DE 1984:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en los centros administrativos de los cantones del país, o sea, parte o todo el distrito primero, además de otras áreas adyacentes. Estas áreas fueron demarcadas a priori con criterio físico y funcional, tomando en cuenta elementos tangibles tales como cuadrantes, calles, aceras, luz eléctrica, servicios urbanos y otros.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las áreas definidas como urbanas, en lo que se denomina periferia urbana, rural concentrado y rural disperso.

CUBA

CENSOS DE 1970 Y 1981:

POBLACIÓN URBANA: Población residente en lugares habitados por 2 000 y más personas, así como en los con menos de 2 000 habitantes y más de 500 habitantes que poseyeran las siguientes características: alumbrado público, calles pavimentadas, acueducto, red de alcantarillado, cloacas, servicio médico asistencial y centro educacional. También se incluyeron todos los lugares con una población de 200 a 500 habitantes que tuvieran las seis características enumeradas. (Se incluyeron algunos pueblos creados a raíz de la Revolución que tenían muy pocos habitantes, pero contaban con las condiciones urbanas exigidas).

POBLACIÓN RURAL: Población residente en lugares habitados por menos de 500 personas o la de aquellos con más de 500 y menos de 2 000 habitantes que presentaran menos de cuatro de las características urbanas mencionadas.

ECUADOR

CENSO DE 1962:

POBLACIÓN URBANA: Aquella empadronada en las ciudades, capitales provinciales y cabeceras cantonales. Se distinguió entre población urbana propiamente tal y periférica, siendo esta última la que se encontraba dentro de los límites de las ciudades, pero en conglomerados no urbanizados.

POBLACIÓN RURAL: Aquella censada en cabeceras parroquiales, anejos, caseríos, comunas, haciendas y demás centros poblados.

CENSOS DE 1974, 1982 Y 1990:

POBLACIÓN URBANA: Aquella empadronada en las capitales provinciales y cabeceras cantonales (núcleos

concentrados) definidos previamente como áreas urbanas para fines censales. Se excluye, por lo tanto la población de la "periferia" (población dispersa dentro de los límites legales de las capitales provinciales y cabeceras cantonales).

POBLACIÓN RURAL: Aquella censada en las parroquias rurales (cabecera parroquial y resto de la parroquia). Incluye, además, la población empadronada en la "periferia" de las capitales provinciales y cabeceras cantonales.

EL SALVADOR

CENSOS DE 1961, 1971 Y 1992:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en las cabeceras municipales, sin tomar en cuenta la magnitud de la población, ni otra característica especial. Las cabeceras municipales son centros poblados en los que reside la administración del Municipio y cuyos límites han sido delimitados sobre el terreno por medio de mojones.

POBLACIÓN RURAL: La que habita fuera de los límites de las cabeceras municipales y que es generalmente es población dispersa.

GUATEMALA

CENSOS DE 1964, 1973, 1981 Y 1994:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que reside en los asentamientos del país a los que en virtud de la ley (Acuerdo Gubernativo del 7 de abril de 1938) se les ha reconocido oficialmente la categoría de ciudad, villa o pueblo.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que reside en aldeas, caseríos y fincas.

HAITÍ

CENSO DE 1971 Y 1982:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en las ciudades propiamente tales y en las cabeceras administrativas de las comunas de la República, además de la residente en las aglomeraciones de cierta importancia en que existen unidades habitacionales semejantes a las que se encuentran en las ciudades, aunque tengan apenas algunas centenas de habitantes.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las áreas consideradas urbanas.

HONDURAS

CENSO DE 1961:

POBLACIÓN URBANA: La que vive en centros poblados de 1 000 habitantes o más y que tengan, además, los siguientes servicios: i) escuela primaria completa (seis grados); ii) por lo menos uno de los siguientes servicios: correo, telégrafo o teléfono público; iii) comunicación terrestre (carretera o ferrocarril) o servicio regular aéreo o marítimo; iv) servicio de agua de cañería; v) servicio de alumbrado eléctrico.

POBLACIÓN RURAL: La que no reúne las características antes indicadas y la población dispersa.

CENSOS DE 1974 Y 1988:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en centros poblados de 2 000 y más habitantes y que cuente, además, con las siguientes características: i) servicio de agua de cañería; ii) comunicación terrestre (carretera o ferrocarril) o servicio regular aéreo o marítimo; iii) escuela primaria completa (seis grados); iv) correo o telégrafo y, por lo

menos, uno de los siguientes servicios: alumbrado eléctrico, alcantarillado o centro de salud.

POBLACIÓN RURAL: La que no reúne las características antes indicadas y la población dispersa.

MÉXICO

CENSOS DE 1960, 1970, 1980 Y 1990:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en localidades de mas de 2500 habitantes.

POBLACIÓN RURAL: La que habita en localidades con no más de 2500 habitantes.

NICARAGUA

CENSOS DE 1963, Y 1971:

POBLACIÓN URBANA: La residente en cabeceras departamentales o municipales, además de las asentadas en concentraciones de población (localidades) con 1000 o más habitantes y que contaran con algunas características como: trazado de calles, luz eléctrica o una actividad económica predominante distinta de la agrícola (caso de centros mineros e ingenios azucareros).

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las áreas denominadas urbanas, en centros poblados de menos con 1000 habitantes y que no reúnen las condiciones urbanísticas mínimas indicadas, más la población dispersa.

ESDENIC 1985 Y CENSO DE 1995:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que reside en el conjunto de localidades urbanas, es decir, en las cabeceras municipales y las localidades con 1000 habitantes y más, que poseen características tales como trazado de calles, servicio de luz eléctrica, establecimientos comerciales e industriales entre otras.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que reside en el conjunto de localidades rurales, es decir, las con menos de 1000 habitantes que no cuentan con ninguna estructura urbanística.

PANAMÁ

CENSOS DE 1960, 1970, 1980 Y 1990:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en localidades con 1500 habitantes y más, cuyas condiciones de vida ofrecen características urbanas tales como servicio de luz eléctrica, acueducto y alcantarillado, calles pavimentadas, establecimientos comerciales, facilidades de comunicación, escuela secundaria, y otras.

POBLACIÓN RURAL: El resto de la población empadronada en localidades o áreas que no reúnen tales condiciones.

PARAGUAY

CENSO DE 1962:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en ciudades o pueblos que son cabeceras de los distritos oficiales de la República y que, además, cuentan con calles, luz, edificios públicos, y otros.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de las áreas consideradas urbanas.

CENSOS DE 1972, 1982 Y 1992:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en las cabeceras de los distritos oficiales de la República sin tener en consideración ninguna otra característica especial.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que vive fuera de los distritos oficiales de la República.

PERÚ

CENSO DE 1961:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en los centros poblados designados como capitales de distrito, sea cual fuere el número de habitantes. No importa que se trate de ciudades, villas o pueblos. Por excepción, aunque no es capital de distrito, se considera como área urbana el territorio ocupado por un centro poblado cuyas características lo determinen como tal, por tener calles, plazas, servicios de agua, desagüe, alumbrado y un número de habitantes igual o mayor que el de la capital del mismo distrito.

POBLACIÓN RURAL: La que habita en la parte del territorio de un distrito que se extiende desde los linderos del pueblo capital hasta los linderos del mismo distrito. Dentro de esa área se incluyen necesariamente los caseríos, fundos, haciendas, anexos, pagos y otros que no tengan características de centro poblado urbano.

CENSOS DE 1972, 1981 Y 1993:

POBLACIÓN URBANA: Aquella que vive en aglomeraciones cuyas viviendas, en número mínimo de 100, se hallen ocupadas contiguamente. Por excepción se considera como población urbana a aquella que habita en todas las capitales de distrito. Las aglomeraciones pueden contener uno o más centros poblados con viviendas contiguas.

POBLACIÓN RURAL: Aquella que habita en la parte del territorio del distrito que se extiende desde los linderos de los centros poblados en área urbana, hasta los límites del mismo distrito.

REPÚBLICA DOMINICANA

CENSOS DE 1960, 1970, 1981 Y 1993:

POBLACIÓN URBANA: La que habita en las cabeceras de comunas y de distritos municipales.

POBLACIÓN RURAL: La que habitaba fuera de las cabeceras de comunas y de distritos municipales.

URUGUAY

CENSOS DE 1963 Y 1975:

POBLACIÓN URBANA: La definida en la Ley 10.723 de centros poblados del 21 de abril de 1946. Se establece la competencia exclusiva de los gobiernos departamentales para autorizar la subdivisión de predios rurales con destino a la formación de centros poblados, así como para aprobar el trazado y apertura de calles, caminos o cualquier vía de tránsito que implique o no amanzanamiento o formación de dichos centros. También se establecen las superficies máximas de los predios dentro de las zonas urbanas y suburbanas y se fijan los requisitos que la ley califica como mínimos: existencia de agua potable, condiciones del terreno y del área contigua, y otros servicios indispensables.

El área suburbana se incluye como área urbana.

POBLACIÓN RURAL: Se define por exclusión.

CENSO DE 1985:

POBLACIÓN URBANA: Se basa en la misma Ley de centros poblados, aunque se obtuvieron, para este censo, importantes progresos en materia cartográfica que permitieron llegar a una más precisa delimitación de las divisiones estadísticas mediante relevamientos en sitios y otras fuentes adicionales.

POBLACIÓN RURAL: Se define por exclusión.

CENSO DE 1996:

POBLACIÓN URBANA: La definición se basa en criterios prácticos y de tipo operativo y parcialmente en las disposiciones de la Ley de centros poblados, y sus modificaciones posteriores.

POBLACIÓN RURAL: Se define por exclusión.

VENEZUELA**CENSOS DE 1961, 1971, 1981 Y 1990:**

AREA URBANA: Centros poblados con 2500 habitantes y más.

AREA INTERMEDIA: Centros poblados con 1000 y 2499 habitantes.

AREA RURAL: Centros poblados con menos de 1000 habitantes y población diseminada.